



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

MICHEL MARQUES DE FARIA

**ARQUIVO DO CONHECIMENTO GRAMATICAL: UMA
COMPREENSÃO DISCURSIVA DA CONSTRUÇÃO DOS
SABERES SOBRE FORMAÇÃO DE PALAVRAS COM
OS SUFIXOS -ISTA E -EIRO NO BRASIL**

CAMPINAS,

2021

MICHEL MARQUES DE FARIA

**ARQUIVO DO CONHECIMENTO GRAMATICAL: UMA
COMPREENSÃO DISCURSIVA DA CONSTRUÇÃO DOS
SABERES SOBRE FORMAÇÃO DE PALAVRAS COM
OS SUFIXOS -ISTA E -EIRO NO BRASIL**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Mestre em
Linguística.**

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira

**Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação
defendida pelo aluno Michel Marques de Faria e orientada pela
Profa. Dra. Ana Cláudia Fernandes Ferreira.**

CAMPINAS,

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

F225a Faria, Michel Marques de, 1993-
Arquivo do conhecimento gramatical : uma compreensão discursiva da construção dos saberes sobre formação de palavras com os sufixos -ista e -eiro no Brasil / Michel Marques de Faria. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Ana Cláudia Fernandes Ferreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. História das ideias linguísticas. 3. Arquivo. 4. Linguagem e línguas. 5. Gramática. I. Ferreira, Ana Cláudia Fernandes. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Archive of grammatical knowledge : a discursive understanding of the construction of knowledge about word formation with the suffixes -ista and -eiro in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Discourse Analysis

History of linguistic ideas

Archive

Language and languages

Grammar

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora:

Ana Cláudia Fernandes Ferreira [Orientador]

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Vanise Gomes de Medeiros

Data de defesa: 22-02-2021

Programa de Pós-Graduação: Linguística

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1535-9177>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2724131104510137>



BANCA EXAMINADORA:

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Vanise Gomes de Medeiros

**IEL/UNICAMP
2021**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

“O saber vai escapar e se tornar outro, porque saber é
linguagem. Saber é história. Saber é discurso. Saber é poder.
Saber é divisão. Saber é político. Saber é ideológico. É
incompleto”

Ana Cláudia F. Ferreira, 2020

“Não há saber sem história; não há saber sem a complexa
(e contraditória) espessura de sua temporalidade”

Vanise Medeiros, 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família: minha irmã (Adriana), meu cunhado (Deivison), meu sobrinho (Wesley), pois são meu porto seguro. Obrigado pela compreensão de minhas ausências, principalmente no processo final da escrita da minha dissertação, em um ano pandêmico como o que vivemos.

À Ana Cláudia, minha orientadora, que me acolheu tão bem desde as boas-vindas por e-mail até às reuniões. Muito obrigado pelas orientações, pelos conselhos e, principalmente, pelas inúmeras trocas. Você me fez entender que “o saber não é conteúdo” (para citar o título de um texto seu) e isso produziu efeitos e atravessamentos em meu modo de compreender a prática de pesquisa e, principalmente, em minha práxis docente, ainda mais em tempos de ensino remoto, em que foi necessário não cair na mera transposição de informações do presencial para o virtual e (re)pensar cotidianamente a postura ético-política frente aquilo que deve ser ensinado em sala de aula.

À Vanise Medeiros. Se estou na UNICAMP hoje, eu devo isso muito a você. Você apostou na minha pesquisa de Iniciação Científica e foi isso que me fez (querer) caminhar por esse mundo da pesquisa. Não esqueço sua mensagem, logo assim que saí da entrevista do mestrado. No dia você me enviou uma mensagem duas horas antes perguntando como tinha sido e me pediu para lhe manter informada. Quando saí, trocamos algumas rápidas mensagens e você disse: “Você já passou. Agora é vibrar, torcer e comemorar”. Esse áudio lindo, uma pena que o perdi, alegrou tanto meu dia. Agradeço pelas trocas teóricas e também afetivas (afinal, você me ensinou as maravilhas dos doces árabes).

À Claudia Pfeiffer. Sua aula foi a primeira que eu participei, quando ingressei no Mestrado. Uma aula envolvente, cativante e de muitas trocas teóricas e afetivas. Aulas importantes para a vida, diga-se de passagem. Aulas que me impeliram a repensar minha práxis docente e que foram fundamentais para pensar o meu projeto de Doutorado.

À Dayala Vargens, minha ex-professora, ex-coordenadora de estágio interno na UFF e grande amiga. Foi você quem me apresentou a extensão universitária e me fez entender a importância dela para a universidade e para a sociedade. Lembro-me do dia que saiu o resultado final do mestrado. Fui para o PROALE para mais um dia de estágio e você estava lá junto com a Jarina e muitas outras pessoas. Fiquei quietinho, trabalhando como em qualquer outro dia. Mas, logo assim que o PROALE ficou vazio, contei para você e Jarina sobre o resultado e pulamos, os três juntos, com abraço e muita comemoração. Você me inspira demais como exemplo de professora a ser seguido!

À Carolina Rodríguez e à Thaís Araujo, meu agradecimento por comporem a suplência da Banca de Defesa.

Não posso deixar de agradecer, também, aos amigos. São muitos e cada um desempenha um papel ímpar em minha vida. Em especial, quero agradecer:

À Lara, amiga que tive o privilégio de conhecer durante minha entrevista de mestrado (ela estava fazendo entrevista para o Doutorado), e que me ensinou muito da UNICAMP e da vida. Ao final do meu primeiro período no mestrado, após cursamos uma matéria juntos, você me disse “E foi ótimo encontrar você no caminho”. Você não tem ideia de como isso me deixou feliz e como é recíproco. A caminhada, com você, ficou mais leve!

À Bruna Delgado, uma queridíssima que chegou aos poucos e para ficar. Obrigado pela parceria durante esse tempo de Mestrado, pelas leituras – sempre – instigantes de meus trabalhos. Foi muito bom dividir as tardes de trabalho com você na sala de informática do IEL e as várias conversas teóricas.

À Lídia, minha querida amiga e parceira de balbúrdia, sempre topando minhas loucuras acadêmicas. Obrigado por me deixar “roubar” alguns tempos de suas aulas para falar de minha pesquisa aos seus alunos. Essa aproximação do saber científico com a Educação Básica ajudou muito a compreender como pensar essas questões na sala de aula. Cuide dos seus tempos de aulas, pois precisarei de muitos outros para minha pesquisa de Doutorado. Aliás, junto de seu agradecimento, vem o de Claudia. Claudinha, muito obrigado por ter possibilitado essa ligação e pelas trocas e conversas sobre a docência!

Ao Bruno, meu parceiro de docência em pré-vestibular popular e grande interlocutor para pensar o arquivo. Obrigado pelas partidas de xadrez cheias de muitas trocas e reflexões teóricas.

À Karol, meus agradecimentos pela amizade (como eu digo: o que PPE 2 uniu, nada separa) que apenas aconteceu e se fortaleceu. Obrigado pelas trocas durante nossos almoços no Centro do Rio e, claro, por sempre me socorrer com os *abstracts*.

Às queridas e aos queridos colegas do grupo *Coach Linguística*, formado, principalmente, a partir da disciplina LL351, cursada em 2019.1. Agradeço pelas inúmeras trocas (de arquivos, de textos e teóricas) durante o mestrado. Temos sido verdadeiros *coaches* uns para os outros, principalmente quando encontrar aquelas citações marotas que sempre nos escapam.

Às queridas e aos queridos amigas/os do grupo de estudos capitaneado pela Vanise Medeiros: André Cavalcante, Milena Saldanha, Ronaldo Freitas, Rudá Perini e Thaís Araujo.

Obrigado pelas trocas afetivas e teóricas. É muito bom seguir essa caminhada com parceiras/os acadêmicas/os tão amigáveis e sensíveis.

Ao Julio, que é um dos grandes responsáveis (e eu lembro de você falando isso, certa vez enquanto caminhávamos para sua casa) por eu me formar professor em sala de aula. Você, de alguma forma, abriu meus olhos e gostos para a docência. Também fico grato por você chegar devagar durante 2020 e se tornar uma presença importante e afetiva nesse processo de escrita da minha dissertação, principalmente na reta final. Só tenho a agradecer pela parceria e por você fazer parte disso: você é um verdadeiro presente. Sigamos juntos!

Ao Gabriel, pelas importantes trocas: acadêmicas, militantes e profissionais. Sei que dizer, para você, “descansa, militante” não funciona. E que bom que não funciona. Precisamos de mais pessoas que, como você, façam diariamente a educação pública (gratuita e de qualidade) acontecer. Seu percurso enquanto professor me inspira muito.

Também quero deixar um agradecimento especial às queridas e aos queridos: Carlos, Diego, Morgana, Mônica, Thayná, Jarina, Tuane e Mariane. Meu agradecimento é por mantermos uma amizade linda mesmo na minha ausência, em especial na reta final da minha escrita da dissertação.

Por fim, é preciso também agradecer às instituições que se fizeram presentes nesse percurso durante meu mestrado.

Aos funcionários do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II pelo atendimento sempre cordial em minhas visitas para consulta ao acervo.

Aos funcionários da Biblioteca Antonio Candido (IEL/Unicamp) pela atenção dispensada em todas as minhas consultas ao acervo, principalmente de gramáticas antigas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado concedida no decorrer de minha pós-graduação. Foi graças à concessão da bolsa, que pude me dedicar integralmente à pesquisa.

Às Universidades Públicas (Gratuitas e de Qualidade) que são vitais para o desenvolvimento do conhecimento científico nacional. Espero que elas continuem sendo, sim, para todos (como tem sido nos últimos anos), que sejam cada vez mais inclusivas e representativas da e na sociedade e não apenas para uma elite intelectual (e, certamente, financeira), dialogando cada vez mais com a comunidade externa. Se chego à condição de Mestre em Linguística, é porque tive a oportunidade de cursar um Ensino Superior de qualidade em universidades públicas, gratuitas, socialmente referenciadas e de qualidade.

Parafraseando a frase de Kundera que Pêcheux e Gadet aportam ao livro *A Língua Inatingível*, eu só posso dizer que: as instituições merecem que se lutem (se batam) por elas.

RESUMO

Intitulado de *Arquivo do conhecimento gramatical: uma compreensão discursiva da construção dos saberes sobre formação de palavras com os sufixos -ista e -eiro no Brasil*, a pesquisa em tela tem por objeto a historicidade dos saberes linguísticos produzidos sobre o processo de formação de palavras com os sufixos -eiro e -ista. A partir da *montagem de um arquivo* (PÊCHEUX, 1997 [1982]; GUILLAUMOU E MALDIDIER, 1997 [1986]), de gramáticas brasileiras publicadas entre o meio do século XIX e o início do século XX, empreendo, sobre elas, um *gesto de leitura* sobre os modos como comparecem estudos sobre a formação de palavras com os referidos sufixos, de tal forma que seja possível promover uma reflexão discursiva acerca das regularidades e irregularidades que permeiam a elaboração desses estudos, bem como sobre as posições teóricas e as tensões e contradições constitutivas desses processos de produção de conhecimento. Também é objetivo desse trabalho compreender o papel das instituições e das políticas linguísticas (instituídas) sobre a língua. O presente trabalho de pesquisa insere-se no campo da História das Ideias Linguísticas, a partir dos trabalhos de S. Auroux (2014 [1992]), E. Orlandi e E. Guimarães (1996), articulado à Análise de Discurso Materialista, a partir dos trabalhos de M. Pêcheux (2014 [1976]) e E. Orlandi (2013b [1999]).

Palavras-chave: Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas; Arquivo; Língua; Gramática.

ABSTRACT

Titled *Archive of grammatical knowledge: a discursive understanding of the construction of knowledge about word formation with the suffixes -ista and -eiro in Brazil*, the present work aims at the historicity of the linguistic knowledge produced about the word formation process with the -eiro and -ista suffixes. Based on the assembly of a file (PÊCHEUX, 1997 [1982]; GUILHAUMOU AND MALDIDIER, 1997 [1986]), of Brazilian grammars published between the middle of the 19th century and the beginning of the 20th century, I undertake a gesture of reading about the ways in which studies on word formation concerning these suffixes appear, in such a way that it is possible to promote a discursive reflection on the regularities and irregularities that permeate the elaboration of these studies, as well as on the theoretical positions, the tensions and contradictions constitutive of these knowledge production processes. It is also an objective to understand the role of institutions and linguistic (instituted) policies on language. The present research work is inserted in the field of History of Linguistic Ideas, from the works of S. Auroux (2014 [1992]), E. Orlandi and E. Guimarães (1996), articulated to Discourse Analysis, from the works by M. Pêcheux (2014 [1976]) and E. Orlandi (2013b [1999]).

Keywords: Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas; Archive; Language; Grammar

Lista de Figuras

Figura 1: Folha de rosto do compêndio de A. Coruja.	63
Figura 2: Folha de rosto da gramática de Ortiz e Pardal.	65
Figura 3: Folha de rosto da gramática de Julio Ribeiro.	68
Figura 4: Quadro sinótico da <i>Grammatica Portugueza</i> , de Julio Ribeiro (1881).	69
Figura 5: Folha de rosto da gramática de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).	72
Figura 6: Folha de rosto da gramática de João Ribeiro.	78
Figura 7: Folha de rosto da gramática de Maximino Maciel, p. 81.	83
Figura 8: Plano sinótico da gramática de Maximino Maciel, p. 82.	84
Figura 9: Folha de rosto da Grammatica Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1907).	91
Figura 10: Quadro sinótico da Grammatica Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1907).	92
Figura 11: Folha de rosto da Grammatica Historica de Eduardo Carlos Pereira (1919).	98
Figura 12: Folha de rosto da Grammatica Historica da lingua portuguesa de Said Ali (1931).	109
Figura 13: Exemplificação do sufixo <i>-eiro</i> em Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).	167
Figura 14: Exemplo de <i>-eiro</i> em Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).	168
Figura 15: Exemplo do sufixo <i>-eiro</i> em Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).	168
Figura 16: Exemplo do sufixo <i>-eiro</i> em Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).	168

Lista de Quadros

Quadro 1 – Gramáticas selecionadas para a composição do arquivo de pesquisa.	16
Quadro 2 – Gramáticas do arquivo divididas em dois grupos.	56
Quadro 3 – Institucionalização dos autores das gramáticas do arquivo.	124
Quadro 5 – Divisão das gramáticas.	158
Quadro 6 – Exemplos do sufixo <i>-eiro</i> em Maciel (1895).	175
Quadro 7 – Exemplos do sufixo <i>-eiro</i> em Maciel (1895).	176
Quadro 8 – Exemplos do sufixo <i>-eiro</i> em Pereira (1907).	178
Quadro 9 – Exemplos do sufixo <i>-ista</i> em Pereira (1907).	180
Quadro 10 – Explicação e exemplos do sufixo <i>-eiro</i> e <i>-ista</i> em Said Ali (1931).	185
Quadro 11 – Exemplos dos sufixos <i>-eiro</i> e <i>-ista</i> em sete gramáticas do arquivo.	193

Sumário

Apresentação.....	15
CAPÍTULO 1 – A Análise de Discurso ao lado da História das Ideias Linguísticas: um percurso teórico-metodológico nas franjas das teorias.....	22
1.1. Habitar uma teoria discursiva.....	22
1.2. O campo da História das Ideias Linguísticas.....	29
1.2.1. O campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil e sua singularização.....	35
1.3. Um arquivo do conhecimento gramatical: questões teóricas sobre o (fazer) arquivo.....	41
1.3.1. Arquivo, Discurso, Língua e História: questões fronteiriças e imbricadas	42
1.4. O arquivo em História das Ideias Linguísticas.....	52
1.5. Por um arquivo do conhecimento gramatical.....	54
CAPÍTULO 2 – Das gramáticas que compõem o arquivo.....	59
2.1. <i>Compendio da grammatica da lingua nacional</i> – Antonio A. P. Coruja (1865).....	62
2.2. <i>Grammatica Analytica e Explicativa da Lingua Portugueza</i> – José Ortiz e Candido Pardal (1888).....	64
2.3. <i>Grammatica Portugueza</i> – Julio Ribeiro (1881).....	67
2.4. <i>Noções de Grammatica Portugueza</i> – Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).....	71
2.5. <i>Grammatica Portugueza</i> – João Ribeiro (1889).....	77
2.6. <i>Grammatica Descriptiva</i> – Maximino Maciel (1895).....	83
2.7. <i>Grammatica Expositiva</i> – Eduardo Carlos Pereira (1907).....	90
2.8. <i>Grammatica Historica</i> – Eduardo Carlos Pereira (1919).....	98
2.9. <i>Grammatica Historica da lingua portugueza</i> – Said Ali (1931).....	108
CAPÍTULO 3 – Políticas Linguísticas e Institucionalização: movimentos para a construção dos saberes sobre a língua	114
3.1. Políticas Linguística e Institucionalização: questões indissociáveis.....	114
3.2. A Institucionalização e sua relação com as gramáticas: atravessamentos e seus efeitos de sentidos.....	123
3.2.1. O Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Culto à Ciência: instituições incontornáveis na gramatização brasileira.....	129
3.3. Políticas Linguística e(m) gramáticas.....	134
3.3.1. Um olhar para formas de legitimar a gramática	137
3.3.2. Uma política linguística educacional que atravessa os instrumentos linguísticos	142
CAPÍTULO 4 – Daquilo que (não) se diz sobre a formação de palavras	156
4.1. O que dizem nossos gramáticos?.....	158
4.1.1. Um olhar para Julio Ribeiro (1881)	162
4.1.2. Um olhar para Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887)	165
4.1.3. Um olhar para João Ribeiro (1889)	170
4.1.4. Um olhar para Maximino Maciel (1895).....	173

4.1.5. Um olhar para E. C. Pereira (1907)	176
4.1.6. Um olhar para E. C. Pereira (1919).....	181
4.1.7. Um olhar para Said Ali (1931).....	184
CAPÍTULO 5 – O estatuto dos exemplos nas gramáticas: breves notas e apontamentos.	187
5.1. A língua vai onde o dente dói: pensando os exemplos dos sufixos.....	189
5.2. Os sufixos <i>-eiro</i> e <i>-ista</i> na formação de agentivos/ofícios/profissões.....	193
5.3. O <i>-eiro</i> que dá forma ao gentílico brasileiro.....	200
5.4. À guisa de uma conclusão: inversões, delimitações, deslocamentos.....	202
Conclusões (ou... o sussurrar do arquivo).....	204
REFERÊNCIAS	210

Apresentação

A presente pesquisa advém de uma inquietação surgida nas aulas de graduação do curso de Linguística VI, cursada no 2º semestre de 2016 na Universidade Federal Fluminense, e materializada em trabalho final de disciplina. Explico: durante o segundo semestre de 2016, foi ministrada, no Instituto de Letras da UFF, a disciplina optativa Linguística VI, cuja ementa tratou da Análise de Discurso em sua articulação à História das Ideias Linguísticas. Durante o curso, após a leitura do artigo “Na História de um gentílico, a tensa inscrição do ofício” (FERRARI e MEDEIROS, 2012) colocou-se como debate, em aula, o fato de o gentílico daquele que é natural do Brasil ser brasileiro e não brasileiro ou brasileiro. O *-eiro*, em sua historicização no Brasil, fura tantos outros sufixos próprios dessa categoria e instala-se denominando os sujeitos pertencentes ao país. Estendendo o debate acerca do sufixo *-eiro* proposto pelo referido artigo, indagamos sobre um de seus funcionamentos mais recorrentes: o de formar palavras relativas a profissões tais como, carpinteiro, padeiro, marceneiro, sapateiro, peixeiro; ao lado de *-ista*, a exemplo de bacteriologista, cientista, psicanalista, dermatologista, foneticista. A partir desse debate, meu percurso em busca dos saberes sobre a formação de palavras no Brasil, por meio desses sufixos, começou. Daí surgiram outras indagações: a) como esses processos acontecem para *-eiro* e para *-ista*? ; b) haveria algum tipo de descrição de regularidade sobre a divisão dos processos de sufixação em *-eiro* e em *-ista*, ligada a uma divisão social do trabalho, em profissões “mais prestigiadas” e “menos prestigiadas”?; c) se sim, haveria furos nas descrições dessas regularidades, fazendo com que esses sufixos possam funcionar diferentemente?; d) como a ideologia funciona no processo morfológico e no processo de descrição morfológica?; e) a que formações discursivas esses processos estão ligados?; f) a posição discursiva afetaria a descrição dos sufixos nas gramáticas?; g) tal distinção faz-se presente desde o século XIX? Se sim, como?

A partir de tais questões postas, pude caminhar, durante minha pesquisa de Iniciação Científica¹, em busca de compreender o funcionamento discursivo dos sufixos *-eiro* e *-ista*. Nela, desenvolvi um trabalho com reflexões iniciais sobre o par de sufixos *-eiro* e *-ista*,

¹ A referida pesquisa de Iniciação Científica foi realizada sob orientação da Profa. Dra. Vanise Medeiros (UFF) no Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) de forma voluntária. O título do projeto de pesquisa foi “Estudos sobre afixos em História das Ideias Linguísticas”.

a partir de gramáticas produzidas no século XX, buscando mostrar que, para compreender o processo de formação de palavras, é importante pensar a historicidade dos sufixos, com suas regularidades e irregularidades.

Da pesquisa de Iniciação Científica, chego ao presente trabalho cujo objeto é a historicidade dos saberes linguísticos produzidos sobre o processo de formação de palavras com os sufixos *-eiro* e *-ista* em gramáticas escritas por autores brasileiros e publicadas no Brasil entre o século XIX e início do século XX². Esta pesquisa inscreve-se na perspectiva teórica da História das Ideias Linguísticas, a partir dos trabalhos de S. Auroux (2014 [1992]), E. Orlandi e E. Guimarães (1996), e articula-se à Análise de Discurso, a partir dos trabalhos de M. Pêcheux (2014 [1976]) e E. Orlandi (2013b [1999]). Dessa perspectiva, pretendo proceder com a *montagem de um arquivo* (PÊCHEUX, 2014 [1982]; GUILHAUMOU E MALDIDIER, 2014 [1986]) de gramáticas, que serão analisadas, por meio de *gestos de leitura* (ORLANDI, 2014 [1994]) construídos por dispositivos teóricos da Análise de Discurso, que permitam compreender como se dá a construção discursiva de saberes sobre a formação de palavras com os sufixos *-eiro* e *-ista* no Brasil. Assim, poderia justificá-la por dois motivos, a saber:

Em primeiro lugar, ao construir um arquivo de gramáticas, pretendo avançar nas pesquisas de tal forma que seja possível compreender, por uma análise discursiva, *o funcionamento dos discursos dos gramáticos sobre os sufixos no processo de formação de palavras*. Por isso, à esteira do que já se vem produzindo no Brasil em História das Ideias Linguísticas, o arquivo de gramática proposto é composto por obras de autores brasileiros do meio do século XIX ao início do século XX, que me possibilitarão refletir, discursivamente, a historicidade da produção de conhecimento acerca do processo de formação de palavras³. Para a composição do presente arquivo, selecionei as seguintes gramáticas apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Gramáticas selecionadas para a composição do arquivo de pesquisa

Autor	Gramática	Ano
Antonio Alvares Pereira Coruja	<i>Compendio da grammatica da lingua nacional: dedicado à mocidade Rio-Grandense</i>	1865 [1835]
Ortiz e Pardal	<i>Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza</i>	1888 [1871]

² A justificativa do recorte temporal será realizada mais adiante.

³ A constituição do arquivo de gramáticas será exposta no primeiro capítulo de forma detalhada.

		6ª ed.
Julio Ribeiro	<i>Grammatica portugueza</i>	1881 1ª ed.
Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade	<i>Noções de Grammatica Portuguesa</i>	1887 1ª ed.
João Ribeiro	<i>Grammatica portugueza</i>	1889 [1887] 3ª ed.
Maximino Maciel	<i>Grammatica descriptiva</i>	1895 1ª ed.
Eduardo Carlos Pereira	<i>Gramatica expositiva</i>	1907 1ª ed.
Eduardo Carlos Pereira	<i>Grammatica histórica</i>	1919 [1916] 2ª. ed.
Said Ali	<i>Grammatica histórica da língua portugueza</i>	1931 [1921] 2ª ed.

Fonte: Elaboração própria

A escolha do século XIX como ponto de partida não é ao acaso. Conforme Orlandi (2001), no Brasil, o século XIX é caracterizado por

[...] um momento crítico de reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade desses objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A forma política dessa cidadania é a Independência e, em seguida, a República. A forma simbólica e a forma sujeito que lhe corresponde não são menos decisivas. Essas práticas têm, de um lado, as Instituições, de outro, a sua textualidade: gramáticas, dicionários, obras literárias, manuais e programas de ensino. (p. 8-9).

Assim, esse é um século com questões importantes para pensar a relação entre língua e sujeito na produção do saber metalinguístico. É quando a questão da língua se coloca, nos ensinamentos de F. Gadet e M. Pêcheux (2010 [1981]), como “uma questão de Estado” (p. 37)⁴.

⁴ Não será objeto de reflexão no presente trabalho, mas a par das questões que estão sendo postas, poderia indicar a importância, em trabalhos futuros de se pensar, também, o século XX, fato que permite indagar sobre o que “é” gramática no século XIX e o que “é” gramática no século XX, dando elementos para compreender o que “é” gramática hoje.

Da perspectiva em que me insiro, não é gratuita a iniciativa/escolha da *montagem de um arquivo* de gramáticas. Em relação a isso, tomo a liberdade de considerar para a gramática aquilo que Nunes (2008a) aponta com relação ao dicionário. Diz o autor que:

[...] compreender a historicidade dos dicionários implica considerar sua existência (aparecimento, transformação, substituição) no tempo e no espaço. Reconhecendo esse lugar para o dicionário na história das ciências, julgamos pertinente estudar o modo como ele foi documentado em diferentes conjunturas. (p. 92)

Assim, compreender a historicidade da gramática implica considerar seus diferentes modos de existência no espaço e no tempo (lembro de S. Auroux (2014 [1992]) ao apontar que o saber existe em uma temporalidade ramificada). A produção do saber linguístico ocorre no tempo e no espaço a partir de determinadas condições históricas e institucionais e em razão de políticas linguísticas diversas. Dessa forma, montar um arquivo de gramáticas (com a reunião de obras publicadas do meio do século XIX ao início do século XX) implica compreender o modo como esse saber, no caso de nossa pesquisa, o saber da formação de palavras por meio dos sufixos *-eiro* e *-ista* - foi construído e, mais ainda, como ele foi *documentado*⁵. Assim, a leitura de um arquivo possibilita a compreensão de como o saber constrói-se a partir do que, dentro do campo da História das Ideias Linguísticas, S. Auroux, por exemplo, propõe como horizonte de retrospecto: a memória, a história. Vale salientar que a perspectiva da análise de discurso permite um deslocamento teórico que compreende *discursivamente* as noções de espaço e de tempo, de horizonte de retrospecto, de memória e de história, por meio de uma articulação com as noções de condições de produção e de memória discursiva.

Para avançar nas pesquisas sobre *o funcionamento dos discursos dos gramáticos sobre os sufixos no processo de formação de palavras*, é necessário proceder com *a montagem de um arquivo do conhecimento gramatical*. Essa montagem se dá pelo levantamento e pela organização de determinadas gramáticas, a partir de determinados critérios (conforme apontado posteriormente no primeiro capítulo). Paralelamente, essa montagem está ligada à necessidade, construída pelo recorte do objeto deste projeto, de selecionar a questão da formação de palavras com o par de sufixos *-eiro* e *-ista* nas gramáticas e de ir em busca da historicidade das definições que são nelas apresentadas. Isso permitirá que eu me insira no gesto de compreensão da construção discursiva de um conhecimento gramatical: o da formação de palavras; o do funcionamento dos sufixos *-ista* e *-eiro*. Esse *arquivo do conhecimento*

⁵ Tal questão será abordada no capítulo 1.

gramatical é, portanto, a busca da construção discursiva, em autores distintos, em diferentes épocas, a partir de filiações teóricas outras, desse conhecimento.

Uma segunda justificativa para a elaboração do presente projeto está associada às possibilidades de articulação que ele proporcionará à prática docente, que não se dissocia da prática de pesquisa – afinal, ensino e pesquisa andam lado a lado (e não é gratuitamente que ambos – ao lado da extensão – são pilares da universidade). Acredito que “a linguagem, pela sua natureza, é transdisciplinar, não menos quando é enfocada como objeto de estudo, e exige dos professores essa perspectiva em situações didáticas” (BRASIL, 2000, p. 5), uma vez que a linguagem faz parte do objeto dos estudos das mais diferentes áreas: Filosofia, Psicologia, Sociologia, Epistemologia, História, dentre outras. Ao lado disso, considerando que

[...] o espaço escolar vai muito além das atividades curriculares, e tendo como premissa de que a ele compete o papel de promotor da produção científica, e ainda que é dentro dele que se propicia o espaço de discussão, de formação de cidadania e de identidades, de compartilhamento de conhecimentos e, sobretudo, de formação conjunta. (PEDROSA, FERREIRA & FARIA, 2019, p. 27)

Assim, faz-se necessário deslocar paradigmas que sustentam as aulas de morfologia na Educação Básica, para possibilitar ao alunado o exercício da reflexão e do debate de ideias. É preciso reduzir a lacuna entre o que se estuda e se pesquisa nas cadeiras universitárias e o que se ensina nos bancos escolares. Espera-se, com essa pesquisa e com os resultados que ela produzirá, apresentá-la e debatê-la não apenas em congressos acadêmicos, mas também em escolas para turmas do Ensino Médio⁶.

A partir dessas questões postas, pretendo, com esta pesquisa, contribuir para o avanço dos estudos a respeito da construção discursiva de saberes sobre a formação de palavras no Brasil dentro de nossa área. Nesse sentido, o presente texto está organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, *A Análise de Discurso ao lado da História das Ideias Linguísticas: um percurso teórico-metodológico nas franjas das teorias*, faço um percurso teórico, de forma que exponho os dispositivos teóricos-analíticos das duas teorias. Nesse percurso, falo da singularização do trabalho em História das Ideias Linguísticas no Brasil que é afetado pela

⁶ Sobre essa última questão, vale um adendo: no ano de 2019 realizei a palestra “Um percurso pela historicidade dos sufixos *-eiro* e *-ista* em gramáticas brasileiras: reflexões para o Ensino Médio” para alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual David Capistrano (Santa Bárbara, Niterói – RJ) a convite da Profa. Dra. Lídia Ferreira.

posição teórica do pesquisador. Nessa singularização, temos trabalhos que tocam as diferentes áreas das ciências da linguagem. Também é neste capítulo que busco conceituar o trabalho com arquivo a partir da articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso. É um trabalho que caminha para a heterogeneidade, visto que ele é afetado/atravessado pela posição teórica daquele que trabalha com/no arquivo.

O segundo capítulo, *Das gramáticas que compõem o arquivo*, é um percurso expositivo pelas nove gramáticas que compõem o presente arquivo de pesquisa. No percurso expositivo, buscarei dar a saber como as gramáticas se constituem e o que dizem (ou não) sobre o processo de formação de palavras, de forma geral, e os sufixos, de forma particular. É um capítulo que, como veremos adiante, não cessará de retornar incessantemente nos três seguintes. O capítulo 2 será a base para as análises que se desdobrarão nos sucessores.

No terceiro capítulo, *Políticas Linguísticas e Institucionalização: movimentos para a construção dos saberes sobre a língua*, faço, inicialmente, um percurso teórico para dar a saber como a História das Ideias Linguísticas em articulação à Análise de Discurso compreende as políticas linguísticas e a institucionalização, dos movimentos importantes (e indissociáveis) para se pensar a construção do saber sobre a língua. Nesse percurso teórico, também faço apontamentos sobre três instituições brasileiras que se colocam importantes para pensar o saber linguístico do século XIX: o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Culto à Ciência. A partir do percurso teórico, encaminho o capítulo a partir de análises que permitem compreender as políticas linguísticas em gramáticas. Tais análises buscam compreender as formas de se legitimar os instrumentos linguísticos e que política linguística atravessa e afeta as referidas gramáticas.

No quarto capítulo, *Daquilo que (não) se diz sobre a formação de palavras*, faço um percurso analítico pelas gramáticas do referido arquivo para compreender como comparecem (ou não) a questão das formações de palavras e dos sufixos. O foco da análise recai sobre sete das nove gramáticas que apresentam o saber sobre formação de palavras e dos sufixos, mais especificamente o par *-eiro/-ista*, de forma sistematizada. Nesse sentido, lanço um olhar para as obras de Julio Ribeiro (1881), Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), João Ribeiro (1889), Maximino Maciel (1895), Eduardo Carlos Pereira (1907; 1919) e Said Ali (1931) em busca de compreender o que os autores nos dizem sobre a questão da formação de palavras e do sufixo. Esse capítulo, em especial, coloca-se como uma retomada daquilo que foi descrito no segundo capítulo.

No quinto capítulo, *O estatuto dos exemplos nas gramáticas: breves notas e apontamentos*, a análise recai sobre o par de sufixos *-eiro/-ista*, lanço um olhar para o comparecimento dos exemplos nas referidas gramáticas. Assim, a partir daquilo que se diz sobre os sufixos, busco compreender como e quais exemplos comparecem para se explicar o funcionamento de tais sufixos. Nesse sentido, o recorte de análise dá-se em cima de *-eiro* e *-ista*, sufixos que atuam como formadores de palavras designativas de ofícios e profissões: os agentivos. Também lanço um olhar para o sufixo *-eiro* enquanto formado do gentílico *brasileiro*. Olhar os exemplos nas gramáticas, em maior ou menor força, é olhar para um lugar profícuo para se pensar a língua (e seus deslizes, suas falhas, seus equívocos). É compreender que todo ritual tem falhas e que as gramáticas nos permitem compreender disputas linguísticas.

CAPÍTULO 1 – A Análise de Discurso ao lado da História das Ideias Linguísticas: um percurso teórico-metodológico nas franjas das teorias

O presente capítulo é dedicado às questões teórico-metodológicas que ancoram a presente pesquisa, a saber: a teoria materialista da Análise de Discurso e o campo da História das Ideias Linguísticas, tal como institucionalizado no Brasil. Dessa forma, é importante dizer que, na perspectiva em que me insiro, compreendo que, em História das Ideias Linguísticas, a partir de sua articulação à Análise de Discurso, não ocorre separação estanque de teoria e de método, isto é, não há método sem sustentação teórica e o próprio trabalho metodológico contribui para o avanço da teoria⁷. O dispositivo metodológico do qual me valho para empreender meu(s) *gesto(s) de leitura(s)* não é dado de antemão, mas deriva da perspectiva teórica, do objeto de análise, das minhas perguntas – enquanto analista – e da relação de confronto com os materiais de análise que compõem o arquivo.

Outrossim, o percurso do presente capítulo é de primeiramente trazer à baila questões teóricas importantes para a Análise de Discurso materialista. Em um segundo momento, será realizado um breve percurso no campo da História das Ideias Linguísticas, conforme preconizado a partir de obras de Auroux e em sua instauração (e conseqüentemente singularização) no Brasil. Por fim, no fechamento do capítulo, trarei aportes teóricos para refletir sobre o (fazer) arquivo em História das Ideias Linguísticas.

É importante, entretanto, realizar uma ressalva: o percurso teórico que trarei em tela, nas linhas e seções seguintes, faz-se em torno dos conceitos nucleares para a configuração da Análise de Discurso Materialista e da História das Ideias Linguísticas. Outras questões teóricas (igualmente importantes) que serão mobilizadas no (e demandadas pelo) *gesto de leitura* do arquivo proposto, serão abordadas no decorrer da análise.

1.1. Habitar uma teoria discursiva

Habitar uma teoria, ou, ainda, habitar a teoria da Análise de Discurso. Eis um movimento necessário e importante para compreender a constituição de um campo teórico e o seu funcionamento. Estar nessa teoria nos possibilita compreender a relação língua-história-sujeito. Relação que produz efeitos no modo de compreensão da produção de

⁷ Lembro Orlandi (2017 [2003]) ao nos dizer que, pela perspectiva da Análise de Discurso, “Teoria, Método, Procedimentos Analíticos e Objeto têm uma relação imanente” (p. 10).

sentidos. É preciso demarcar que a Análise de Discurso não é mera ferramenta; um passo-a-passo para dar conta de encontrar o sentido ou então um método que possa ser aplicado em qualquer etapa do trabalho. Pelo contrário, ela é fundante: comparece e nos orienta já nos primeiros *gestos de leitura*. Nas palavras de Verli Petri (2013):

A Análise de Discurso, é bem verdade, não tem uma metodologia única e facilmente descritível, como as áreas mais formais da ciência linguística dizem ter; mas isso não significa não ter metodologia de análise, bem como não significa que qualquer um sob um pretexto qualquer possa desenvolver um dispositivo teórico-analítico em Análise de Discurso. (p. 41)

Por isso, se é preciso habitar a teoria da Análise de Discurso, conforme nos lembram Mariani, Moura e Medeiros (2011), para assim “compreender que a linguagem tem uma espessura própria, que os sentidos são produzidos, daí sua não transparência” (p. 294), é igualmente necessário respeitar a teoria, como nos assevera Petri (2013), para que seja possível “conhecer bem as noções teóricas e, com isso, poder mobilizar tais noções constituindo uma análise do discurso em questão” (p. 41).

É preciso dizer que a Análise de Discurso nasce como uma ciência de entremeios. Isso significa que sua constituição se dá a partir de deslocamentos e reterritorializações feitas por seu fundador, Michel Pêcheux, da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. Não se trata de uma relação servil. Pelo contrário, a Análise de Discurso

[...] interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2013a, p. 20)

O seu devir está na confluência (e nos deslocamentos) dessas áreas. Assim, para compreender a instauração desse campo, é preciso ter em mente o momento sócio-histórico em que Michel Pêcheux e seu grupo trabalhavam: os idos dos anos de 1960. Há, nesses anos, uma virada estruturalista a partir do campo Linguística, considerada ciência piloto das Ciências Humanas, que estava na ordem do dia: ocorre um deslocamento do foco dos estudos sobre a língua, enquanto sistema fechado em si mesmo, com o surgimento das teorias linguísticas do social e do discurso. As questões consideradas como externas à língua, que foram colocadas porta afora com o estruturalismo, retornam pela janela. Ademais, vivenciava-se uma época de releituras e, só para citar duas, temos Marx sendo relido por Althusser e Freud por Lacan. Não seria diferente, então, com o campo da Linguística, em

que Saussure se coloca como ponto de partida e de retorno. E essa releitura feita por Pêcheux é realizada, inicialmente⁸, em sua obra *Análise automática do Discurso*, publicada em 1969 (AAD 69) em que o filósofo francês vai ao *Curso de Linguística Geral*, obra póstuma publicada pelos alunos de F. de Saussure. Dessa leitura, Pêcheux nos dá pelo menos dois aportes teoricamente valiosos para a constituição de uma teoria discursiva: a passagem de *função* para *funcionamento* das línguas e a própria noção de língua. Nesse sentido, diz Pêcheux,

[...] a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo a *função* de exprimir sentido; ela se torna um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento*. (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 18, itálicos do autor)

Esse aporte é importante na medida em que o autor pontua que, quando a língua, com Saussure, em seu *Curso*, é pensada como sistema, deixa-se de lado a função semântica. Assim, com tal deslocamento, Michel Pêcheux retoma a metáfora do xadrez utilizada por Saussure para nos dizer que “não se deve procurar o que cada parte *significa*, mas *quais são as regras que tornam possível qualquer parte*, que se realize ou não” (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 18, itálicos do autor). Esse deslocamento, então, gera consequências no entendimento do que é a língua. No Saussure do *Curso*, a língua é tida como “um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 41) e, ainda, “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 41). A língua saussuriana é, então, a estrutura que está na base do processo comunicativo e é a que permite ou veta determinadas combinações entre elementos. Na *Análise de Discurso*, a língua ganha outros contornos. Contornos que nos dizem que “a língua tem sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude” (ORLANDI, 2008, p. 12). Assim, ao mesmo tempo em que a língua é um sistema, que possui uma certa ordenação, há a possibilidade do escape, do deslize, do deslocamento.

⁸ Não se pode deixar de citar que, em uma escrita à quatro mãos, Françoise Gadet e Michel Pêcheux, em *A Língua Inatingível*, “contam a história da reflexão sobre a linguagem, a partir de uma perspectiva discursiva, falando sobre Saussure, Chomsky, O Círculo de Praga e outros, desfiando histórias sobre o enigma, o witz, o joke” (ORLANDI, 2010 [2003], p. 9). Na referida obra, os autores realizam uma leitura incontornável de Saussure ao atribuírem à obra do linguísta genebrino a primazia da relação entre real e equívoco. Assim, dizem os autores, “esse saber sobre a relação entre o real e equívoco inicia-se na obra de F. de Saussure, que constitui ainda hoje uma aposta na questão da linguística como ciência: o que nela foi inaugurado continua a se manifestar por efeitos paradoxais” (GADET & PÊCHEUX, 2010 [1981], p. 55) e, mais adiante, F. Gadet e M. Pêcheux nos asseveram que “Saussure não resolve a contradição, invisível antes dele, que une a língua à alíngua: ele a abre” (ibidem, p. 63).

Para além da noção de língua, gostaria de me deter em alguns conceitos que considero nucleares para a constituição da Análise de Discurso. O primeiro dos conceitos é o de *discurso* que Pêcheux define, de modo geral, como efeito de sentidos entre locutores. Não se trata, então, de transmissão de informações uma vez que

[...] no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente a transmissão da informação. (ORLANDI, 2013a, p. 21)

Por efeito de sentidos entre locutores, é mister apontar que não se trata de organismos humanos individuais, mas de lugares; esses lugares estão representados, no sentido de que estão presentes, mas transformados, pois funcionam por meio de formações imaginárias.

Nesse sentido, é preciso também pensar a noção de *posição discursiva*, pois ela nos possibilita compreender os processos discursivos, visto que, em Análise de Discurso,

[...] ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentidos por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas. (ORLANDI, 2013a, p. 53)

Pensar a posição discursiva é dizer que o lugar discursivo⁹ do qual falamos constitui aquilo que dizemos. Assim, se tomarmos como exemplo, a definição do que seja gramática, para ilustrar a posição discursiva, é possível pensar que, se essa definição for dita por alguém na posição filólogo, ela poderá significar diferentemente do que se for dita por alguém na posição linguista; conseqüentemente, significará diferente se for dita por alguém na posição gramático normativo. Isso ocorre uma vez que, em cada um dos casos, temos posições distintas e, assim, a definição mobiliza redes de sentidos outras. É preciso pontuar que

[...] na relação discursiva, são as imagens que constituem as diferentes posições. E isso se faz de tal modo que o que funciona no discurso não é o operário visto empiricamente, mas o operário enquanto posição discursiva produzida pelas formações imaginárias. (ORLANDI, 2013a, p. 40-41).

⁹ Pensar a questão do lugar discursivo implica pensar que se trata de um lugar institucional, visto que o lugar discursivo remete à formação social e é atravessado pelas instituições. O que é importante frisar dessa questão é que não se trata, pois, “de pensar a posição discursiva como coincidindo necessariamente com o lugar empírico em que um sujeito ocupa na sociedade, já que, pelas relações imaginárias, é possível, por exemplo, um político ocupar a posição discursiva de um professor e um professor ocupar a posição discursiva de um político” (FARIA, 2019, p. 8).

Assim, nos lembra Pêcheux (2019 [1969]), “diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação por ser representada por várias posições” (p. 39).

Outro conceito que considero importante para pensar o gesto analítico empreendido no presente estudo é o de *formação discursiva*. É possível dizer que a formação discursiva é:

[...] *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é *que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam* [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra. (HAROCHE, PÊCHEUX & HENRY, 2020 [1971], p. 34)

Dessa forma, podemos depreender que aquilo que é dito produz sentidos a partir de uma determinada *formação discursiva*, fazendo com que signifique de forma diferente. É o que faz com que uma mesma palavra ou expressão possa significar diferente a cada tomada de palavra. Disso, diz Pêcheux (2014a [1975]):

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (p. 147-148)

Em outras palavras: a língua não é transparente (cf. Orlandi, 2013a), tampouco é uma fina película que pode facilmente ser ultrapassada. Lembro, então, daquilo que Pêcheux escreve sobre a materialidade da língua, ao dizer que ela não é (na melhor das hipóteses) “um meio transparente ou (na pior) a vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar “as próprias coisas”” (PÊCHEUX, 2014 [1982], p. 66). Ao contrário, a língua (em sua materialidade) é espessa e opaca. Já é um indicativo de que as palavras não possuem um sentido próprio, mas seus sentidos constituem-se no âmbito de determinadas condições de produção.

A par dos dispositivos teóricos-analíticos, é preciso considerar que “a Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação” (ORLANDI, 2013a, p. 26). Assim, o batimento entre teoria e prática em Análise de Discurso visa compreender a produção de sentidos de um objeto simbólico, que se investe de significados para e pelos sujeitos. Desse modo, é preciso considerar aquilo que nos diz Pêcheux (2019 [1969]): “é impossível analisar um discurso como um

texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos* possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (p. 35, itálicos do autor). Isso não significa desconsiderar que, no Brasil, a partir dos trabalhos desenvolvidos por Eni Orlandi, é possível analisar um discurso tomando como unidade de análise um texto. Essa possibilidade dá-se justamente em função de o texto não ser tomado como uma sequência fechada sobre si mesma. Em outras palavras, a partir da leitura realizada daquilo que nos diz M. Pêcheux, o discurso não pode ser tomado como texto enquanto uma sequência fechada sobre si mesma, com base única e exclusivamente nos elementos linguísticos contidos nele. É preciso, pois, tomá-lo enquanto um “objeto aberto”.

Se, pela Análise de Discurso, é possível mobilizar os conceitos teórico-metodológicos dispostos acima, é porque há um mecanismo que faz funcionar o discurso, ou melhor: dá possibilidade para aquilo que pode e deve ser dito. É o mecanismo das *condições de produção*. A rigor, elas são de duas ordens (cf. Orlandi, 2013a): de ordem estrita e de ordem ampla. Se pensarmos as condições de produção em seu sentido estrito, pensamos no contexto imediato que cria a possibilidade do dizer dar-se: onde é dito tal discurso? Quem diz tal coisa? Ou seja, são as circunstâncias que permitem tal enunciação. Para além disso, o contexto imediato envolve ainda: a) as *relações de sentido*, isto é, se um discurso se relaciona com outro(s); b) as *relações de força*, ou seja, o lugar do qual se fala é constitutivo daquilo que se diz e c) as *antecipações*: é o que faz o sujeito colocar-se no lugar de seu interlocutor e assim dizer de um modo e não de outro, a partir do efeito de sentido que pensa produzir.

Agora, se formos ao sentido amplo das *condições de produção*, estamos pensando o contexto sócio-histórico e ideológico. É quando olhamos mais detidamente para o funcionamento, a história e a memória discursiva, ou seja,

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Dessa forma, podemos dizer que dadas as *condições de produção* de um discurso, é a partir delas que a língua se oferece ao equívoco e os sentidos transbordam. Disso decorre que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produções dadas” (PÊCHEUX, 2019[1969], p. 33). Para exemplificar o processo de funcionamento das condições de produção, Pêcheux dá o seguinte exemplo:

[...] o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política. (*ibidem*, p. 33)

Pêcheux nos ensina que as *condições de produção* mesclam o jogo de imagens na qual o sujeito está submetido e a situação histórica que é determinada. É quando o discurso faz funcionar as *formações imaginárias* que compreendem relações de sentidos, isto é, “o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio” (*ibidem*, pp. 33-34); assim sendo, um discurso aponta para outros discursos que o sustentam.

Ao lado disso, o funcionamento das *formações imaginárias* compreende duas outras relações: as de antecipação e as de força. Por um lado, as *relações de antecipação* são as que possibilitam ao sujeito dizer o discurso de modo “X” e não “Y”, segundo o efeito que ele pensa produzir. Elas jogam com as imagens que o locutor faz de si, do outro, da situação, etc. Assim, em cada relação de antecipação, nos lembra Pêcheux (2019 [1969]), temos a diferenciação dos discursos “em que se trata para o orador de *transformar o ouvinte* (tentativa de persuasão, por exemplo) e aquele em que o *orador e seu ouvinte se identificam* (fenômeno de cumplicidade cultura, “pisar de olhos” manifestando acordo, etc.)” (p. 41)¹⁰. De outro, temos a *relação de força*. Ela vai ao encontro da *posição discursiva* (citada anteriormente). É o que aponta Pêcheux (2019 [1969]) ao dizer que “o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ocupa” (p. 33). Dessa forma, se o lugar que o sujeito ocupa, ao dizer, afeta o estatuto do que ele diz, poderia dizer, por exemplo, que, em determinadas *condições de produção* do discurso sobre a língua, a fala de um gramático pode ou não significar diferente da fala de um linguista¹¹. Mas, também seria possível dizer que a fala

¹⁰ Poderia lembrar o quadro apresentado por Pêcheux (2019 [1969], p. 40) que ilustra a questão das formações imaginárias e, eu diria, representa de forma contundente a questão das antecipações: ao nos apresentar dois interlocutores (expressos por A e B), Pêcheux formula, dentre outras, uma expressão do tipo $I_A(B)$ em que o significado dela seria a “imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A”. Tal expressão apresenta uma questão implícita do tipo “quem é ele para que eu lhe fale assim?”. A partir da questão que vem a reboque da expressão formulada, é possível lançar mão do mecanismo das *relações de antecipação*.

¹¹ A título de exemplificação: no processo de gramatização brasileira do português, no decorrer do século XX, vê-se que “a questão da língua não é mais só da competência do gramático, ela torna-se uma questão dos linguistas. Desde então, a Linguística intervém na produção das gramáticas do português no Brasil” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, pp. 36-37). Dessa forma, em determinado momento desse processo, pode-se dizer que falar da posição linguista vale (significa) tanto quanto ou até mais do que falar da posição do gramático.

de um gramático pode ou não significar diferente da fala de outro gramático justamente porque a relação de forças entre os gramáticos também não é homogênea. Com isso, é preciso pontuar que as *relações de força* contribuem para que determinados dizeres tenham mais força sobre outros.

Todas essas questões que aportei apontam para a constituição das condições de produção de um discurso e, conseqüentemente, como ele irá significar. Nas palavras de Orlandi (2013a), “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (p. 42). Dessa forma,

[...] ao habitar a teoria da Análise de Discurso, produzimos, enquanto analistas de discurso, modos de compreensão de processos de produção de sentidos, produção esta que se dá, como insistentemente expusemos, com a e na articulação entre sujeitos, linguagem e processos históricos. Coloca-se como questão, para a Análise de Discurso, descrever o caminho que naturaliza certos sentidos – e, conseqüentemente, não naturaliza outros –, depreender como se dá a construção do efeito de evidência e literalidade – e a estabilidade – desses sentidos – e não de outros. Isso só é possível porque temos como objeto – que nos une – discurso (MARIANI, MOURA & MEDEIROS, 2011, p. 309).

Enquanto analistas de discurso, devemos nos instalar “no interior do mesmo do espaço discursivo para dali compreender a produção de sentidos” (PETRI, 2013, p. 46).

A partir da exposição feita a partir da Análise de Discurso, trarei à baila, na próxima seção, questões que concernem ao campo da História das Ideias Linguísticas. Nesse sentido, apresentarei, em um primeiro momento, as questões gerais a partir da obra de Aurox (2014 [1992]) e, em seguida, abordarei um modo de singularização da História das Ideias Linguísticas no Brasil pelo diálogo produtivo com a Análise de Discurso.

1.2. O campo da História das Ideias Linguísticas

O campo da História das Ideias Linguísticas nasce na França, a partir dos trabalhos desenvolvidos por uma equipe de pesquisadores de diversas áreas, liderada por Sylvain Aurox, filósofo da linguagem. Os trabalhos resultaram, entre outros, na publicação de três tomos da obra *Histoire des idées linguistiques*. A partir de uma parceria internacional liderada pela linguista e analista de discurso Eni Orlandi, o campo da História das Ideias Linguísticas pôde se constituir de maneira singular no Brasil. No início dessa parceria, foi publicado pela Editora da UNICAMP, em 1992, o livro *A revolução tecnológica da gramatização*.

É uma obra densa em nível teórico e, também, de exemplificação desse processo que o autor denomina como “revolução tecnológica da gramatização”.

Em suas reflexões introdutórias e gerais, Auroux (2014 [1992]) indica que há todo um conhecimento histórico que está em grande parte nos capítulos introdutórios de obras que se voltam à história dos conhecimentos linguísticos e que, assim, consagram-se a um ou a outro aspecto das ciências da linguagem. Tais apontamentos permitem que o autor faça uma afirmação importante para o campo da História das Ideias Linguísticas, a de que

[...] todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. (AUROUX, 2014 [1992], p. 12)

É uma tomada de posição importante, pois propõe que todo o conhecimento é uma realidade histórica que existe em uma temporalidade ramificada cotidiana, e que se dá de diferentes formas em diferentes espaços-tempos. Medeiros (2018) nos ensina muito bem, a partir de Sylvain Auroux, que “não há saber sem história; não há saber sem a complexa (e contraditória) espessura de sua temporalidade”.

Dessa forma, é possível dizer que não é objetivo dos trabalhos de Auroux, e por conseguinte da HIL, encontrar qual teria sido a primeira pessoa que publicou a primeira palavra sobre algo. Ele sabe - e nos ensina - que o ato de saber possui “uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão (...), assim como um horizonte de projeção” (AUROUX, 2014 [1992], p. 12). Assim, enquanto o horizonte de retrospectão vai ao encontro das relações com as quais o saber se ancora, com uma memória (a memória, nesse caso, é uma memória retrospectiva produzida pelo sujeito do conhecimento); o horizonte de projeção é aquilo que queremos fazer acontecer, os projetos. Não é gratuitamente que, de forma contundente, S. Auroux (2014 [1992]) nos afirma que sem memória e sem projetos não há saber.

Sobre o saber, o autor postula que ele é múltiplo, é de ordem epilinguística, antes de ser metalinguístico. Assim, o filósofo da linguagem nos diz que

[...] a continuidade entre o epilinguístico e o metalinguístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza. Enquanto essas últimas romperam muito cedo com a percepção – desde a física galileana, para se distanciarem dela cada vez mais –, o saber linguístico não rompeu senão esporadicamente com a consciência epilinguística. Essa ruptura acontece quando os gramáticos postulam elementos não manifestos para explicar os fenômenos

observáveis ou no domínio do comparativismo, no século XIX, com as leis fonéticas e as reconstruções. (AUROUX, 2014 [1992], pp.17-18)¹².

Auroux propõe que o saber que é objeto da História das Ideias Linguísticas é o “saber metalinguístico constituído e/ou em vias de constituição, qualquer que seja sua proximidade (“linguística popular”) ou sua distância em relação à consciência epilinguística” (AUROUX, 2014 [1992], p. 18). Diante disso, expõe que o saber metalinguístico pode ser de “*natureza especulativa*, situado puramente no elemento da representação abstrata, ou de *natureza prática*, isto é, finalizado pela necessidade de adquirir um domínio” (AUROUX, 2014 [1992], p. 18, grifos do autor). Quando tal saber é de natureza prática, ele pode ser determinado por três domínios, a saber:

- a) da enunciação: é o domínio entendido como a capacidade de um certo locutor adequar sua fala a certa finalidade;
- b) da língua: de ordem da fala ou entendimento de uma língua, seja ela materna ou não;
- c) da escrita.

Importa notar que esses domínios dão lugar às técnicas, isto é, práticas que permitem obter/alcançar um determinado resultado. Ao mesmo tempo, esses domínios dão lugar à formação de certas competências que recebem “um estatuto profissional em uma sociedade dada (turgimões/intérpretes, escribas, poetas, retores, etc)” (AUROUX, 2014, p. 18).

O filósofo da linguagem francês também nos aporta outra informação valiosa para o campo de História das Ideias Linguísticas: a de que a gramatização constitui a segunda revolução técnico-linguística¹³. Aponta, pois, que entre o século V e o final do século XIX,

¹² Com relação aos dois saberes apontados por S. Auroux (2014 [1992]), cumpre dizer que o saber epilinguístico (noção tomada emprestada de Culioli) é o saber que o locutor, de forma inconsciente, possui de sua língua e, também, da natureza da linguagem. Inconsciente aqui, segundo Auroux, sendo entendido como aquilo que não está representado. Em outras palavras, é o saber sobre a língua(gem) que o locutor possui, mas que não está representado para ele. Já o saber metalinguístico é o saber consciente, ou seja, o saber que existe na atividade reflexiva do locutor sobre a língua; o saber formalizado nas/das tradições gramaticais. É preciso dizer, no entanto, que não se trata aqui de pensar a ruptura de um tipo de saber para outro. Nesse sentido, Colombat, Fournier e Puech (2018 [2010]) nos lembram que o saber metalinguístico é, de certa forma, “apenas o *prolongamento* de uma aptidão epilinguística da qual os traços são percebidos em todas as culturas, mesmo se esse “prolongamento” não surge da mesma que ordem que aquele da qual ele é “prolongamento” (p. 58, itálicos dos autores). Assim, os saberes existem na forma do que S. Auroux (2014 [1992]) denomina como um *continuum*, isto é, o primeiro não cessa para que o segundo apareça.

¹³ Segundo Sylvain Auroux, a escrita é a primeira revolução técnico-linguística. O autor nos diz que a escrita “é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem” (AUROUX, 2014 [1992], p. 8). Nesse sentido, podemos apontar que a questão do limiar (início) da escrita é fundamental, visto que “qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do epilinguístico ao metalinguístico” (AUROUX, 2014, p. 19). Tal passagem comparece de inúmeras formas: pelo aparecimento de palavras como dizer, cantar, etc., que o autor expõe serem de ordem metalinguística, por meio de certas práticas de linguagem,

ocorreu um processo único: “a gramatização massiva, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo” (AUROUX, 2014[1992], p. 35). É uma revolução que implica em “consequências práticas [de ordens consideráveis] para a organização as sociedades humanas” (*ibid.*). Assim, temos que

cada nova língua integrada à rede dos conhecimentos linguísticos, da mesma maneira que cada região representada pelos cartógrafos europeus, vai aumentar a eficácia dessa rede e de seu desequilíbrio em proveito de uma só região do mundo. (*ibidem*)

Auroux (2014 [1992]) indica que a primazia da primeira revolução científica do mundo moderno deve-se às ciências da linguagem. Entretanto, as ciências da natureza são as que primeiramente alcançarão à “grande síntese teórica (Newton) e modificarão em profundidade a concepção tradicional (podemos qualificá-la de aristotélica) da ciência” (AUROUX, 2014[1992], p. 36). Todavia, diz S. Auroux, se não houvesse a segunda revolução técnico-linguística, “as ciências modernas da natureza não teriam sido possíveis nem em sua origem, nem em suas consequências sociais” (*ibidem*).

Disso, decorre que Auroux (2014 [1992]) apresenta uma série de transformações nas ciências da linguagem. De forma resumida, é possível citar o interesse prático da gramática que se estende ao da filologia. Além disso, a gramática “torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las” (*ibidem*). Há, ainda, o aparecimento dos dicionários monolíngues. O que se vê, de forma geral, é que há um largo avanço do “empreendimento de localização das línguas faladas e das construções de modelos que resumam suas relações estruturais e filiações, que será uma das preocupações científicas essenciais do século XIX” (AUROUX, 2014[1992], pp. 36-37). Com isso, o autor dá a saber o processo de gramatização dos vernáculos europeus. Em um quadro cronológico apresentado pelo filósofo da linguagem francês, o que salta à vista é que entre 1400 e a metade

entre outras formas. Além disso, conforme S. Auroux, é a alteridade, do ponto de vista da escrita, que permitiu o desenvolvimento dos saberes metalinguísticos que levaram à constituição de gramáticas e, posteriormente, à constituição da linguística concebida como ciência. Ademais, é importante também pontuar que aquilo que não se vê, segundo S. Auroux, é, nas civilizações de ordem oral, “um corpo de doutrina elaborado em relação com as artes da linguagem, mesmo onde podemos observar que certos indivíduos são especializados no papel de tradutores ou “poetas”” (AUROUX, 2014, p. 19). Além disso, é preciso dizer que “o aparecimento da escrita é um processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística sem equivalente anterior” (AUROUX, 2014 [1992], p. 21). Indo ao que Colombat, Fournier e Puech (2017 [2010]) dizem, temos que, no seio das ciências da linguagem, “a escrita não é a única técnica de transposição da fala” (p. 63). Na verdade, é uma das formas. Outras são tão possíveis quanto a escrita. Porém, a escrita, pensada enquanto suporte gráfico, goza de uma particularidade que reside na escolha desta como suporte para transpor a fala. Conforme apontam Colombat, Fournier e Puech (2017 [2010]), três são os fatos: o primeiro é que essa escolha independe do corpo próprio do enunciador. O segundo, é que há uma permanência do suporte. Por fim, existe o que os autores chamam de “bidimensionalidade do suporte gráfico” (p. 63), isto é, a possibilidade de a escrita vir em “quadros, quadros de dupla entrada, de listas, de colocação na forma paradigmática da informação” (p. 63).

do século XIX houve, pois, uma intensificação da gramatização dos vernáculos europeus, corroborando assim com o que Auroux (2014 [1992]) diz: a ocorrência massiva da gramatização a partir do Renascimento.

Importa lembrar que, no caso da gramatização massiva das línguas que é realizada a partir da Europa, pelo modelo greco-latino, há uma contribuição, segundo Rodríguez (2011), para universalizar categorias culturais, construídas historicamente, mas que passam a significar como se fossem naturais. Todavia, apesar desse fato, de uma gramatização massiva das línguas do mundo ter ocorrido a partir da Europa, Auroux (2014 [1992]) indica que se trata de um “problema epistemológico e histórico de grande importância, ao qual não se consagrou ainda um estudo profundo” (AUROUX, 2014 [1992], p. 42) em função de uma grande amplitude em uma época tardia. De acordo com o autor, há exemplos de outras civilizações (como a indiana, chinesa, greco-latina.) que “teriam tido os meios práticos e teóricos, e provavelmente também os contatos multilíngues necessários para fazê-lo” (*ibidem*). Para o filósofo da linguagem, o caso mais surpreendente é o dos árabes, pois trata-se de uma civilização que possuía “uma tradição de análise gramatical possante e autônoma” (*ibidem*).

Dessa forma, o autor aponta a necessidade de buscar os “traços específicos à contingência histórica que afetou a Europa, no período que nos interessa, as razões do desenvolvimento sem precedentes da gramatização” (*ibidem*). Logo, desse empreendimento feito por Auroux, alguns apontamentos são importantes de serem ressaltados. Em primeiro lugar, o autor cita que alguns dos traços são respectivos à situação histórica particular do mundo latino. Assim, faz uma série de observações sobre a “questão da língua” no mundo latino. Das observações, é possível extrair a seguinte consideração: “a gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua” (AUROUX, 2014[1992], p. 43). Isso significa que, conforme Auroux aponta logo em seguida,

Foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada com fins de pedagogia linguística, porque essa língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse – o que tomará um tempo considerável – uma técnica de aprendizagem, aplicável a toda língua, inclusive a materna. (AUROUX, 2014[1992], p. 43)

Gostaria, ainda, de ressaltar duas outras considerações que Auroux (2014 [1992]) faz no desenvolver de seu texto. Primeiro é o fato de que “de língua em língua, o processo de gramatização é efetivamente transitivo e, em seus primórdios, fortemente reversível” (AUROUX, 2014 [1992], p. 45). Isso implica a possibilidade de a gramatização de uma

“língua x” tornar-se acessível aos locutores de uma “língua y”. Em segundo lugar, é o fato de que é possível pensar que “pertencer a uma mesma família linguística (...) do modelo de gramatização e da maioria das línguas mais gramaticalizadas teve papel favorável à universalização do quadro latino” (AUROUX, 2014[1992], p. 48).

Feitas essas considerações, penso que elas são importantes para compreender o processo de gramatização, enquanto revolução tecnológica, destacarei duas outras questões que, apesar de básicas, considero, em função do quadro teórico-metodológico de ancoragem da presente pesquisa, imprescindíveis para a instauração do campo da História das Ideias Linguísticas. São as noções de *gramatização* e de *instrumento linguístico*.

Por *gramatização*, compreende-se “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de suas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2014[1992], p. 65, itálico do autor). Conforme S. Auroux (2014), a gramática

[...] não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um **instrumento linguístico**: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. (p. 70, negritos meu)

Desse modo, a *gramatização*¹⁴ se dá por meio da produção de instrumentos linguísticos, como as gramáticas e os dicionários¹⁵, que são responsáveis por dar *status* de língua a uma língua.

No que tange às gramáticas, instrumentos linguísticos que compõem o arquivo proposto, elas tornam a língua representável ao engendrar e decompor enunciados¹⁶. Dessa feita, Auroux (2014 [1992]) fará alguns apontamentos que possibilitam pensá-las enquanto

¹⁴ Cumpre dizer que a gramatização não é simplesmente a produção de instrumentos linguísticos sobre uma língua, uma vez que as tecnologias (dicionários, gramáticas, etc), conforme Guimarães e Orlandi (1996) “não são só resultado de um saber, são também parte dos fatos para os quais, ou a partir dos quais, foram produzidas” p. 13). Assim, pensar a gramatização é também pensar o modo como uma sociedade constrói sua identidade e sua constituição histórica.

¹⁵ Não apenas gramáticas e dicionários são considerados como instrumentos linguísticos. Pensando a HIL no Brasil, fazem parte dessa instrumentação as gramáticas, os dicionários, as obras literárias, os manuais, os programas de ensinos e as leis que tratam sobre a língua. Os instrumentos linguísticos estão em relação indissociável entre a história, a ideologia e o político.

¹⁶ É importante pontuar que uma língua pode ser representável de outros modos que não apenas por meio dos instrumentos linguísticos.

instrumentos linguísticos e, também, pensar o ato de gramatização. Destaco duas considerações que Auroux realiza: em um primeiro momento, diz que “uma gramática contém (pelo menos): a) uma categorização das unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar)” (AUROUX, 2014[1992], p. 66). Uma outra consideração que o autor aponta é que:

[...] o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia / fonética (parte opcional), partes do discurso (...), morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção. (AUROUX, 2014[1992], p. 67)

Considero esses dois apontamentos importantes, pois nos dão/são um indicativo da estabilidade estrutural da gramática enquanto instrumento linguístico. Se, para Auroux (2014 [1992]), os exemplos (nas gramáticas) possuem uma “espantosa estabilidade no tempo” (cf Auroux, 2014 [1992]), o mesmo pode-se dizer para o corpo de uma gramática. Acrescentaria apenas, a partir de um deslocamento que faço, frente ao que propõe Orlandi (2013b), que a gramática é organizada ideologicamente de uma forma e não de outra¹⁷.

Todavia, salta à vista o fato de que não é sem efeito o ato de considerar a gramática enquanto um instrumento linguístico fundamental para o processo de gramatização. Isso significa que, a partir do momento que se dá *status* de língua a uma certa língua, outras são apagadas. Para explicar isso, o autor francês recorre à seguinte metáfora:

Assim como as estradas, os canais, as estradas-de-ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio da humanidade. É claro, entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos “não-instrumentalizadas”, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar linguicídio. (AUROUX, 2014 [1992], p. 71)

1.2.1. O campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil e sua singularização

Expostas as questões que possibilitaram ao campo da HIL institucionalizar-se na França, é preciso dizer que, no Brasil, a noção de *gramatização* ganhou outros contornos na medida em que foi possível compreender, conforme Nunes (1996), como, na história brasileira, o processo de *exogramatização* das línguas indígenas, pelos europeus, que teve início

¹⁷ Faço esse deslocamento frente ao que a autora considera para o dicionário, a partir de uma posição teórica-metodológica da articulação entre Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas.

no período da colonização, contribuiu para o processo de *endogramatização*¹⁸ do português produzido no Brasil, pelos brasileiros, no final do século XIX¹⁹, processo este que Eni Orlandi e Eduardo Guimarães (1996) nomearam de *gramatização brasileira do português*.

Por isso, é salutar apontar que o campo de História das Ideias Linguísticas, tal como vem sendo desenvolvido no Brasil a partir de trabalhos de Sylvain Auroux, Eni Orlandi e diversos pesquisadores, tem produzido trabalhos que buscam tocar em questões referentes/pertinentes ao processo de constituição do saber metalinguístico no Brasil; e aqui vale citar a primazia do livro *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*, organizado por Orlandi (2001), que reúne uma coleção de textos importantes para compreender o percurso das ideias linguísticas em um país de colonização como o Brasil. Diz a autora na apresentação da obra que:

[...] as pesquisas que estão na base dessa publicação trabalham a história da produção de ideias linguísticas, aí compreendidos instrumentos tecnológicos como gramática e dicionários, no Brasil, e o processo de constituição da língua nacional (p. 7).

Ao apresentar detalhes do projeto, Orlandi (2001) destaca a importância de

[...] conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Não menos importante, nessa perspectiva, é pensar a relação Língua/Nação/Estado e o cidadão que essa relação constitui. (p. 9)

Esses trabalhos em História das Ideias Linguísticas vêm buscando compreender os processos de produção do saber metalinguístico em sua historicidade, a partir de análises

¹⁸ Pensando o processo de gramatização, é preciso dizer que ele corresponde “a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas, transferência que não é, claro, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla” (AUROUX, 2014 [1992], p. 76). Destarte, há duas formas de transferência: a *endotransferência* e a *exotransferência* que resultam, em termos linguísticos, na *endogramatização* e na *exogramatização*. Se considerarmos, por exemplo, a gramática latina, temos um processo de *endogramatização* (de forma geral, é a gramatização da “própria língua”). No entanto, se pensarmos nas línguas indígenas, passamos ao processo de *exogramatização* (grosso modo, é a gramatização da “língua do outro”).

¹⁹ Escreve Nunes (1996): “No caso dos vernaculares europeus ocorreu uma endo-gramatização. O português por exemplo, se gramatizou através de uma endo-transferência da gramática latina: falantes nativos a realizaram. As línguas indígenas americanas no século XVI sofreram um processo de exo-gramatização. O tupi, por exemplo, se gramatizou através de uma exo-transferência da gramática latina: falantes não-nativos a realizaram. A endogramatização do português brasileiro teve como observatório, por um lado, os produtos da endogramatização do português de Portugal, por outro, os produtos da exogramatização das línguas indígenas brasileiras. Ou seja, de um lado, os dicionários monolíngües do português; de outro, os dicionários bilíngües português-língua indígena.” (p. 184).

dos discursos que vão sendo produzidos sobre a língua²⁰, por meio de uma articulação com a Análise de Discurso (AD)²¹ (Pêcheux, Orlandi e outros). Ferreira (2018) nos lembra que no Brasil,

[...] o modo pelo qual a institucionalização das pesquisas em História das Ideias Linguísticas iniciou foi norteador para a maneira como esse nome – *História das Ideias Linguísticas* – significa enquanto designação de um domínio de conhecimento, ao lado de outros nomes, notadamente, o nome *Análise de Discurso*. (pp. 17-18, itálicos da autora)

Assim, essa institucionalização da HIL no Brasil – e acréscimo a conseqüente singularização – relaciona-se ao fato de que as pesquisas começaram no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP a partir do projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, coordenado por Eni Orlandi, em 1987, na área de Análise de Discurso.

Ferreira (2018) apresenta um percurso sobre temas e questões de pesquisas que são caros à História das Ideias Linguísticas no Brasil. Trata-se, pois, de um percurso produzido a partir de uma perspectiva discursiva materialista e que é importante para consolidação desse campo no Brasil. Há, segundo a autora, uma gama de estudos discursivos em HIL que tratam sobre, por exemplo,

[...] a relação entre a língua e as línguas [e que] percorreram as tensões e contradições entre língua imaginária e língua fluida, entre língua oficial, língua nacional, língua materna, língua estrangeira, língua transnacional, língua de fronteira, e entre língua portuguesa, língua geral, língua brasileira (p. 22).

No que tange aos conceitos de língua no quadro da HIL, gostaria de destacar em especial dois que comparecem no percurso citado acima, são eles: *língua imaginária* e *língua*

²⁰ Compreendo “discursos que vão sendo produzidos sobre a língua” a partir da noção de *discursos sobre*, formulada por Orlandi (2008 [1990]) e retomada por Mariani (1996). Assim, se os discursos sobre “são uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos” (ORLANDI, 2008 [1990], p. 44) entende-se que eles “representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor” (MARIANI, 1996, p. 64, itálicos da autora). Nessa esteira, pensar “discursos que vão sendo produzidos sobre a língua”, no que tange ao presente trabalho, é pensar aquilo que se diz sobre a língua a partir de determinadas relações institucionais (e teóricas) que, configurando-se enquanto lugar de autoridade, atuam (e afetam) a transmissão de conhecimento; no caso do trabalho em tela, o conhecimento da formação de palavras e dos sufixos.

²¹ No Brasil, o campo de História das Ideias Linguísticas ganha uma singularização, pois é afetado pela posição teórica do pesquisador. Assim, há não somente pesquisadores filiados à Análise de Discurso como também a outros campos do conhecimento que compõem as ciências da linguagem, como a Semiótica, a Linguística Histórica, a Semântica, a Sintaxe, etc. No caso do presente trabalho, a filiação teórica é a Análise de Discurso. Assim, as questões que aqui são postas à História das Ideias Linguísticas são postas tomando o aparato teórico-metodológico sustentado por uma Análise de Discurso materialista.

fluida (cf. ORLANDI & SOUZA, 1988; ORLANDI, 2008 [1990]; ORLANDI, 2009), pois interessam diretamente ao trabalho em questão. Eni Orlandi conceitua que a *língua imaginária* é

[...] a língua sistema, a que os analistas fixam regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. Objetos-ficção que nem por isso deixam de ter existência e funcionam com seus efeitos no real. São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em sua unidade e variações. São construções. Sujeitas a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias. (ORLANDI, 2009, p. 18)

A *língua imaginária*, então, é a língua da gramática, por exemplo, e também a língua das leis, dos programas oficiais de ensino, etc. Por outro lado, temos ainda o conceito de *língua fluida*. Ela é

[...] a língua em movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcações e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas. A que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos nas condições de sua produção, na sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente. A que não tem limites. Fluida. (*ibidem*)

Por seu lado, então, a *língua fluida* é a língua que não se deixa imobilizar em um cercadinho de madeira, a que não podemos controlar, a que “não tem os limites nos quais nos asseguramos” (*ibidem*).

No percurso brasileiro da História das Ideias Linguísticas, há, também, conforme Ferreira (2018), estudos que “levaram ao desenvolvimento de teses sobre diferentes tipos de gramatização, articulando a gramatização portuguesa, com a gramatização brasileira do português e a gramatização brasileira do brasileiro” (p. 23).

A autora ressalta que, antes mesmo da constituição da área de História das Ideias Linguísticas no Brasil, a questão das políticas linguísticas já começava a ser pensada discursivamente por Eni Orlandi, em 1988, abrindo

[...] uma importante via de reflexão para pensar a noção de política linguística mais amplamente, considerando que ela diz respeito não somente às intervenções visíveis produzidas pelas instâncias institucionais e pelo Estado. Do ponto de vista discursivo, há diferentes políticas linguísticas funcionando em todas as instâncias de uma sociedade em processos bem menos evidentes. (FERREIRA, 2018, p. 24)

Com o projeto “História das Ideias Linguísticas: Ética e políticas das línguas”²², surgem diversos trabalhos “pensando a política linguística e as políticas das línguas da perspectiva de que o político é constitutivo das práticas discursivas” (FERREIRA, 2018, p. 24). É possível destacar os trabalhos de Orlandi (1998) e Guimarães (2001) que se desdobram sobre ética e política das línguas, a partir das relações tensas e contraditórias constitutivas do processo de políticas linguísticas entre *unidade* (relativa ao Estado e às Instituições); *dominação* (pelas relações entre povos, nações e Estados); e *diversidade* (relativa aos que falam as línguas). Também é importante destacar, como lembra Ferreira (2018), a distinção entre *políticas linguísticas* e *políticas de sentidos das línguas* feita por Mariani (2004).

Gostaria de me ater brevemente à questão das políticas linguísticas, pois o capítulo 3 do presente trabalho será dedicado às reflexões sobre tais questões. Dessa forma, Orlandi (1988) nos diz que “faz parte da reflexão da política linguística não só procurar esclarecer fatos que se situam no escopo da política da linguagem, como tornar conhecidos percursos históricos que instituem uma política específica” (p. 7). Nesse sentido, o presente trabalho, ao pensar a historicidade do processo de formação de palavras em gramáticas brasileiras publicadas nos séculos XIX (meio) e XX (início), em diferentes autores e tradições, busca compreender como se constituem as políticas linguísticas que envolvem e afetam o processo brasileiro de gramatização da língua portuguesa. Gramatização que se dá a partir das relações tensas e contraditórias e constitutivas entre unidade, diversidade e dominação. Afinal, e retomando Orlandi (1998),

[...] quando falamos de Política Linguística enquanto Política de Línguas, damos à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo político-simbólico que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. (p. 8)

Para além dessas questões já expostas, Ferreira (2018) lembra a importância do trabalho de arquivo para esses estudos, destacando que:

[...] a filiação à Análise de Discurso levou diversos pesquisadores a um trabalho refletido sobre o arquivo, a partir do que propôs Pêcheux (1997 [1982], p. 63): tomar a materialidade da língua na discursividade do arquivo, e também a partir de Guillaumou e Maldidier (1997 [1986], p.

²² Projeto realizado no âmbito do acordo Capes/Cofecub (nº 313/00/02) e liderado por Eni Orlandi (UNICAMP), Diana Luz Pessoa de Barros (USP) e Sylvain Auroux (ENS Fontenay/Saint-Cloud)

164): “O arquivo nunca é dado a priori, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”. (*ibidem*, p. 25).

Aproximando-se do percurso proposto no presente trabalho, ou seja, o da compreensão sobre a historicidade do processo de formação de palavras, é possível dizer também que, no Brasil, a História das Ideias Linguísticas possui, pois, um campo já consolidado de estudos sobre o saber lexicográfico a partir de uma base discursiva com Orlandi (2000), Nunes (1996), Nunes e Petter (2002) e Oliveira (2006), por exemplo.

A História das Ideias Linguísticas abarca, ainda, estudos que se voltam à historicidade dos sufixos como formadores de gentílicos, a exemplo do trabalho feito por Ferrari e Medeiros (2012), no qual analisam a historicidade do par de sufixos *-eiro* e *-ense* e mostram como o funcionamento desses sufixos constituiu duas posições discursivas diferentes. Prestes a finalizarem o trabalho, dizem os autores, “o que pudemos ler percorrendo estes vários lugares discursivos dos séculos XIX e XX foi um longo processo de tensão na constituição da designação brasileiro como gentílico do Brasil” (p. 102). Apontaria ainda estudos mais recentes que se voltam aos sufixos como formadores de agentivos, como é o caso do trabalho de Faria e Medeiros (2018)²³ que, dentre outras questões, traz uma reflexão inicial do par de sufixos *-eiro* e *-ista*, a partir de gramáticas produzidas no século XX, buscando mostrar que, para compreender o processo de formação de palavras, é importante pensar a historicidade dos sufixos, com suas regularidades e irregularidades. Isso porque:

Ao falarmos, inscrevemo-nos em uma dada formação discursiva que é sustentada por uma rede de sentidos. E é essa rede de sentidos que nos faz ter a não intercambialidade entre dois agentivos que nos leva a designar profissões de forma diferente. A distinguir na língua o que se distingue nas classes sociais. É o caso de manobreiro e manobrista. É a gramática, como nos aponta Auroux, afetando o dizer. (FARIA & MEDEIROS, 2018, p. 62)

O que acredito ser importante pontuar é que os trabalhos acima pensam a língua em sua historicidade. Seja a partir do ato de nomear, uma vez que dizer *língua oficial* não é

²³ O trabalho em questão é fruto do projeto de Iniciação Científica “Estudos sobre afixos em História das Ideias Linguísticas” que realizei sob orientação da Professora Doutora Vanise Gomes Medeiros. O projeto desenvolvido resultou na apresentação do trabalho “Da historicidade dos sufixos formadores de nomes de profissões: uma análise discursiva” no IV Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, na UFES, em 2017, sendo publicado, em 2018, na Revista *Policromias*. Também foi realizada a apresentação “Da historicidade dos sufixos formadores de nomes de profissões: Roda de Conversa em Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas no Ensino Médio” às turmas de alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual David Capistrano (Santa Bárbara, Niterói – RJ) da Professora Lídia Ferreira.

dizer *língua materna*; da mesma forma que dizer *língua estrangeira* recorre a discursividades diferentes do que se dizer *língua adicional*. São nomes diferentes e, como tais, inscrevem-se em condições de produção específicas, mobilizando diferentes memórias e formações históricas; seja a partir de questões próprias da língua, como o processo de formação de palavras, por exemplo. Para além disso, é preciso lembrar aquilo que Ferreira (2018) diz em suas considerações conclusivas sobre a História das Ideias Linguísticas no Brasil, pois as pesquisas em HIL que são delineadas no Brasil em sua articulação à Análise de Discurso vêm:

[...] indagando sobre os instrumentos linguísticos e suas relações com as instituições, o Estado, o mercado, a globalização, bem como com os novos modos de significação do sujeito em relação à identidade e à autoria e, ainda, em relação aos movimentos de resistência às formas de conformação técnica. É nesse sentido que podemos dizer que, dessa perspectiva, quaisquer práticas técnicas são, necessariamente, práticas políticas.

Ademais, é preciso dizer que mesmo os trabalhos que não tocam diretamente na questão do arquivo, não deixam de considerar a tensa relação entre língua, discurso e história. São trabalhos que percorrem o funcionamento (discursivo) do arquivo, uma vez que neste:

[...] o sentido é convocado a partir de uma diversidade máxima de textos, de dispositivos de arquivo específicos sobre um tema, um acontecimento, um itinerário. Longe de uma leitura que adiciona textos e sentidos, o arquivo “exibe”, de algum modo, um sentido determinado; ele introduz restrições na descrição do semantismo dos enunciados. (GUILHAUMOU, MALDIDIER, 2016[1990], p. 238)

Assim, na próxima seção, trarei à baila questões para refletir o trabalho de (e com) arquivo.

1.3. Um arquivo do conhecimento gramatical: questões teóricas sobre o (fazer) arquivo²⁴

As questões que ponho aqui foram empreendidas para pensar o que é (fazer) um arquivo em História das Ideias Linguísticas (HIL). São reflexões que sustentam o trabalho de arquivo empreendido em meu percurso de pesquisa durante o mestrado: compreender a

²⁴ Gostaria de agradecer a leitura atenta (e instigante) que André Cavalcante (UFF), Bruno Caetano (UNICAMP) e Thais da Costa Araújo (UFF/UNICAMP/UERJ) fizeram da presente seção. Foram interlocuções preciosas e que me possibilitaram avançar um pouco mais na questão do arquivo. Também agradeço à Ana Cláudia, orientadora do trabalho, por me lembrar que há história(s) que transborda(m) do arquivo. E, ainda, à Vanise Medeiros por me recordar que falar de arquivo é também falar das condições de produção.

historicidade dos saberes linguísticos produzidos sobre o processo de formação de palavras com os sufixos *-eiro* e *-ista* a partir da montagem de um arquivo de gramáticas de autores brasileiros, publicadas entre o século XIX e início do século XX. É o que intitulo de *arquivo do conhecimento gramatical*. Por isso, a reboque dessa questão do arquivo em História das Ideias Linguísticas, em que busco compreender como a noção de arquivo ganha forma na História das Ideias Linguísticas (em sua singularização) no Brasil, vem uma outra reflexão: pensar o que é (e por que) montar um arquivo de gramáticas. Dessa forma, trarei à baila, nas próximas seções, questões do trabalho com arquivo. Antes de avançar, é preciso dizer que tais questões foram inspiradas nos trabalhos do Grupo Arquivos de Língua (GAL) coordenado pela Profa. Dra. Vanise Medeiros (UFF) e pelo Prof. Dr. Phellipe Marcel (UFF) e que congrega 19 pesquisadores de instituições nacionais e internacionais. A partir da interlocução em eventos do grupo, foi possível elaborar uma série de questões para o que eu tenho chamado de arquivo do conhecimento gramatical.

1.3.1. Arquivo, Discurso, Língua e História: questões fronteiriças e imbricadas

O trabalho com arquivo é amplo e perpassa muitas áreas do conhecimento. Em cada área científica, seja na própria arquivologia ou na história, ou na filosofia ou na sociologia etc., o arquivo é concebido de forma diferente. Para as ciências da linguagem não é diferente, visto que o trabalho com arquivo caminha para a heterogeneidade a partir do momento que ele é afetado/atravessado pela posição teórica daquele que analisa (mas também monta) o arquivo e, assim, o trabalho de/com arquivo ganha outros contornos. Dos (inúmeros) trabalhos desenvolvidos tomando a questão do arquivo, dois textos são fundamentais para início dessa reflexão, são eles: “Ler o Arquivo Hoje” de M. Pêcheux (2014b [1982]) e “Efeitos de arquivo. A análise do discurso no lado da História” de Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]). São escritos fundamentais para a compreensão desse saber (e sabor) de arquivo.

Uma definição ampla do que é o arquivo nos é dada por Pêcheux (2014b [1982]) ao dizer que o arquivo é entendido como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p. 59). O arquivo pode ser de múltiplas ordens: física ou digital, coletiva ou individual (só para exemplificar algumas possibilidades). Memorandos emitidos por uma universidade, por exemplo, atas departamentais e fichas de inscrição podem ser componentes de um arquivo. O mesmo ocorre para um banco de dados. Um (mesmo) arquivo pode ser

reunido para formar a memória de uma instituição (e aqui temos seu funcionamento em uma ordem coletiva), bem como a partir de determinados critérios, reunidos para compor um objeto de análise de um pesquisador (e aqui temos seu funcionamento em uma ordem individual).

No discorrer de suas reflexões sobre a leitura do arquivo, Michel Pêcheux observa por meio daquilo que ele chama de história das ideias de duas culturas – a dos “cientistas” e a dos “literatos” –, como a língua e o gesto de leitura de arquivo são por elas concebidos. De acordo com ele, “essas duas culturas não pararam de se distanciar uma da outra (...) ignorando de uma maneira mais ou menos deliberada a própria existência da outra” (PÊCHEUX, 2014b [1982], p. 58). Dessa forma, o autor salienta que “o divórcio cultural entre o ‘literário’ e o ‘científico’ a respeito da leitura do arquivo não é um simples acidente” (*ibidem*, p. 60). Pelo contrário, esse “divórcio” entre as culturas está ligado, pois, a uma divisão social do trabalho de leitura, divisão que envolve, por exemplo, desde uma leitura individual do arquivo (para Pêcheux, essa leitura individual é praticada pelos “literatos” – os historiadores, os filósofos e as pessoas de letras –, que praticam por si só a própria leitura, e realizam a construção do próprio mundo de arquivo), até a construção de um outro tipo de arquivo que é realizado pelos escrivães, copistas e técnicos especializados, por exemplo.

Apontando que ao falar sobre o divórcio entre “literatos” e “cientistas” busca dirigir-se, ao mesmo tempo, a um e a outro, Pêcheux (2014b [1982]) diz que a reflexão sobre a questão do arquivo recai sobre “o *fato teórico* que constitui a existência da língua como materialidade específica, constantemente contornada, ignorada ou recusada pelas duas culturas em divórcio que (se) dividem assim o território” (p. 64, itálicos do autor). Essa questão teórica reside justamente na existência da linguística enquanto “ciência de entremeio” que não pende nem para o lado dos “literatos” nem para o lado dos “cientistas”. É na linguística que, diz Pêcheux (2014b [1982]), reside “uma *materialidade específica da natureza formal*” (p. 65) e essa materialidade ao mesmo tempo que reside na linguística, também “*resiste do interior* às evidências da lógica, seja ela dita ‘natural’ ou matemática” (*ibidem*, p. 65, itálicos do autor).

Interessa observar que, para Pêcheux, a questão sintática está presente e possui uma especificidade diferente da questão semântica. A sintaxe se permite materializar “em forma de cálculo”, ou melhor dizendo: a sentença sintática pode ser expressa em forma de notação. Se tomarmos como exemplo a sentença: “Grammatica é uma Arte” (CORUJA,

1865, p. 5) ou “Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem” (RIBEIRO, 1881, p. 1), teríamos, grosso modo, uma notação do tipo “S V O”, em que:

S (Sujeito)	V (Verbo)	O (Objeto)
Grammatica	é	uma Arte (CORUJA, 1865, p. 5)
Grammatica	é	a exposição methodica dos factos da linguagem (RIBEIRO, 1881, p. 1)

Mas essa notação, em enunciados mais complexos, por exemplo, é uma formulação que escapa à sintaxe²⁵. Assim, diz M. Pêcheux (2014b [1982]), a materialidade da sintaxe escapa simultaneamente “na medida em que, o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua, e é aí que a questão do sentido surge no interior da sintaxe” (p. 65). Dessa forma, a partir de G. Canguilhem, o linguista nos apresenta a formulação de que o sentido “escapa a toda redução que tenta alojá-lo numa configuração orgânica e mecânica” (*ibidem*, p. 65). Ou seja, jogamos sobre o sentido, mas é a língua que nos permite esse jogo. Permite esse jogo, pois ela é opaca e espessa. E é a relação “entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (p. 66, itálico do autor). Em suma, “ler o arquivo hoje”, para Pêcheux (2014b [1982]) significa

desenvolver práticas diversificadas de trabalho sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista e do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática – e, logo, *também* nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leituras de arquivo. (p. 67, itálicos do autor)

²⁵ Nesse sentido, pode-se citar as análises que M. Pêcheux (2015 [1981]) empreende em seu texto “efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês”. É um perfeito gesto analítico do autor para demonstrar que a ambiguidade das relativas explicativas e restritivas escapa à sintaxe. A classificação de uma determinada frase em explicativa ou restritiva, muitas vezes, ocorre por questões exteriores ao sistema linguístico e acabam em condições semânticas.

É, pois, construir práticas que não apaguem esse trabalho de leitura do arquivo ao mesmo tempo em que permitam a pluralidade dos *gestos de leitura*. Sobre tais gestos, Pêcheux (2014b [1982]) nos lembra que há, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e na maneira de apreendê-los, um sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente. Nesse sentido, o trabalho de leitura de um arquivo, para Pêcheux (2014b [1982])

consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura. Assim, começaria a se construir *um espaço polêmico das maneiras de ler*. (p. 59, itálicos do autor)

Seguindo as reflexões com Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]), temos que o arquivo “nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco” (p. 170, itálicos dos autores). O trabalho de leitura de um arquivo não está dado e, por isso, não é um simples ato de documentação. Assim, Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]) nos lembram que “todo arquivo, principalmente manuscrito, é identificado pela presença de uma data, de um nome próprio, de uma chancela institucional etc., ou ainda pelo lugar que ocupa em uma série” (p. 170). Entretanto, tal classificação que, nas palavras dos autores, é puramente institucional, coloca-se para nós, enquanto Analistas de Discurso, como insuficiente. É insuficiente, pois “diz pouco do funcionamento do arquivo” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 2014 [1986], p. 170).

Por isso, no caso específico da presente pesquisa, o que é pensado é a documentação de gramáticas não como simples documentos em que encontraremos referências (para fazer alusão ao que Guilhaumou e Maldidier nos dizem sobre o que não é um arquivo). Penso, sim, a documentação de gramáticas como um gesto que possibilita um trabalho de leitura em que seja possível trazer “à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014 [1986], p. 170) ao considerar a relação entre língua e discurso em sua historicidade. O que é importante pontuar é que, no gesto de leitura empreendido no arquivo, sobressai-se o fato de que “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (ORLANDI, 2013a, p. 47). Ou seja, é pensar que aquilo que está arquivado significa, mas significa pelas redes de sentido que a história faz valer.

Nesse sentido, é possível estabelecer um diálogo entre a questão que Pêcheux (2014b [1982]) lança ao arquivo e ao que Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]) postulam. Se naquele, a reflexão destaca que o nó central do ato de leitura de arquivo está na relação

entre língua e discursividade²⁶, para estes, a reflexão destaca que o arquivo não é dado e a leitura dele empreendida é opaca, visto que não é a mera leitura de um documento em busca de identificações. É preciso compreender que as “informações” que ali estão significam e são significadas em uma dada formação histórico-social. Assim, o trabalho com o arquivo exige que se vá em busca de conhecer o/um documento e entender sua composição, o que é interessante, pois se de minha posição teórica considero que o arquivo nunca é dado, então “ele não se mostra. É preciso montá-lo” (BARBOSA FILHO, 2018, p. 31).

Destarte, o que penso ser importante ressaltar dessas reflexões teóricas empreendidas na discussão dos textos de M. Pêcheux e de Guilhaumou e Maldidier, é que, ao realizar a montagem de um arquivo, esse ato não ocorre fora de certas condições de produção. É um ato ímpar do analista que, ao montá-lo, estipulará um determinado número de critérios teóricos e analíticos que vão seguir certas orientações em detrimento de outras. É o que permite as possibilidades múltiplas para Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]) ou a pluralidade dos gestos de leitura para Pêcheux (2014b [1982]). É o que faz que, de um mesmo arquivo, diferentes leituras surjam. Importa dizer ainda que, conforme Pêcheux [2014b [1982] e Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]), pela Análise de Discurso, a leitura do arquivo se funda/installa no encontro entre língua e arquivo. É nesse encontro entre língua e arquivo que o *gesto de leitura* empreendido pelo analista se distingue da leitura empreendida pelo historiador, por exemplo.

E é nessas diferentes leituras, que produzem distintos efeitos de sentidos, que se pode dizer, a partir de Scheneiders (2014), que se instala “o poder do arquivo”, para retomar Roudinesco (2006). A autora francesa nos apresenta reflexões sobre o arquivo em sua articulação ao campo da psicanálise. E são nessas reflexões que a autora nos aponta que “não há como não admitir que o arquivo (destruído, presente, excessivo ou apagado) é a condição da história” (p. 9). Penso importar essa consideração da psicanalista, pois nos dá uma ideia do arquivo frente à história²⁷. Nesse sentido, Schneiders nos elucida que, para Roudinesco,

²⁶ Discursividade, aqui, é entendida não como um “bloco fechado”. São memórias discursivas, logo, discursos que produzem discursividades.

²⁷ As reflexões feitas por Roudinesco (2006) no campo da psicanálise interessa ao presente trabalho na medida em que é possível, com os devidos deslocamentos, articulá-la à Análise de Discurso. Não estou tomando-a *ipsis litteris*. Pelo contrário, e aqui retomo Eni Orlandi (2015) que nos lembra que “na perspectiva [da Análise de Discurso], que é a minha, não se “recebe” simplesmente um autor. Estabelece-se uma relação com a obra deste autor, sempre a partir de uma posição nossa em nossa tradição de reflexão e na história do conhecimento que produzimos no Brasil. É um trabalho intelectual constante, que não parte desses autores mas vai a eles para olhar o nosso próprio trabalho em perspectiva. Nos relacionamos com os autores para elaborarmos, avançando, o que estamos construindo com nossa autoria” (p. 13). Desse modo, agradeço a conversa com Vanise Medeiros, que me lembrou, a partir de uma palestra proferida pela Profa. Mara Glozman, que pensar em (e falar de) arquivo também têm condições de produção. Falar de arquivo em um país que tem uma rua chamada *Rue des*

o arquivo “vincula-se à ideia de totalidade, de estabilização de sentidos e da história, além do fato de a totalidade e a estabilização estarem na ordem, sobretudo, do institucional, e isso nos permite lançar gestos de interpretação sobre o arquivo” (SCHENEIDERS, 2014, p. 101).

Não entrarei, nesse momento, na questão do institucional. Mais à frente tecerei os devidos comentários que tal questão merece. Gostaria de me ater ainda naquilo que Roudinesco (2006) nos diz sobre o arquivo, para desenvolver um pouco mais as reflexões. Assim, nessa esteira, a psicanalista nos lembra que há dois impossíveis no arquivo, são eles: o culto excessivo e a negação do arquivo. São impossíveis pois

se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma. (ROUDINESCO, 2006, p. 09)

É preciso ainda lembrar que, em Roudinesco (2006),

o culto excessivo do arquivo resulta numa contabilidade (a história quantitativa) destituída de imaginação e que proíbe que possamos pensar a história como uma construção capaz de suprir a ausência de vestígios. Quanto à negação do arquivo, de seu peso interiorizado como memória subjetiva, ou como herança genealógica, ela corre o risco de conduzir a um delírio que reconstruiria o espelho do arquivo à maneira de um dogma. (ROUDINESCO, 2006, pp. 9-10)

Assim, se considero que o arquivo, em suas múltiplas possibilidades, é condição da história, importa dizer que não é uma história restrita ao arquivo, que só existe nele (ou por ele). Mas sim, de uma história que ganha contornos (diria mais, ganha totalidade e ganha estabilização) com o gesto de montagem de um arquivo que é um gesto de já-interpretação a partir da relação do analista com o arquivo (diria ainda, de um analista com um arquivo montado)²⁸.

Faço, entretanto, uma observação: em uma perspectiva discursiva, nem tudo é arquivo, mas não há como não ser história. A história está além e aquém do arquivo: ela

Archives é uma coisa; falar de arquivo em um país, como o Brasil, que sequer ao arquivo da Comissão da Verdade temos acesso, implica em outras questões, com outros olhares.

²⁸ Gostaria de exemplificar tal questão com o que Elisabeth Roudinesco (2006) nos lembra: em 1939, a obra de Freud já estava consumada no momento de sua morte, todavia “as correspondências, abundantes, ainda não estavam reunidas, mas sabia-se que não estavam em absoluto perdidas. Produzia-se então, no movimento psicanalítico, uma vontade forte e combinada de escrever história, fazer viver a obra de Freud e transmiti-la” (p. 10). Nesse sentido, penso que aí reside o *poder do arquivo* (para citar o título da seção em que a autora empreender tais reflexões): é um arquivo ausente e que produz um movimento de escrita da história.

transborda do arquivo; há história antes mesmo que haja arquivo; há história fora do arquivo. Cotidianamente, há histórias que não cabem e que nunca caberiam no arquivo. Nesse sentido, a reflexão de Roudinesco é importante, pois é possível, em um primeiro momento, articulá-la ao que nos dizem Guilhaumou e Maldidier (2014 [1986]). Se para estes o arquivo nunca é dado e seu funcionamento é opaco, resulta que temos a produção de um efeito de arquivo, com Roudinesco (2006) temos que o arquivo, ao vincular-se à ideia de totalidade e de estabilização da história, também produz efeitos. No nosso caso, é a produção de efeitos sobre a história. É efeito pois, ao olharmos discursivamente, a história é produzida a partir de gestos de interpretação, gestos estes que podem, inclusive, tender para a contabilidade (o mundo logicamente estabilizado) ou mesmo para o delírio (as formulações equívocas). A história não escapa disso justamente porque a língua que conta as histórias é sujeita a falhas.

Nesse sentido, é importante pensar que arquivo, discurso, língua e história estão em relação fronteira ao mesmo tempo que se imbricam. E essa relação fronteira implica, nos termos de Maria Cristina Leandro Ferreira (2005), dizer que se trata de

um espaço tenso, instável, contraditório... e fecundo. Quem nela habita, desfruta de uma amplidão de horizontes e de uma maior ilusão de liberdade; liberdade ilusória, porque implica, ao mesmo tempo, e paradoxalmente, um espaço a ser compartilhado com o outro, o estrangeiro. (p. 213)

Dessa forma, temos questões caras à pesquisa em questão. Se fossemos (ou se fosse possível) representar a ligação que temos entre os quatros domínios, uma das escolhas possíveis seria, certamente, a “Fita de Möbius”. Criada pelo matemático e astrônomo alemão August Ferdinand Möbius, em 1858. Essa fita é, cotidianamente, representada pelo símbolo do infinito. É o que os matemáticos chamam de objeto não orientado, o que significa ser impossível determinar qual é o lado interno ou externo, inferior ou superior.

Em uma fita de Möbius é possível caminhar pela parte de "cima" para, ao realizar a volta completa, se chegar ao ponto de partida (sem se dar conta) parado na parte de "baixo". Caminhamos de fora para dentro e de dentro para fora, mas não conseguimos dizer, exatamente, qual é o lado de dentro e qual é o lado de fora. Nas palavras de Leandro Ferreira (2005), a Fita de Möbius

mostra a impossibilidade de se estabelecer os limites entre o avesso e o direito, entre o interno e o externo, já que cada lado representa essas duas faces ao mesmo tempo, acabando com a dicotomia habitual de separar os fatos que são da língua e os que são extra-lingüísticos. (p. 217)

Penso que essa seja uma metáfora importante para refletir a relação entre o arquivo, o discurso, a língua e a história, pois nos ajuda a compreender que tais questões não são fechadas, estáveis e homogêneas. Pelo contrário, são domínios distintos, porém fronteiriços, ao mesmo tempo em que se imbricam. Desse modo, perguntas surgem: *O que é arquivo? O que é língua? O que é discurso? O que é história? Como um afeta o outro?* são perguntas complexas e amplas. Buscarei vislumbrar como essas questões são compreendidas na Análise de Discurso em suas imbricações e como essa compreensão é importante para a História das Ideias Linguísticas.

Para realizar tal vislumbramento, cabe apontar para a produtividade conceitual e analítica da articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso para os trabalhos desenvolvidos sobre os estudos da linguagem no Brasil. De acordo com Nunes (2008b), “a partir do contato entre esses dois domínios, e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção” (p. 109). Assim, o que faço não é subjugar uma teoria à outra. Pelo contrário, é pensar os objetos de reflexões postos, isto é, arquivo(s) e gramática(s) nas franjas destas duas teorias.

Por isso, é salutar ter em mente que a história dos saberes linguísticos, para a História das Ideias Linguísticas, é concebida como uma multiplicidade de gestos de saber não necessariamente visíveis, e que o analista da história das ideias pode trazer à luz, tendo em vista “a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber” (Auroux, [1992] 2014, p.12). Isso significa dizer que a história dos saberes linguísticos é heterogênea, dispersa, sendo o “seu todo” jamais completamente apreensível, pois se configura diferentemente em diferentes espaço-tempos (os quais podem ser compreendidos discursivamente como espaços e tempos simbólicos, produzidos no âmbito de condições de produção determinadas). No processo de singularização da História das Ideias Linguísticas no Brasil, o modo de pensar a história é afetado de maneira produtiva por sua articulação com a Análise de Discurso. Dessa perspectiva, o lugar heurístico da historicidade é fundamental. A história não é o tempo, mas é história de sentidos, de gestos de interpretação, produzidos pela relação entre a língua e a discursividade. E a língua funciona *na história*, assim como os saberes sobre ela.

Logo, é uma primeira questão importante para pensar essa articulação entre Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas no Brasil, uma vez que essa articulação nos permite compreender como (ou ao menos nos dá uma pista de que) o arquivo possibilita (ousaria dizer que não só possibilita, como engendra) determinada história a partir do *gesto de*

leitura e da análise do pesquisador. Digo isso, pois se concordo com Auroux que o saber ocorre em uma temporalidade ramificada, mostrando assim que a história é heterogênea e de difícil apreensão, o fato de haver um arquivo (sobre) os saberes já indica a tentativa de dar unidade a esses saberes dispersos. Chamo de tentativa, pois não há um arquivo único, há arquivos múltiplos que funcionam em uma dada instituição (é o que chamamos de memória institucional e que será abordada mais à frente). O interessante é pensar onde justamente reside o trabalho do analista: na desestabilização desses arquivos em busca de respostas para as suas questões.

Seguindo adiante, temos então que a língua funciona *na história* ou ainda, como nos assevera Leandro Ferreira (1994), “a História está na língua” (p. 17), inscrição incontornável. Portanto, cabe dizer que língua é o que produz discurso – nas palavras de Orlandi (2013a), língua é “condição de possibilidade do discurso” (p. 22) – que é, por excelência, o objeto da Análise de Discurso. Nas palavras de Pêcheux (2014a [1975]), “a língua se apresenta, assim, como *base comum de processos discursivos*” (p. 81, itálicos do autor). Estes só são possíveis pela língua, em que o trabalho, em uma concepção discursiva, não ocorre como na linguística, tomando-a fechada nela mesmo. Reconhece-se que “a língua tem a sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma” (ORLANDI, 2013a, p. 19). Retomando Pêcheux (2014b [1982]), não se trata, então, de considerar a língua como transparente e muito menos como uma ‘vidraça empoeirada’; pelo contrário, a língua tem sua espessura, sua opacidade e sua própria ordem.

O que é importante ressaltar é que o discurso (conforme apontei na seção 1) não é meramente um dizer no sentido de que um A produz um enunciado para que um B o decodifique. Pela perspectiva materialista, conforme Orlandi (2013a), o discurso é “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (p. 30). Assim, vale dizer que o discurso significa em determinadas condições de produção. Os sentidos sempre podem ser outros, escreve a autora, acrescentando que não significa que possam ser quaisquer sentidos.

Nesse ponto, chamo atenção justamente para a questão das *condições de produção* que, conforme apontado anteriormente, são de duas ordens: a do contexto imediato das circunstâncias da enunciação e a do contexto sócio-histórico e ideológico mais amplo; sendo um contexto ligado ao outro. Nesses dois contextos das condições de produção temos o funcionamento da memória que, em uma perspectiva discursiva, é aquilo que denominamos como interdiscurso (ou ainda memória discursiva). É “aquilo que fala antes, em outro lugar,

independentemente” (ORLANDI, 2013a, p. 31). É o já-dito que retorna a base do dizível e sustenta cada tomada de palavra.

No discurso, tudo o que falamos só faz sentido, significa, pois há um já-dito por um outro alguém, mas esquecido e assim faz com que as palavras signifiquem. Assim o “interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2013a, p. 31). Muito bem aponta Orlandi (1995) ao dizer que “as palavras não são apenas nomes, (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história”.

No arquivo, a memória possui um funcionamento de outra ordem: ela comparece com algo estabilizado. É aquilo que Orlandi (2003) chama de memória institucionalizada, pois

no arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeitos de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há, assim, um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, a de todos (embora dividida). (ORLANDI, 2003, p.15)

Assim, para Orlandi (2003), a memória institucionalizada, isto é, o arquivo, é aquilo que “congela, que organiza, que distribui sentidos” (p. 15). Nessa mesma linha, Mariani (2010) aponta que

a constituição dos arquivos – com suas técnicas de marcar, identificar, classificar, catalogar, comparar, ordenar, reunir e separar documentos – se encontra vinculada à regulação administrativa, jurídica, econômica e política do funcionamento sociocultural de uma formação social, em dado momento histórico, aos momentos de maior ou menor democratização do Estado. Ou seja, a maior ou menor intensidade no gesto de controle e organização dos arquivos funciona em consonância com o funcionamento do Estado em busca de regularizações na gestão da memória histórica. O arquivo engessa a memória, nesse sentido. (p. 85-86)

Na próxima seção, falarei sobre o (fazer) arquivo em História das Ideias Linguísticas, assim, abordarei o arquivo enquanto memória institucionalizada e o arquivo como montagem.

Entretanto, para finalizar a presente seção, trago à tona considerações sobre a relação entre os conceitos de arquivo, discurso, língua e história. Leandro Ferreira (s.d) aponta que o “arquivo está estreitamente ligado a noções de memória discursiva, sentidos e interdiscurso”. É significativo pensar nisso, pois nos permite dizer que o arquivo não se dá fora de uma história; história que reclama uma memória. Medeiros (2018) muito bem lembra o aviso dado por Beatriz Kushnir em sua conferência no Seminário de estudos em Análise do Discurso (SEAD, 2011) de que “o arquivo não fala, o arquivo responde”. Assim, o movimento (do analista) de olhar para um arquivo e fazer perguntas, é um gesto de compreensão desse arquivo dentro de uma história (que não é cronológica, pelo contrário, é heterogênea, com uma multiplicidade de saberes em diferentes espaços-tempos). É uma sinalização da “presença do trabalho daquele que pergunta e indo de encontro, diremos, à concepção de arquivo como espaço arquivante neutro e objetivo de dados” (MEDEIROS, 2018). É, ainda, uma compreensão do arquivo dentro de determinadas redes de sentidos que ele mobiliza.

Para finalizar a presente seção, é importante destacar aquilo que Leandro Ferreira (s.d) diz:

se entendermos arquivo como um lugar discursivo que nos permite acompanhar as práticas discursivas realizadas em determinadas culturas, podemos considerá-lo como um “lugar de observatório”, o que é muito mais do que considerá-lo como corpus. O arquivo envolveria tanto as materialidades sob investigação, como um modo de observar seu funcionamento e mudança no seio de uma sociedade (dispositivo analítico).

1.4. O arquivo em História das Ideias Linguísticas

Assim, a partir das questões postas, é hora de pensar o arquivo dentro da História das Ideias Linguísticas. Já foi dito, anteriormente, sobre a singularização que as pesquisas em HIL ganham no Brasil. São pesquisas que, inscritas em um campo de conhecimento, são afetadas pela posição teórica do pesquisador. Assim, o olhar lançado para o arquivo parte de uma Análise de Discurso materialista que, assim, afeta toda a compreensão de arquivo em HIL.

Há dois tripés que são constitutivos da História das Ideias Linguísticas no Brasil a partir de sua articulação à Análise de Discurso. Em segundo, são relações que possibilitam pensar o cidadão que é constituído por essa língua e, mais ainda, é o que permite “conhecer

a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem” (ORLANDI, 2001, p. 9).

Nesse sentido, é possível apontar que se, como já explicitiei anteriormente, entendo o arquivo enquanto uma memória institucionalizada, ou seja, o arquivo como aquilo que “congela, que organiza, que distribui sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15) e que o movimento de constituir arquivo vincula-se à prática de regulação administrativa, jurídica, econômica e política que é promovida pelo Estado, é imprescindível dizer que esse arquivo funciona, então, dentro de uma instituição. Instituição que é entendida como um espaço de constituição dos conhecimentos linguísticos e de relação com a constituição de uma língua. Assim, a instituição atua na legitimação e na unidade, linearizando e cristalizando o conhecimento.

O que é interessante pontuar sobre essa questão é que o gesto de construir arquivo institucional atua na desestabilização da unidade dessa memória de arquivo. Sobre isso, Nunes (2008a) muito bem aponta que “a memória institucionalizada tem uma história e que ela é sustentada por certas condições que, quando deixam de vigorar, abalam a estabilidade do arquivo” (p. 90). Assim, é válido dizer que se o arquivo – enquanto memória institucional – seleciona, organiza, normatiza e estabiliza, somos convidados por Pêcheux para desestabilizá-lo.

Nas palavras de Guilhaumou e Maldidier (2016[1990]), “o arquivo “exibe”, de algum modo, um sentido determinado; ele introduz restrições na descrição do semantismo dos enunciados” (p. 238). Por isso, para desestabilizá-lo é necessário realizar a construção de um arquivo outro, cujos gestos vão na direção da heterogeneidade, da polissemia, da historicidade material, da política, da ideologia dos gestos de leitura. Outrossim, construir um arquivo (afinal, ele nunca está dado...) incide sobre a estabilidade dessa memória congelada, pois é um gesto ímpar do analista organizá-lo de uma determinada maneira e não de outra (e essa organização, cabe dizer, não é o simples acúmulo de textos, mas sim ir...) em busca de compreensões às suas perguntas (o arquivo não fala, ele responde... e, diria eu, às vezes ele sussurra²⁹).

²⁹ Essa é uma ideia que surgiu durante alguns dias de trabalho na reunião das gramáticas que compõem o meu arquivo de pesquisa. Durante minha ida às gramáticas e no processo de folheá-las para eventual digitalização daquelas que não estavam disponíveis de forma digital, deparei-me inúmeras vezes com “sussurros” do arquivo para questões postas em meu projeto de pesquisa e que serão objetos de reflexão no decorrer da presente dissertação.

Penso, então, que é nesse sentido, o da desestabilização, que interessa pensar o arquivo, melhor dizendo, a montagem de arquivo ao campo da História das Ideias Linguísticas. Se, nos tripés apresentados, a língua é posta em evidência, seja como uma questão de Estado, seja como constitutiva do cidadão que a deve falar, então importa à História das Ideias Linguísticas o fato de que montar um arquivo e organizá-lo de *x* e *y* maneiras para que ele responda (ou sussurre) nossas perguntas. Isso implica em desestabilizar não apenas o arquivo, como também a própria noção de arquivo que, tradicionalmente, aponta

para a possibilidade de armazenamento de fatos públicos ou privados inscritos no passado e, portanto, aponta para a possibilidade de recuperação de origens, recuperação de uma história remota, que uma vez descoberta, desvelada, poderia apaziguar essa vontade de tudo significar, de tudo compreender. (MARIANI, 2010, p. 82)

Assim, diante dessa desestabilização, podemos ‘reterritorializar’ essa noção, e, mais ainda, esse fazer no campo da História das Ideias Linguísticas. Por isso, articulada à Análise de Discurso, trabalhar com o arquivo (e o fazer arquivo) em História das Ideias Linguísticas é o que nos permite realizar “uma desmontagem de produções de sentidos estabilizados, um trabalho de tessitura de relações textuais em que o dito está sempre jogando com o não dito, com as margens dos dizeres, com a memória (histórica e metálica) e com o silenciamento” (MARIANI, 2010, p. 97), para então compreender o movimento histórico dos saberes, dos sentidos sobre a língua.

1.5. Por um arquivo do conhecimento gramatical

De todo o exposto, faço conclusões acerca do que é (fazer) um arquivo do conhecimento gramatical, que é o que me proponho com a pesquisa realizada no mestrado e que se desdobrará nos próximos capítulos. Decerto, é possível dizer que (fazer) História das Ideias Linguística implica em compreender a construção histórico-ideológica dos estudos sobre a linguagem. É compreender, pois, como o processo de gramatização afeta a língua e como o político atua (na divisão de sentidos da) na língua. Assim, é olhar para aquilo que se diz da língua, ou, em outras palavras, os discursos sobre... Para além disso, o trabalho com arquivo na perspectiva materialista pode ser

comprendido como forma y como proceso: forma-objeto (concreto) que va desplegándose, formándose y transformándose en el proceso de trabajo con los materiales. Lejos de unos criterios de inclusión/exclusión, archivo piensa los intervalos, las relaciones, las formas de organización del material: no se trata de qué queda afuera/adentro de una delimitación sino, justamente, de la puesta en práctica de operaciones de montaje que producen una composición que porta espesor, textura, figuras tonales y ritmos. De allí que dejemos atrás una noción de corpus y vayamos hacia la propuesta de un montaje de archivos discursivos que permita, también en el dominio de la producción de conocimiento, poner en jugo modalidades de construcción no deónticas sino creativas. Entendemos que adoptar una perspectiva materialista del montaje es un aspecto relevante del dispositivo de análisis. (GLOZMAN, 2020)

Dessa forma, montar um arquivo de gramáticas (com a reunião de obras publicadas do século XIX ao início do século XX) implica em compreender o modo como esse saber, no caso da presente pesquisa, o saber da formação de palavras por meio dos sufixos *-eiro* e *-ista* foi construído e, mais ainda, como ele foi *documentado*. Nesse sentido, Nunes (2008a) elucida ser necessário distinguir

os textos a serem documentados (as obras) dos textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc.). Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalinguístico. Por vezes, ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação. (p. 83)

Tendo isso em vista, a construção e a leitura de um arquivo possibilitam compreender como o saber se constrói a partir do que, dentro do campo da História das Ideias Linguísticas, S. Auroux, por exemplo, propõe como horizonte de retrospectão: a memória (retrospectiva) para a construção de um saber e/ou da história de um saber. Possibilitam, ainda, compreender como o saber (em sua direção e seu sentido), constrói-se e funda-se em questões e compreensões disponíveis em um dado horizonte de retrospectão, que não só sustenta como também atua na legitimação desse saber. O horizonte de retrospectão é, pois, o que nos abre campos, horizontes, possibilidades. Importa pontuar que a questão do horizonte de retrospectão pode ser compreendida de diferentes maneiras. No caso do presente trabalho, pelo menos três maneiras são contempladas, a saber: i) um autor que constrói um horizonte de retrospectão para sustentar o saber que ele produz; ii) um analista que estuda o modo como um autor constrói seu horizonte de retrospectão; iii) um analista que constrói um horizonte de retrospectão que vai configurar seu arquivo.

Assim, para avançar nas pesquisas que proponho com o presente trabalho que toca no *funcionamento dos discursos dos gramáticos sobre os sufixos no processo de formação de palavras*, é necessário proceder com *a montagem de um arquivo do conhecimento gramatical*. Essa montagem se dá pelo levantamento e pela organização de determinadas gramáticas, a partir de dois critérios: i) a escolha de algumas das gramáticas mais conhecidas e acessíveis do século XIX e início do século XX; ii) a presença de discursos, ainda que de forma não sistemática, sobre a formação de palavras com os sufixos *-ista* e *-eiro*. É preciso dizer, nesse sentido, que

montar archivos es analizar: es en el proceso de montaje y en la forma-objeto resultante que se expresa la mirada analítica, una hipótesis o —en una etapa de mayor estabilización del trabajo— la tesis en sentido proposicional (esto es, la posición que se toma en el campo de cuestiones donde se inscribe el trabajo). (GLOZMAN, 2020)

Destarte, é a partir dos critérios apresentados que realizei a seleção de um conjunto de gramáticas e as agrupei para formar o seguinte arquivo, em um já-gesto de análise:

Quadro 2: Gramáticas do arquivo divididas em dois grupos

Século	Grupo	Autor	Gramática	Ano
XIX	Gramáticas que não abordam de forma sistemática a formação de palavras por meio de sufixos	Antonio Alvares Pereira Coruja	<i>Compendio da grammatica da lingua nacional: dedicado à mocidade Rio-Grandense</i>	1865 [1835]
		Ortiz e Pardal	<i>Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza</i>	1888 [1871] 6ª ed.
	Gramáticas que abordam de forma sistemática a formação de palavras	Julio Ribeiro	<i>Grammatica portugueza</i>	1881 1ª ed.
		Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade	<i>Noções de Grammatica Portugueza</i>	1887 1ª ed.
		João Ribeiro	<i>Grammatica portugueza</i>	1889 [1887] 3ª ed.
		Maximino Maciel	<i>Grammatica descriptiva</i>	1895 1ª ed.
		Eduardo Carlos	<i>Grammatica expositiva</i>	1907

XX	por meio de sufixos	Pereira		1ª ed.
		Eduardo Carlos Pereira	<i>Grammatica histórica</i>	1919 [1916] 2ª. ed.
		Said Ali	<i>Grammatica histórica da língua portuguesa</i>	1931 [1921] 2ª ed.

Fonte: elaboração própria

Cumpre alguns breves comentários sobre as referidas gramáticas: todas foram analisadas a partir de arquivos digitais. Entretanto, nem todas estão disponíveis on-line para consulta. Dessa forma, cumpre dizer que as gramáticas de Coruja (1865 [1835]), de Ortiz e Pardal (1888 [1871]), e de Maximino Maciel (1895) foram obtidas a partir de consulta e digitalização dos volumes disponíveis no acervo da Biblioteca Antonio Candido, do IEL/Unicamp. Já as gramáticas de Julio Ribeiro (1881), Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), Eduardo Carlos Pereira (1907; 1919) e Said Ali (1931 [1921]), foram obtidas a partir de consultas realizadas em diferentes sites da internet³⁰.

Dessa forma, a partir do que pode ser observado o referido quadro, as gramáticas que compõem meu arquivo de pesquisa formam dois grupos. O primeiro grupo é o de gramáticas que não apresentam, ao menos de forma sistematizada, o saber sobre formação de palavras por meio de sufixos em suas composições. Já o segundo grupo, diferentemente, é o que nos permite vislumbrar questões sobre formações de palavras no decorrer de suas páginas. Para além do que foi dito, é importante frisar duas questões sobre o quadro acima: na impossibilidade de encontrar as primeiras edições de algumas das gramáticas levantadas, foram analisadas aquelas que tive possibilidade de consultar. Sendo assim, as datas entre colchetes no quadro acima indicam a primeira edição de cada obra.

Dessa forma, a partir dos critérios estabelecidos, poderei realizar as análises que me permitirão chegar ao gesto de compreensão da construção discursiva de um

³⁰ As gramáticas de Julio Ribeiro (1881) e de João Ribeiro (1889) estão disponíveis na Biblioteca Virtual de Ciências da Linguagem do Brasil (<https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb>), projeto Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB / Nudetri, da Unicamp. A obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) foi digitalizada pela Universidade de Toronto (University of Toronto) e está disponível no site Internet Archive (<https://archive.org/details/noesdegramma00pachuoft>). As obras de E. C. Pereira (1907) e de Said Ali (1931 [1921]) estão disponíveis na *Coleção Gramáticas*, disponibilizada pela Biblioteca Antonio Candido, no site do IEL/Unicamp (<https://www.iel.unicamp.br/node/993>). Por fim, a obra de E. C. Pereira (1919) está disponível na Biblioteca Digital Unesp (<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26058>). Todos os links constantes nesta nota de rodapé foram acessados em 25/01/2021.

conhecimento gramatical: o da formação de palavras; o do funcionamento dos sufixos *-ista* e *-eiro*. Este *arquivo do conhecimento gramatical* é, como pode ser observado na tabela apresentada anteriormente, a busca da construção discursiva, em autores distintos, em diferentes épocas, a partir de filiações teóricas outras, desse conhecimento. Em suma, o gesto de montar um arquivo permite compreender filiações e configurações, memória e atualidade.

CAPÍTULO 2 – Das gramáticas que compõem o arquivo

O presente capítulo é dedicado às gramáticas que compõem o arquivo proposto para a pesquisa em questão. Como foi apresentado no capítulo anterior, o referido arquivo é composto de nove gramáticas publicadas no Brasil entre o século XIX (meio) e início do XX.: a gramática mais antiga analisada é datada de 1835, sendo que a edição consultada é de 1865, e a gramática mais “recente” é de 1931. São gramáticas de autores distintos e com filiações teóricas diferentes: há compêndio, há gramáticas expositivas, há gramáticas históricas e há gramáticas intituladas apenas como gramática portuguesa ou, ainda, gramática da língua portuguesa. Por isso, o presente capítulo será dedicado ao mapeamento de cada gramática que compõe o arquivo: darei a saber como as gramáticas se organizam, bem como o que nelas está ou não presente, além, é claro, de apresentar informações e definições sobre aquilo que interessa ao presente trabalho: o saber sobre o processo de formação de palavras.

Importa pontuar, contudo, que o mapeamento realizado no presente capítulo se dá a partir de um gesto descritivo-analítico de seleção e delimitação daquilo que considero importante para a análise mais específica que se anunciará nos próximos capítulos, nesse movimento pendular que é próprio da Análise de Discurso em articulação ao campo da História das Ideias Linguísticas. Por isso, é fundamental citar a periodização proposta por E. Guimarães (1996) referente aos estudos do português no Brasil. Na referida periodização, o linguista nos dá a saber quatro períodos que nos possibilitam compreender o movimento de gramatização brasileira do português. Em síntese, os períodos são:

- a) de 1500 até a primeira metade do século XIX: é o “momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores e gramáticos portugueses” (GUIMARÃES, 1996, pp. 127-128)
- b) da segunda metade do século XIX até fins dos anos 30 (século XX): momento marcado por debates e polêmicas sobre a língua, bem como pela publicação de gramáticas importantes, como a de Julio Ribeiro (1881), Pacheco Silva e Lameira de Andrade (1887), dentre outros. Se estende até final dos anos 30, com a fundação das Faculdades de Letras no Brasil.
- c) do final dos anos 30 até meados da década de 60: vai da fundação das Faculdades de Letras no Brasil até meados da década de 60, “quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras” (GUIMARÃES, 1996, p. 128).

- d) da década de 60 até os dias de hoje: compreende os meados dos anos 60 até os dias atuais, “período em que a linguística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de Pós-Graduação em Linguística em alguns centros universitários brasileiros” (ibid.).

Com efeito, as gramáticas do arquivo proposto compreendem, de forma ampla, os dois primeiros períodos, estando a maior parte delas no segundo período. Não adentrarei, por enquanto, nas especificidades dos dois primeiros períodos da periodização proposta por Eduardo Guimarães. Em função de sua importância para o campo da História das Ideias Linguísticas, eles serão melhor explanados no momento de análise.

No entanto, e ainda em relação à periodização proposta, é preciso dizer que não se trata, ao estabelecê-los, de estacionar em uma mera cronologia. Pelo contrário, da posição assumida, tem-se uma “concepção de história em que a historicidade não é o tempo, mas a produção de sentido” (GUIMARÃES, 1996, p. 134). Assim, Guimarães (1996) propõe quatro recortes, dentre outros possíveis, para pensar o movimento brasileiro de gramatização do português³¹. Os dois primeiros recortes referem-se, pois, às posições frente aos estudos do português. Vejamos:

No primeiro recorte incluem-se os estudos que se posicionam frente às especificidades do português brasileiro em oposição ao português lusitano. Esses estudos, nos diz Guimarães (1996) são feitos de modo contrastivo ou não. Assim, nesse recorte, temos a inserção de uma série de movimentos que se iniciam, poderia dizer, em meados do século XIX, mas que não ficam restritos ao referido momento histórico e que se colocam “a favor da especificidade do Português Brasileiro” (GUIMARÃES, 1996, p. 134). É o caso, por exemplo, da célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas, mas também da publicação de instrumentos linguísticos, dentre eles o *Vocabulário Brasileiro para Servir de Complemente aos Dicionários da Língua Portuguesa*, de Brás da Costa Rubem, ou o *Dicionário Brasileiro a Língua Portuguesa*, de Antonio Joaquim Macedo Soares. São instrumentos que colocam “na nossa história das ideias linguísticas a necessidade de que a língua escrita do Brasil se pautasse pela língua oral do Brasil e não pela escrita portuguesa” (GUIMARÃES, 1996, pp. 134-135). Também não se pode deixar de falar que neste recorte temos a inserção dos trabalhos de Serafim da Silva Neto e de Mattoso Câmara em que a ideia apresentada anteriormente (a de que a língua escrita do Brasil se pautasse pela língua oral do Brasil) se fará

³¹ Ao discutir sobre esses quatro recortes, as análises do autor levam em conta diferentes movimentos de sentidos que não se dão de forma linear, contribuindo assim para a periodização proposta.

fortemente presente. Para além disso, temos estudos gramaticais e descritivos conduzidos por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, Maximino Maciel, João Ribeiro, Julio Ribeiro, Said Ali, dentre outros que compõe esse primeiro recorte. Também inclui-se nesse recorte o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira, em 1958.

O segundo recorte segue um caminho diferente do primeiro. Nele, a posição que se faz presente é a dos “estudos que defendiam o modelo clássico no início do século XX, bem como gramáticos atuais de gramática escolares que ainda se pautam por dar como norma textos clássicos” (GUIMARÃES, 1996, p. 135). Nesse recorte temos a inserção, por exemplo, de discussões acerca da unificação ortográfica do Português, em que há “uma tentativa de tratar a unidade do Português de Portugal e do Brasil, sob o pretexto da necessidade de troca cultural entre esses países e os demais países de Língua Portuguesa” (GUIMARÃES, 1996, p. 135). Nessas discussões, a questão da língua escrita reside como “lugar de resistência desta posição de significação política da unidade para muitos estudiosos” (GUIMARÃES, 1996, p. 135)³².

Cruzam-se com esses dois recortes outros dois que mostram “a distinção entre uma produção que se dá sem a configuração ou filiação a um aporte teórico bem definido [...] e uma produção que se faz a partir de um aporte teórico bem definido” (GUIMARÃES, 1996, p. 136). Esta distinção configura, respectivamente, o terceiro e o quarto recorte. No caso da produção que se dá sem a configuração ou filiação a um aporte teórico bem definido, Guimarães (1996) nos diz que se incluem os trabalhos de Cândido de Figueiredo, João Ribeiro e, inclusive, os de Napoleão Mendes de Almeida, bem como o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Por outro lado, no quarto recorte (o que preconiza uma produção que se faz a partir de um aporte teórico bem definido), temos a produção de Said Ali, Souza da Silveira, Antenor Nascente, Serafim da Silva Neto, Mattoso Câmara e, inclusive, os estudos atuais ligados às pesquisas em Pós-Graduação (cf. Guimarães, 1996).

O que se deve considerar em relação aos recortes apresentados é que eles atravessam os diferentes momentos da periodização proposta por Guimarães (1996), o que nos leva a concordar com o fato de que não se tratam de meras divisões cronológicas, mas movimentos que atuam na produção de sentidos. Ademais, não se pode deixar de citar que

³² Cumpramos lembrar que Guimarães (1996) nos diz que o texto *Os Estudos de Português no Brasil*, de Mattoso Câmara, cruza os dois recortes iniciais. Se, por um lado, o texto de Mattoso, diz Guimarães (1996, p. 135), “é uma história sobre a produção sobre a produção brasileiros dos estudos de linguagem” de tal forma que, em muitos pontos, valoriza o que é específico do português brasileiro, por outro lado, “nas suas conclusões, toma uma posição a respeito da política do idioma claramente na direção da busca da unidade em torno da língua escrita” (GUIMARÃES, 1996, p. 135).

a gramatização brasileira do português se faz a partir do segundo período de nossa periodização. Este período é fortemente dividido em pelos dois primeiros recortes que estabelecemos. Ou seja, esta gramatização está ligada a uma militância a favor da especificidade do Português do Brasil ou contra isso e a favor do classicismo, do purismo. (GUIMARÃES, 1996, p. 137)

Expostos a periodização e aos recortes propostos por Guimarães (1996), farei um percurso pelas gramáticas do arquivo que proponho³³. Assim, é salutar dizer que tal capítulo será a base para os demais. As questões postas aqui serão retomadas, em capítulos seguintes, para que ganhem outros contornos com meu gesto analítico.

2.1. *Compendio da grammatica da lingua nacional* – Antonio A. P. Coruja (1865)

A obra de A. Coruja que compõe o arquivo em questão é datada de 1865 e foi editada, pela primeira vez, em 1835. Antonio Coruja é considerado um nome importante no processo de gramatização do português brasileiro, visto que é autor de uma vasta produção bibliográfica, sendo que seu nome comparece em programas de ensino oficiais. Só para citar aquelas obras que concernem ao campo da linguagem, temos: o *Manual dos Estudantes de Latim* (1838)³⁴, o *Compendio de Orthographia da Lingua Nacional* (1848), *Collecção de vocabulos usados na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul* (1881), além do *Compendio de grammatica da lingua nacional* (1865 [1835]), instrumento linguístico que interessa diretamente ao presente trabalho. Para além disso, é importante destacar que A. Coruja foi professor de escolas primárias e secundárias além de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

A obra analisada de A. Coruja intitula-se *Compendio de grammatica da lingua nacional*. Já de início, cabe destacar dois pontos no título e que serão objetos de análise em capítulos posteriores. Em primeiro lugar, é interessante observar que a obra em questão figura como um compêndio e não simplesmente como uma gramática, atentemos: trata-se do compêndio de gramática de uma determinada língua. E, por língua, nota-se que figura como sendo uma obra dedicada ao estudo gramatical da língua nacional.

³³ Acredito ser importante mencionar que no processo descritivo das referidas obras, optei, ao citá-las, por manter a ortografia própria da época em que foram publicadas.

³⁴ Conforme será visto mais adiante, quando tratarmos dos Programas Oficiais de Ensino publicados pelo Imperial Colégio de Pedro II, o referido manual de coruja foi adotado para a instrução da língua latina aos estudantes da segunda e da terceira série nos programas dos anos de 1856 e 1858.

Na folha de rosto da obra, podemos ler que se trata de um compêndio dedicado à mocidade rio-grandense e de uma “nova edição ampliada e mais correcta” (CORUJA, 1865), conforme podemos ver na Figura 1:



Figura 1: Folha de rosto do compendio de A. Coruja.
Coruja (1865)

O compêndio não apresenta sumário e nem introdução. Há, por outro lado, um *proemio* (espécie de prefácio) em que o autor expõe: a) o que é uma gramática e b) quais são as partes que a compõe. No que tange ao primeiro ponto, o autor nos diz que gramática é

“uma Arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras” (CORUJA, 1865 [1835], p. 5). Em seguida, nos diz que uma gramática é compreendida por quatro partes: i) etimologia, como sendo a parte que “ensina a natureza das palavras, e suas propriedades” (*ibidem*); ii) sintaxe, como sendo a que “ensina a compôr a oração” (*ibidem*); iii) prosódia, como sendo a responsável por ensinar “a quantidade das sillabas e sua pronuncia” (*ibidem*); e iv) ortografia, sendo a parte que “ensina a escrever com certeza” (*ibidem*).

A primeira parte da obra é dedicada à etimologia e lá estão as classes de palavras, a saber: artigo, nome ou substantivo, adjetivo, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. No decorrer de sua obra, há apenas uma nota de rodapé com uma breve explicação sobre a regra mais geral para a formação do superlativo de adjetivos com os sufixos *-íssimo* e *-errimo*. Apesar disso, não há mais nada relacionado à formação de palavras e, em especial, aos sufixos. Por exemplo, quando o autor fala dos nomes (ou substantivos), apenas dá a definição deles, dizendo que “*nome* ou *substantivo* é o que significa uma cousa ou pessoa: como *Francisco, mesa*” (CORUJA, 1865 [1835], p. 6, itálicos do autor). Em seguida, apresenta que o nome (ou substantivo) “ou é *Proprio* ou *Appellativo*” (*ibidem*, itálicos do autor). Sobre os substantivos “appellativos” (ou comum), diz são aqueles que competem “a muitas pessoas ou cousas de uma mesma especie: como *Vento, Mez, Rio*” (CORUJA, 1865 [1835], p. 7, itálicos do autor).

2.2. *Grammatica Analytica e Explicativa da Lingua Portugueza* – José Ortiz e Candido Pardal (1888)

A segunda gramática que faz parte do arquivo proposto é a *Grammatica Analytica e Explicativa da Lingua Portugueza*, de José Ortiz e Candido Pardal, em sua sexta edição, de 1888 (a primeira edição é de 1871). Tanto Ortiz J. Ortiz quanto C. Pardal foram professores em escolas primárias e secundárias: Ortiz formou-se doutor em Medicina e bacharel em Letras. Além disso, foi membro do Instituto Histórico de França, e ex-lente do Colégio do Padre S. Thiago, no Rio de Janeiro; foi professor de francês, história e geografia no Liceu de Vitória e professor normal de primeiras letras na mesma cidade. Já Candido Pardal foi professor da escola pública primária de meninos da freguesia de Santa Rita, do Imperial Colégio de Pedro II e do Instituto Comercial da Corte, além de dar aula particular.

Um primeiro fato para o qual eu já chamo atenção é com relação ao nome da obra. Não se trata apenas de denominá-la como gramática da língua portuguesa. O nome gramática ganha dois adjetivos: analítica e explicativa. Assim, grosso modo, parece ser um

indicativo ao leitor de que ali ele encontrará análises e explicações daquilo que se entende por gramática da língua portuguesa.

Ao consultar a obra, é possível ver na folha de rosto a seguinte informação: “Adoptada pela inspetoria geral da instrução publica, aprovação do governo imperial, para compendio das escolas primarias” (ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871]). Além disso, conforme vemos na Figura 2, trata-se de uma edição “correcta e augmentada”.

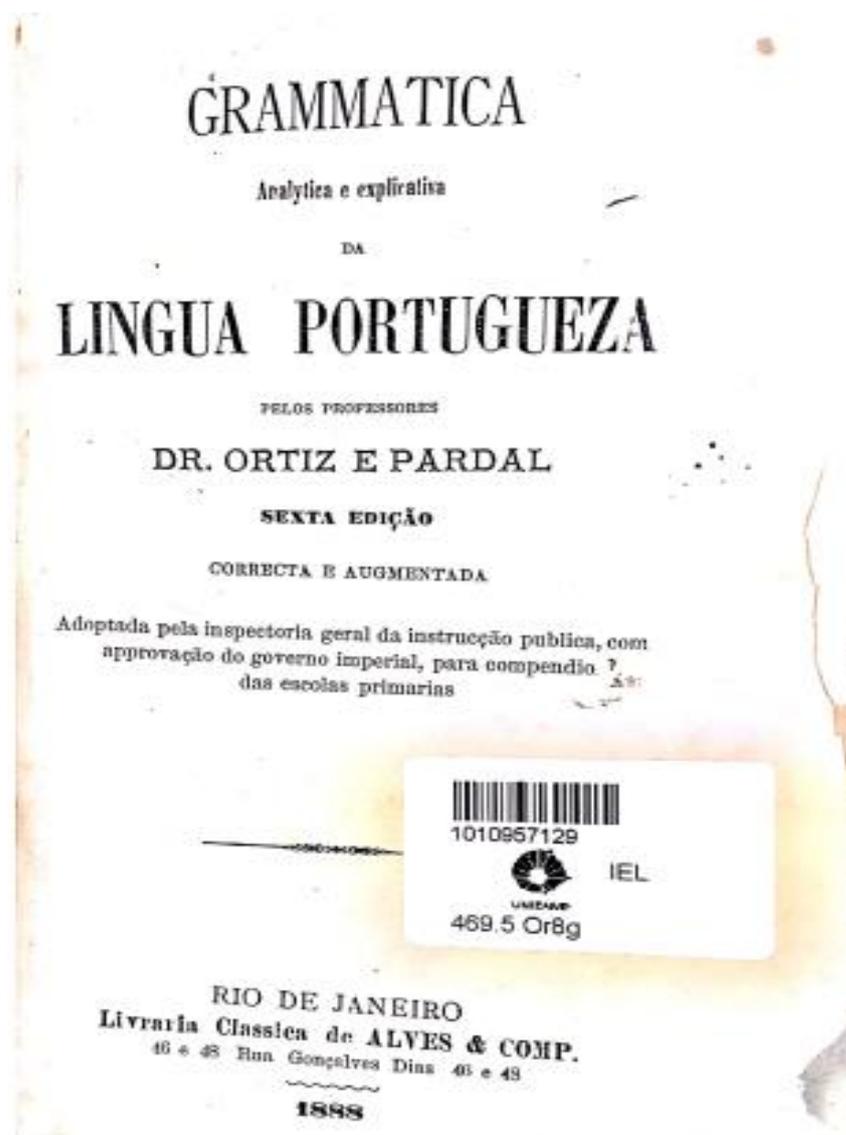


Figura 2: Folha de rosto da gramática de Ortiz e Pardal.

Avançando na gramática, ela não apresenta um sumário ou uma introdução. Assim, após a folha de rosto, a obra já inicia apresentando o que é gramática e quais partes a compreendem. Nesse sentido, é importante dizer que para os autores, “grammatica é a arte de fallar e escrever correctamente” (ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871], p. 3). Em seguida,

nos dizem que a gramática se divide em quatro partes, a saber: a) etimologia; b) sintaxe, c) ortografia e d) prosódia. Não apresentam, entretanto, de antemão o que seria cada parte da gramática. Os autores deixam para conceituar o que seja cada uma das questões acima na parte que corresponde a elas.

Assim, na primeira parte da gramática, ou seja, na etimologia, os autores nos dizem que é a parte da gramática que “ensina a conhecer e classificar as palavras” (*ibidem*). Por palavras, apontam os autores em uma nota de rodapé, deve-se entender que é “a expressão de uma *idéa*, representada aos ouvidos por um ou mais sons, e aos olhos por uma ou mais letras formando syllabas” (*ibidem*). Já na parte inicial e, sendo mais específico, logo no início da seção dedicada à etimologia, José Ortiz e Candido Pardal nos dizem que há palavras primitivas e há palavras derivadas e que essa divisão se dá de acordo com a formação das palavras. Para as primeiras, os autores dizem ser “aquellas que primeiro se formáão na língua e das quaes se deriváão outras, como terra, jurar” (*ibidem*). Para as segundas, nos dizem ser “aquellas que se formão das primitivas, como *terreiro, terrestre, território*, que se formão da primitiva *terra*” (ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871], p. 4, itálicos dos autores).

Ainda sobre as palavras derivadas, os autores acrescentam que elas se formam a partir da junção de “certas letras antes ou depois do radical da primitiva” (*ibidem*). Sobre as letras que são pospostas ao radical, apresentam, de forma inicial, que podem ser “desinencias, terminações, letras finaes ou sufixos” (*ibidem*). Em seguida, falam que tanto as letras antepostas quanto as pospostas são chamadas de afixos e dá o exemplo de *en-* e do *-ar* no vocábulo enterrar.

Mesmo citando a existência de afixos na introdução da gramática, no corpo da mesma não se vê menção aos processos de formação de palavras. Há apenas menção nas explicações das classes de palavras (que os autores denominam por espécies ou partes da oração) da formação do plural (é o caso, por exemplo, do substantivo – e que nada tem a ver com processo de sufixação) ou na explicação para a formação do superlativo, no caso dos adjetivos. Entretanto, em nenhum outro momento apresenta-se um processo de formação de palavras e não se fala dos afixos com profundidade.

2.3. Grammatica Portugueza – Julio Ribeiro (1881)

A terceira gramática selecionada para compor o arquivo proposto é a de Julio Ribeiro, autor da *Grammatica Portugueza*, publicada em 1881. Julio Ribeiro foi professor do Colégio Culto à Ciência, em Campinas. Aquino (2016) nos lembra que:

Orlandi (1997) enquadra Júlio Ribeiro no movimento gramatical brasileiro do século XIX de assumir uma posição de um saber linguístico que não se reduz a refletir meramente o saber gramatical português e de produzir gramáticas que funcionam como lugar em que se institui a visibilidade de um saber legítimo sobre a língua para a sociedade brasileira. (AQUINO, 2016, p. 16)

Julio Ribeiro coloca-se, então, como um autor fundamental para a compreensão do processo de gramatização brasileira do português.

Nesse sentido, ao começarmos a olhar a referida obra de J. Ribeiro, é possível ver que ela possui um sumário contendo os índices programáticos ao final. Não possui, contudo, um prefácio. Há, pois, uma solicitação do autor presente antes da folha de rosto. Nela, Julio Ribeiro pede que a

critica illustrada e honesta o que ella me não pode recusar—toda a severidade para com esta Grammatica. Não é um orgulho tolo que me leva a fazer tal edido: é o desejo de melhorar o meu trabalho em bem dos que estudam Portuguez. Dos directores da imprensa esera uma fineza—que me sejam enviados todos os exemplares das suas folhas, em que saíam notícias e apreciações desta obra. (RIBEIRO, 1881)

Na folha de rosto da gramática, conforme veremos na Figura 3, consta apenas o nome da obra, o nome do autor, três citações, além da cidade, a tipografia e o ano de impressão.

GRAMMATICA PORTUGUEZA

POR

JULIO RIBEIRO

Tout-ensuite nos seus estudos e
 que se de outros não pode aprender.
 QUANTO AOUTO DE NÓS.

Para as linguas, la methodo essen-
 tielle est dans la comparaison et la Mi-
 sion. — Elle é, ou explicable dans notre
 prononciation moderna et nous se conviennent
 notre prononciation moderna.

LITTON.

En savoir chose, peut-être, il n'est
 donné d'écouter d'écouter ou tout: en
 plus est d'écouter tout.

écouter.



SÃO PAULO

Typ. de Jorge Seckler, Rua Direita, 15

1881

Figura 3: Folha de rosto da gramática de Julio Ribeiro.

Ademais, antes da introdução da obra, Julio Ribeiro insere um quadro sinótico em que expõe a divisão e a subdivisão da gramática, conforme vemos na Figura 4.

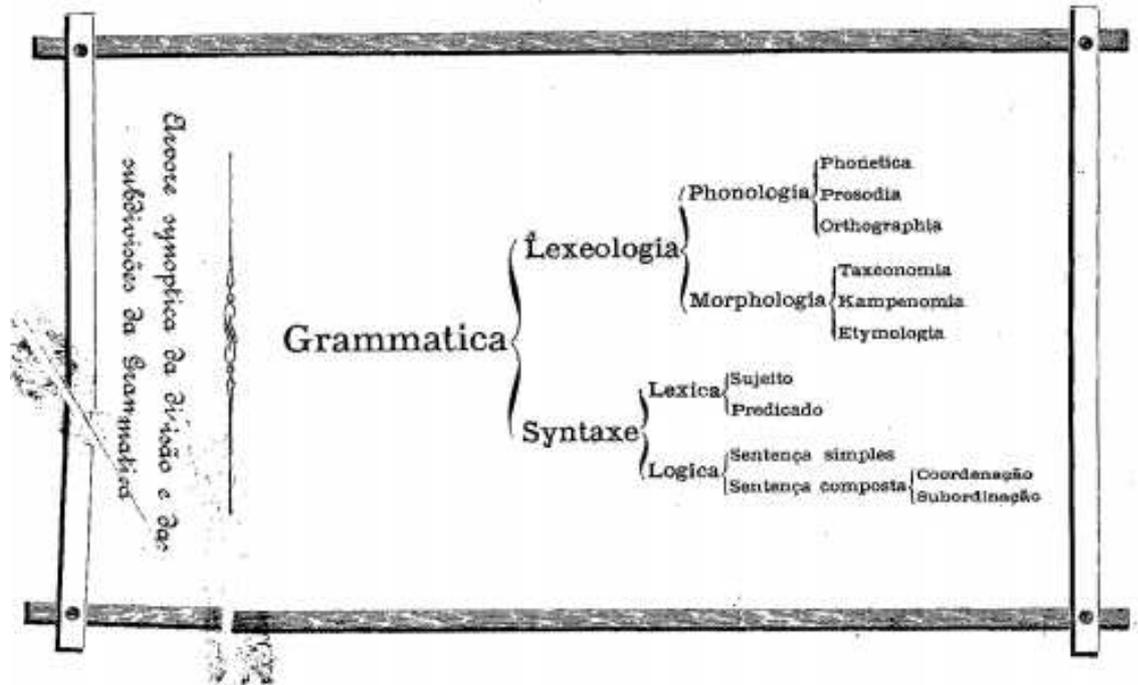


Figura 4: Quadro sinótico da *Grammatica Portugueza*, de Julio Ribeiro (1881).

É mister apontar, pela observação do referido quadro sinótico, que a gramática de Julio Ribeiro, grosso modo, é dividida em duas partes: a) lexeologia e b) syntaxe. No que tange à lexeologia, ela compreende a fonologia e a morfologia. Esta, por sua vez, engloba três estudos: a) taxeonomia; b) kampenomia; e c) etymologia. Em uma breve consulta ao índice da gramática, é possível verificar que, a rigor, os processos de formação de palavras compõem o estudo da etimologia, terceira seção da parte dedicada à morfologia.

Pois bem, adentrando a gramática de J. Ribeiro, temos, logo no início de sua introdução, uma exposição do autor sobre o que é gramática. Julio Ribeiro define-a como uma “exposição methodica dos factos da linguagem” (RIBEIRO, 1881, p. 1). O autor prossegue dizendo que

a grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm

de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua. (RIBEIRO, 1881, p. 1)

Ainda na introdução da gramática, o autor nos expõe ainda que ela pode ser de duas ordens: *geral* ou *particular*. Enquanto esta é a “exposição methodica dos factos de uma língua determinada” (RIBEIRO, 1881, p. 2), aquela é a “methodica dos factos da linguagem em geral” (*ibidem*). Assim sendo, expõe, em seguida, que a gramática portuguesa é “a exposição methodica dos factos da língua portugueza” (*ibidem*). Finaliza a introdução de sua obra dizendo aquilo que foi possível depreender do quadro sinótico: “divide-se a grammatica em duas partes: lexeologia e syntaxe” (*ibidem*).

Nesse sentido, a primeira parte de sua obra será dedicada ao estudo da lexologia. Praticamente todo o estudo dedicado aos sufixos está contido na terceira seção (etimologia) da primeira parte. Antes dessa parte, não se verificou a ocorrência de menção aos sufixos. Dessa forma, o autor define a etimologia como sendo “o conjuncto das leis que presidem á derivação das palavras nas diversas línguas” (RIBEIRO, 1881, p. 142). É nessa seção que o autor expõe, entre outras questões, a questão da formação de palavras em língua portuguesa. Assim, diz Ribeiro, “As palavras da língua portugueza derivam-se 1) de palavras da língua latina considerada mãe; 2) de outras palavras da mesma língua portugueza; 3) de palavras de línguas estrangeiras antigas e modernas” (RIBEIRO, 1881, p. 143).

No caso dos sufixos, eles comparecem quando o autor fala sobre os *substantivos derivados de palavras da língua portugueza*. Ribeiro então nos apresenta que

além dos substantivos que constituem o fundo do Portuguez e dos de tekhnologia moderna, que se vão multiplicando com o progredir das sciencias, outros ha que se derivam quotidianamente dos substantivos, adjectivos e verbos já existentes na língua. (RIBEIRO, 1881, pp. 148-149).

Prosseguindo, o autor fala que as palavras existentes são consideradas radicais e que, por meio delas, formam-se novas palavras com o acréscimo de afixos. Os afixos, então, podem ser prepostos ao radical (os prefixos) ou pospostos (os sufixos). Sobre os sufixos, então, apresenta que “os suffixos portuguezes são numerosos, uns derivados das fórmulas latinas, outros das fórmulas augmentativas, diminutivas e pejorativas do genio da língua” (RIBEIRO, 1881, p. 153). No caso dos últimos, eles não se referem ao processo de formação de palavras e foram abordados na gramática de Julio Ribeiro quando o autor falou da *kampenomia*, isto é, “é o conjuncto das leis que presidem á flexão das palavras” (RIBEIRO, 1881, p. 73).

Julio Ribeiro apresenta os sufixos em listagem, dividindo-os em funções. Ou seja, os sufixos que juntam ao radical de substantivos, os sufixos que se juntam ao radical de adjetivos e os sufixos que se juntam ao radical dos verbos. Para além dessa questão, J. Ribeiro também falará dos sufixos em outros momentos da gramática, dentro ainda da questão da lexeologia, por exemplo, quando fala dos adjetivos descritivos, que segundo o autor, podem ser formados por meio de sufixos que se juntam ao radical de substantivos, ao radical de outros adjetivos ou, ainda, ao radical de verbos.

Nesse primeiro momento, focalizarei a apresentação que o autor faz dos sufixos por meio de suas funções. Assim, consoante aos sufixos que me interessam diretamente, isto é, *-eiro* e *-ista*, eles comparecem nos seguintes casos:

- a) nos sufixos que se juntam ao radical de substantivos, em que temos o *-eiro*, como “proveniente do suffixo latino *arius*, exprimindo a idéia de officio, ex.: « Carpinteiro (charpente, em Francez; perdeu-se o radical em Portuguez), ferreiro, padeiro, sapateiro, vaqueiro ». Exprime tambem instrumentos e receptaculo: « Areeiro, brazeiro, lanceiro, marreiro (ant.), taboleiro, tinteiro ». Nos lembra, ainda que o mesmo funcionamento estende-se para os sufixos em *-eira* e, em especial, “para os nomes de plantas; ex.: «Figueira, giesteira, lorangeira, nespereira, pereira »”. *-ista*, quando “ista: designa pessoas, e ao mesmo tempo seu emprego profissão, estado, modo de ser; derivado do Latim barbaro *ista*, ex.: « Banhista, especialista, evangelista, oculista, pensionista, psalmista »”. Ademais, destacaria também o sufixo *-aria* que, segundo J. Ribeiro, “exprime sobretudo estabelecimento e aglomeração, ex.: « Hospedaria, ourivesaria, padaria, pastellaria, escadaria, rataria, vozeria »”

Nesse sentido, tanto para os sufixos que se juntam aos adjetivos quanto para os que se juntam aos verbos, não temos a ocorrência de *-eiro* e/ou *-ista*. Há, contudo, para os que se juntam aos adjetivos, a ocorrência de *-aria*, em que possui os seguintes exemplos: “aria; ex.: « Porcaria, enfermaria »”,

2.4. *Noções de Grammatica Portugueza* – Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887)

Nossa quarta gramática para compor o arquivo proposto é a *Noções de Grammatica Portugueza*, publicada em 1887 (1ª edição) e escrita pelos professores Pacheco da Silva Junior

e Lameira de Andrade. Este foi “professor da Escola Normal do Rio de Janeiro e professor substituto do Colégio Pedro II” (BARBOSA & AZEREDO, 2018, p. 219), aquele “foi professor de inglês no Liceu de Artes e Ofícios e, em 1878, então com 36 anos, foi nomeado professor do Colégio Pedro II, depois de concurso para a cátedra de Língua Portuguesa e Literatura” (ROCHA, 2007, p. 123).

Em sua folha de rosto, conforme apresentado na Figura 5, além do nome, *Noções de Grammatica Portugueza*, apresenta-se como estando “de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno”. Ademais, também há um pequeno texto no qual está escrito “ainda quando a grammatica historica só dêsse em resultado tornar as grammaticas ordinarias mais logicas e mais simples, já não prestava pequeno serviço”.

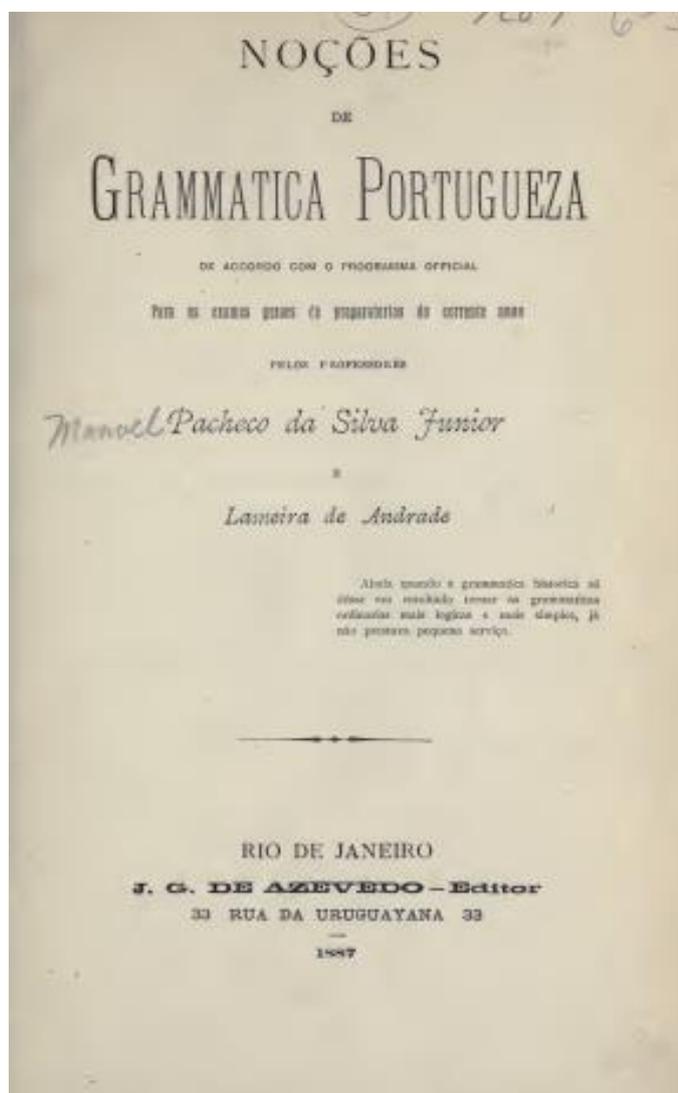


Figura 5: Folha de rosto da gramática de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887).

A gramática tem uma breve apresentação e, ao final, um sumário. Ao consultar o sumário, verifica-se que a gramática se organiza em lições, totalizando 46. Nesse sentido, destaco duas, a saber:

6. – Morphologia: estructura da palavra: raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzidos dos elementos morphicos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras.

(...)

18. – Formação das palavras em geral: derivação propria (por suffixos); derivação impropria (sem suffixos). Estudo dos suffixes. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887)

Na breve apresentação, os autores dizem que

tínhamos empreendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e faziamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar de proposito. E' que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 3).

Em seguida, os autores salientam que buscaram seguir o programa oficial, de forma que possibilitassem uma maior segurança aos consulentes da obra, ainda que “nem sempre o nosso parecer coincidiu com a indicação do programma official” (*ibidem*).

Na primeira lição, os professores explanam o que é gramática. Assim, apresentam a definição de três tipos de gramáticas: a geral, a histórica ou comparativa e a descritiva ou expositiva. A primeira é, pois, a responsável pelo “estudo dos factos e das leis da linguagem em toda a sua extensão. E' o conjuncto dos processos comuns a muitas linguas comparadas” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 5). Nesse sentido, dizem os autores, “o fim da grammatica geral é coordenar as *semelhanças* e *divergencias* dos varios processos oraes, seguidos no maior numero das linguas conhecidas, para a expressão dos sentimentos e das idéas” (*ibidem*, itálicos dos autores). A segunda gramática, ou seja, a histórica ou comparativa, “é a que emprega a historia e a comparação como instrumentos verificados da linguagem. Só ella nos ensina a dissecação scientifica dos vocabulos; (...) pode reconstituir a fórma typica das palavras desfiguradas ou gastas pelas migrações e pelos seculos” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 6). Por fim, a gramática descritiva ou expositiva, dizem os autores, “é a codificação empyrica, a exposição analytica dos factos da linguagem. Não investiga as *causas*

nem explica as *leis*; seu fim é apenas classificar, definir, e exemplificar os materiais linguísticos” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 7, itálicos do autor). Sobre a última gramática, eles acrescentam uma breve nota em que dizem que “este methodo grammatical, posto estude mui incompletamente a linguagem, é todavia de grande utilidade por sua clareza didactica, e ainda acrescentado pelos muitos respigos de *provas cumulativas*” (*ibidem*, itálicos do autor).

Após apresentarem tais tipos de gramáticas, os autores entram, então, no que entendem ser o objeto da gramática portuguesa: “é pois o estudo geral, descriptivo, historico, comparativo e coordinativo, mas tão sómente no dominio da lingua portugueza, dos factos da linguagem e das leis que os regem” (*ibidem*). Apresentam que a gramática se divide em duas partes: a lexicologia (lexycologia) e a sintaxe (syntaxe). Enquanto a primeira é a responsável pelo estudo da palavra individualmente, o segundo trata, pois, do estudo da palavra coletiva. No caso da lexicologia, os autores apontam que ela se subdivide em: fonologia, compreendida pela fonética, prosódia e ortografia; pela morfologia, que é o estudo das formas; e, ainda, pela semiologia, responsável pelo “estudo do sentido das palavras e da sua variabilidade” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 7).

Farei um salto na gramática em questão e irei para a lição 6, em que os autores se debruçam sobre o estudo da morfologia. Eles iniciam a sexta lição definindo que “morphologia é a parte da grammatica que estuda a fórma das palavras, sua flexão e classificação. E’ – por outras palavras – a theoria da formação dos vocabulos” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 57). Prosseguem a explicação e expõem que “a analyse de qualquer palavra, revela-nos o elemento essencial e irreductivel, contendo a idéa principal, - a RAIZ; e varios elementos accessorios que a modificam – os AFFIXOS” (*ibidem*). Sobre os afixos, dizem os autores que se distinguem em “*prefixos e suffixos* (fixos *antes* ou *depois*): são elementos determinantes ou modificadores” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 58).

É, pois, na décima oitava lição que os autores se dedicam ao estudo dos sufixos no processo de formação de palavras³⁵. Iniciam a lição afirmando que

³⁵ É importante indicar que antes mesmo dos capítulos dedicados à morfologia, em geral, e à formação de palavras, em particular, Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade nos darão a saber informações sobre os sufixos atuando em outros processos da língua portuguesa. O olhar lançado aqui, no entanto, vai em direção de buscar o que os autores nos dizem sobre os sufixos considerados relativamente ao processo de formação de palavras.

dá-se o nome de derivação aos processos formadores de palavras pelo acrescentamento de um suffixo a um vocabulo primitivo (i. e. ao thema como signal de categoria gramatical) ou pela modificação de sentido. O 1º processo chama-se derivação propria; o 2º impropria. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, p. 281).

Sobre os suffixos, eles apresentam algumas informações pertinentes. Afirmam que os suffixos podem ser de formação popular ou de origem erudita. No caso do primeiro, são os que entram na derivação propriamente portuguesa. Sobre os segundos, os eruditos, dizem “alguns de origem classica são hoje de uso vulgar, e estão, por assim dizer, nacionalizados, e com força creadora” (*ibidem*). Exemplificam com as seguintes palavras “escripturario, instrumental, abolicionista”. Também dizem que alguns suffixos “teem dupla fórma, uma popular e outra erudita, muitas vezes com significação tambem dupla: - justiça justeza, razão razão, primario primeiro. A fórma popular é geralmente a mais antiga” (*ibidem*). Dizem, ainda, que “o mesmo suffixo póde ter varias significações. Ex. – livreiro, tinteiro, primeiro, limoeiro” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 282).

Partindo para os processos de derivação de palavras, temos que é na derivação própria em que se encontra com maior força a questão dos suffixos e, sendo assim, é ela que interessa diretamente a presente pesquisa. Assim, dizem os autores que

ha tres cousas a considerar na classificação dos suffixos nominaes – a *forma* de derivação (verbal ou nominal). A *natureza* ou *emprego* (substantivo, adjectivo, collectivos, nomes concretos e abstractos, etc.); o *sentido*, porque os suffixos, como as palavras teem a sua historia. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 284).

Outra questão importante a destacar é a que Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade nos dizem que

alguns suffixos suppoem certas categorias de palavras. Assim, *ada* supõe thema verbal: - amar, calçar – amada, calçada. Com o correr do tempo, porém, quando já na língua existem muitas palavras formadas com o mesmo suffixo, e a lei já está esquecida por fotos, formam-se derivados directamente analogos sem mais se indagar da fórma thematica que lhes corresponde. E accresce que muitos suffixo teem varios empregos: inchaço tem por base um verbo; poetazo, um substantivo. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, pp. 284-285).

Por fim, os autores nos apresentam que “a’s vezes o suffixo muda de sentido. Alia denota uma reunião de pessoas ou cousas, e hoje mais tem sentido pejorativo: - gentalha, canalha” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 285).

Realizadas tais explanações, os autores apresentaram os sufixos em forma de lista, organizados pelas funções. Assim, apresentam os sufixos de substantivos derivados de substantivos, os sufixos de substantivos derivados de adjetivos, dentre outros. Nesse sentido, foco, neste momento, nos sufixos que interessam diretamente ao presente trabalho. Temos a presença de:

a) *-eiro* como:

1. Sufixo de substantivo derivado de substantivo, em que comparece *-eiro* ao lado de *-ario*. Dizem os autores que “ambos indicam individuo que exerce certa profissão: - estatuário, boticário, lapidário, carpinteiro, porteiro, cosinheiro” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287). Complementam, dizendo que

a 1ª desinência [-aria], de forma erudita, indica profissão mais elevada que o suffixo EIRO. Este, de forma popular, indica – 1º) nomes de arvores e plantas: - limoeiro, mamoneiro, cerejeira; 3º) intensidade, extensão: - aguaceiro, luzeiro; logar onde se guardam certos objectos (expressos pelo radical): - celleiro, gallinheiro, tinteiro, idéa esta tambem indicada pelo suffixo ario (de arium): - armario, herbario, erario” (*ibidem*).

Nesse sentido, custa considerar, ainda, duas notas de rodapé que os autores nos asseveram. A primeira é relativa aos exemplos dados (estatuário [estatuário], boticário [boticário], etc.). Dizem os autores que se trata, pois, de “individuos que fazem, produzem, fabricam, os objectos indicados pelo radical” (*ibidem*). A segunda é relativa ao fato de *-aria* indicar profissão mais elevada que *-eiro*: os autores completam que

cumpre advertir ha certa differença na significação das desinencias – ARIO, EIRO, OR, ADO, conquanto todos indiquem cargo, profissão – ARIO denota posição inferior, EIRO ainda mais inferior; OR e ADO, ATO alta dignidade, posição elevada, etc. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287).

2. Sufixos étnicos, gentílicos e patronímicos, em que há comparece *-eiro*, sufixo que, dizem os autores, “não tem correspondente em latim, mas que formou alguns nomes étnicos – Vimieiro, Barreiro, etc..” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 307). Importa considerar, ainda, que Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade nos dizem que

os nomes de povos e nações formam-se com os nomes proprios de paizes e cidades, e as desidencias – ano (iano), ense, ão, ez, io, ico, ista, aico, etc: - Pernambucano, Romano, Galleziano (Gallego), Atheniense Lisboense Lisboense (Lisboeta) (...), Portuguez, Inglez, Francez : Brasileiro (Brasiliense). (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 302).

b) *-ista* como:

1. Sufixo de substantivo formador de substantivo com *-ista* indicando

emprego, ocupação – oculista, dentista, sacrista, copista, jornalista. E’ esta a terminação dos nomes de pessoas que tocam um instrumento, excepto aquelles que derivam por mudança de sentido, por metáfora (um piston, um tambor): - flautista, pianista. Hoje é grande emprego, e entra tambem na formação dos nomes que exprimem os partidarios de um systema, escola, seita ou idéa – abolicionista, socialista, nihilista. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 289).

2.5. *Grammatica Portugueza* – João Ribeiro (1889)

Nossa quinta gramática é de um outro Ribeiro. Trata-se da *Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro. Tomo para análise a terceira edição, publicada em 1889, sendo que a primeira edição é de dois anos antes: 1887. Contemporâneo de Julio Ribeiro, João Ribeiro foi historiador, jornalista, estudioso da linguagem e lecionou no Colégio Pedro II.

Ao olharmos a gramática do autor, notamos que o nome dela figura apenas como *Grammatica Portugueza*. Na folha de rosto, além do nome, temos a informação “3º anno”, escrita entre parênteses, conforme vemos na Figura 6, e que João Ribeiro é autor de uma outra obra chamada “diccionario grammatical”.

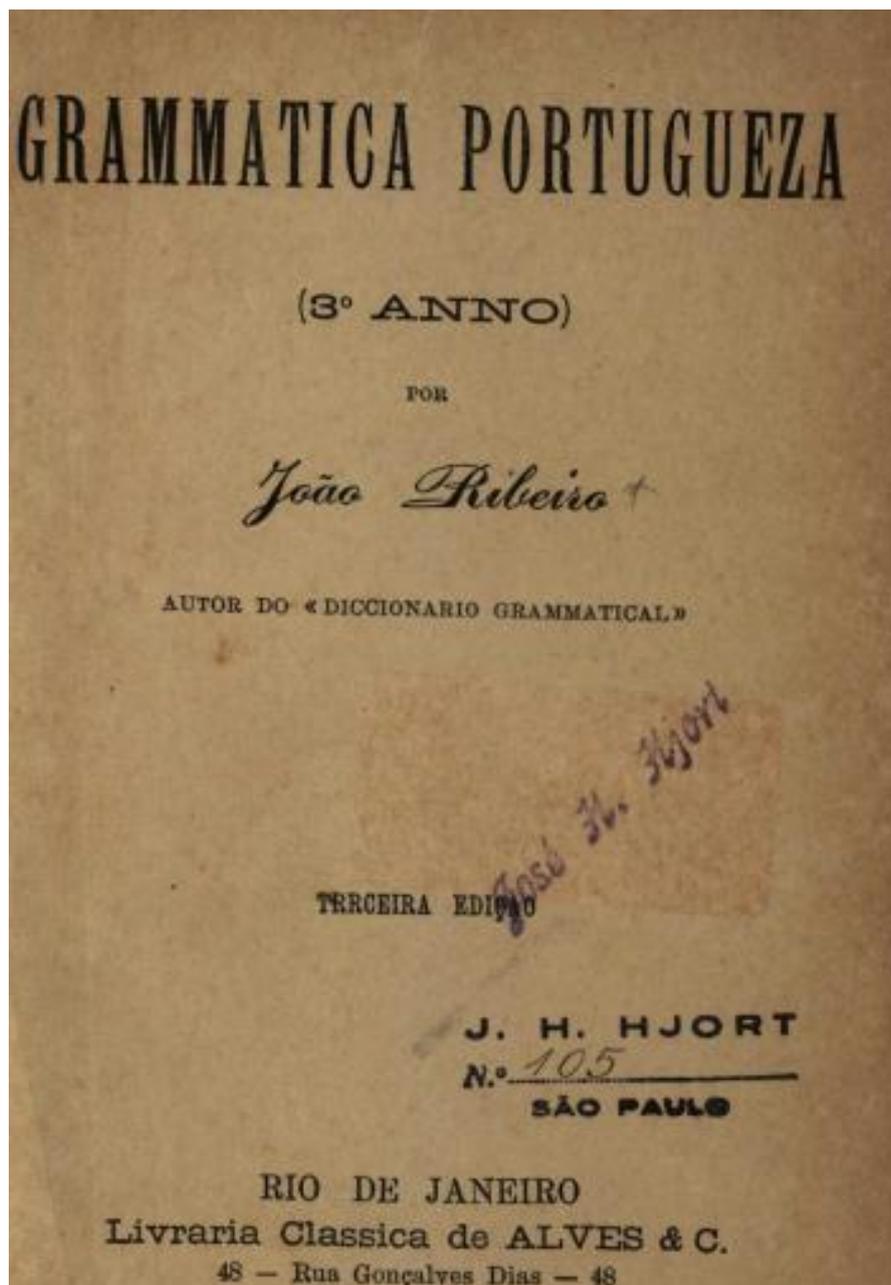


Figura 6: Folha de rosto da gramática de João Ribeiro.

Em seguida, comparece uma advertência feita pelos editores da obra em questão. Na advertência, dizem que mesmo não tendo completado nem dois anos em que a primeira edição da obra foi lançada, no ano de 1889, imprime-se a terceira edição e completa, dizendo que “nesta, poucas alterações fizemos; supprimiu-se o appendice em cujo lugar se reeditou o prefacio da edição anterior” (RIBEIRO, 1889 [1887]).

Tanto o prefácio quanto o sumário da gramática comparecem ao final da obra. Em consulta ao sumário, vê-se que a gramática é organizada não por partes, mas sim por

pontos que o autor chama de lições. Há um total de 46 pontos de português, dos quais destaco dois, a saber:

6. – Morphologia: estructura da palavra: raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzidos dos elementos morphicos que as constituem, desenvolvimento de sentidos novos nas palavras.
 (...)

 18. – Formação das palavras em geral: derivação propria (por suffixos); derivação impropria (sem suffixos). Estudo dos suffixos. (RIBEIRO, 1889 [1887], pp. I-II)

Vê-se, pelo sumário, que João Ribeiro dedica, em pelo menos duas lições de sua obra, um espaço para se falar dos processos de formação de palavras, de forma geral, e dos sufixos, de forma particular.

Todavia, antes de explanar sobre as duas lições supracitadas, gostaria de apresentar alguns aspectos gerais do que o autor entende por gramática. Dessa forma, na *Lição I*, o autor apresenta que gramática é “a coordenação das fórmulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escripta.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 1). Assim, de acordo com o gramático, temos que

Esta definição [a de gramática] é deduzida da observação dos factos da linguagem. A analyse revela que toda a lingua tem grammatica, porque os vocabulos que servem para a expressão das idéas, affectam variações de fórma, de collocação e de sentido susceptiveis de serem generalizadas, isto é, de serem construídas sob o typo de *leis* ou *regras*. O systema geral e abstracto destas leis constitue a *grammatica*. (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 1)

Dessa forma, ele aponta que a gramática divide-se em geral e em particular. Ao passo que a primeira é a que “expõe os principios logicos comuns a todas as linguas” (*ibidem*), a segunda é a responsável por expor os “principios e as particularidades especiaes de um idioma” (*ibidem*). Contudo, J. Ribeiro faz um adendo: “actualmente o progresso da philologia proscreeu a sciencia da *grammatica geral*. Não ha *grammatica geral* senão para uma classe, familia ou grupo de linguas da mesma filiação” (*ibidem*, itálicos do autor). Dessa feita, o autor ainda apresenta três formas de gramática: a histórica, a comparativa e a descritiva. Para as duas primeiras, faz uma breve observação: “em geral, tanto o estudo historico como o comparativo, são inseparáveis e constituem o methodo historico-comparativo, essencial á sciencia das linguas” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 2). Para a gramática descritiva, o autor nos

diz que ela pode ser ainda denominada por expositiva ou prática e “é a arte que ensina a falar e a escrever correctamente uma lingua” (*ibidem*). Observa, no entanto, que

A grammatica pratica, como arte que é, contém preceitos frequentemente anti-científicos, por isso que as suas vantagens consistem em procurar meios mecanicos e mnemonicos que facilitem o estudo. Assim, a grammatica pratica denomina irregulares os verbos que, scientificamente, no sentido da filiação historica, conservam a regularidade primitiva. (RIBEIRO, 1889 [1897], p. 2)

Sobre a gramática portuguesa, Ribeiro aponta que ela se divide em quatro partes, a saber: fonologia, morfologia, classificação ou taxinomia e sintaxe. Nesse sentido, diz que “as tres primeiras referem-se ao estudo do vocabulo; a ultima ao da phrase ou proposição” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 2). Sobre as partes que se dedicam ao estudo do vocábulo, ele afirma que elas “têm no conjuncto a denominação de Lexilogia” (*ibidem*). Assim, nos apresenta a observação que diz que “o estudo do sentido do vocabulo chama-se Semantica, e o da origem e fórmãs primitivas, etymologia” (*ibidem*). Adverte, contudo, o seguinte: “comquanto muito dependentes da grammatica, della não fazem commumente parte a Etymologia, nem a Semantica, e antes representam divisões da philologia geral” (*ibidem*).

Avançando um pouco nas questões que Ribeiro apresenta, foco no que o autor nos fala sobre a morfologia, que interessa diretamente ao presente trabalho. Com isso, ainda na *Lição I*, o autor nos apresenta o que é a morfologia. Diz ele: “Morphologia é o estudo do vocabulo considerado como um composto de elementos significantes ou órgãos” (RIBEIRO, 1889 [1897], p. 3). Em seguida, observa que “os elementos morphicos não são simples lettras ou syllabas, são partes do vocabulo que representam uma idéa principal ou accessoria” (*ibidem*). Cita como exemplo: amar-ei / con-de-scend-ente / bon-d-oso / livro-s / pro-vid-enc-iar e diz que “cada um destes elementos em separado tem um sentido e todos concorrem para determinar a significação pura do vocabulo, determinando-lhe ao mesmo tempo a historia” (*ibidem*).

Avançarei um pouco mais na gramática de João Ribeiro e abordarei agora a *Lição VI*, dedicada a um aprofundamento dos estudos da morfologia e dos afixos de forma geral³⁶.

³⁶ É preciso realizar uma observação: antes mesmo dos capítulos dedicados à morfologia em geral e à formação de palavras, em particular, João Ribeiro falará sobre os sufixos. Todavia, se trata de olhar para os sufixos em processos que não envolvem diretamente o processo de formação de palavras, interesse maior desse trabalho. Assim, e a título de exemplificação, na *Lição IV*, dedicada ao estudo dos metaplasmos, o autor nos diz que a *paragoge* ocorre em derivações modernas por intermédio de sufixos. Também na Lição III, que trata sobre a origem das letras portuguesas, Ribeiro (1889) nos diz que “a *transposição* de letras ou metathese foi uma das soluções mais frequentes e mais naturaes. Deu-se nomeadamente nos suffixos *ario, erio, orio, urio*” (p. 43, itálicos do autor).

Nesse sentido, o autor nos diz, em um primeiro momento, que há os afixos e estes são “elementos morphologicos ou orgãos que se appoem a um vocabulo modificando-lhe a significação. Os *affixos* dividem-se em *prefixos* e *suffixos*” (RIBEIRO, 1889 [1897], p. 70, itálicos do autor). Em seguida, apresenta que os sufixos são “os elementos que prolongam e completam a palavra principal. Taes são, entre outros: *eiro*, *oso*, *ade*, *ino*, *ico*, etc.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 71, itálicos do autor). Exemplifica, então, com os seguintes vocábulos, destacando deles seus respectivos sufixos: pinh— eiró; form— oso; felic— idade; analyt— ico.

Faz, no entanto, uma observação importante para o presente trabalho. João Ribeiro assinala que “o *prefixo* tem uma noção definida, e mais positiva do que o *suffixo*. Assim os *prefixos* *pre*, *sub* denotam sempre a antecipação, o lugar inferior, etc. Os *suffixos*, porém, têm uma função menos definida e affectam varias accepções, conforme o uso tem estabelecido” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 71, itálicos do autor). De forma a sustentar essa observação, o gramático toma o sufixo *-eiro* como exemplo e apresenta que ele pode ter as seguintes significações:

Expressando o continente:

tinteiro — tinta

Expressando o factor:

sapateiro — sapato

caldeireiro — caldeira

Expressando o agente da acção:

caminheiro — caminho

cavalleiro — cavallo

Expressando a arvore em relação ao fructo:

pinheiro —

tomateiro —

mamoeiro —

etc., etc.

As tres ultimas accepções indicam sempre a actividade ou os agentes da producção.

Note-se, além disto, que em alguns brazileirismos o suffixo *eira* ou *éra* representa o vocabulo tupi-guarani *cuér*, *cuéra*, *gué*, e denota o tempo passado. Taes são os dous exemplos:

Tap-éra — (aldeia, *taba*, que existiu).

Capo-eira — (matto, *caá*, que existiu). (RIBEIRO, 1889 [1887], pp. 71-72, itálicos do autor)

Mais à frente, nos diz que os sufixos (e também os prefixos) são os responsáveis por realizar “modificações accidentaes” à raiz de uma palavra. Todavia, acrescenta que “o sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos nem sempre é susceptível de uma determinação fixa e invariavel” (RIBEIRO, 1889 [1897], p. 73). Após uma série de

explicações sobre a questão da morfologia das palavras, nos dá duas regras que podem se definir para as palavras compostas: “1.a O sentido do vocabulo é determinado pela palavra principal ou raiz; 2.a O sentido do vocabulo é modificado pelas circumstancias expressas pelos prefixos e suffixos” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 75).

Darei um salto na gramática de João Ribeiro e passo a tratar da *Lição XVIII*³⁷, em que o autor abordará sobre a formação de palavras e a derivação por sufixos. Começa, então, a lição falando sobre as palavras derivadas. Diz que elas são “as que se fórma de outras, existentes na lingua: de *pedra* fórman-se as derivadas *pedraria*, *pedreira*, *pedregulho* etc.” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 147). Apresenta que a derivação pode ser de duas ordens: própria ou imprópria. A primeira ocorre, pois, com a adição de sufixos. Já a segunda é “a que se faz sem suffixos, sem adição de terminações” (*ibidem*). Sobre os sufixos, o autor nos diz que eles “constituem uma riqueza de fórmas consideravel” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 148). Todavia, em seguida, diz que “os *suffixos* não têm, como succede aos prefixos, a significação exacta e positiva: apresentam, apenas, uma idéa vaga e pouco definida” (*ibidem*).

Em seguida, o autor apresenta uma série de sufixos: tais sufixos estão organizados, primeiramente, pela derivação, isto é, sufixos de substantivos derivados de substantivos, sufixos de substantivos derivados de adjetivos, dentre outros. Dentro de cada organização, os sufixos são apresentados pelos seus étimos, ou seja, de acordo com suas origens. Assim, temos sufixos latinos, sufixos gregos, etc. No caso dos sufixos que interessam diretamente a essa pesquisa, isto é, o *-eiro* e o *-ista*, temos o comparecimento apenas do *-eiro*. Ele é apresentado como sendo um sufixo de proveniência latina e junto ao sufixo *-ario*, eis como comparece:

Ario, eiro — (arius) de louro loureiro ; de engenho, engenheiro ; de vocabulo, vocabulario. (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 150)

Sobre o sufixo *-ista*, não vemos ocorrência dele na listagem que João Ribeiro apresenta. Antes de finalizar o presente tópico, gostaria de destacar um outro sufixo que interessa ao presente trabalho, o sufixo *-ense* que comparece da seguinte forma:

³⁷ É preciso dizer que a *Lição XVII* da gramática de João Ribeiro também é dedicada à formação de palavras. Contudo, nessa lição, o autor trata sobre a composição por prefixo e por justaposição. É dedicada, pois, aos estudos dos prefixos.

Ense, ez — (lat. ensis) de Milão, milanez ; de França, francez ; de Brazil, brasiliense. (*ibidem*)

2.6. *Grammatica Descriptiva* – Maximino Maciel (1895)

A sexta gramática que faz parte do arquivo é a *Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas*, escrita por Maximino Maciel. O autor formou-se em Direito e em Ciências Sociais e foi professor catedrático do Colégio Militar. A obra em questão é de 1895. De acordo com Polachini (2018), trata-se da segunda edição da obra *Grammatica Analytica*, publicada em 1887, e que agora aparece com o nome modificado.

Conforme vemos na Figura 7, o nome da gramática comparece em sua folha de rosto. Além disso, há a indicação do nome de Maximo Maciel, sua naturalidade (Sergipe) e a sua formação. Há, ainda, uma frase em latim: “Lex sum sermonis, linguarum regula certa qui me non didicat, caetera nulla petat”, de Bacon.

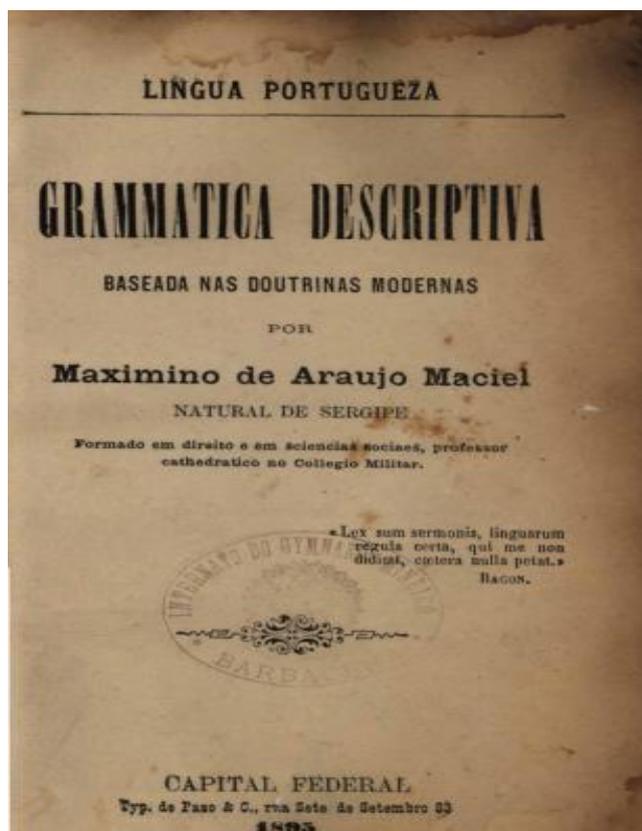


Figura 7: Folha de rosto da gramática de Maximino Maciel

A gramática de Maciel possui um prólogo e um índice de assuntos. Também apresenta um plano sinótico da gramática, isto é, um resumo esquematizado das partes que a compõem. Vê-se que esse plano sinótico (figura 8) já nos dá um indicativo de como a gramática é organizada.

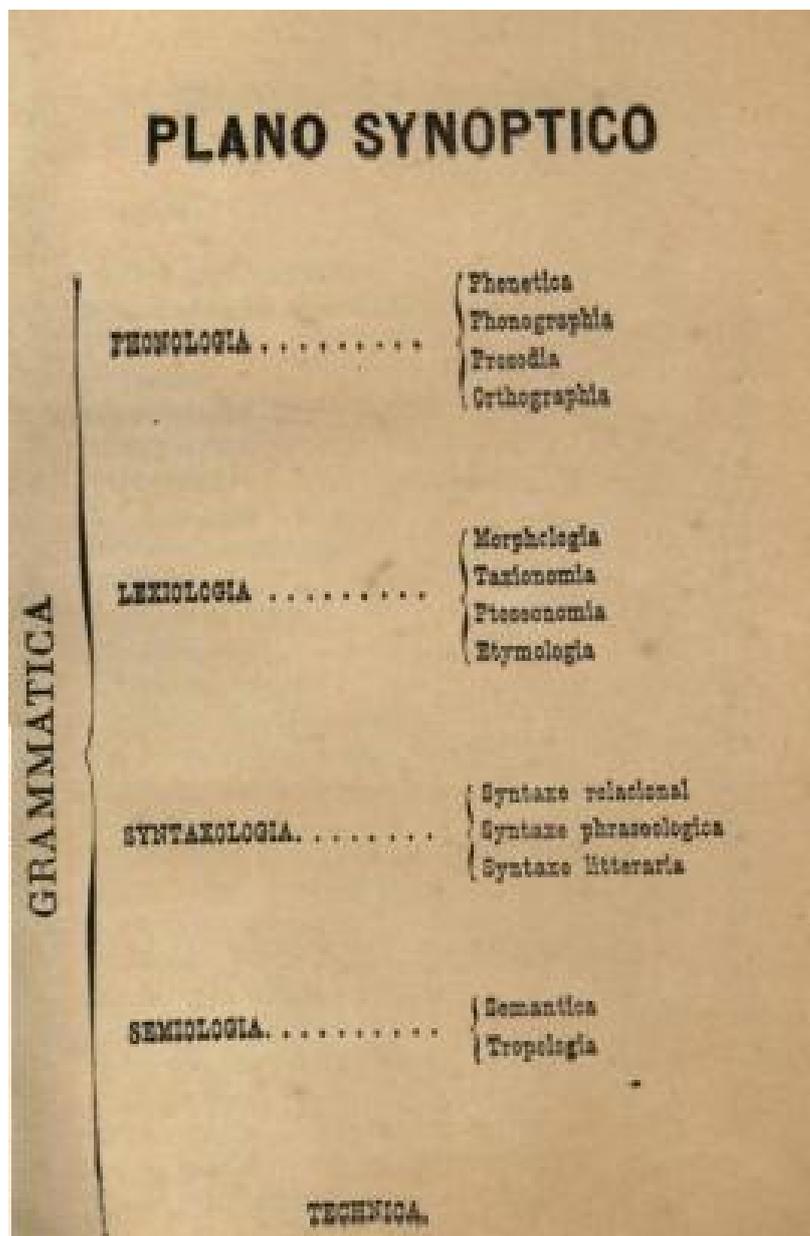


Figura 8: Plano sinótico da gramática de Maximino Maciel.

Ao observarmos o esquema acima, é possível ver que a gramática de Maciel divide-se em quatro partes: a) fonologia; b) lexicologia; c) syntaxologia; e d) semiologia. Nesse sentido, é mister apontar aquilo que Cavaliere (2003) nos diz sobre tal divisão:

trata-se de ramificação típica dos compêndios da época, que, a rigor, distingue-se da atual pelo fato de situar a morfologia como parte do estudo do léxico e de incluir a ortografia na área maior da fonologia. Algumas mudanças conceituais dos termos filológicos também ocorreram ao longo do tempo. Assim, por fonologia não entendia Maciel o estudo do sistema fonológico, como fazemos modernamente (...). Destarte, a fonologia estuda os fonemas isolados, representado por letras, ou grupados na contextura da palavra, incluindo o estudo da intensidade e da quantidade. Por esse motivo, dividia o mestre a fonologia e fonética, fonografia, prosódia e ortografia (...). A lexiologia resume-se no estudo da palavra isolada, como organismo independente (...). Divide-se a lexiologia em morfologia, estudo da palavra quanto a sua constituição orgânica ou quanto a sua estrutura (...). (CAVALIERE, 2003, pp. 140-141).

Retornando à obra de Maciel, o autor apresenta, já em seu prólogo, que

Em 1887 publicámos o nosso primeiro trabalho — *Grammatica Analytica* em que, baseando-nos nas doutrinas modernas, concorremos de algum modo para romper com a velha tradição, quebrando os antigos moldes em que se vasava a *grammaticographia*. É certo que esse trabalho nosso a que alludimos, posto que houvesse sido aceito pelos competentes e exaltado pela imprensa, se resentia do muitòs defeitos, devidos á transição em que se achavam as doutrinas d’então. Além disso, nós o escrevemos baseados mais no que havíamos lido do que na observação e até experimentação dos phenomenos da lingua, de sorte que actualmente discordamos de alguns pontos, graças á longa pratica do magisterio em que consolidamos o que sabíamos e adquirimos o que hoje se acha exarado no corpo d’essa *Grammatica Descriptiva* (MACIEL, 1895, p. vii)

Ainda no prólogo, porém, M. Maciel faz uma breve ressalva. Diz que

Esta *grammatica* nada tem com a outra; serve apenas de um como protesto aos que injusta ou justamente nos criticaram, até mesmo sobre pontos de que já nos havíamos occupado em outras publicações posteriores ao nosso compêndio de 1887. (MACIEL, 1895, p. ix)

Prosseguindo com a gramática, para além da divisão da gramática em partes, Maximino Maciel acrescenta um capítulo inicial chamado “noções propedêuticas”. É um capítulo introdutório em que aborda algumas questões básicas do que seja gramática. Assim, o autor nos apresenta que gramática é “a systematização lógica dos factos e normas de uma lingua qualquer” (MACIEL, 1895, p. 1). Diz também que a gramática pode ser descritiva, histórica e comparada e nos apresenta, assim, uma descrição do que seja cada tipo de gramática. Segundo o autor, uma gramática descritiva é aquela “que tambem se diz expositiva, é a systematização organica dos factos e normas proprios de uma lingua, isoladamente

considerada” (*ibidem*). Além disso, também acrescenta que a definição de gramática portuguesa que, para ele, é “a systematização organica das normas e factos da lingua portugueza, isoladamente considerada” (*ibidem*). E acrescenta que para além dessas gramáticas citadas, há “tambem a grammatica geral que se poderia chamar glossologia, isto é, o tractado das normas geraes e abstractas que se poderiam aplicar á expressão do pensamento ou á linguagem” (*ibidem*).

Para além dessas questões citadas, Maximino Maciel expõe que “a grammatica estuda as palavras de uma lingua sob as duas quatro modalidades, isto é, como som, como organismo, como função e como signal e assim se deve dividir em phonologia, lexiologia, syntaxologia e semiologia” (MACIEL, 1895, p. 2). Nesse sentido, faço uma breve observação dessa definição, de que o estudo da gramática corrobora com o plano sinóptico apresentado pelo autor, páginas antes, e que pode ser visto na reprodução da Figura 5, conforme apresentado acima.

Após expor essa divisão da gramática nas quatro partes acima, Maciel faz a seguinte observação:

A divisão tripartita da generalidade dos grammaticographos — em phonologia, lexiologia e syntaxologia — não tem mais razão de ser, depois que o estudo da significação se individualisou, constituindo por si um ramo definido, maximé com os estudos de Darmsteter (4) que usa do termo semantica para designar a theoria logica da significação. Ao nosso ver, porém, o termo semasiologia, como quer Reinach (5), satisfaz plenamente, passando o termo semantica, por mais restricto, a ser uma subdivisão da semiologia, como havemos de ver” (MACIEL, 1895, pp. 2-3)

Adentrando, pois, à gramática de Maciel, vemos que a questão dos sufixos comparece, pelo menos, em dois lugares da gramática: na primeira parte, quando fala de fonologia, há uma citação ao sufixo de superlativo absoluto que deve ser grafado com ss, por exemplo, em “justissimo, sapientissimo” (MACIEL, 1895, p. 52). A concentração da questão dos sufixos, todavia, se dá na parte dedicada à morfologia que, como vimos acima, integra a lexiologia. Assim, Maciel começa a parte II de sua gramática expondo que

Lexiologia é o tractado das palavras, isoladamente consideradas, isto é, como organismos independentes. A lexiologia estuda as palavras:
a) isoladas e independentes, mas relativamente á sua constituição organica, á sua estructura material;

- b) isoladas e independentes, mas relativamente ás categorias mentaes que exprimem;
 - c) isoladas e independentes, mas relativamente ás suas condições de variabilidade;
 - d) isoladas e independentes, mas relativamente á sua origem e formação.
- A lexiologia, pois, se divide em morphologia, taxonomia, ptoseonomia e etymologia. (MACIEL, 1895, p. 60)

Expõe, em uma nota de rodapé, que a divisão proposta está

de accordo com a definição de lexiologia exposta pelo notável grammatico bahiano cujo trabalho, apesar de vasado nas doutrinas da escola clássica, é um dos melhores: VIDE ERNESTO CARNEIRO – Gram. Port. pag. 13” (MACIEL, 1895, p. 60).

Prosseguindo então no mapeamento da gramática, Maciel expõe o que entende por morfologia. Para o autor, é

o tratado da palavra, organicamente considerada, isto é, com relação aos seus elementos materiaes ou fórmias. Estes elementos materiaes ou orgams são o prefixo, o radical e o suffixo cujo conjuncto constitue exterior e morphologicamente o organismo ou estructura da palavra. (MACIEL, 1895, pp. 60-61)

Cita como exemplo a palavra *commandante*, dividindo-a conforme os elementos citados (prefixo, radical, sufixo): com + mand + ante. Em seguida, diz que tanto o prefixo quanto o sufixo são chamados de afixos e se tratam de “elementos exteriories e accessorios que se agglutinam ao radical, dilatando-o morphologicamente” (MACIEL, 1895, p. 61) e exemplifica com as palavras *dependente*, *retrospectivo*, *organisar* e *produzir*. Todas as quatro palavras são exemplificadas com a separação de prefixo, radical e sufixo.

Farei um salto na gramática para chegar ao que interessa diretamente ao presente trabalho: os sufixos. Maciel nos apresenta que sufixo “é qualquer elemento morphologico que, posposto á raiz do vocabulo, lhe dá quasi sempre a categoria grammatica” (MACIEL, 1895, p. 64). Assim sendo, o autor exemplifica sua colocação com as palavras, *pedrada*, *amenisar* e *mortal*, separando o sufixo de caa uma: pedr + ada, amen + isar, mort + al. Dessa feita, diz que os sufixos podem ser de três ordens: nominal, adjetivo e verbal. O autor faz então dois apontamentos interessantes sobre o funcionamento dos sufixos. Primeiramente ele diz que os sufixos, ao lado dos prefixos, “são os elementos de relação do organismo do vocabulo e ragem sobre a significação da raiz, definindo-a, isto é, a significação vaga da raiz

é modificada pelo prefixo e definida pelo suffixo” (MACIEL, 1895, p. 65). Em seguida, o autor nos diz que há palavras chamadas *homoptotas*. Tais palavras são as que possuem o mesmo sufixo, e, ainda, exemplifica com: “bonança, esperança, matança, cobrança” (ibidem, itálicos do autor). Entretanto, o autor apresenta que “às vezes o mesmo suffixo toma dous aspectos diferentes ex.: *ario* e *eiró*, *estre* e *este*, *ar* e *al*, *agem* e *ático*, *avel* e *evel* e *ivel*, *ação* e *ição*, *orio* e *ouro*” (ibidem, itálicos do autor).

Entramos então na seção dedicada à estrutura das palavras. Grosso modo, para Maximino Maciel, as palavras podem ser simples ou compostas. As simples são aquelas constituídas por um único vocábulo (mar, terra, etc.) e as compostas são as palavras que se constituem por mais de um vocábulo simples (olho-de-boi, por ex.). No caso das palavras compostas, elas se formam de três maneiras: por *justaposição*, por *aglutinação* ou por *locução*. É curioso apontar que, nessa seção dedicada à estrutura das palavras, Maciel fala de alguns processos de formação de palavras, sem incluir os sufixos. Ele dedica as três seções que apresento na sequência o papel de falar sobre os sufixos: o nominal, o verbal e o adjetivo.

Sobre o sufixo nominal, o autor nos diz que é “aquelle que, aglutinando-se ao thema vocabular, gera um substantivo” (MACIEL, 1895, p. 67). Diz também que sufixo é “um orgam que, desde que seja isolado do vocabulo perde a sua função, pois nada representa; é uma *morphose*, isto é, um pedaço do vocabulo” (ibidem, itálicos do autor). Apresenta então que os sufixos (no caso dos nominais) podem “relativamente á sua função significativa” ser reduzidos “às seguintes classes” (ibidem):

- a) *suffixos collectivos*: são aqueles que se aglutinam ao tema e formam um substantivo coletivo;
- b) *suffixos graduaes*: são aqueles que atenuam ou aumentam a significação, isto é, são os que são utilizados para a formação do diminutivo ou do aumentativo;
- c) *suffixos locativos*: são os que dão a ideia de lugar;
- d) *suffixos qualitativos*: são os que formam um substantivo abstrato;
- e) *suffixos de actividade*. são os que dão a ideia de ação exercida.

Dessa forma, dentro de cada uma das classes apresentadas, o autor nos dá a saber uma série de sufixos. No caso dos sufixos que interessam diretamente ao presente trabalho, isto é, *-eiro* e *-ista*, temos que eles comparecem em³⁸:

a) sufixos locativos:

Em que comparece: *-eiro* com exemplos “tinteiro, arreeiro”. Há, ainda, a presença de *-eira*, com os exemplos de saleira, molheira. Ademais, também temos *-aria*, com a presença de padaria e secretaria e *-ario*, com a presença de armário e sacrário.

b) Sufixos de atividade:

Em que comparece: *-eiro*, com exemplos “barbeiro, sapateiro”; *-ista*, com exemplos “capellista, logista”. Há, também, *-ario*, com exemplo: “boticário, vigário”.

Saindo dos sufixos nominais, temos a apresentação dos sufixos verbais. Eles são “aquelles que, aglutinando-se ao radical, geram um verbo” (MACIEL, 1895, p. 69). No caso dos sufixos verbais, eles são de três ordens:

- a) *diminutivos*: são os que “se aglutinam ao radical e lhes atenuam a significação” (MACIEL, 1895, p. 70);
- b) *frequentativos*: são os que “se aglutinam ao radical e geram um verbo de acção reiterada” (*ibidem*);
- c) *inchoativos ou factivos*: são os que “se aglutinam ao radical e geram um verbo cuja significação indica começo ou mudança de acção” (*ibidem*).

No caso dos sufixos verbais, há de se notar que não comparecem os sufixos *-eiro* ou *-ista*. Dessa forma, trato, então, nos sufixos adjetivos.

Por sufixo adjetivo, devemos entender aquele que “aglutinando-se ao thema, produz um adjectivo” (*ibidem*). Nesse sentido, eles podem ser de cinco ordens, a saber³⁹: a) *sufixos de propriedade e relatividade*; b) *sufixos de plenitude e intensidade*; c) *sufixos de possibilidade e passividade*; d) *sufixos de atividade a acção*; e e) *sufixos de tempo, passado ou futuro*. Dessa feita, focalizando os sufixos que interessam ao presente trabalho, temos que em

³⁸ Todos os exemplos destacados estão presentes entre as páginas 67 e 69 da referida gramática.

³⁹ Todos os exemplos destacados estão presentes entre as páginas 70 e 72 da referida gramática.

- a) *suffixos de propriedade e relatividade* comparecem: *-eiro*, com exemplos “ligeiro, brasileiro”. Destaca-se, ainda, *-ario*, com os exemplos “solitario, voluntario”, *-ense*, com os exemplos “cearense, lisbonense”, *-ez*, com os exemplos: “montez, francez”.
- b) *suffixos de atividade a ação* comparece: *-eiro*, com exemplos “doceiro, embusteiro”.
- c) *suffixos de tempo, passado ou futuro* comparece: *-eira*, com exemplo “mandadeira, casadeira”.

Para além das questões acima, é mister pontuar que há o comparecimento dos sufixos em outros lugares da gramática que não dizem respeito ao processo de formação de palavras e, por isso, não serão pautados aqui.

2.7. *Grammatica Expositiva* – Eduardo Carlos Pereira (1907)

A sétima gramática selecionada é a *Grammatica Expositiva*, publicada por Eduardo Carlos Pereira, em 1907. Trata-se de uma obra com um elevado número de reedições. Molina (2004) aponta que foram realizadas em torno de 114 edições, entre 1907 e 1958. De acordo com Bunzen e Medeiros (2016), Eduardo Carlos Pereira, em São Paulo,

cursou o Colégio Ipiranga de Araraquara, e seguiu os estudos superiores na Academia de Direito de São Paulo. Durante sua carreira no magistério, lecionou Latim e Português no Colégio Culto à Ciência, em Campinas, na Escola Americana (Mackenzie) e no Ginásio Oficial de São Paulo, ambas localizadas na capital paulista. (BUNZEN & MEDEIROS, 2016, p. 125).

Ao observarmos a folha de rosto da referida obra, na Figura 9, é possível ver que além do nome da obra, *Grammatica Expositiva*, há a informação de que o autor foi “lente cathedratico de Grammatica Expositiva e Grammatica Historica do Gymnasio Official da Cidade de São Paulo” (PEREIRA, 1907). Para além dessas informações, consta que se trata de uma obra “adaptada ao 1º, 2º e 3º anno dos gymnasios” (*ibidem*). Uma informação importante para se destacar é a que a referida obra foi “approvada pela Congregação do mesmo Gymnasio” (*ibidem*).

Grammatica Expositiva

por

Eduardo Carlos Pereira

Lente catedrático de Grammatica Expositiva e Grammatica Historica
do Gymnasio Official

da

Cidade de S. Paulo

Obra approvada pela Congregação do mesmo
Gymnasio

Il existe dans nos livres traditionnels
la grammairie et le dictionnaire de la langue
corrompus et de la décadence contre toute
utilité. C'est un enseignement de bon
sens, qu'elle ne se contente pas d'être
utilitaire, mais devient art.

A. DUCLOS

Adaptada ao 1.º, 2.º e 3.º anno

para

GYMNASIOS



S. PAULO
WEISZFLUG IRMÃOS & Co.
1907

Figura 9: Folha de rosto da Grammatica Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1907).

A obra conta com um prólogo e um sumário localizado ao final. Há, também, um quadro sinótico que antecede o sumário da obra, conforme podemos ver na Figura 10.

Synopsis deste curso							
Grammatica	Lexeologia	Phonologia	Phonetica	Phonemas	Vozes Consoancias		
			Prosodia	Syllaba	Quantidade Tonicidade Metaplasmos		
			Orthographia	Systemas, notações, regras			
	Morphologia	Taxonomia	Categories grammaticales	Flexivas		Flexivas	
			Outras classes	Função Forma Sentido			
		Etymologia	Derivação	propria impropria	Suffixos	nominaes verbaes	
			Composição	Prefixação Agglutinação Juxtaposição		Hybridos Composos gregos	
	Syntaxe	Proposição simples	Relações	Membros	Processos syntacticos	regular irregular	Typos syntacticos divergentes
			Particularidades syntacticas	Subst., adj., pron., verb., adv., propos., conjunct., interj.			
		Proposição composta e complexa	Classificação Converção Redução	Processos syntacticos		Pontuação	objectiva subjectiva distinctiva

Figura 10: Quadro sinótico da Grammatica Expositiva de Eduardo Carlos Pereira (1907).

Ao observarmos o referido quadro sinótico, e em seguida o próprio sumário da gramática, é possível compreender que ela é dividida, grosso modo, em duas partes: Lexeologia e Sintaxe.

No prólogo da obra, o autor diz que a motivação da escrita da referida obra se deu em função da “boa regencia de nossa cadeira de portuguez no Gymnasio Official da cidade de S. Paulo” (PEREIRA, 1907). Explica que, em função da nova direção que Julio Ribeiro imprimiu aos estudos gramaticais, “romperam-se os velhos moldes, e estabeleceu-se um largo conflicto entre a eschola tradicional e a nova corrente” (*ibidem*). Assim, diz o autor, “é natural que o professor de portugueza sinta necessidade de abrir caminho proprio. Foi o que nos aconteceu, embora tivessesmos de fazer da fraqueza forças” (*ibidem*). Dessa forma, o autor apresenta a orientação que seguiu na elaboração de sua *Grammatica Expositiva*.

Para além dessas questões que comparecem na obra, há duas outras características que considero importantes. A primeira é que o autor insere breve seção intitulada *explicações*, no início de sua gramática. Tais explicações buscam dar conta de explicar como se estruturam os assuntos a serem ministrados no 1º, 2º e 3º anos do ginásial. Assim, E. C. Pereira nos diz o seguinte:

O ensino do **1º ano** não deverá ir além da syntaxe de concordancia regular, pag. 220. Deverão ser excluidas deste anno todas as **Notas e Obsevações**, impressas em typo menor, bem como todos os paragraphos, capitulos e partes marcadas pelo **asterisco** (*). Assim ficará excluida toda a Etymologia que não é exigida pelo programma do 1º anno. Deverão igualmente os Sers. professores atenuar os exercicios analyticos a exigir dos alumnos do 1º anno. No **2º anno**, de acordo com o programma official, revendo a matéria do anno antecedente, o professor entrará no desenvolvimento mais amplo da Phonologia e Morphologia, encetando então o estudo da Etymologia. No **3º anno**, finalmente, o professor, revendo a materia do anno anterior, entrará no estudo mais desenvolvido da Syntaxe, applicando-se <<às particularidades de construcção>>, ás figuras e <<aos vicios de linguagem>> a que damos largo desenvolvimento, satisfazendo dest'arte o programma official. (PEREIRA, 1907, negritos do autor).

O autor termina as breves explanações com algumas observações sobre determinadas abreviaturas que aparecem na obra.

Além disso, uma segunda característica da obra de Eduardo Carlos Pereira é o fato de ele apresentar dois pareceres, sendo um do Ginásio Oficial de São Paulo e outro do Instituto de Ciências e Letras, também em São Paulo, sobre sua obra. O primeiro parecer, emitido por Silvio de Almeida em 26 de fevereiro de 1907, diz que

A excellencia da “Grammatica Expositiva”, de nosso prezado collega Snr. Eduardo Carlos Pereira, se revela na dosagem das noções que fornece aos alumnos dos tres primeiros annos gymnasiaes, assim como no methodo e clareza da exposiçào. A fôrma precisa e sobria das definições e o aceto dos exemplos, colhidos dos mais abalisados escriptores vernaculos contemporaneos, tambem concorrem para valoriar esse compendio, criteriosamente organizado de acordo com o programma official e sob a mais perfeita orientaçào pedagogica. A segurança da analyse que presidiu á apreciaçào dos factos linguisticos e a bela amplitude de sua synthese expositiva, tornam esse trabalho de merecedor unanime adopçào e de sinceros elogios; porque constitue – evidentemente – um padrão de gloria para a nossa Congregaçào, assim beneficiada pelo esforço de um dos seus mais notaveis ornamentos. (PEREIRA, 1907).

Já o segundo parecer, realizado pela Congregaçào do Instituto de Ciência e Letras, em 28 de fevereiro de 1907, por José Antonio Nogueira, João da Silva Mezencio e João Camara Leme, apresenta que

A Grammatica Expositiva do Sr. Eduardo Carlos Pereira, cremos, é o primeiro ensaio feliz que se faz aqui, no Brazil, para systematisar o estudo da lingua portugueza, estabelecendo uma linha divisoria entre a arte e a

sciencia da lingua. Semelhante escopo, visou-o, em Portugal, Vasconcelloz, extremando em dois compêndios os ensinamentos praticos e scientificos que se baralham em nossas grammaticas entre expositivas e historicas. Mas o Sr. Eduardo Carlos Pereira imprimia a esta tentativa norteação mais vasta, primando pela grande clareza de suas definições e divisões, pela clarividencia e concisão com que destrinça as questões debatidas que oferece a syntaxe da lingua portugueza. Realize o Sr. Eduardo Carlos Pereira o seu plano organisando a grammatica histórica que o seu compendio parece prometer e ser-lhe-hemos devedores de um grande serviço prestado á cultura da lingua vernacula. (PEREIRA, 1907).

Para além do parecer da Congregação do Instituto de Ciências e Letras, há, ainda, um ofício escrito por Luiz Antonio dos Santos que encaminha o parecer acima e acrescenta: “a estreiteza do tempo não permitiu entrar em detalhes, podendo eu, entretanto, assegurar-lhe que os professores de Portuguez pretendem adoptal-a para o ensino gymnasial” (*ibidem*).

Após essas páginas iniciais, a obra inicia com algumas noções gerais, intituladas de *noções preliminares*, e, em seguida, apresenta o que é gramática e a sua divisão. Assim, Pereira (1907) nos diz que “**grammatica portugueza** é a exposição methodica das regras relativas ao uso correcto da lingua portugueza” (p. 3, negritos do autor). Em uma breve nota, o autor diz que “*grammatica* é termo grego derivado de *gramma* = *letra*” (PEREIRA, 1907, p. 3). Vê-se, então, que o autor apenas nos apresenta o que é, para ele, a gramática portuguesa e não menciona, por exemplo, outros tipos de gramáticas (descritivas, históricas, etc.).

Em seguida, o autor nos diz que as palavras, consideradas por ele como objeto da gramática, “podem ser estudadas em dous aspectos fundamentaes: - ou **isoladas** ou **combinadas**. Por isso o estudo da Grammatica divide-se naturalmente em duas partes que se chamam – **Lexeologia** e **Syntaxe**” (PEREIRA, 1907, p. 3, negritos do autor). Sobre a lexeologia, diz o autor, trata-se do estudo das palavras isoladas. É, pois, na Lexeologia que se encontra o estudo dos sufixos, conforme pode-se ver no sumário da obra ou no quadro sinótico (apresentado na figura 9). Ao iniciar a parte dedicada à lexeologia, nos diz que ela se divide em duas partes: a fonologia e a morfologia.

Dando um salto na gramática para alcançarmos a seção dedicada à morfologia, Eduardo Carlos Pereira explana que morfologia “é a parte da Lexeologia que estuda a palavra em seu elemento imaterial, isto é, em sua idéa ou significação” (PEREIRA, 1907, p. 47). Nesse sentido, diz que “as diversas modalidades morphologicas podem ser estudadas em duas partes denominadas: **Taxeonomia**, **Etymologia**” (*ibidem*, negritos do autor). Compete, pois, à etimologia estudar “a *origem* e a *formação do lexico*, isto é, do vocabulario da lingua”

(PEREIRA, 1907, p. 155). Assim, é na etimologia que teremos o estudo dos processos de formação de palavras. Nesse sentido, Pereira apresenta que

À *Grammatica Historica* pertence o estudo da origem e evolução dos vocabulos no tempo e no espaço e a determinação por meio de um exame historico-comparativo, das leis glotticas que presidiram a essa evolução. A *Grammatica Expositiva* estuda apenas os processos de **derivação** e **composição**. (PEREIRA, 1907, p. 156, itálicos e negritos do autor)

Sobre os processos de derivação e composição, explica que “no estudo deste duplo processo importa que se conheçam os elementos **mórficos** ou **morphológicos** das palavras, isto é, o *thema*, *radical* ou *raiz* e os *affixos*” (*ibidem*, itálicos e negritos do autor). Sobre os três primeiros, trata-se da “parte central da palavra são só quanto á *fórmula material*, mas ainda quanto á *idéa* ou *significação*” (*ibidem*, itálicos do autor). No caso dos afixos, “são as syllabas que se agrega ao inicio ou ao final do *thema* para lhe modificar o sentido” (*ibidem*, itálico do autor). Exemplifica, pois, com a palavra reformar, em que, diz o autor, *form* é o tema, *re-* e *-ar* são os afixos. Adiante, apresenta que os afixos se dividem em dois: prefixo e sufixo. Assim, temos que “**prefixo**, que é o elemento *preposto* ao *thema*, e **sufixo**, que é o elemento *postposto*” (PEREIRA, 1956, p. 156, itálicos e negritos do autor). Explica, em seguida, que há dois processos de derivação: a derivação própria e a derivação imprópria. De acordo com E. C. Pereira, a “**derivação própria** faz-se por meio de **suffixos**, que, agglutinados ao *thema* das palavras *primitivas*, lhes modificam a significação, determinando-a” (PEREIRA, 1907, p. 157, itálicos e negritos do autor).

Sobre os sufixos, acrescenta que eles “tem significação própria, pois trazem sentido novo à palavra primitiva; porém este valor significativo, esta vida própria só se revela em conjunção com o **thema**. Separado do *thema*, o sufixo não tem vida própria” (*ibidem*, negrito do autor). Explana, então, que os sufixos podem ser de duas ordens: nominais ou verbais. Os nominais formam substantivos e adjetivos, os verbais, verbos. Dessa feita, o gramático apresentará os sufixos agrupados por ideias, ou seja, sufixos que designam coleção, sufixos que designam aumento, etc, de acordo com suas funções, ou seja, sufixos nominais, adjetivos e verbais. De acordo com ele, ao agrupá-los em “famílias ideológicas” e não os estudar em ordem alfabética, apresenta-se como um estudo mais sistemático e profundo.

Ao focalizarmos os sufixos que interessam diretamente ao presente trabalho (*-eiro* e *-ista*), vemos que eles comparecem nos seguintes casos:

a) *-eiro*:

1. Nos sufixos formadores de substantivos que designam coleção, em que temos *-eiro* com os exemplos “brazeiro, cancionero, berreiro, formigueiro” (PEREIRA, 1907, p. 158).
2. Nos sufixos formadores de substantivos no aumentativo, em que temos *-eiro* com o exemplo “cruzeiro” (*ibidem*).
3. Nos sufixos formadores de substantivos que designam agentes, em que temos *-eiro* (ao lado de *-ário*, *-ária* e *-eira*)⁴⁰ com os seguintes exemplos: “estatuário, lapidário, antiquário, boticário, caudatário, frascário, ginetário, hospitalário, operário, sectário, secretário, legionário, bibliothecário – bibliothecaria, sectaria; - ferreiro, padeiro, serralheiro, copeiro, mineiro, lenheiros, madeireiro, barbeiro, pedreiro, caminheiro, sapateiro, - costureira, doceira” (PEREIRA, 1907, p. 161).
4. Nos sufixos formadores de substantivos que indicam lugar em que temos *-eiro* (ao lado de *-ário*, *-ária* e *-eira*)⁴¹ com os seguintes exemplos: “herbário, erário, ovário, abecedário, vocabulário, cinerário, relicário, horário, dicionário, santuário, sacrário, - luminaria, secretária, penitenciária; - arieiro, tinteiro, agulheiro, carneiro, - lapiseira, carteira, fructeira, pedreira, nitreira, carneira” (PEREIRA, 1907, p. 162).
5. Nos sufixos que formam adjetivos designativos de naturalidade, origem, relação, em que temos *-eiro* com os exemplos “brasileiro, mineiro, campineiro” (PEREIRA, 1907, p. 163). Em uma nota, acrescenta que

o suffixo **eiro** é suffixo substantivo que indica o *agente*. *Brasileiro* era primitivamente o que commerciava em pau brasil, como *mineiro* é o que trabalha em minas. Passando a região a chamar-se *Brasil* e *Minas*, seus derivados passaram naturalmente para a categoria de adjetivos patrios. O mesmo se deu com *Campinas* em *campineiro*. (PEREIRA, 1907, p. 163, itálicos e negrito do autor).

⁴⁰ Em uma nota, Pereira (1907) apresenta que “**ario** é a forma erudita e **eiró** a popular de um mesmo suffixo: *ario* = *airo* = *eiro*, *primario* = *primaio* = *primeiro*. Da idéa de agente passa o suffixo **eiro** á idéa de **causa productora**, isto é, da arvore que produz o fructo indicado pelo radical: **pinheiro**, **pecegueiro**, **figueira**, **laranjeira**” (p. 161, itálicos e negritos do autor).

⁴¹ Remete, por meio de outra nota, ao funcionamento dos sufixos que indicam agente e completa que “da idéa de logar passa facilmente a indicar ainda a idéa de *collecção* dos objectos ahi contidos: *vocabulário*, *abecedario*, *pedreira*” (PEREIRA, 1907, p. 162, itálicos do autor).

b) *-ista*:

1. Nos sufixos formadores de substantivos que designam agentes, em que temos *-ista* com os seguintes exemplos “cambista, jornalista, archivista, droguista, capitalista, especialista, trocista, demandista, fumista, dentista, logista, oculista. – Adepto de systema filosofico, religioso ou politico: racionalista, positivista, romanista, calvinista, socialista, nihilista, monarchista” (PEREIRA, 1907, p. 163);
2. Nos sufixos formadores de adjetivos que designam naturalidade, origem, relação, em que temos *-ista* com os seguintes exemplos “paulista, sanctista, nortista, lazarista” (PEREIRA, 1907, p. 164).

Para além dos dois sufixos acima, destacaria ainda os sufixos *-ense*, *-ez*, que Pereira expõe como sufixos formadores de adjetivos que designam naturalidade, origem, relação. O autor exemplifica com os seguintes vocábulos:

amazonense, rio-grandense, matto-grossente, espirito-santense, paraense, paranaense, maranhense, cearense, fluminense, oliveirense, caldense, bejense, conimbricense, bracarense, ateniense, forense, hortense, -portuguez, francez, inglez, piemontez, japonez, chinez, javanez, braguez, camponez, montanhez. (PEREIRA, 1907, p.163).

Após a exposição de uma série de sufixos formadores de nomes, adjetivos e verbos, o autor realiza algumas considerações sobre o processo derivativo da língua portuguesa. Nelas, o autor diz que o processo “revela o genio da língua, a sua flexibilidade e riqueza” (PEREIRA, 1907, p. 167). Além disso, pontua que os sufixos vieram quase que exclusivamente do latim, excetuando-se alguns poucos, e dentre eles o *-ista* que, diz o autor, veio “do grego por intermédio do latim **ite** (*laryngite*) tomado directamente do grego” (*ibidem*, itálico e negrito do autor). Ademais, pontua que “varios suffixos teem ás vezes uma mesma função. Vê-se esta synonymia dos suffixos nas seguintes palavras – *sergipano*, *sergipense*, *brasileiro*, *portuguez*, em que os suffixos – **ano**, **ense**, **eiro**, **ez**, indicam todos naturalidade” (*ibidem*, itálicos e negritos do autor).

Acrescenta que “a’s vezes dá-se fenómeno contrario: um mesmo suffixo tem varias funções, como, p. ex., o suffixo em **eiro** em – *padeiro*, *arieiro*, *pinheiro*” (*ibidem*, itálicos e negrito do autor). E finaliza com duas questões. Em primeiro lugar, informa que “o suffixo pode ser de uso popular, para as *formações populares*, como – **ão**, **inho**, **eiro**, **ado**, **dura**, etc;

ou de uso erudito, para as *formações eruditas*, como em **-anzil, arra, ule, ario, ato, tura**, etc...” (*ibidem*, itálicos e negritos do autor). A segunda questão que o autor apresenta é que “uns suffixos, geralmente os populares, são muito **productivas**; outros, em geral os eruditos, são **improductivos**” (*ibidem*, negritos do autor).

2.8. *Grammatica Historica* – Eduardo Carlos Pereira (1919)

A oitava gramática que compõe o arquivo também foi escrita por Eduardo Carlos Pereira e trata-se da segunda edição de sua *Grammatica Historica*, publicada em 1919 (primeira edição data de 1916). A gramática conta com um prólogo, com um índice e apresenta, também, parecer e opiniões sobre a referida obra. No caso do sumário e do parecer e das opiniões, eles se encontram ao final da obra.

Na folha de rosto, conforme Figura 11, além do título da obra e do nome do autor, consta que E. C. Pereira foi “Lente Cathedratico de Grammatica Expositiva e Grammatica Historica do Gymnasio do Estado em S. Paulo”. Além disso, há a informação de que se trata de uma “2ª edição melhorada” da obra.

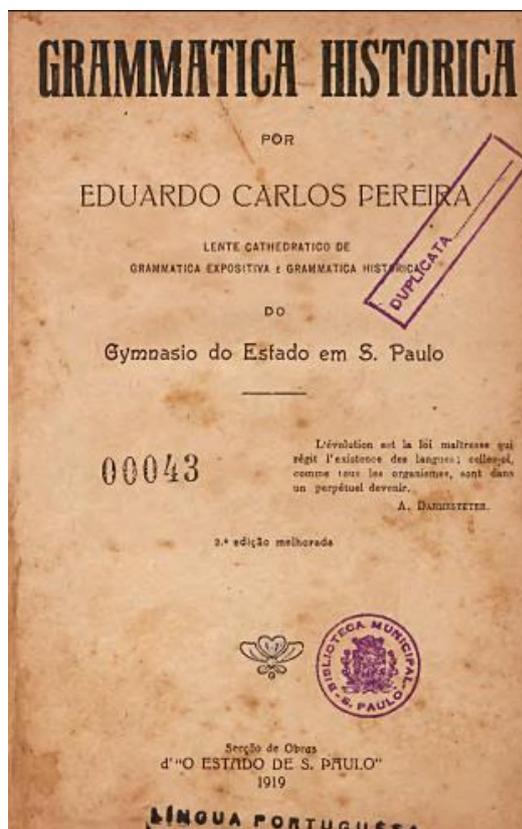


Figura 11: Folha de rosto da *Grammatica Historica* de Eduardo Carlos Pereira (1919).

No prólogo da obra, o autor nos dá indicações de suas ideias, sentimentos e motivações para que escrevesse a *Grammatica Historica*. Uma das motivações para que Eduardo Carlos Pereira se colocasse na escrita, na obra em questão, foi o “acolhimento que teve o nosso curso de grammatica expositiva” (PEREIRA, 1919, p. iv). Ademais, poderia destacar uma outra ideia que o autor demonstra no prólogo e que parece ter sido importante nesse movimento de escrita. É quando ele diz que a

a lingua, como os individuos, como a humanidade, tem a sua historia, e á luz desta é que se revela sua verdadeira indole. Esses precedentes historicos indispensaveis á sua boa comprehensao, no-los dá a *grammatica historica*, que é a sua biographia. Sobre esta vantagem outras contem o estudo desta matéria, que, nestes ultimos tempos, tem tido tão grande inremento nas nações cultas: é elle o laço tradicional que nos prende mais intimamente á vida espiritual de nossos antepassados, e que nos dá uma visão mais clara do desenvolvimento do espirito humano, e, ao mesmo tempo, a surpresa em flagrante do progresso psychleo de nossa raça. E’, portanto, a todos os respeitos, profundamente lastimavel o desamor e a ineurla que ora reinam no ensino de lingua nacional, até mesmo nos programmas officiaes. (PEREIRA, 1919, p. iii).

Além disso, Pereira (1919) também aponta que procurou

fazer deste nosso curso o complemento de cursos antecedentes, de sorte que a grammatica historica fosse a cupula do curso gymnasial de portugez. Do curso elementar e superior tivemos em mira atingir, em circulos concetricos, o actual curso historico. No arcabouço geral do presente compendio e no desenvolvimento particular de cada uma de suas partes, tivemos sempre deante dos olhos o completar, alargar e aprofundar os principios estudados em annos anteriores. (1919, p. iv)

Para além dessas questões, no prólogo da obra, E. C. Pereira também faz uma breve apresentação de como a sua *Grammatica Historica* é estruturada. Grosso modo, a gramática é estruturada em quatro partes: uma introdutória, em que buscou “dar os preliminares ao nosso estudo, iniciando o espirito avido e intelligente de nossa mocidade na corrente geral dos actuaes estudos philologicos” (PEREIRA, 1919, p. iv, itálicos do autor). Após a parte introdutória, têm-se mais três: uma dedicada à fonética, outra à morfologia e, por fim, uma parte dedicada à sintaxe. No que tange ao estudo morfológico, o autor diz que

após o exame da estrutura vocabular, tocamos na theoria das categorias grammatichaes, que foram encaradas sucessivamente em sua genese, funcções, flexões e étymo. Tendo exposto a mobilidade do lexico, os dialectos e codialectos, fizemos breve estudo comparativo entre o portuguez do Brasil e o de Portugal. Em seguida, estudámos a formação do lexico, os processos de derivação e composição, e os elementos estrangeiros, que, no andar dos seculos, contribuíram para o enriquecimento de nosso vocabulario. Firmado principalmente nos eminentes glottologos Darmester, Whitney e Bréal, encerrámos esta segunda parte com um estudo complementar de *Semantica*. (PEREIRA, 1919, p. v, itálicos do autor)

Antes de entrarmos nas partes da gramática, gostaria de apresentar – de forma breve – o parecer e as opiniões sobre a referida obra. Tanto um como outro estão presentes ao final da gramática em questão. No parecer, vê-se que se trata de uma expedição realizada pelo Gymnasio do Estado de S. Paulo. Trata-se, pois, de um parecer “apresentado pela comissão nomeada para examinar a Grammatica Historica do sr. Eduardo Carlos Pereira” e emitido em 14 de outubro de 1916. Foi assinado por Silvio de Almeida, Frederico Luiz Dulley e Luiz Antonio dos Santos e emitido por Armando Pinto Ferreira, secretário do ginásio. No parecer consta que

a recente grammatica do nosso illustre colega sr. Eduardo Carlos Pereira, proposta para o 4º anno gymnasial, preenche, de facto, uma lacuna muito sensível: na quase totalidade das congeneres anteriores, mesclavam-se as noções historicas e as da lingua actual; e, na unica excepção da de Ribeiro de Vasconcellos, havia innegaveis deficiencias, sobretudo pelo que diz respeito á syntaxe, importantissimo estudo até hoje descurado. O novo compedio, recomendável pelo acêrto da doutrina, clareza e methodo da exposição, sobre estar organizado de acordo com o programma oficial, fórma um todo homogêneo com a Grammatica Expositiva do mesmo autor, já vantajosamente seguida no curso dos tres primeiros annos. Por tudo isso, e porque contém muita matéria nova e interessante, somos de opinião que seja não só approved senão ainda imediatamente adoptado. (PEREIRA, 1919).

Ao lado desse parecer, comparecem, ainda, quatro opiniões sobre a gramática. São opiniões emitidas por Mario Barreto, Candido de Figueiredo, por Elpidio Pimentel e por Oswaldo Vergara.

Para Barreto⁴², a obra de Eduardo Carlos Pereira mostra-se como sendo inteirada “de todos os progressos da Filologia românica, e isto não de um modo atropelado e superficial, senão com pleno e maduro conhecimento, e com a habilidade necessária para adaptar os resultados desta investigação ao ensino dos estudantes dos nossos liceus” (PEREIRA, 1919). Ademais, também pontua que a obra de Pereira ganha vantagem sobre a de Ribeiro de Vasconcellos, até então única gramática histórica da língua portuguesa, uma vez que a referida obra “do ilustre catedrático de Coimbra (...) não tratou da Sintaxe – lacuna realmente sensível, tendo-se limitado á Fonologia e á Morfologia. Da sintaxe tratou o meu distinto colega de S. Paulo com método e grande copia de doutrina” (*ibidem*). Mário Barreto finaliza sua opinião dizendo que se a referida obra de Pereira “for introduzida em nossas escolas, creio que produzirá excelentes frutos, e será para o ensino do português o que são para o francês as obra de Darmesteter, de Clédât, de Brunot, ou para o castelhado a de Menéndez Pidal” (*ibidem*).

O parecer de Candido de Figueiredo⁴³ aponta que

Li-a com muito interesse, e, á parte a minlia incompetência para a julgar no que ela tem de essencial, afigura-se-me que há nela muito que aprender e muito que louvar, graças á provada competência do autor e á dedicação que lhe devem os estudos desta natureza. (PEREIRA, 1919)

Elpidio Pimentel⁴⁴ pontua que a obra de Eduardo Carlos Pereira possui “ensinamentos, explicações, origens e verdades, que nunca vira estudados pelos mais exímios e profundos exegetas do idioma luso” (*ibidem*). Além disso, pontua tratar-se de uma obra com “methodo claro, exposição intuitiva, rigor de linguagem, largo conhecimento dos nossos clássicos — eis os invulgares dotes, que fazem de V. Ex.^a o mais alto e autorizado lustre da philologia nacional” (*ibidem*).

⁴² De acordo com o Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (disponível em <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/homenageado.html>). Acesso em 21/06/2020), Mario Barreto foi “Catedrático de Português no Colégio Militar, colaborou em vários jornais do Rio e em algumas revistas nacionais, respondendo a questões de linguagem propostas por consulentes de todo o País”. Barreto é tido como um dos maiores filólogos brasileiros.

⁴³ Foi um filólogo e escritor português.

⁴⁴ Foi Lente de Literatura da Escola Normal de Vitória. De acordo com Monticelli (2016), “Além de formar-se como advogado, centrou sua atuação como jornalista e professor (...). Foi nomeado diretor de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), sendo, no mesmo ano, eleito membro vitalício da Federação das Academias de Letras do Brasil. Foi membro fundador da Academia Espírito-santense de Letras” (p. 82). Como professor, também “representou o Espírito Santo, como delegado único, no 4º Congresso Nacional de Instrução Superior e Secundária, realizado no Rio de Janeiro em 1922” (MONTICELLI, 2016, p. 83).

Por fim, na opinião redigida por Oswaldo Vergara⁴⁵, consta que se trata de “um trabalho completo, e nem mais se poderia exigir do autor, um nome consagrado já na philologia portugueza” (PEREIRA, 1919). Ele destaca que, na obra, há dois capítulos que merecem destaque: o de semântica e o da sintaxe. Com relação ao primeiro, diz que o estudo da semântica tem sido, “entre nós, até hoje, raramente, objecto de estudos, não obstante a sua grande importancia; e na "Grammatica Histórica" referida, o autor cuidou delle com a attenção que muitos aqui não lhe haviam dado, a não ser Pacheco da Silva Júnior” (*ibidem*). Já sobre a parte dedicada à sintaxe, diz que “podemos afirmar que até o presente — jamais nenhuma grammatica vernacula — alcançou neste ponto o grão de perfeição e desenvolvimento que se encontra na "Grammatica Histórica", cuja apparição auspiciosa estamos annunciando” (*ibidem*). Dessa forma, prestes a finalizar a opinião, diz que “O livro do illustre dr. Eduardo Carlos Pereira, eleva, recommenda e honra a cultura brasileira — principalmente neste assumpto em que — pode-se dizê-lo — lhe coube a primazia no árduo e difficil empreendimento” (*ibidem*).

Ao entrarmos na gramática de Eduardo Carlos Pereira, o autor nos diz, já de início, que “A **Grammatica** tem intima relação com a *Glottologia* e com a *Philologia*, e todas com a *Linguagem*. Convem preliminarmente determinar essas relações, estudando, em succinto esboço, a natureza da Linguagem, o dominio e a historia da Glottologia e da Philologia” (PEREIRA, 1919, p. 1). Assim, em seguida, Pereira define o que é cada uma das questões colocadas, isto é, o que ele entende por linguagem, por glotologia e por filologia. Dedicar, pois, um capítulo para tratar da glotologia e outro para tratar da filologia. Contudo, é no capítulo IV que o autor nos apresenta o que é a gramática. Diz que “Em sua acepção generica, é ella a, sciencia da palavra, que estuda em seus multiplos aspectos — em sua origem, formação, metamorphoses, sentido e relações” (PEREIRA, 1919, p. 12). Em seguida, ele apresenta que o estudo da gramática possui quatro aspectos fundamentais: a gramática geral e particular e a gramática histórica e expositiva.

Por *gramática geral*, Eduardo Carlos Pereira diz que ela é “a grammatica comparada, que estuda os factos lingüísticos communs a todas as linguas ou a um grupo de linguas congeneres” (PEREIRA, 1919, p. 12). Nesse sentido, a *gramática geral* pode ser entendida em um sentido amplo ou restrito. Entendê-la em sentido amplo significa que se trata de considerar as questões pertinentes a todas as línguas. Não se trata, pois, de propor

⁴⁵ Foi filólogo, jurista e advogado de projeção. Atuou como diretor da Revista Jurídica de Porto Alegre e foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras.

uma gramática universal (concepção, inclusive, que E. C. Pereira afasta ao aportar os dizeres de Giacomo di Gregorio que pautava essa impossibilidade), mas sim de compreender que “ha certas questões geraes, communs a todas as fôrmas da linguagem, que podem ser objecto de uma grammatica” (PEREIRA, 1919, pp. 12-13). Por outro lado, entendê-la em seu sentido restrito significa compreender que se trata de uma “grammatica comparativa, que estuda os factos lingüísticos communs a um grupo de linguas congeneres, tal como a "Grammatica das linguas romanicas" de Frederico Diez, a "Grammatica comparada" das linguas aryanas de F. Bopp” (PEREIRA, 1919, p. 13).

Já no que tange à *gramática particular*, temos que é “a que tem por objecto de seu estudo os factos de uma língua em particular, ou em uma dada época, ou no decurso de sua historia” (*ibidem*). A *gramática histórica*, por sua vez, é

a que estuda a origem e evolução de uma língua no tempo e no espaço. O seu methodo é sempre o methodo historico-comparativo, versando comparação das fôrmas grammaticas, não só com as transformações paralelas das línguas affins, mas ainda com as transformações successivas da mesma língua. (PEREIRA, 1919, p. 13)

Por fim, temos a *gramática expositiva* que pode ser também chamada de descritiva ou prática é “a que se limita, a expor ou a descrever, para fins practicos, os factos da língua na época actual” (PEREIRA, 1919, p. 13). Ademais, é mister apontar que E. C. Pereira nos diz, também, que há, em geral, três correntes que caracterizam o estudo da gramática, a saber: a corrente fisiológica, a corrente filosófica e a corrente histórica. Nessa esteira, o autor nos diz que “A Grammatica hoje deve conter a synthese das trez correntes” (PEREIRA, 1919, p. 14).

Após fazer as explanações iniciais, o autor dedica-se brevemente a falar sobre a gramática histórica da língua portuguesa. Se como ele apontou anteriormente, por gramática histórica deve-se entender como o estudo da origem e da evolução de uma língua em um tempo e em um espaço, então a

Grammatica histórica da língua portugueza é o estudo da origem e evolução do portuguez no tempo e no espaço. E como a língua portugueza não é mais que a lingua latina transportada para a faixa occidental da Ilispania pelos soldados e colonos romanos, e transformada no decorrer dos séculos, a Grammatica histórica nos explana as circunstancias

históricas e as leis dessa transformação lenta do latim na língua vernacula. (PEREIRA, 1919, p. 15, negrito do autor)

Assim, ele pontua que o estudo da gramática histórica da língua portuguesa divide-se em três partes: a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Pereira (1919) nos diz que as “trez partes da Grammatica encerram os trez aspectos fundamentaes em que a palavra pôde ser estudada na expressão completa do pensamento” (p. 15). Expõe, ainda, que a “Grammatica histórica baseia-se na circumstancia de jamais se estacionar a língua viva na bocca do povo, mas de soffrer continuamente alterações em todos os seus elementos, quer *lexeologicos*, quer *syntacticos*” (PEREIRA, 1919, p. 15, itálicos do autor). Na finalização de suas breves considerações sobre a gramática histórica, nos diz que ela “é a chave da *Grammatica expositiva*, pois naquella tem esta a razão de ser de suas regras” (PEREIRA, 1919, p. 16, itálicos do autor). Feitas tais considerações, o autor entra, então, na parte da gramática dedicada à fonologia.

Nesse sentido, farei um salto na obra de Eduardo Carlos Pereira e abordo, nesse momento, a parte que é dedicada à morfologia, que trata dos capítulos sobre os processos de formação de palavras e a questão dos sufixos – temas que interessam diretamente ao presente trabalho. Assim, no que tange ao estudo da morfologia, o autor nos diz que

Morphologia {*morphê=fôrma, logos+ia=tractado*) histórica é o estudo da origem e formação do léxico. Tem por objecto as *fôrmas significantes* dos vocabulos em sua evolução morphica e ideologica, bem como a importação de elementos estrangeiros accrescidos ao léxico. Ella é, em summa, o estudo do léxico em seu desenvolvimento historico interno e externo. (PEREIRA, 1919, p. 116, negrito e itálicos do autor).

Assim, logo em seguida, nos diz que o estudo da morfologia compreende “a estrutura das palavras em sua formação e evolução, bem como o desenvolvimento do léxico por importação de línguas extranhas. A estrutura vocabular é constituída dos elementos morphicos ou morphologicos da palavra. Esses elementos são — a *raiz* ou *radical*, o *thema*, os *affixos* e a *desinencia*” (PEREIRA, 1919, p. 117, itálicos do autor).

Sobre os afixos, diz que se trata de elementos secundários e que são agregados à raiz com “o intuito de lhe precisar e modificar o sentido fundamental e vago” (*ibidem*). Assim, continua, se o afixo preceder a raiz, então temos um prefixo; se viver depois, então trata-se

de um sufixo. Exemplifica, pois, com a palavra “desamor”, em que, ao desmembrá-la, temos: des+am+or, tendo: *des-* como prefixo e *-or* como sufixo.

No caso dos processos de formação de palavras com os sufixos, o autor dedica uma parte de sua gramática para comentar esse assunto com a profundidade devida. Será na parte destinada à derivação que E. C. Pereira nos deixa saber a formação de palavras com os sufixos. Assim, nos diz que “*derivação* é o processo pelo qual de um thema commum se fôrma uma serie de vocábulos pela adjuncção de certas syllabas finaes, denominadas *suffixos*” (PEREIRA, 1919, p. 195, itálicos do autor). Aponta, pois, que o processo de derivação por meio dos sufixos chama-se *derivação própria*. Indica, assim, que um outro processo, chamado de *derivação imprópria*, consiste apenas em mudar a categoria gramatical sem realizar alteração morfológica.

Sobre os sufixos, Pereira nos diz que “não são palavras, não se empregam isoladamente, não exprimem só por si uma idéa, uma imagem” (PEREIRA, 1919, p. 195). Cita Darmest para pontuar que os sufixos “são formulas geraes de noções abstractas, que a lingua separa das palavras em que as encontra, e as ajuncta a outras palavras de forma analoga, de modo tal que se alarga mais ou menos o seu alcance” (PEREIRA, 1919, p. 195). Um pouco mais a frente, acrescenta que “insuladamente, o valor significativo do suffixo é vago, é uma noção geral abstracta, porém unido ao thema de. uma palavra assume valor positivo, dando sentido especifico á idéa geral do thema” (PEREIRA, 1919, p. 196), e exemplifica com “ferr+eiro, +ar, +aria” (*ibidem*), explicando que “nas palavras assim derivadas o *thema* encerra a idéa primaria, fundamental ou geral, e o *suffixo* a idéa secundaria ou especifica. Ha, pois, em todo o derivado uma idéa complexa” (*ibidem*, itálicos do autor). Apresenta, então, que a ideia secundária expressa pelo sufixo pode ser de nome, verbo ou advérbio. Assim, temos a classificação dos sufixos em nominal, verbal e adverbial.

O autor diz também que há casos em que ocorre uma sinonímia de sufixos, isto é, “quando estes communicam ao thema o mesmo valor especifico, como acontece com os suff. *-ano, -ense, -ez, eiro: sergipano, sergipense, portuguez, brasileiro*” (*ibidem*, itálicos do autor). Todavia, há ainda um fenômeno contrário a esse: quando temos “um mesmo suffixo com diferentes valores significativos, como, p. ex.: *-eiro* em— *pedreiro, tinteiro, limoeiro*; o suff. *-ada* em *carneirada* e *paulada*, o suff. *-al* em *cafezal* e *espiritual*” (PEREIRA, 1919, p. 197, itálicos do autor).

Ainda sobre os sufixos, nos diz que eles podem ser populares ou eruditos,

conforme o voe. derivado é de formação popular ou erudita, p. ex.: *-eiro* e *-ario* (ferreiro e estatuário), *-ado* e *-ato* (professorado e generalato). São, em geral, suff. pop.: *-ão*, *-inbo*, *-eiro*, *-ado*, *-dura*,—*livrão*, *livrinbo*, *livreiro*, *professorado*, *queimadura*; são eruditos: *-anzil*, *-eto*, *-ario*, *-ato*, *-tura*—*corpanzil*, *libreto*, *estatuário*, *generalato*, *formatura*. (*ibidem*, itálicos do autor)

Pereira (1919) acrescenta ainda que “Um mesmo suff. original assume, por vezes, fôrmas divergentes, ordinariamente uma *popular* e outra *erudita*” (*ibidem*, itálicos do autor) e exemplifica com seis sufixos dos quais eu destaco a seguinte exemplificação: “arium □ ario (□airo) □ eiro: escripturario, herbario, e sapateiro, arteiro” (*ibidem*). Pontua que os sufixos populares são aqueles, “em regra, *productivos*, e os eruditos *improductivos*, isto é, aquelles formam classe numerosa de palavras, e estes ou se limitam a um derivado {*casebre*, *corpanzil*}, ou a um numero restricto {*corpusculo*, *partícula*, *minusculo*, etc.}” (*ibidem*, itálicos do autor). Por fim, o autor nos diz que a origem dos sufixos é, em regra, o latim. Todavia, temos sufixos que “que, por intermédio da baixa latinidade, nos vieram de fonte estrangeira” (PEREIRA, 1919, p. 198): é o caso, por exemplo, de *-ista*, que é um sufixo proveniente do grego e que, “por intermedio do Christianismo, generalizou-se nas línguas românicas” (*ibidem*).

Explanadas todas as questões sobre os sufixos, Eduardo Carlos Pereira nos apresenta os sufixos em forma de listagem, organizando-os por origem e valor. Assim, teremos a listagem dos sufixos nominais, dos sufixos verbais e dos sufixos adverbiais e dentro de cada um deles, teremos os sufixos provenientes do latim, do grego e de outras possíveis línguas. No que concerne aos sufixos que são de interesse para o presente trabalho, é mister apontar que:

a) *-eiro* comparece em:

1. Sufixos nominais, em que temos *-eiro* como o feminino de *-eira*. *-Eiro* é, pois, “ê a fôrma popular do suff. Antecedente [-ário], que é a fôrma erudita, e guarda com este o mesmo valor fundamental, a que ajuncta um terceiro, o de arvore que produz o fructo” (PEREIRA, 1919, p. 199). Assim, enquanto sufixo nominal, ele forma substantivos e adjetivos. Tal como *-ário*, enquanto substantivo, *-eiro* indica a ideia de agente e de lugar. Assim, Pereira (1919) nos fornece os seguintes exemplos

ferreiro, *sapateiro*, *costureiro*, *doceiro*, *cavalleiro*,-a, *romeiro*,-a, *mineiro*, *lenheiro*, *coveiro*, *estancieiro*, *sendeiro*. — *Tinteiro*, *sementeiro*, *arceiro*, *braseiro*, *rotineiro*,

formigueiro, polypeiro, chaleira, pedreira, carneira, cabceira, cancionero, viveiro. (p. 199, itálicos do autor)

Ainda enquanto sufixo formador de substantivo, diz o autor, “Da idéa de logar passa-se facilmente á idéa collectiva da multidão dos seres, que abi se encontram, como: formigueiro, Iraseiro, pedreira. — *Larangeira, pessegueiro, pinheiro, figueira, limeira*” (*ibidem*, itálicos do autor). Já enquanto adjetivo, o autor apenas apresenta vocábulos com o sufixo em questão, a saber “*grasseiro,-a, usciro e veseiro, meninoiro*” (*ibidem*, itálicos do autor)

2.

b) *-ista* comparece em:

1. Sufixos nominais em que temos *-ista* como sufixo proveniente do grego e que penetrou

No dominio romanico, por intermedio do Christianismo, e egualmente tornou-se mui productivo. Elle designa substantivos *concretos*, traz a idéa de *agente*, e corresponde, em geral, ao suff. — *ismo*: *egoismo* e - *egoista*, *deismo* e *deista*, *epicurismo* e *epicurista*. Este parallelismo, porém, nem sempre se dá, p. ex.: *Christianismo* e *christão*, *arianismo* e *ariano*, *caiporismo* e *caipora*. — E, vice-versa; *cambista* e *cambio*, *dentista* e *odontologia*, *jurista* e *jurisprudência*. Em *naturalismo* e *naturalista*, a correspondência é meramente morphologica. (PEREIRA, 1919, p. 209, itálicos do autor).

Além disso, também apresenta os seguintes exemplos para o sufixo *-ista*:

Commodista, separatista, comtista, scientista, artista, mutualista, romanista, theista, fumista, fatalista, cartista, militarista, phantasista, capiritista, monista, dualista, duellista, bonapartista, apologista, oculista, epicurista, monarchista, capitalista, oculista, communista, diarista. (*ibidem*, itálicos do autor).

Além disso, gostaria de destacar ainda o sufixo *-ez*. O autor pontua que esse sufixo

se prende, em geral, a nomes de cidades e paizes, ou localidades, para indicar seus habitantes; na dupla fórmula *-ez* (pop.) e — *ense* (erud.): *portuguez* (= ês), *francez*, *javanez*, *chinez*, — *atheniense*, *braguez*, e *bracarense*, *pariziense*, *brasiliense* e *brasilense*, *montez*, *cortez*, e os subst. *burguez*, *marquez*, *arnez* (*bornez*)” (PEREIRA, 1919, p. 207, itálicos do autor).

2.9. Grammatica Historica da lingua portugueza – Said Ali (1931)

Para encerrar o presente capítulo, temos a *Grammatica Historica da lingua portugueza*. A obra em questão foi escrita por Said Ali, filólogo, professor de alemão do Colégio Militar e, posteriormente, do Colégio Pedro II. Foi, ainda, membro da Academia Brasileira de Filologia. Said Ali, nos lembra Orlandi (2008), é uma referência nos estudos gramaticais brasileiros.

A obra analisada é a *Grammatica Historica da lingua portugueza*, em sua 2ª edição, publicada em 1931. É uma obra que se divide em duas partes: a primeira dedicada aos Estudos dos sons e à Lexologia e a segunda dedicada à Formação de Palavras e à Sintaxe. De acordo com Bechara (1962), “o plano primitivo era publicar a gramática história (...) até março de 1921, uma vez que o autor desejava concorrer ao prêmio da Academia Brasileira de Letras” (p. 15). Assim, diz Bechara (1962), “terminada *Lexeologia* e inscrita no concurso, obteve o primeiro lugar, conquistando o prêmio Alves, instituído para a melhor obra sobre língua portuguesa. A 2ª parte da gramática histórica, *Formação de Palavras* e *Sintaxe de Português Histórico*, viria a um e meio a dois anos depois” (p. 16, itálicos do autor)⁴⁶.

A obra de Said Ali conta com um índice, além de um prólogo. Ao observarmos a folha de rosto da gramática (figura 12) é possível constatar que se trata da “2ª edição melhorada e augmentada de LEXELOGIA e FORMAÇÃO DE PALAVRAS E SYNTAXE DO PORTUGUEZ HISTORICO”. Além disso, há a informação de que a gramática recebeu o 1º prêmio Francisco Alves de 1921 e de 1927.

⁴⁶ Penso que importa ressaltar aquilo que Bechara (1962) nos lembra sobre a referida gramática de Said Ali. Diz o gramático que “vê-se por tudo isto e pelos títulos primitivos da Lexeologia e da Sintaxe, que Said Ali desejou empreender uma gramática do português histórico, isto é, a partir da língua já documentada, e não uma gramática histórica do português. Dessarte considero fora do propósito do autor o título com que saiu o trabalho, em sua 2ª edição: Gramática Histórica da Língua Portuguesa” (p. 39).

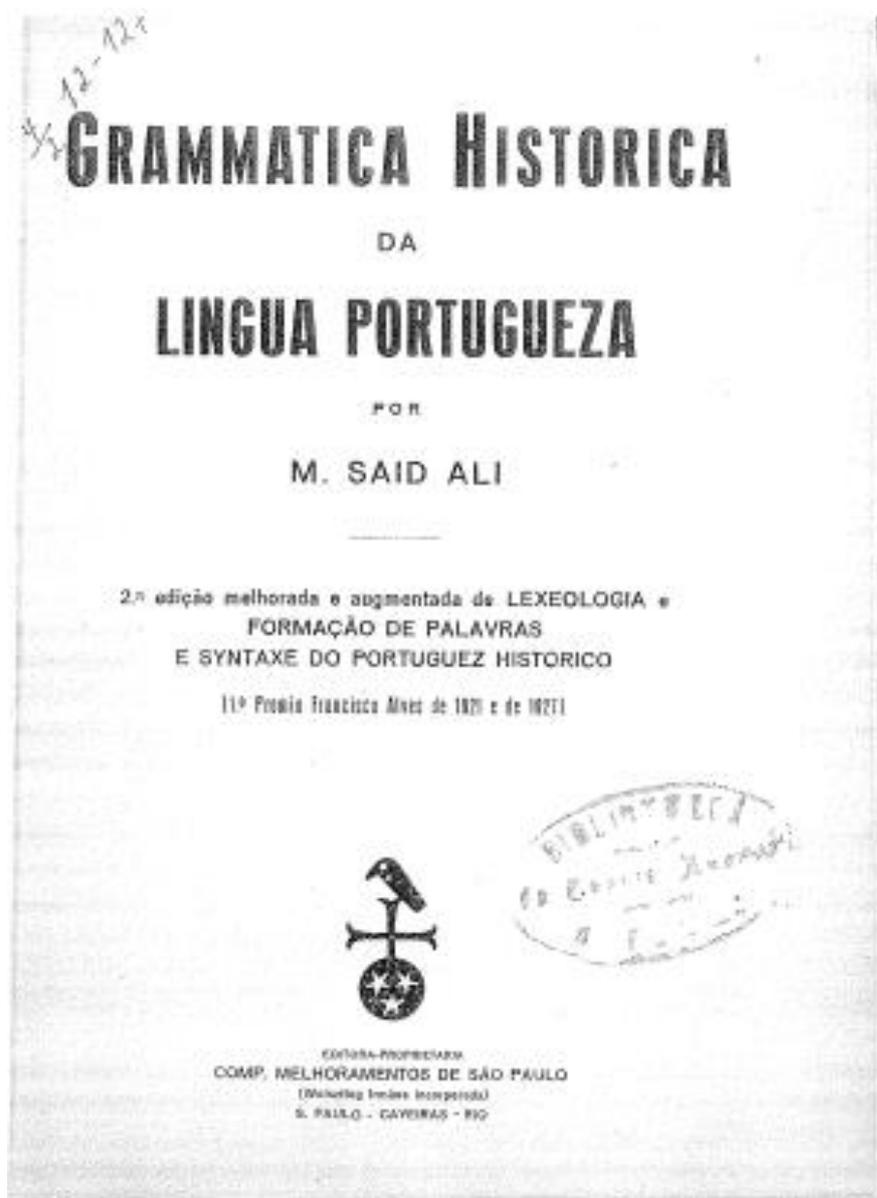


Figura 12: Folha de rosto da Grammatica Historica da lingua portugueza de Said Ali (1931).

Sobre o prólogo da obra de Said Ali, a rigor eles são três: um para a parte de lexeologia, presente na 1ª edição, outro intitulado de “prologo da grammatica histórica” e um terceiro presente na segunda parte da obra. Sobre o “prologo da grammatica histórica”, ao observarmos o índice da obra, é possível constatar que os processos de formação de palavras estão aportados na segunda parte, na qual o autor dedica uma seção inteira para falar sobre a derivação sufixal.

Assim, na primeira parte da obra, o gramático nos apresenta um compilado de obras literárias e, em seguida, uma introdução que contém a história resumida da língua portuguesa. Em seguida, o autor entra no estudo dos sons e na lexeologia. Não há um

indicativo na obra do que o autor entende por gramática. Todavia, ao falar dos sons do português, o autor nos diz que “cabe á grammatica historica traçar e explicar, primeiro que tudo, as diversas modificações por que passaram os phonemas de uma lingua no decorrer dos seculos” (ALI, 1931 [1921], p. 20). Ou, ainda, por gramática histórica.

Sobre a questão dos sufixos, como dito anteriormente, eles são estudados com a devida profundidade, na segunda parte da gramática. Entretanto, é importante destacar que, ainda na primeira parte, quando Said Ali debruça-se sobre os vocábulos, há certa menção ao processo de formação de palavras. Diz o autor que

a parte da grammatica que estuda os vocabulos denomina-se **lexeologia**. Differe da phonetica em considerar os sons combinadamente e denotando idéas e relações. No exame das palavras verifica serem estas geralmente formadas de duas partes: o *radical*, parte mais ou menos estavel e de significação propria, e *affixos*, elementos variaveis de significação relativa, isto é, de valor semantico sómente na combinação com o radical. (ALI, 1931 [1921], p. 44, negrito e itálicos do autor).

Sobre os afixos, nos diz que eles dividem-se em “prefixos, suffixos, terminações e desinencias” e são os responsáveis por dar “ao vocabulo a diversidade de formas” (*ibidem*). Assim sendo, farei um salto na gramática de Said Ali e concentrarei o batimento descritivo na segunda parte e, mais especificamente, na seção dedicada ao processo de formação de palavras.

O autor começa a parte destinada à formação de palavras dizendo que “não nos ocuparemos aqui com a criação dos vocabulos *ab ovo*, mas apenas com a formação corrente de palavras por meio dos processos de derivação e composição” (ALI, 1931 [1921], p. 1, itálicos do autor)⁴⁷. Ou seja, Said Ali aponta que se debruça aos processos de formação de palavras correntes em língua e deixa de lado os neologismos, bem como a criação vocabular *ab ovo*, ou seja, desde o início. Nesse sentido, nos lembra que por composição, devemos entender a criação de novas palavras a partir da combinação de vocábulos já existentes. Já a derivação, é, pois, quando se “toma palavras existentes e lhes acrescenta certos elementos formativos com que adquirem sentido novo, referido comtudo ao significado da palavra primitiva” (*ibidem*). Ele nos diz que os elementos postos ao final do vocábulo são chamados de sufixos e o processo de formação é denominado por derivação sufixal.

⁴⁷ Sobre a referida numeração das páginas, um breve comentário: a obra consulta, quando inicia a segunda parte, “zera” a numeração. Assim, ela segue do 1 em diante.

Sobre o processo de derivação sufixal, o autor apresenta os sufixos em listagem, por ordem alfabética e em dois agrupamentos: em um primeiro momento apresenta os sufixos formadores de substantivos e adjetivos e em segundo momento apresenta os sufixos formadores de verbos. Assim, no que tange aos sufixos que interessam diretamente ao presente trabalho, temos que:

- a) *-eiro* comparece nos sufixos formadores de substantivos e adjetivos em que temos *-eiro* ao lado de *-ario* (*-airo*). Nesse sentido, diz Said Ali

os nomes que em latim classico tinham o elemento formativo *-ariu-* passaram para o portuguez, ao tempo em que este idioma se constituiu, geralmente com essa terminação alterada em *-eiro*: *primeiro* (primariu-), *celleiro* (cellariu-), *dimbeiro* (denariu-), *ribeiro* (ripariu-), etc. (ALI, 1931 [1921], p. 16, itálicos do autor).

Assim, nos lembra que a evolução natural do sufixo foi *-ariu* □ *-airo* □ *-eiro*. Pontua, entretanto, que não há documentação de ocorrências em *-airo* (*primairo, etc). Também nos diz que em português antigo há a ocorrência de em “alguns termos, uns por se terem introduzido ulteriormente, outros por constituírem excepção á regra geral, nos quaes *-ariu-* apparece com a forma *-airo*: *sudairo*, *contrairo*, *fadairo*, *vigairo*, *boticaire*, etc.” (ALI, 1931 [1921], p. 16).

Além disso, diz Said Ali,

sob a influencia erudita, foi-se desfazendo a metathese⁴⁸, volvendo taes vocabulos á forma primitiva e enriqueceu-se o idioma com outros termos em *-ario* (...). Este processo de haurir directamente na fonte latina ou de crear vocabulos novos segundo a norma latina tomou incremento em port. Mod. E ainda em nossos dias se recorre a elle com frequencia. Deste typo são: *argentario*, *monetario*, *mostruario*, *aviario*, *funcionario*, *fraccionario* (ALI, 1931 [1921], pp. 16-17).

O gramático nos pontua que a lista de nomes de origem erudita é extensa, tal como também são as palavras que se formaram com a terminação em *-eiro*. Contudo, notam-

⁴⁸ De acordo com Carvalho & Nascimento (1972), metátese é um metaplasmo de transposição, ou seja, é uma alteração fonética que as palavras sofrem no processo de mudança da língua. De acordo com Carvalho e Nascimento, os metaplasmos de transposição podem se “dar por deslocamento de **fonema** ou de **acento tônico** da palavra” (p. 37, negritos dos autores). No caso da metátese, tal metaplasmo consiste na “transposição de um fonema na mesma sílaba” (p. 37).

se “poucos casos de formas paralelas como *operario* e *obreiro*, *ovario* e *oveiro*, *solitario* e *solteiro*” (ALI, 1931 [1921], p. 17, itálicos do autor).

Ainda com relação ao sufixo *-eiro* (ao lado de *-eira*) Said Ali nos diz que ele é

extraordinariamente productivo (...) na formação de nomes com que se caracterizam homens e mulheres pelos seus officios, negocios e outras occupações: *pedreiro*, *barbeiro*, *peixeiro*, *artilheiro*, *lavadeira*, *fiandeira*, *parteira*, *cesteiro*, *banqueiro*, *bombeiro*, *carteiro*, *sineiro*, *toureiro*, *carroceiro*, *leiteiro*, *sapateiro*, *cozinheiro*, *relojoeiro*, *aventureiro*, *corrieiro*, *gaioleiro*, *pregoeiro*, *marinheiro*, *taverneiro*, *catraeiro*, *vendeiro*, *luveiro*, *mineiro*, *copeiro*, *chaveiro*, etc. (*ibidem*, itálicos do autor).

Nesse sentido, diz o autor,

em alguns casos especializou-se ou modificou-se o sentido que a principio teria o vocabulo. *Pedreiro* não é qualquer homem que se occupa com pedras, e sómente aquelle que levanta muros e paredes. *Caixeiro* já não se applica ao individuo a cujo cargo está a caixa, mas equivale a empregado vendedor. (*ibidem*, itálicos do autor).

Contudo, é possível fazer uma breve ressalva, visto que

nem sempre se tira o nome de pessoa directamente do nome do objeto ou objectos materiais em que se occupa. Pode filiar-se tambem a nomes de officio em *-aria*, como *marceneiro*, *serralheiro* que se prendem aos vocabulos *marcinaria*, *serralbaria*. Pode tambem ser um termo introduzido do estrangeiro, como *joalheiro*. (ALI, 1931 [1921], p. 17, itálicos do autor).

Para além dessas questões, é importante dizer, conforme nos indica Said Ali, que “muitos dos vocabulos em *-eiro* são nomes adjectivos: *foreiro*, *verdadeiro*, [veado] *galheiro*, *campeiro*, [cão] *perdigueiro*, *fragueiro*, *dianteiro*, *fronteiro*, *passageiro*, *poedeira*, *grosseiro*, *certo*, *rasteiro*, [vento] *ponteiro*, *costeiro*, *ordeiro*, etc.” (*ibidem*, itálicos do autor).

O autor ainda nos apresenta uma série de outras reflexões sobre sufixo *-eiro*, como ele ser responsável pela nomeação de muitos nomes de frutos, flores e outros produtos vegetais, como por exemplo *craveiro*, *coqueiro*, *cafeeiro*, *sorveveiro*, *jambeiro*, etc. Ou, ainda, o fato de *-eiro* acrescentar ao termo primitivo a noção de grande massa ou accumulo intenso: *nevoeiro*, *poeira*, *papeira*, *lameiro*, *chuveiro*” (ALI, 1931 [1921], p. 18, itálicos do autor).

- b) *-ista* comparece nos sufixos formadores de substantivos e adjetivos. Diz tratar-se de um sufixo de origem grega e que

a sua primeira aplicação foi aos partidários das doutrinas e sistemas acima referidos. Este mesmo uso perdura ainda hoje para a maioria dos nomes em *-ismo* de formação moderna: *calvinista* (porem *mahometano, luterano, protestante*), *atheaista* (a par de *atheu*), *budhista, darwinista, positivista, materialista, socialista, terrorista, comunista* (porem *jacobino*), *symbolista, impressionista, etc.*” (ALI, 1931 [1921], p. 20, itálicos do autor).

Além disso, prossegue Said Ali,

a par desta serie de nomes existem outros, na maior parte modernamente creados ou importados do estrangeiro, com que se designam individuos cuja occupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante: *florista, flautista, jornalista, copista, dentista, fadista, chronista, machinista, organista, latinista, hellenista, trocista, rabequista, paiçagista, accionista, seminarista, novellista, romancista, folbetinista, naturalista, estadista, dormidista, etc*” (*ibidem*, itálicos do autor)

Para além dessas questões, gostaria de destacar, ainda, o par de sufixos *-ez/-ense*. De acordo com Said Ali, eles “desempenham papel notavel na formação dos nomes patrios; *-ez*, redução de *-ense*, é a forma popular que se fixou em muitos vocabulos: *portuguez (portugalez), francez, inglez, genovez, etc*” (ALI, 1931 [1921], p. 22, itálicos do autor). Por outro lado, *-ense* é, pois, forma primitiva e se reestabelece nas “modernas creações: *fluminense, bracarense, cearense, paraense, maranhense, eborense, conimbricense, vienensse, etc*” (*ibidem*, itálicos do autor).

CAPÍTULO 3 – Políticas Linguísticas e Institucionalização: movimentos para a construção dos saberes sobre a língua

Orlandi (2001) escreve, na apresentação da obra *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*, sobre uma tomada de posição que acredito dizer muito da prática daqueles que fazem História das Ideias Linguísticas na confluência com a Análise de Discurso materialista. Diz a autora que “o que praticamos, então, são novos gestos de leitura, percorrendo os caminhos dos sentidos. Em nosso caso, os sentidos que sustentam a produção de um conhecimento linguístico que se foi produzindo junto à constituição de nossa língua” (ORLANDI, 2001, p. 08). Tomo esse dizer de Orlandi como mote para pensar o capítulo que se inicia. Aqui, percorrendo os caminhos dos sentidos, trarei à baila questões que se colocam como importantes não apenas para pensar, de forma ampla, a gramatização brasileira do português, mas, de forma bem específica, aquilo que se coloca desde a apresentação deste texto como objeto de pesquisa: a construção do saber sobre formação de palavras em gramáticas brasileiras publicadas do meio do século XIX ou início do século XX.

Desta feita, pensar a construção do saber sobre formação de palavras nas referidas gramáticas selecionadas para a composição do arquivo de pesquisa, é pensar que tal processo se dá em um movimento que toca na institucionalização e que não se faz sem políticas linguísticas – e, por que não, políticas de língua. Assim, a partir do movimento expositivo realizado no capítulo anterior, abordarei, aqui, os atravessamentos que são possíveis identificar nas referidas gramáticas. Atravessamentos que se dão por meio de políticas linguísticas e, também, na relação com a institucionalização do saber linguístico. Deste modo, relembro aquilo que nos dizem Guimarães e Orlandi (1996, p. 9): “tratar as ideias linguísticas é tratar a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e da sua relação com a história de um povo que a fala”. Nessa mesma esteira, pensar as ideias linguísticas é pensar como a língua é afetada na relação de constituição dos instrumentos tecnológicos e, ainda, como estes tratam/abordam os saberes sobre a língua.

3.1. Políticas Linguística e Institucionalização: questões indissociáveis

Conforme explicitado no capítulo 1, a montagem deste *arquivo do conhecimento gramatical* é a busca da construção discursiva, em autores distintos, em diferentes épocas, a partir de filiações teóricas outras, do conhecimento sobre formação de palavras com foco

nos sufixos *-eiro* e *-ista*. Assim, conforme apresentado anteriormente, montar o presente arquivo é o que possibilita uma compreensão de filiações e configurações, de memória e atualidade.

Nesse sentido, importa lembrar aquilo que Orlandi (2013b, p. 140) nos diz, uma vez que “ao mesmo tempo em que o saber linguístico vai-se constituindo como ciência, a questão da língua é afetada pela relação do sujeito com o Estado, relação esta que tem sua forma mais visível na formulação específica das políticas linguísticas: invasões, exclusões, hierarquizações, interdições (E. Orlandi, 1990, 1998)”. Assim, no *gesto de leitura* que faço das gramáticas elencadas, não se pode deixar de pensar duas questões: as Políticas Linguísticas e a Institucionalização. São questões que, na perspectiva em que me insiro, estão em relação indissociável. Pensar as Políticas Linguísticas perpassa, também, por pensar a Institucionalização de determinado autor e, também, de certas formas de saber (e não outras) sobre a língua. Bem lembra Orlandi (2013b) ao afirmar que

ao se definir que língua se fala, com que estatuto, onde, quando, e os modos de acesso a ela – pelo ensino, pela produção de instrumentos linguísticos, pelo acesso a publicações, pela participação em rituais da linguagem, pela legitimação de acordos, pela construção de instituições linguísticas – está-se praticando as várias formas das políticas da língua, ao mesmo tempo em que, para identificá-la, está-se produzindo seu conhecimento, sua análise, e dando a ela configuração singular. Nessa medida, **não há política linguística sem gramática** e, em sentido inverso, a forma da gramática define o jogo das políticas linguísticas (administra a relação língua/línguas). (ORLANDI, 2013b, p. 140, negritos nosso)

Duas afirmações na citação acima me parecem incontornáveis e colocam-se importantes para pensar o movimento de construção do saber sobre formação de palavras em gramáticas dos séculos XIX (meio) e XX (início). Levarei às consequências o fato de que, nas condições de produção do conhecimento linguístico no Brasil no referido período, “não há política linguística sem gramática”. Nesse sentido, chamo atenção para o fato de que quando pensamos que a história da constituição dos saberes linguísticos é anterior à história das gramáticas, certamente estamos falando de política linguística sem gramática. Naquele momento, na Antiguidade, havia política linguística sem gramática. Entretanto, estou considerando aqui condições de produção bem específicas para pensar as palavras de Eni Orlandi (2013b). Quando digo que não há política linguística sem gramática, considero um espaço-tempo específico: o Brasil dos meados do século XIX e início do século XX. Momento que se coloca importante para pensar uma língua que não é mais a língua do colonizador, mas sim de uma nação (recém) independente. Apenas me afastou, em parte, da

afirmação de que “a forma da gramática define o jogo das políticas linguísticas”. Acredito, pois, que não se trata apenas de uma relação de “mão única”, em que a forma da gramática defina o jogo das políticas linguísticas. Mas, sim, de uma relação em que as políticas linguísticas atravessam, afetam e definem a forma de uma gramática.

Em um primeiro momento, é preciso dizer o que se entende por políticas linguísticas. Nesse sentido, é que tomo as palavras de Orlandi (2007), uma vez que concordo com a analista de discurso em considerar as políticas linguísticas tal como considerado na presente dissertação é, pois, “uma forma de não sucumbir ao jogo ideológico que a marca a noção de política linguística tal como ela é praticada tradicionalmente pela Sociolinguística” (ORLANDI, 2007, p. 07). Por isso, na perspectiva que é a da História das Ideias Linguísticas em sua articulação à Análise de Discurso materialista, considero Política Linguística o ato de dar à língua um sentido político necessário. Ou, em outras palavras,

não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em políticas de língua já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos. (ORLANDI, 2007, p. 08)

Compreender política linguística, na perspectiva adotada, é ter em vista que a língua é sempre-já afetada pelo político. E não esqueçamos, “falar no político, portanto, é remeter para uma divisão no processo de produção dos sentidos, uma divisão da qual não se tem como escapar” (MARIANI, 2004, p. 42). É saber que a língua, enquanto corpo simbólico-político, faz parte das relações entre sujeitos e, por ela, eles significam e são significados. Para uma melhor compreensão desse sentido de política linguística, é preciso considerar que “a) as línguas não são homogêneas, elas se constituem de regiões cuja estabilidade é desigual; b) há uma relação língua/discurso que pode ser observada no fato de que falamos a mesma língua mas falamos diferente” (ORLANDI, 1998, p. 07). É nessa esteira que penso, pois, que as gramáticas colocam-se como um fecundo espaço de reflexão sobre as duas questões elencadas acima: no papel de instrumentos linguísticos, em que engendram determinadas línguas, elas (as gramáticas e também as línguas) não podem ser tomadas como homogêneas. Ao mesmo passo que diferentes gramáticas atuam na instrumentalização de uma mesma língua – dando a sensação de uma unicidade – elas não olham para a língua da mesma forma.

Essas questões postas levam-nos a tratar da distinção entre *políticas linguísticas* e *políticas de sentidos das línguas* feita por Mariani (2004). Pensar em políticas de sentidos das línguas é compreender que há um “tenso processo de produção de sentido que, contraditoriamente, submete-se e não se submete ao gerenciamento institucional das interpretações. Ao contrário do que a ideologia da comunicação transparente coloca, as línguas não são homogêneas” (MARIANI, 2004, p. 42). Assim, o funcionamento linguístico dá-se na heterogeneidade, dá-se no funcionamento histórico e, por isso, o funcionamento dá-se na submissão “às contradições das relações de forças constitutivas da ordem social” (ibid.). Desse modo, pensar o tenso processo de produção de sentido, como constitutivo das políticas de sentidos das línguas, é saber que “não há garantias de uma estabilização na política de sentidos que se organiza nas línguas e que, impondo-se historicamente, mostra-se como natural as práticas sociais que regulam os usos linguísticos” (MARIANI, 2004, p. 43). Isso implica em dizer que, como bem nos lembra Mariani (2004, p. 43) “à revelia das instituições gerenciadoras do que se pode e deve dizer”, os sentidos – que são de múltiplas ordens – se instalam e aí promovem (ou não) rupturas e deslocamentos, significam e são (re)significados, migram “de um domínio de significação para outro” (ibid.).

Quanto às políticas linguísticas, Mariani (2004, p. 43) nos diz que “discutir a instauração de uma política linguística supõe compreender, inicialmente, o modo de funcionamento dessa complexidade histórico-linguística”. Assim, a política linguística constitui as condições que possibilitam as instâncias de poder a regularem as práticas linguísticas. Essas condições de regulação das práticas linguísticas variam na medida em que é possível apontar que uma política linguística que “resulta das condições históricas de relações entre línguas num dado momento em um dado espaço-tempo de práticas discursivas” (MARIANI, 2004, p. 44). Apenas para exemplificar essas questões, Mariani (2004, 2004, pp. 43-44) nos lembra que, em um espaço-tempo de colonização linguística brasileira, “tanto a metrópole quanto a Igreja vão formular ações político-administrativo-pedagógicas que objetivam uma estabilidade linguística imaginária: uma só língua, uma mesma produção de sentidos”. Se deslocarmos o espaço-tempo para o século XIX, após 1822, momento de nossa independência, temos outro funcionamento de ações político-administrativo-pedagógicas. Agora, não se trata de ações formuladas pela metrópole e, tão pouco pela Igreja, mas sim pelo recém-constituído Estado brasileiro. Nessa esteira, cabe lembrar o texto de Orlandi e Guimarães (2001) que toca em uma série de movimentos que possibilitaram a formação de um espaço de produção linguística no Brasil. É nesse texto que Orlandi e Guimarães (2001) nos lembram que em 1826, “um deputado propôs que os

diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em linguagem brasileira. No ano seguinte, [...] uma lei estabelece que os professores devem ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 23).

Retornando ao texto de B. Mariani, não se pode deixar de citar que “há um caráter técnico, restritivo e regulador pressuposto na formulação de políticas linguísticas” (MARIANI, 2004, p. 44). Isso implica dizer que a formulação de políticas linguísticas não se faz sem relações de forças, relações estas que estabelecem regras “para a efetiva utilização de uma língua ou para o silenciamento de outra” (ibid.) e que acabam por organizar, simultaneamente, os espaços institucionais de circulação das línguas. As possibilidades de estabelecimento de regras para utilização de uma língua e/ou para o silenciamento de outra são de múltiplas ordens e comparecem em distintos momentos de nossa história. Sobre isso, Mariani (2004, p. 45), nos indica que, em situação de colonização, é possível compreender “um conjunto heterogêneo de processos de intervenção sobre as línguas que, através de medidas legislativas específicas, produzem formas de planejamento linguístico que atingem direta e indistintamente os diferentes habitantes da colônia” (MARIANI, 2004, p. 45). Já em uma situação de formação de um espaço de produção linguística no Brasil (cf. Orlandi & Guimarães, 2001), temos um fato decisivo no processo de gramatização brasileira do português, que é

o “Programa de Português para os Exames Preparatórios” organizado por Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II, por solicitação do Diretor Geral de Instrução Pública, Emídio Vitorino. Uma série de gramáticas aparecem como resposta a esta solicitação. Elas respeitam as instruções do programa e dizem querer romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica. (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 25)

Não se pode deixar de falar, também, na Nomenclatura Gramatical Brasileira que, nos lembra Baldini (2009, p. 43), vem “na esteira de políticas anteriores tais como o Programa de Fausto Barreto em 1887”. Enquanto uma *política linguística*, seu efeito se dá no apagamento, criando unidade na diversidade. Ela se fundamenta “justamente na consideração de que há *palavras demais para a mesma coisa*” (BALDINI, 1998, p. 105, itálicos do autor). Assim, ela exclui, delimita e escolhe determinados nomes e não outros de tal que forma dá “a impressão de se tratar apenas de uma questão de nomenclatura” (BALDINI, 2009, p. 43), quando, na verdade, integra o desenvolvimento de uma política estatal: “a NGB, nunca é demais dizer, funciona a partir do Estado e não a partir da Ciência” (BALDINI, 2009, p. 62). E enquanto política de Estado ela vai produzir efeitos e atravessar os instrumentos linguísticos do meio do século XX em diante.

Ademais, é providencial lembrar que em estudos mais recentes, como o de Faria e Medeiros (2018) e de Faria (2020), a partir de análises de gramáticas publicadas entre os séculos XIX (FARIA, 2020) e XX e XXI (FARIA & MEDEIROS, 2018), foi possível identificar uma *política linguística educacional* que toca na questão do comparecimento ou não dos saberes sobre formação de palavras nas gramáticas analisadas. O que se verificou nestes dois trabalhos é que, de alguma forma, há uma *política linguística educacional* que afeta a produção de gramáticas publicadas. Por fim, e não menos importante, o trabalho de Pedrosa, Oliveira e Faria (2019) que toca na compreensão de como a presença da língua adicional⁴⁹ nos currículos escolares é flutuante e seu comparecimento está condicionado às políticas educacionais de cada época. Assim, os autores refletem políticas de silenciamento (ORLANDI, 2007) e gestos de resistência (PÊCHEUX, 1990) que desembocam na articulação de componentes curriculares (CORACINI, 2007) para a realização de uma oficina de educação linguística em língua italiana. Esse trabalho, mesmo não tocando na produção de instrumentos linguísticos, nos dá a saber uma série de movimentos que culminam em uma *política de silenciamento linguístico* das línguas adicionais no espaço escolar.

É preciso pontuar, então, que as questões apontadas acima culminam, de alguma forma (indo em direções distintas), na busca pela domesticação do movimento de heterogeneidade linguística, de tal forma que geram políticas linguísticas que acabam por regulamentar “a língua com que os sujeitos vão fazer a história significar” (MARIANI, 2004, p. 44). Eu acrescentaria que essa regulamentação, ao afetar a língua com que os sujeitos vão fazer a história significar, afeta também a língua pela qual os próprios sujeitos vão se significar⁵⁰.

A partir do exposto, é preciso levar em consideração três distintas posições acerca das formulações de políticas linguísticas que Mariani (2004) recupera a partir de Orlandi (1998). A saber, são as posições que: i) referem-se a unidade como valor; ii)

⁴⁹ Há muitas possibilidades de se nomear o componente curricular de línguas outras (que não a língua portuguesa), quando elas comparecem no currículo escolar: língua estrangeira, L2, língua adicional etc. O que é interessante notar é que cada uma dessas formas de nomeação inscreve esse componente curricular em uma certa discursividade e, assim, mobilizada determinadas redes de sentido e não outras que fazem o nome significar. De tal modo, dizer língua adicional não é dizer língua estrangeira. No caso do referido trabalho (Pedrosa, Oliveira e Faria (2019)), a opção pelo conceito de língua adicional se dá por entenderem, conforme apontam Schlatter & Garcez (2012), que há uma necessidade de considerar o repertório linguístico que o aluno já tenha (língua portuguesa e/ou outras) ao realizarmos o ensino de uma nova língua.

⁵⁰ Sobre essa relação de significação na (e com a) língua, aponto o texto de Scherer (2019) que nos brinda com excelentes reflexões sobre a relação que estabelecemos com a língua (ou, tomando as palavras de Milner (2012), nos faz morrer de amores pela língua) que é o fato de “ela [a língua] me revela, me desvela, me une e me separa. Ela é um todo e ao mesmo tempo sempre uma parte, uma ínfima parte e nunca totalizante, nunca só minha, sempre tão do outro que me escuta e que me lê, do outro que me aceita e me rejeita pelo que sou na língua” (SCHERER, 2019, p. 153).

sustentam a dominação como valor; e iii) a diversidade que conta como valor⁵¹. Das três posições elencadas, considerando o objeto de análise do presente trabalho, voltarei-me mais sobre a primeira e a última, ou seja, sobre a unidade e a diversidade⁵².

Concentrando-se, pois, nas posições relativas à unidade e à diversidade, temos que a primeira posição é a de uma política que “sustenta a unidade como valor, sendo invocada pelo Estado e suas Instituições” (MARIANI, 2004, p. 44). Assim, nessa posição de política linguística, temos “a questão da língua nacional no Brasil como um dos elementos de definição da identidade brasileira” (ORLANDI, 1998, p. 10). Definição em que se evoca uma unidade linguística (que é da ordem do imaginário) frente à diversidade regional e às influências que decorrem do contato entre línguas. Há de se concordar com Orlandi (1998, p. 10) visto que “não pensamos que o Estado – se considerarmos a situação brasileira – pode pensar o princípio da diversidade como um princípio de sua política linguística”. Por outro lado, temos a posição que “toma como valor a diversidade concreta das línguas” (ORLANDI, 1998, p. 11). Essa posição nos faz refletir sobre as políticas linguísticas em relação aos que falam as línguas. Em outras palavras, é uma tomada de posição que nos faz ter em vista, tomando as palavras de Gadet e Pêcheux (2010) de que “há língua e há línguas”. Importa pontuar, pois, que essa posição acaba por intervir na posição 1 (a da unidade) e, assim, “unidade e diversidade são noções inseparáveis e por isso devem ser tratadas conjuntamente. Mesmo porque, em uma sociedade como a nossa, em sua história, o princípio ético está justamente não em apagar mas em se trabalhar a contradição unidade/diversidade” (ORLANDI, 1998, p. 12).

A questão da unidade e da diversidade nos remete aos dois tripés constitutivos da História das Ideias Linguísticas no Brasil e que foram abordados no capítulo 1. Tais tripés (a relação entre Língua/Conhecimento/Sociedade, de um lado, e a relação entre

⁵¹ Orlandi (1998) nos aponta as seguintes questões sobre as três posições distintas: “1. As políticas linguísticas como razões do Estado, das Instituições que colocam a questão da *unidade* como valor (princípio ético); 2. As políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, entre Estados: a questão da *dominação* como valor (princípio ético); 3. As políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da *diversidade* como valor (como princípio ético)” (ORLANDI, 1998, pp. 09-10, *italicos da autora*). A questão que se coloca sobre tais princípios é que eles correspondem a diferentes razões e, por isso, estão “quase sempre em relação de contradição. A questão posta, segundo o que pensamos, é a de fazer face e não apagar essa relação contraditória” (ORLANDI, 1998, p. 10).

⁵² Sobre a segunda posição, isto é, aquela que é relativa à dominação, Orlandi (1998, p. 11) nos diz que “toda história das conquistas da Antiguidade, por exemplo, estabelece uma relação de dominação da língua do conquistador sobre o povo submetido. Durante a Idade Média, a língua do saber é o Latim. Quando isso muda, toda uma política linguística se transforma e as línguas nacionais emergem”. Na mesma esteira, e pensando o processo brasileiro de gramatização do português, Mariani (2004, p. 44) nos lembra que tal posição é, de forma exemplar, “o caso das conquistas e das colonizações, quando uma língua se impõe pelo contato, pela lei ou pela força”.

Língua/Estado/Nação, do outro) nos colocam a questão da língua em relevância. Orlandi (1998, p. 12) nos lembra que “a questão da unidade não é exclusiva da noção do Estado. Ela já está presente como condição necessária na própria constituição de qualquer língua”. Nesse sentido, se levarmos às consequências de que há língua e há línguas, em uma relação equívoca, podemos dizer, então, que a questão da língua se coloca como uma questão de Estado (cf. Gadet e Pêcheux, 2010 [1981]) e que se faz por “uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças: **a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente**” (GADET & PÊCHEUX, 2010 [1981], p. 37, negritos meu).

Chamo atenção para o destaque no que nos dizem F. Gadet e M. Pêcheux (2010): a alteridade que é transformada politicamente. É nela que reside o ponto fulcral das questões que foram paulatinamente desenvolvidas, pois temos a diversidade que se transforma – politicamente – na unidade. As políticas linguísticas buscam a produção da unidade na diversidade. Nesse sentido, a produção dos instrumentos linguísticos possui acentuada importância nessa questão de unidade e diversidade. Tal como nos lembra Orlandi (1998, p. 13), “podemos mesmo afirmar que a forma da gramática desempenha um papel decisivo na questão da política das línguas (em particular em seu ensino)” de modo que a questão da ética (como diz Orlandi (1998)), e eu acrescentaria, ainda, a questão de uma política linguística coloca-se já no momento em que nos filiamos a uma certa teoria (linguística ou gramatical) em detrimento de outras. A filiação a uma teoria e não à outra produz efeitos nos instrumentos linguísticos. Filiação esta que toca, também, na questão da institucionalização.

Na esteira da institucionalização, Orlandi e Guimarães (2002, p. 07) nos lembram que “no decorrer da história da ciência pode-se observar o quanto a produção de conhecimento científico se faz em condições históricas específicas”. No seio das condições históricas, temos as condições institucionais em que o trabalho de pesquisa se desenvolve. Assim, importa lembrar que “a produção de conhecimento sobre língua no Brasil tem momentos distintos que se constituíram a partir de diferentes condições em que se estabeleceram as instituições educacionais brasileiras” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2002, p. 07). No trabalho que se desenvolve em tela, para pensar a institucionalização, não posso deixar de citar aquilo que nos diz Mariani (1999, p. 47): “um trabalho de análise que tome como objeto os discursos institucionais precisa considerar a historicidade do processo de constituição da própria instituição, ou seja, o modo como a instituição, ao se constituir como tal, discursivizou-se”.

Pensar a instituição é compreender que ela se inscreve em um processo histórico de constituição. É compreendê-la “como uma organização discursiva resultante de processos e percursos de institucionalização dos sentidos” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 12). Não se pode ignorar, ainda, que sobre as instituições, nos lembra Mariani (1999, p. 48) “recai uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes, embora [...] esta imposição nunca se realize de forma absoluta”. Para além desse controle exercido pelas instituições, é preciso dizer que elas também se colocam como lugares de legitimação dos saberes produzidos (e aqui penso saberes de múltiplas ordens). Quando pensamos os objetos do presente trabalho, interessa, então, pensar o papel das instituições sobre o “efeito de legitimidade de um saber linguístico” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 12). Se concordo que as instituições se inscrevem em um processo de histórico de constituição ou, ainda, que as normas e as regras das instituições possuem uma espessura histórica (cf. DEZERTO, 2017), então é também preciso concordar que “as instituições, com suas normas e regras, são também resultados de longos processos de linguagem” (MARIANI, 1999, p. 50). É preciso dizer que instituição e ideologia estão ligadas e contribuem para uma estabilização de sentidos. Sentidos que se congelam, que se organizam, que são distribuídos⁵³. Afinal,

as instituições, na maneira como as estamos concebendo, constituem parte do processo ideológico geral de edificação de práticas discursivas e não-discursivas, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade, de objetividade do real, etc. O que chamamos de instituição é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantes à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que se organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social. As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursivos) que se vão organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/transforando e vice-versa. (MARIANI, 1999, p. 51)

Prestes a finalizar a presente parte, não se pode deixar de falar nas filiações teóricas, pois elas se colocam em íntima relação com as políticas linguísticas e, também, com a questão da institucionalização. Os percursos de produção do saber linguístico constituem-se de filiações. Filiação institucional, como busquei abordar nas linhas acima, e, também, na

⁵³ Aqui eu faço uma breve remissão ao exposto no capítulo 1. Não se pode deixar de mencionar que o arquivo funciona dentro das instituições. É, pois, o arquivo enquanto memória institucionalizada. É o arquivo como aquilo que “congela, que organiza, que distribui sentidos” (ORLANDI, 2003, p. 15) e que, conforme apontei anteriormente, “o movimento de constituir arquivo vincula-se à prática de regulação administrativa, jurídica, econômica e política que é promovida pelo Estado”.

filiação teórica. Bem lembra Lagazzi-Rodrigues (2007, p. 13) o fato de “filiar-se a uma teoria é reconhecer-se frente a determinadas possibilidades de perguntas e de práticas científicas em determinadas condições de produção”. De outro modo, filiar-se a uma teoria e não a outra produz efeitos (e atravessamentos) naquilo que se diz. Filiar-se a uma teoria é produzir possibilidades de perguntas e práticas científicas que nos levam a olhar os objetos, no caso do presente trabalho, a língua e a gramática, de uma forma e não de outra. São filiações que nos levam a compreender posições – e tensões – na historicidade do saber, no caso do presente trabalho, do saber sobre formação de palavras em gramáticas do século XIX (meio) e XX (início).

Expostas as questões teóricas que norteiam meu *gesto de leitura*, nos próximos subcapítulos (e também capítulos da dissertação), entrarei na análise das obras que compõem o *arquivo do conhecimento gramatical* proposto. Assim, no presente capítulo, abordarei as políticas linguísticas e a institucionalização de tal forma que seja possível compreender atravessamentos, efeitos de sentidos e movimentos para a construção do saber sobre formação de palavras. É imperioso dizer que tomarei como base (e aqui recorro que se trata de um gesto de análise) o exposto no percurso descritivo presente no capítulo 2 da dissertação em tela.

3.2. A Institucionalização e sua relação com as gramáticas: atravessamentos e seus efeitos de sentidos

A institucionalização e a filiação teórica colocam-se como movimentos que nos direcionam à compreensão da construção/constituição do saber linguístico. Tanto uma como outra acabam por produzir efeitos nos instrumentos linguísticos, afetando-os e atravessando-os. No presente trabalho, importa lembrar que, apresento um conjunto de nove gramáticas que abarcam um período temporal de publicação que vai da segunda metade do século XIX ao início do século XX. Das nove gramáticas, uma (a de Antonio Coruja) teve sua primeira publicação ainda na primeira metade do século XIX. Lembro então, à luz de Guimarães (1996), que os instrumentos linguísticos dos quais a presente pesquisa tratará situam-se majoritariamente no segundo período do processo de gramatização brasileira do português, tendo uma obra cuja primeira publicação é datada do primeiro período. Há algo que se coloca, eu diria, como marca dos dois primeiros períodos de nossa gramatização: a fundação de instituições.

O século XIX, no Brasil, é um momento importante social, política e linguisticamente. É um século que se coloca como “definidor da direção de pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos” (ORLANDI, 2013b [2002], p. 159). Histórica e politicamente temos dois acontecimentos que são importantes para a nossa constituição enquanto nação: em 1822, temos a Independência do Brasil e, posteriormente, em 1889, temos a instauração da República. São momentos de soerguimentos de novas instituições e, assim, “um modo de “construir um saber sobre o Brasil, sobre sua história e geografia, sobre o brasileiro e sua(s) língua(s), e assim, há, pois, todo um trabalho da língua em terras brasileiras: há, principalmente ao final do século XIX, uma escrita massiva de gramáticas brasileiras que vão configurando sujeitos e língua (nacional)” (FARIA, 2020, p. 131). Só para citar algumas instituições: em 1837, temos a fundação do Imperial Colégio de Pedro II (atual Colégio Pedro II); em 1838, temos a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em 1874, é a vez do soerguimento do Colégio Culto à Ciência; em 1897, funda-se a Academia Brasileira de Letras.

A partir do que foi apresentado no capítulo 2, é possível, inicialmente, compilarmos o seguinte quadro de gramáticas, autores e seus respectivos vínculos com instituições que iam surgindo naquele período:

Quadro 3 – Institucionalização dos autores das gramáticas do arquivo

Gramática	Autor	Instituição*
<i>Compendio da grammatica da lingua nacional: dedicado à mocidade Rio-Grandense</i>	Antonio Alvares Pereira Coruja	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
<i>Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza</i>	José Ortiz	Instituto Histórico da França Liceu de Vitória
	Candido Pardal	Colégio Pedro II
<i>Grammatica portugueza</i>	Julio Ribeiro	Colégio Culto à Ciência
<i>Noções de Grammatica Portuguesa</i>	Pacheco da Silva Jr.	Colégio Pedro II
	Lameira de Andrade	Escola Normal do Rio Colégio Pedro II**
<i>Grammatica portugueza</i>	João Ribeiro	Colégio Pedro II
<i>Grammatica descriptiva</i>	Maximino Maciel	Colégio Militar Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
<i>Grammatica expositiva</i>	Eduardo Carlos	Colégio Culto à Ciência

	Pereira	Ginásio Oficial de São Paulo
<i>Grammatica histórica</i>	Eduardo Carlos Pereira	
<i>Grammatica histórica da língua portuguesa</i>	Said Ali	Colégio Militar Colégio Pedro II
Observações: * Apresento, pois, um recorte no que concerne às filiações institucionais. Considero as filiações institucionais de maior destaque. ** Foi professor substituto.		

Fonte: elaboração própria⁵⁴.

A partir do quadro acima, podemos destacar dois movimentos que interessa abordar para pensar a questão da institucionalização e da produção de instrumentos linguísticos no Brasil: a) todos os autores são professores; e por conseguinte, b) todos se inscrevem institucionalmente em alguma instituição escolar. Explanarei, nas próximas linhas, os dois movimentos destacados, de tal forma que se possa compreender melhor o papel da relação autor-gramática-instituição no processo brasileiro de gramatização:

- a) Os autores de gramática também são professores: a posição-sujeito professor e a posição-sujeito autor de gramática:

Conforme dito anteriormente, os instrumentos linguísticos selecionados para a composição do arquivo proposto foram escritos por professores. Para compreender esses efeitos, é preciso retomar Orlandi e Guimarães (2001) que nos lembram quatro momentos para compreender o processo de gramatização do português. Segundo Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, “o Brasil foi ‘descoberto’ em 1500 mas a colonização só começa efetivamente em 1532 com a instalação dos Portugueses no Brasil. Desde então, a língua portuguesa, transportada (Orlandi 1993a) para o Brasil, começa a ser falada em um novo espaço-tempo” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 21). Mesmo com a transposição do português para o Brasil, as condições de produção do conhecimento linguístico nesse novo espaço-tempo não se dão de forma homogênea. Pelo contrário, os autores evidenciam a possibilidade de distinguir quatro momentos diferentes entre 1532 e final do século XIX, momento em que o português constituiu-se enquanto língua nacional. Temos então:

- i. De 1532 até a expulsão dos Holandeses em 1654, em que a língua portuguesa tem um alcance muito pequeno resumindo-se a pessoas letradas, Senhores de Engenho e alguns poucos funcionários. Durante essa época, as línguas indígenas são

⁵⁴ A compilação dos dados constantes na referida tabela se deu a partir das informações que estão disponíveis no decorrer do capítulo 2. Algumas presentes nas próprias gramáticas, outras obtidas a partir de textos teóricos.

- predominantes e constituem a língua geral. Orlandi e Guimarães apontam que “no decorrer deste período, o português é ensinado nas escolas católicas e empregado em documentos oficiais, de tal modo que ele já aparece como língua de estado” (*ibidem*).
- ii. De 1654 até a chegada da família real, em 1808, período em que se desenvolveu a escravidão no Brasil. Com isso o houve uma chegada crescente de Portugueses, mas também de Negros. Dessa forma, favorece-se o desenvolvimento do uso do português e uma diminuição da utilização da Língua Geral. Cabe também acrescentar a “ação do Marquês de Pombal que proibiu o ensino das línguas indígenas nas escolas dos Jesuítas e que tornou obrigatório o ensino do português” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 23).
 - iii. De 1808, com a chegada da família real portuguesa no Brasil, até a 1826, “data na qual a questão da língua portuguesa como língua nacional no Brasil é oficialmente formulada” (*ibidem*), uma vez que o português é a língua do Rei e o governo do Rei tem sede no Rio de Janeiro que é alçado à condição de Capital do Reino Luso.
 - iv. De 1826 até o final do século XIX, “momento em que o português se constitui em língua nacional no Brasil” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 22). Nesse momento, em especial, em 1826, surge a problemática de nomear a língua oficial no Brasil. Apontam os autores que “ao se colocar a questão da língua nacional no Brasil, evita-se ao mesmo tempo, nomeá-la oficialmente seja como língua portuguesa, seja como língua brasileira” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 23).

Compreende-se, pela última fase, que a diferença da língua no Brasil e a língua em Portugal torna-se uma questão nacional. Dessa forma, “a questão da língua nacional está ligada aqui ao processo de gramatização brasileira do português que é posto em curso a partir da segunda metade do século XIX. Desde então o Brasil tem seus próprios instrumentos linguísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 24). O foco do presente trabalho recai especificamente sobre o quarto momento e, mais especificamente, do meio do século XIX em diante, pois é ao final do século XIX, dizem Orlandi e Guimarães (2001, p. 24) que “há uma proliferação de trabalhos brasileiros para dar um lugar explícito a sua vida intelectual: constituição das disciplinas e de um ensino escolar, publicações nos domínios da língua e da literatura”. Desse modo, a gramática será um dos objetos de ampla produção “visando formar Brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar” (*ibidem*). Não se trata, no entanto, “de saber a língua que se fala, mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o

Brasil saiba que ele sabe sua língua. É neste sentido que o processo de gramatização brasileira do português faz parte de um novo espaço de produção linguística” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 24). O que é importante notar nesse processo de gramatização (e é o que irá caracterizá-lo), é que não falamos necessariamente de uma outra gramática no Brasil, mas de um processo em que a gramática no Brasil “se distancia do modelo da gramática filosófica do português Jerónimo Soares Barbosa, em particular, e da tradição gramatical portuguesa em geral” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 24).

Dessas questões postas, urge pontuar que a proliferação de gramáticas escritas no final do século XIX possui uma característica singular: elas são escritas por professores. Trata-se, então, de compreender que o processo de gramatização no final do século XIX está ligado ao ensino da língua portuguesa no Brasil. Se formos ao trabalho de Pacheco e Medeiros (2009), temos uma série de movimentos que nos dão a saber sobre o processo de inscrição da língua portuguesa como disciplina escolar. Inscrição esta que ocorreu ao final do ano de 1871, mas que é “fruto de um processo de mudanças em curso em Portugal – com as reformas pombalinas – que têm impacto, também na colônia, Brasil” (PACHECO & MEDEIROS, 2009, p. 52). Sobre os processos que vemos em Orlandi e Guimarães (2001) e em Pacheco e Medeiros (2009), não se pode deixar de notar que eles “configuram um saber – língua portuguesa – e o institucionalizam” (PACHECO & MEDEIROS, 2009, p. 53). E tal configuração e legitimação do saber se dão a partir da produção de instrumentos linguísticos.

Nesse caminho, Orlandi (2013b) nos lembra que “ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português” (ORLANDI, 2013b, p. 175). Assim, é um momento em que ser autor de gramática coloca-se no lugar de responsabilidade intelectual e garante “uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2013b, p. 176). E nessa seara, nos lembram Pacheco e Medeiros (2009) que, a institucionalização da língua portuguesa enquanto disciplina serve a legitimar a posição-sujeito autor de gramática. E é pela posição-sujeito autor de gramática que se constituem a identidade linguística e a identidade nacional, por exemplo, pois estas comportam componentes que trabalham na formação da constituição da autoria de gramática brasileiras no século XIX, visto que “ao trazerem o gesto da autoria para si, os primeiros gramáticos brasileiros [...] estão participando da construção do Estado brasileiro” (ORLANDI, 2013b, p. 176), já que a gramática, enquanto “objeto histórico disponível para a sociedade brasileira,

é assim lugar de construção e representação dessa unidade e dessa identidade (Língua/Nação/Estado)” (*ibid.*).

Se a instauração da posição-sujeito autor de gramática serve no processo de legitimação do conhecimento sobre a língua, é porque há um “gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ORLANDI, 2013b, p. 177, itálico da autora). E esse gesto de apropriação da língua também contribui na legitimação da relação do brasileiro com a escrita, visto que “temos uma língua, uma gramática e sujeitos brasileiros da (nossa) escrita” (*ibid.*). Pacheco e Medeiros (2009) bem lembram que

considerando que os autores de gramáticas brasileiras eram professores, a posição-autor deles em função da produção de materiais por eles – gramáticas e compêndios didáticos – trabalha a posição-sujeito professor de língua portuguesa. Melhor explicando, a posição-sujeito professor de língua portuguesa no Brasil é legitimada a partir da posição-autor de gramática brasileira e de sua produção sobre a língua. (PACHECO & MEDEIROS, 2009, p. 53).

b) Todos se inscrevem institucionalmente em alguma instituição escolar:

A reboque das questões colocadas na explanação do item “a”, temos que a produção de gramáticas possui relação com as Instituições, sejam elas escolares ou não. Assim, os autores das obras que compõem o arquivo proposto, além de professores, inscreviam-se institucionalmente em alguma instituição. E ressalto que se trata de instituições, em grande parte, escolares de grande prestígio social à época, como, o Colégio Culto à Ciência e o Colégio Pedro II, que se colocam como incontornáveis para pensar o processo brasileiro de gramatização do português. Ressalta-se que dos nove autores, cinco foram professores do Colégio Pedro II. Nota-se que também há filiações institucionais que perpassam pelos Institutos Históricos, como é o caso de: a) Coruja, que além de professor de escolas primárias e secundárias, foi filiado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; b) José Ortiz, que foi filiado ao Instituto Histórico da França; e c) Maximino Maciel, que foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Logo, uma questão inicial que se coloca para pensarmos é se a produção do saber gramatical perpassava não só pelas instituições escolares, mas também, de algum modo, inscrevia-se nos Institutos Históricos. Faço um recorte das instituições listadas acima e focalizarei o olhar para três instituições em especial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Colégio Pedro II e o Colégio Culto à Ciência, que se colocam como

indispensáveis para pensar o processo de gramatização brasileira do português de forma geral e, mais à frente, as políticas linguísticas, de forma particular no que tange ao papel do Colégio Pedro II. Faço, contudo, um aviso ao leitor: o recorte proposto aqui não significa apagar a importância das demais instituições e, muito menos, cair no mito de criar uma unidade na diversidade institucional. Antes, trata-se de uma escolha que se ancora em meu gesto de leitura e análise que, se por um lado, busca sustentar uma determinada leitura de arquivo, por outro lado, abre (e reconhece) a necessidade de trabalhos mais direcionados que se proponham em pensar o papel das demais instituições elencadas acima (e também as não elencadas) no processo brasileiro de gramatização do português⁵⁵.

3.2.1. O Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Culto à Ciência: instituições incontornáveis na gramatização brasileira⁵⁶

Temos, pois, diversas instituições que são importantes para pensarmos uma série de questões que interessam o presente trabalho, dentre elas: a gramatização brasileira, o processo de institucionalização e a constituição de instrumentos linguísticos. Focalizarei, conforme explicitado acima, no gesto teórico-analítico de três delas: o Colégio Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Culto à Ciência. As duas primeiras foram instituídas, na primeira metade do século XIX, com um ano de diferença, já a última tem sua fundação no final da segunda metade do século XIX.

Fundado em 1837, com o nome de Imperial Colégio de Pedro II, esta instituição escolar centenária possui um papel importante para a construção da educação brasileira e, também, do conhecimento linguístico no processo de gramatização brasileira do português. Por ela, no século XIX, passaram nomes importantes: Pacheco da Silva Junior, Candido

⁵⁵ Nesse sentido, apresento, por exemplo, o trabalho de Almeida (2008) que se propõe a compreender o funcionamento discursivo dos programas de ensino da Escola Normal do Rio de Janeiro, que, em 1932, foi incorporada ao Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Assim, em uma marca temporal que vai de 1880 a 1932, a autora nos diz que “pela historicização dos arquivos da memória da Escola Normal do Rio de Janeiro, pudemos compreender os modos de construção da língua nacional brasileira, da produção do sujeito nacional brasileiro, da sua formação positivista, de acordo com o modelo europeu de cidadão. Um sujeito formado à luz do culto à ciência e da exclusão da crítica e da relação do sujeito com a história” (ALMEIDA, 2008, p. 194).

⁵⁶ Cumpre dizer que, inicialmente, pensei em realizar subcapítulos para cada uma dessas instituições. Entretanto, acredito que para o batimento entre teoria e análise a ser feito aqui, seria mais profícuo se colocasse as três instituições em relação. Para além disso, é mister considerar que há trabalhos distintos, alguns deles serão considerados no meu percurso teórico a ser exposto, e que nos brindam com excelentes reflexões sobre as três instituições, como é o caso de alguns que exponho a seguir: Fávero (2002), Garcia (2011), Garcia e Nunes (2011), Fedatto (2011), Orlandi (2013b) e Dezerto (2017). Não se pode deixar de citar, também, o trabalho de Silva (2002) e Di Renzo (2002) que se voltam para compreender o papel de outras instituições de ensino no processo de gramatização brasileira e da institucionalização dos estudos da linguagem.

Pardal, João Ribeiro, Fausto Barreto entre muitos outros. A grande questão é: como pensar a importância da referida instituição nesse processo de gramatização? Gondra e Schueles (2008) nos dizem que

fundado à época do Período regencial brasileiro, o Imperial Colégio de Pedro II integrava um projeto civilizatório mais amplo, do qual faziam parte a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Público do Império, seus contemporâneos. No que diz respeito ao curso secundário oficial, localizado na Capital, pretendia-se alongar a formação escolar, de modo a melhor preparar os quadros da elite nacional. Desse modo, sob a forma de um internato masculino, a instituição deveria ser capaz de formar homens para postos da alta administração, principalmente pública. (GONDRA & SCHUELES, 2008, p. 127)

Nessa mesma esteira, Dezerto (2017, p. 70) nos diz que assistimos, nesse momento, o da fundação do Colégio Pedro II, “um esforço para a criação de um sistema educacional brasileiro, em um momento pós-independência em que a nação brasileira ainda está em processo de construção”. Assim, temos o Colégio Pedro II, em particular, mas também as instituições, de forma geral, trabalhando a representação da construção e constituição de um Estado que se coloca como forte e centralizado. Daí que era preciso “desenvolver o sentimento de pertença à nação ainda em construção” (DEZERTO, 2017, p. 70).

Tal como vemos em Gondra e Schueles (2008), Fávero (2002) nos lembra que o governo imperial, durante a primeira metade do século XIX, possuía como preocupação a formação de uma elite dirigente. Assim, vemos uma concentração de esforços “no ensino superior e secundário, não tendo realizado [o governo imperial] quase nada em relação ao [ensino] primário e técnico-comercial” (FÁVERO, 2002, p. 66). Assim, é bem verdade, “a maioria dos alunos pertencia à elite econômica e política do país, apesar de haver a previsão para estudantes destituídos de recursos” (GONDRA & SCHUELES, 2008, p. 127)⁵⁷. Não obstante, nos afirma Dezerto (2017, p. 70), o “Colégio Pedro II se consolida como a ferramenta que trabalha em prol do processo de construção dessa nacionalização do Estado brasileiro. Não se trata, portanto, de uma instituição que visava atingir a todos, mas sim as elites brasileiras, agora formadas deste lado de cá do Atlântico”.

Enquanto instituição escolar que visava atingir a elite brasileira, é providencial pensarmos, conforme vemos em Zotti (2005), Nascimento (2005) e Gondra & Schueles

⁵⁷ Importa lembrar que em Gondra & Schueles (2008) há um estudo que nos possibilita pensar os motivos que levaram à concentração de uma elite econômica no Colégio Pedro II em detrimento de estudantes destituídos de recursos financeiros.

(2008), que a fundação do Colégio Pedro II fez com que ele se colocasse como modelo a ser seguido em todo o país, uma vez que foi frequentado pela aristocracia e, por conseguinte, aquilo que nele era oferecido em termos de ensino, visava formar as elites dirigentes do país. Dezerto (2017) é categórico ao nos lembrar que:

estudar e refletir sobre o Colégio Pedro II nos direcionam para a constituição da memória discursiva educacional da nação brasileira, entrelaçada à memória da constituição de sentidos de sua língua nacional. Há instituições de ensino que promovem um modo específico de interpelar sujeitos em sujeitos nacionais (...). Quando tratamos do trabalho de formação do Colégio Pedro II, do Império até a primeira metade do século XX, estamos tratando de um ensino voltado para as elites nacionais. Institucionalmente esses colégios funcionam como espaços de formação e elaboração de programas de ensino, no que se refere à língua, que legitima o conhecimento produzido sobre elas sob a forma de saberes a serem transmitidos na formação secundária brasileira. (DEZERTO, 2017, p. 25)

Então, é possível pensar que aquilo que era ditado pelo Colégio Pedro II resvalava na educação das demais províncias do Império. E a forma de o Colégio Pedro II produzir efeitos sobre a educação nacional era por meio dos Programas Oficiais de ensino. Ousaria apontar, ainda, que produziram efeitos não somente na formação secundária brasileira, mas também na educação primária: se o Colégio Pedro II era lançado como exemplo a ser seguido, então as escolas que se colocavam nesse processo de formação (ou ainda que objetivavam formar grandes nomes), certamente, tenderiam a seguir aquilo que se ditava em uma das escolas mais importantes do Império Brasileiro.

Disso, decorre a importância de retomar um aspecto colocado anteriormente: cinco dos nove gramáticos foram professores do Colégio Pedro II. Tal aspecto já se coloca como significativo, primeiro, pois se, como tenho sustentado no decorrer do trabalho, a instituição coloca-se como ponto importante para pensar o processo de gramatização brasileira do português, então fazer parte dela pode ser uma forma de se legitimar enquanto autor de gramática e, por conseguinte, legitimar o conhecimento linguístico que se produz. Mas, para além da legitimação, há um outro fato que, acredito, contribui para o processo de gramatização brasileira do português que se relaciona com os Programas Oficiais de ensino. O que é necessário deixar marcado aqui é que a partir de uma análise pormenorizada dos programas oficiais de ensino, será possível compreender movimentos que se colocam como políticas linguísticas e, assim, atravessam os instrumentos linguísticos. Não entrarei, por ora, nos Programas de Ensino elaborados pela referida instituição, pois eles serão cotejados com as gramáticas no subcapítulo 3.3.

Levo o olhar agora para outra instituição que, conforme vimos anteriormente, se coloca ao lado do Colégio Pedro II no projeto civilizatório e de constituição de uma identidade: histórica, social, geográfica e linguística. Tratarei, pois, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele foi fundado no ano seguinte ao surgimento do Colégio Pedro II e, conforme Garcia (2011, p. 13), “se constitui com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” (Extracto dos Estatutos, RIHGB nº 1, 1839, p. 18) relativos à história e à geografia do Brasil. Esses materiais servirão para que seja composta, pelos escritores da sociedade brasileira e internacional, uma história do Brasil”. Pensar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é olhar para uma instituição que se coloca como espaço de produção do conhecimento linguístico no século XIX em especial por meio de sua revista: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É nesta revista que “podemos notar a descrição das atividades da Instituição, os materiais sobre a história e a geografia do Brasil coletados e arquivados na revista. Em meio a esses materiais, encontramos os que dizem respeito ao saber linguístico” (GARCIA, 2011, p. 13). Assim, a produção de conhecimento linguístico no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dá-se pela sua Revista do Instituto. Segundo Garcia (2011):

a constituição de um saber linguístico se dá a partir do século XIX, mas também há a retomada de séculos anteriores em um gesto de documentação de obras/autores do Período Colonial. Podemos observar um saber linguístico que vem desde o século XVI até o XIX. Há na Revista desde relatos de viagem em que podemos notar pequenos comentários linguísticos até a produção de grandes dicionários bilíngues no final do século XIX. (GARCIA, 2011, p. 40)

Importa lembrar, pois, as condições de produção desse fazer linguístico. O século XIX, momento em que, no Brasil, a língua coloca-se como uma questão de Estado e que há, pois, reivindicação por uma língua nacional, é o momento, também, do soerguimento de instituições que legitimem aquilo que aqui é produzido. Por isso, o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o de “uma instituição que assegura e legitima um dizer sobre o Brasil, sobre as línguas desse território e produz/divulga objetos simbólicos que as fazem significar” (GARCIA, 2011, p. 49). É na esteira de uma instituição que pode (e deve) assegurar a legitimação de um dizer sobre a língua no Brasil que interessa pensar o papel do Instituto e, por conseguinte, os efeitos daquilo que lá se produz por meio de seus membros, pois que, “ao fazer parte dessa Instituição, os membros do IHGB ganham notoriedade no território nacional e internacional” e assim, “em suas posições de autores, legitimados pelo Instituto, vão formulando dizeres e retomando outros que de algum modo vão construindo um dizer oficial/nacional/patriótico/científico sobre o Brasil” (GARCIA, 2011, p. 290).

Chego, então, na terceira e última instituição, o Colégio Culto à Ciência, fundado em 1874. Interessa notar, de antemão, a importância dos colégios (de forma geral) na produção e legitimação de conhecimento sobre a língua. Sobre isso, Orlandi (2013b, p. 201) nos diz que é possível considerar “os Colégios – como o Culto à Ciência, mas também o Caraça, o Pedro II, o da Cidade de São Paulo, e outros – lugares de formação e elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresentando-se como lugares de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística”. Assim, a língua que é ensinada nas instituições (e da forma como é ensinada, diria) possibilita uma compreensão da “forma histórica do sujeito social brasileiro” (ORLANDI, 2013b, p. 202) e, também, dos instrumentos linguísticos que são elaborados por professores desses colégios. Pensar a fundação do Colégio Culto à Ciência é pensar a fundação de uma instituição que se finca no “ideal positivista em que a ciência representa o culto à razão” (ORLANDI, 2013b, p. 208) e, por conseguinte, produzirá efeitos no ensino e na produção de instrumentos linguísticos. Não é gratuitamente, penso, que Julio Ribeiro, professor do referido colégio se coloca como o nome que abre a publicação de obras gramaticais de orientação científica⁵⁸. Sobre o referido colégio, vale alguns comentários. A partir de Fedatto (2011), vemos que a existência do colégio remonta aos movimentos anteriores à sua inauguração. Em 1859, surge a “*associação “culto à ciência”*”; um periódico de autoria da própria instituição, onde se formula a sustentação político-filosófica do projeto do colégio” (FEDATTO, 2011, p. 146). É nas searas do positivismo que ecoa no Brasil do século XIX que a “a associação culto à ciência produz dizeres sobre si mesma” (ibid.), de tal forma que acaba por instituir “uma forma empiricista de se definir não só a ciência como a sociedade como um todo” (ibid.). A passagem de associação para colégio só se dá em 1874. Nesse sentido, nos diz Fedatto (2011),

o colégio culto à ciência carrega desde sua fundação um tom entusiasmado e ritualístico. o início da construção do prédio é solenizado através do lançamento da pedra fundamental e de um frasco de vidro contendo a lista nominal dos sócios da associação, o auto de lançamento da pedra fundamental, um exemplar dos estatutos, um jornal de campinas e dois da capital: gazeta de campinas, correio paulistano e diário de são paulo datados de 10 de março de 1873, almanaque de campinas e de rio claro daquele ano, dez moedas de diferentes valores e metais e dois selos postais. no dia da inauguração, campos sales, então secretário da sociedade culto à ciência, profere um discurso no qual as palavras progresso, razão, criação, instrução, cultura, espírito, iniciativa, instinto, grande luz, humanidade, liberdade são declinados de um discurso positivista europeu para tomar

⁵⁸ Não se trata de pensar aqui que as gramáticas anteriores da de Julio Ribeiro (1881) não são científicas. Não há, pois, a dicotomia entre “não-científico” e “científico”, mas sim de compreender que as gramáticas anteriores se fincam em outras bases.

seus sentidos específicos em território brasileiro. (FEDATTO, 2011, p. 150)

O percurso feito por essas diferentes instituições nos permite, agora, olhar para o arquivo de gramáticas proposto, buscando compreendê-lo à luz da História das Ideias Linguísticas em sua articulação à Análise de Discurso, de tal forma que se possa compreender efeitos e atravessamentos que os instrumentos linguísticos selecionados sofrem. Para isso, considero refletir as Políticas Linguísticas que podem ser depreendidas a partir do processo de institucionalização.

Antes, contudo, é preciso dizer que

as pesquisas de leonor fávero, ana maria di renzo e mariza vieira da silva (respectivamente sobre os colégios pedro ii, liceu cuiabano e caraça) e de eni orlandi (sobre o positivismo e a formação de cidadãos ilustres) mostram que os estudos de língua no brasil só se fizeram possíveis pela existência de colégios tidos como modelares na época, onde foi possível institucionalizar-se uma autoria brasileira para o conhecimento científico. o projeto de constituição de uma nação passa pelo estabelecimento de modelos para o ensino da língua que, de alguma forma, são decalcados no espaço. (FEDATTO, 2011, pp. 145-146).

3.3. Políticas Linguística e(m) gramáticas

A partir do Quadro 1, apresentado no capítulo 1, e tomando com base no movimento descritivo apresentado no capítulo 2, pode-se dizer que as gramáticas que compõem o presente arquivo organizam-se, inicialmente, em dois grupos. De um lado temos duas gramáticas (a de A. Coruja e a de Ortiz e Pardal) que não tratam do saber, ao menos não de modo sistematizado, sobre formação de palavras. De outro, temos as gramáticas que apresentam de forma sistematizada o saber sobre a formação de palavras. Sobre as duas primeiras, há uma pequena diferença entre elas: enquanto a gramática de Coruja (1865) sequer cita questões relacionadas ao processo de formação de palavras (toca somente, lembro, na questão do superlativo de adjetivos com os sufixos *-issimo* e *-errimo*), a gramática de Ortiz e Pardal (1888) tece considerações sobre a existência de processos de formação de palavras, mas não aprofunda tais considerações. Desse modo, ela não apresenta o saber sobre formação de palavras de forma sistematizada no corpo da gramática. Focalizando, inicialmente, as duas primeiras gramáticas, é preciso dizer que elas guardam, entre si, semelhanças, das quais destaco duas: a conceituação do que é gramática e, também, a organização da gramática.

No caso da conceituação do que é gramática, tanto A. Coruja (1865) quanto Ortiz e Pardal (1888) a conceituam como arte. Dizem os autores, em suas respectivas obras, que gramática é:

“uma Arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras”
(CORUJA, 1865 [1835], p. 5)

“a arte de fallar e escrever correctamente”
(ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871], p. 3)

Há, é claro, diferenças: uma é *arte que* e outra é *arte de*. No caso, a *arte que* tem uma finalidade explicitada, que é o ensino, e um tipo de ensino, que é *declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras*. Já a *arte de* se apresenta-se aí como sendo, ela mesma, o objeto que permite uma finalidade: *falar e escrever correctamente*.

Sobre essas definições, Fávero (2001) nos lembra que a definição de gramática enquanto arte remonta à Antiguidade Clássica. Assim, diz a autora

a gramática é considerada uma *arte*, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino. *Ars* é tradução do grego. Aristóteles, na *Metafísica* atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelos efeitos, não pelas causas [...]. A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objetivo é o necessário e elas não são instrumentais. (FÁVERO, 2001, p. 61)

A autora ainda nos lembra que as sete artes, também chamadas de artes liberais, constituíram, durante séculos, o currículo escolar. Nas escolas medievais, por exemplo, elas eram ensinadas⁵⁹.

⁵⁹ Quando pensamos o percurso formativo de um indivíduo durante a Idade Média, é necessário saber que ele se divide basicamente, em duas variantes: as Artes Liberais, ensinadas às pessoas livres e as Artes Mecânicas, cujo ensino era voltado às pessoas servis. Sobre as Artes Liberais, elas eram ensinadas às pessoas livres, com o objetivo de que elas passassem a fazer parte ativa na vida cívica e pública. Eram sete e divididas em dois grupos. O trivium que era composto pelos estudos da gramática, da retórica e da dialética; e o quadrivium cujos estudos eram voltados à música, à astronomia, à aritmética e à geometria. Em suma, pode-se dizer que “o Trivium tripartia-se no aprendizado da gramática, da retórica e da dialética. Dominar a língua, ter capacidade de argumentação e saber utilizar-se da força do discurso em prosa e poesia eram condições indispensáveis para as atividades eclesiais e para a administração pública da época. Já o Quadrivium consistia no aprendizado da aritmética, da geometria, da astronomia e da música – esta, como estudo dos princípios musicais, e não, como uma arte propriamente dita. A natureza do Trivium era predominantemente lógica e gramatical, e a do Quadrivium, predominantemente matemática. (SILVA, 2014, p. 160).

Retornando às definições de gramáticas apresentadas acima, é mister apontar que essa definição de gramática “atravessou séculos tendo sido abandonada somente no final do século XIX, com o desenvolvimento das ciências em geral e das ciências da linguagem, em especial” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 83). É, pois, uma definição que comparece com força em gramáticas dos séculos anteriores como vemos em Fávero (2001).

Uma outra semelhança entre as duas gramáticas consiste na própria organização interna. As duas são divididas nas mesmas quatro partes, alterando, apenas a ordem. Se em Coruja (1865) temos a ordenação da gramática em: a) etimologia; b) sintaxe; c) prosódia; e d) ortografia, na obra de Ortiz e Pardal a sequência de comparecimento dos assuntos são: a) etimologia; b) sintaxe, c) ortografia e d) prosódia. Essa organização diz muito da filiação teórica das duas gramáticas. Em outras palavras, e recuperando o que nos dizem Fávero e Molina (2006), elas seguem as pegadas das obras do século XVIII (e essas ancoram-se em obras da Idade Média). Nesse sentido, Fávero (2001) é contundente ao nos dizer que

a divisão em quatro partes, a mesma que se encontra nos gramáticos do século anterior, Reis Lobato e Soares Barbosa, é herança da Idade Média (talvez desde Prisciano que foi o primeiro a reconhecer a existência de uma sintaxe que é o estudo “da disposição que visa à obtenção da oração perfeita”), com Alexandre de Villedieu (*Doctrinale Puerorum*, 1200), divisão essa que permanece até o século XVI, com Nebrija e João de Barros, ou mesmo até o século XVIII ou XIX. (FÁVERO, 2001, p. 65)

Pode-se dizer ainda que há, pois, uma certa regularidade nos instrumentos linguísticos que praticam essa divisão da gramática em quatro partes, conforme nos elucidam Fávero (2001), visto que a ortografia é colocada no fim ou entre duas partes. A razão para tal ocorrência é que “por necessitar a ortografia de conhecimento de outras partes, não poderia nunca iniciar a gramática” (FÁVERO, 2001, p. 66).

Na esteira do que se viu sobre as duas primeiras gramáticas, pode-se dizer que elas se filiam aos postulados da Gramática Geral e Filosófica, cujo grande expoente é Jerônimo Soares Barbosa com a sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, de 1822. Assim, o motivo de tais obras não abordarem a questão da formação de palavras (ou atestarem a existência, mas não sistematizarem esse saber) pode estar ligado ao fato de que o processo de formação de palavras não se colocava como questão tão fundamental para essas gramáticas gerais e filosóficas. Esse já é um primeiro atravessamento que podemos identificar nas gramáticas: a filiação teórica coloca determinadas questões e não outras. Não se trata, pois, de uma política linguística editada diretamente pelo Estado, cumpre salientar.

Mas, decerto, pode-se considerar como uma forma de política linguística mais ligada a determinados domínios de saber, que também produz divisões de sentidos.

Ainda no que tange às duas primeiras gramáticas, não se pode deixar de dizer que há, respectivamente, uma ausência e uma presença que são significativas nas obras de A. Coruja (1865) e de Ortiz e Pardal (1888) que nos levam a pensar os efeitos da legitimação das gramáticas para o ensino. Ao consultar a obra de Ortiz e Pardal, é possível ver na folha de rosto a seguinte informação: “Adoptada pela inspetoria geral da instrução publica, aprovação do governo imperial, para compendio das escolas primarias” (ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871]). Por sua vez, não há inscrição do tipo na obra de A. Coruja. O autor apenas marca que se trata, pois, de uma obra dedicada à mocidade rio-grandense.

A pergunta que se coloca é: por que interessa pensar essa ausência ou presença de marcação nas gramáticas? Acredito que há duas possíveis respostas para a pergunta. A primeira relaciona-se, pois, com uma legitimação das obras frente à adoção delas para serem usadas em escolas primárias (e secundárias) e a segunda diz respeito a uma política linguística educacional no que tange aos programas oficiais de ensino. O caminho para a compreensão das duas respostas, contudo, não é estanque. Pelo contrário: tanto uma quanto outra acabam por se relacionarem. Para pensar esses dois movimentos, trarei à baila não apenas as obras de Coruja (1865) e de Ortiz e Pardal (1888), mas também as de Julio Ribeiro (1881), Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), João Ribeiro (1889) e E. C. Pereira (1907; 1919).

3.3.1. Um olhar para formas de legitimar a gramática

Tratarei, primeiramente, do primeiro caso que é aquele que concerne à legitimação das obras. Assim, olhando para a obra de Coruja (1865), é mister apontar que Antonio Coruja foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Se é verdade que “ao fazer parte dessa Instituição, os membros do IHGB ganham notoriedade no território nacional e internacional” (GARCIA, 2011, p. 290), então acredito que o fato A. Coruja pertencer à referida instituição, pode ser um fator que permite a legitimação de sua obra e, conseqüentemente, favoreça sua adoção por escolas. Nessa esteira, Borges de Medeiros (2017) pontua que

Schneider (1993) aponta diversas indicações à adoção das obras de Coruja, para as escolas de primeiras Letras e para o Liceu do Rio Grande do Sul: em 1854, a comissão declarou que os livros mais indicados a serem

adotados nas escolas elementares à aritmética, para os meninos, seriam os dele e referente à gramática portuguesa, o *Compendio*; já para o Liceu, o Conselho Diretor, em 1859, recomenda a obra *Manual dos Estudantes de Latim*; e, no capítulo 18 do Regimento Interno de escolas públicas de 1º e 2º graus, o *Compendio* é novamente indicado para o uso nas aulas. (BORGES DE MEDEIROS, 2017, pp. 77-78, itálicos da autora)

Inclusive, há de se notar, fazendo coro com o que nos apresenta Borges de Medeiros, que o *Manual dos Estudantes de Latim*, escrito por Coruja comparecia como livro adotado pelo Colégio Pedro II nos anos de 1856 e de 1858 (cf. VECHIA & LORENZ, 1998).

Por outro lado, a obra de Ortiz e Pardal (1888) possui um funcionamento de outra ordem, visto que os autores marcam na folha de rosto da obra o fato de ela ser aprovada pela inspetoria geral de instrução primária. O que não significa dizer que “tal gramática não ganhava legitimidade por meio de programas de ensino ou regimentos internos” (FARIA, 2020, p. 130). Mas, ainda assim, é significativo pensar, no entanto, que se marque a chancela da obra pela inspetoria da instrução pública. Uma possível resposta para essa legitimação é pensar, acredito, a institucionalização dos autores. Se olharmos para a filiação institucional que Ortiz e Pardal possuem, vemos que o primeiro foi membro do Instituto Histórico de França, e ex-lente do Colégio do Padre S. Thiago, no Rio de Janeiro, além de professor de francês, história e geografia no Liceu de Vitória e professor normal de primeiras letras na mesma cidade. Já Candido Pardal foi professor da escola pública primária de meninos da freguesia de Santa Rita, do Imperial Colégio Pedro II e do Instituto Comercial da Corte, além de dar aula particular.

O que eu quero dizer com os dois pontos expostos é: se por um lado inscrever-se na posição-sujeito autor de gramática brasileira não garante necessariamente a legitimidade da obra para uma circulação ampla em escolas (sejam elas primárias ou secundárias), por outro lado, tampouco a mera filiação institucional é uma garantia àquele que se inscreve na posição-sujeito autor de gramática uma legitimidade para aquilo que se escreve. Nesse sentido, é preciso considerar, também, que lugares esses sujeitos ocupam para falar do saber linguístico em produção no Brasil do século XIX. A. Coruja, me parece, ganha legitimidade pela sua filiação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa instituição, me parece, chancela o que A. Coruja, na posição-sujeito autor de gramática brasileira produz. Por outro lado, Ortiz e Pardal marcam na obra que escrevem a aprovação dela pela inspetoria de ensino. Não acredito, pois, que se trata de uma marcação gratuita. Pelo contrário, penso que é uma

marcação que acaba por produzir efeitos de sentidos para a obra em questão⁶⁰. Todavia, o leitor pode questionar o fato de Pardal ter sido professor do Colégio Pedro II. E é justamente nessa questão que reside o que apontei no início do parágrafo: o fato de que “tampouco a mera filiação institucional garante aquele que se inscreve na posição-sujeito autor de gramática uma legitimidade para aquilo que se escreve”. Essa marcação parece fazer trabalhar na obra certas relações de forças. Relações que atuem ainda mais na legitimação da obra pela inspetoria de instrução. Explico: trazer para o corpo de sua gramática a marcação de que ela foi “adoptada pela inspetoria geral da instrução publica, approvação do governo imperial, para compendio das escolas primarias” (ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871]), é textualizar o decreto na gramática, fazê-lo funcionar para legitimar a obra⁶¹.

De forma geral, diria que tais considerações sobre essa primeira questão são ainda de ordem embrionária. Acredito que uma melhor sustentação dessas reflexões requer, certamente, um trabalho de maior fôlego e que seja direcionado para pensar no que a marcação dessa chancela em gramáticas garantiria em termos de circulação. Apesar de tocar nessas questões, não é, certamente, o direcionamento do trabalho em tela que se propõe a compreender a historicidade da construção do saber sobre formação de palavras em gramáticas brasileiras do meio do século XIX ao início do XX. Ainda assim, não se pode ignorar o fato de que em trabalho anterior (FARIA & MEDEIROS, 2018), identifiquei,

em algumas gramáticas publicadas no Brasil entre os séculos XX e XXI, um atravessamento de políticas linguísticas educacional. Tal atravessamento se dava em função de ter verificado que os saberes sobre a formação de palavras não compareciam em todas as gramáticas analisadas. De um arquivo de seis gramáticas publicadas entre os séculos XX e XXI, duas delas (a gramática de Jaime Martins - Elementos de gramatica histórica (1937) e a de Serafim Silva Neto – Manual de gramatica ° historica portuguesa (1942)) não apresentavam a formação de palavras em seus assuntos. (FARIA, 2020, p. 112).

Nessa seara da não ocorrência, a constatação que se faz é que

⁶⁰ Durante a pesquisa, não encontrei materiais que indicassem uma obrigatoriedade de as gramáticas aprovadas marcarem textualmente tal aprovação. Parece-me, por ora, que tal marcação era, sim, uma garantia de legitimidade. Principalmente se considerarmos o exposto no artigo 56 do Decreto 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854: “Art. 56. Nas escolas publicas só podem ser admittidos os livros autorisados competentemente. São garantidos premios aos professores ou a quaesquer pessoas que compuzerem compendios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em lingua estrangeira, depois de serem adoptados pelo Governo, segundo as disposições do Art. 3º § 4º combinadas com as do Art. 4º.” (BRASIL, 1854). O caput do referido decreto preconiza o seguinte: “Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Município da Côte” (BRASIL, 1854). Entretanto, há de se lembrar de Peres (2010, p. 11) que “de aplicação restrita ao Município da Corte, o Decreto 1.331A de 1854 teve uma repercussão nacional”.

⁶¹ Ainda sobre o decreto em questão, vale lembrar o que diz o quarto parágrafo do terceiro artigo: “Art. 3º Incumbe ao Inspector Geral: [...] § 4º Rever os compendios adoptados nas escolas publicas, corrigil-os ou fazel-os corrigir, e substituil-os, quando for necessario” (BRASIL, 1854).

não comparecem os sufixos enquanto componentes de estudo em uma gramática. Se aquele [Jaime Martins] apenas diz, em sua gramática, que ela está de acordo com o “Programa Oficial do 4º Ano”, o que já dá conta de justificar a presença do conteúdo X em detrimento da ausência do conteúdo Y, este [Silva Neto] vai além: justifica não incluir, pois o programa de ensino não contempla tal estudo. (FARIA & MEDEIROS, 2018, p. 52)

Assim, uma formulação comum em duas das gramáticas analisadas em Faria e Medeiros (2018) é a inscrição de que tal gramática está “de acordo com o programa oficial do 4º ano” ou, ainda, “de acordo com o decreto 19.890”. Parece-me que marcações desse tipo, ainda que não se refiram aos programas oficiais – é o caso, por exemplo, da inscrição que comparece na obra de Ortiz e Pardal - possuem objetivo de legitimar determinados instrumentos linguísticos frente a outros.

É imperioso observar outras gramáticas do arquivo apresentado também contém inscrições que parecem caminhar na direção do que foi exposto. É o caso da obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) em que se diz como estando “de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do corrente anno” e da *Grammatica Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1907) em que consta que se trata de uma obra “adaptada ao 1º, 2º e 3º anno dos gymnasios” e que ela foi “aprovada pela Congregação do mesmo Gymnasio”. Nesse momento, vou me ater, ao que consta na obra de Eduardo Carlos Pereira. Deixarei a para comentar a gramática de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade posteriormente, quando tecer minhas considerações analíticas no que tange à segunda resposta.

Tratarei, de forma breve, das duas obras de E. C. Pereira (1907; 1919). Uma é a sua *Grammatica Expositiva*, a outra é a sua *Grammatica Historica*. O que elas compartilham em comum é o fato de apresentarem pareceres, comentários e notas emitidos por outros estudiosos de forma que buscam valorizar os pontos positivos das referidas obras. A diferença entre elas é que enquanto a edição de 1907 marca como sendo “aprovada pela Congregação do mesmo Gymnasio” em sua folha de rosto, a segunda nada diz. Enquanto a primeira apresenta tais pareceres logo no início da gramática, a segunda os coloca ao final. É uma ordenação que me parece significativa, pois no primeiro caso, os pareceres parecem ser constitutivos da gramática. Ao marcar na capa que foi aprovada pela Congregação do Ginásio Oficial, o autor precisa, em um ato de legitimar aquilo que se diz, apresentar também os pareceres. Já no segundo caso, o fato de os pareceres aparecerem ao final da obra soa como se eles funcionassem como um apêndice. É um acessório que pode (ou não) ser utilizado.

Legitimam a gramática? Certamente, possuem um funcionamento nessa ordem, mas não me parece que pesem nesse processo. A questão que se coloca para se pensar é: pode ter ido para o apêndice por diversas razões. Duas possíveis perguntas são: foi para o apêndice porque passou a circular em outras instituições? Ou porque essa legitimação já tivesse se tornado evidente e, portanto, passou a ser desnecessário dar a ela a visibilidade de uma folha de rosto?⁶²

Curioso é observar o que dizem os referidos pareceres. Na *Grammatica Expositiva* de E. C. Pereira (1907), temos um parecer emitido por Silvio de Almeida em que nos diz que a obra, com todos os seus méritos, é um compêndio “criteriosamente organizado de acordo com o programma official e sob a mais perfeita orientação pedagogica”. Na mesma linha vai o parecer emitido por José Antonio Nogueira, João da Silva Mezencio e João Camara Leme ao comparar o trabalho de sistematização do estudo da língua portuguesa que E. C. Pereira faz ao que fez Ribeiro de Vasconcelos. É um trabalho que estabelece “uma linha divisoria entre a arte e a sciencia da lingua” (PEREIRA, 1907). Entretanto, dizem os três: “realize o Sr. Eduardo Carlos Pereira o seu plano organisando a grammatica histórica que o seu compendio parece prometer e ser-lhe-hemos devedores de um grande serviço prestado á cultura da lingua vernacula” (PEREIRA, 1907). Assim, parece haver uma falta na obra de E. C. Pereira. Falta essa que seria suprimida com a organização de uma nova gramática que se fincasse sob as bases históricas.

É em 1916, então, que vem à luz sua *Grammatica Historica*. A edição selecionada ao presente trabalho é a de 1919. No parecer que consta na gramática, emitido pela Congregação do Ginásio de São Paulo, vemos que se trata de uma obra que “preenche, de facto, uma lacuna muito sensível: na quase totalidade das congeneres anteriores, mesclavam-se as noções historicas e as da lingua actual” (PEREIRA, 1919). Novamente compara-se a obra de Pereira (1919) com a de Ribeiro de Vasconcelos, mas apontando que na deste ainda havia grandes deficiências. Interessa observar o seguinte trecho do referido parecer, que aponta a obra como “recomendável pelo acêrto da doutrina, clareza e methodo da exposição, sobre estar organizado de acordo com o programma official, fórma um todo homogêneo com a *Grammatica Expositiva* do mesmo autor, já vantajosamente seguida no curso dos tres primeiros annos” (PEREIRA, 1919). Vê-se que a obra de E. C. Pereira (1919) parece

⁶² Decerto, não há como saber esse gesto de inserir tais informações no apêndice sem uma pesquisa mais aprofundada. De todo modo, não se pode desconsiderar que sempre há algum elemento que comparece como argumento para legitimar a obra. Seja uma dedicação (à juventude), seja uma aprovação em congregação, seja uma informação de que está de acordo com algum programa, seja um parecer, dentre outros possíveis gestos.

funcionar, também, como um complemento à *Grammatica Expositiva*, de tal forma que elas formam um todo homogêneo. Há de se notar que o próprio autor nos diz isso, visto que ele pontua no prólogo de sua obra que procurou “fazer deste nosso curso o complemento de cursos antecedentes, de sorte que a grammatica historica fosse a cupula do curso gymnasial de portuguez” (PEREIRA, 1919).

3.3.2. Uma política linguística educacional que atravessa os instrumentos linguísticos

Expostas as questões que ajudam a pensar uma primeira resposta à pergunta feita anteriormente, tratarei agora da segunda resposta. Essa resposta é relativa aos Programas Oficiais de ensino e, como pontuei, não está separada da primeira. Pelo contrário, tanto uma quanto outra possuem uma intrínseca relação. É mister apontar que a análise que se procederá por agora dará subsídios para que se possa refletir sobre as políticas linguísticas em gramáticas. Reflexões que me levam a compreender que há uma *política linguística educacional*. Se, como bem lembra Orlandi (2007), falar em política linguística é falar de política de língua; é dar um sentido político à língua, então é preciso ter em vista que tais políticas de língua podem ser entendidas como as “formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos” (p. 07). Pensar em política linguística é, então, pensar em uma língua que é já afetada pelo político. Nessa esteira, pensamos a *política linguística educacional* como a língua que é afetada pelo político e produz efeitos (significando e sendo significada pelos e) nos sujeitos históricos e simbólicos que ocupam o espaço escolar.

Destarte, para refletir sobre tal política linguística, terei como base os programas oficiais de ensino do Colégio Pedro II (antigo Imperial Colégio de Pedro II) e os cotejarei com as gramáticas que compõem o arquivo de pesquisa. A escolha dos programas oficiais de ensino do Colégio Pedro II se dá em função de, pelo menos, dois motivos, os quais explanarei brevemente:

- i) da impossibilidade em reunir programas oficiais de ensino das escolas primárias.

Sobre a organização da educação no período imperial brasileiro, é imperioso dizer que a lei de 15 de outubro de 1827 foi a responsável por promover a criação das escolas

de primeiras letras (responsáveis pelo ensino do ler, escrever e contar) “em todas as cidades, villas e logares mais populosos” (BRASIL, 1827). Posteriormente, em 1834, com o Ato Adicional, o direito de legislar sobre a instrução pública primária e secundária é repassado às províncias. Assim, ficaram a cargo do Governo Central o ensino superior e a educação do Município Neutro (atual Rio de Janeiro). É nesse último onde situava-se o Imperial Colégio de Pedro II (atual Colégio Pedro II). Nesse sentido, pelo fato de a escola primária estar a cargo das províncias do Império, problemas relativos à dispersão do material referente ao ensino primário se colocaram para a pesquisa.

- ii) pelo fato de o Colégio Pedro II gozar de prestígio e ser modelo de educação à época.

É mister apontar, relativo a esse tópico que não se trata de (e não queremos) criar uma unidade na diversidade. Isto é, considerar os programas oficiais do Colégio Pedro II como representativos da educação brasileira do século XIX e início do XX em sua totalidade. Da posição teórica assumida, a homogeneidade é da ordem do impossível. Assim, podemos dizer que a educação da escola primária do Município Neutro, por exemplo, não era realizada da mesma forma que a educação da escola primária da província do Grão-Pará, por exemplo. Entretanto, conforme pontuado anteriormente, vemos em Zotti (2005), Nascimento (2005) e Gondra & Schueles (2008), a fundação do Colégio Pedro II fez com que ele fosse modelo a ser seguido em todo o país. Dois fatores, acredito, contribuem para esse gesto que é se ter um colégio como modelo a ser seguido: um é o fato de o Colégio Pedro II situar-se na capital do Império, no Município Neutro. Há, aí, uma questão relativa ao espaço simbólico desse colégio em relação aos demais. Um outro é o fato de ele ter sido frequentado pela aristocracia e, nele, o ensino oferecido visava formar as elites dirigentes do país, colocando-se assim, como exemplo a ser seguido. Nesse sentido, farei uma análise pormenorizada dos Programas de Ensino dos anos de 1850, 1856, 1858, 1862, 1870, 1877, 1878, 1882 e 1892, 1912, 1915 e 1926⁶³, vejamos:

No programa oficial do ano de 1850, o estudo da Língua Portuguesa – que como *Grammatica Nacional* – só era devido no primeiro ano. Em tal componente curricular constam quarenta assuntos arrolados como objeto de estudo, a saber: a) Definição da gramática; partes da oração, e formação dos pluraes; b) adjectivos e suas especies; formação do feminino; c)

⁶³ Exceto o programa de 1870, todos os demais estão disponíveis no livro organizado por Ariclê Vechia e Karl Lorenz (1998). Com relação ao de 1870, ele foi digitalizado por mim, a partir de consulta ao NUDOM do Colégio Pedro II. Cumpre dizer que os referidos programas foram elaborados para o ensino secundário.

superlativos e pronomes; d) estudos dos verbos⁶⁴ (ser, haver, ter, louvar, entender, dividir, etc.); e) advérbios; f) preposições; e g) Conjunções e interjeições (cf. VECHIA & LORENZ, 1998, pp. 26-27). Como pode ser observado, não há nada relacionado à formação de palavras no que concerne aos afixos (prefixos e/ou sufixos).

Indo ao programa oficial de 1856, temos que “no primeiro anno, o alumno, depois de algumas prelecções de Grammatica geral, aperfeiçoa-se na Grammatica e na Lingua Portugueza, e começa a estudar latim, francez, e arithmetica” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 28). Tais dizeres aparentam nortear os objetivos do ensino de língua para o primeiro ano. Nessa direção, naquilo que se refere ao ensino de língua, apresenta-se que

O Conselho Director não estabelece já hum systema para o ensino de línguas.

De accordo com os professores do Collegio, prescreve para esta parte do programma os seguintes:

LIVROS:

Cyrillo Dilermando: **Grammatica da lingua portugueza.**

Frei Francisco de São Luiz: **Synonimos.**

Barker: **Bibliotheca juvenil.**

Padre Antonio Vieira: **Poesias escolhidas.**

Sevenne: **Grammatica franceza.**

Fenelon: **Telemaque** (trechos escolhidos à vontade do professor). – **Fables choisies.**

(VECHIA & LORENZ, 1998, p. 28, negrito dos autores).

Tal como no programa oficial de 1850, encontramos aqui um movimento semelhante: o ensino de língua portuguesa só era devido aos alunos do primeiro ano. No caso do programa de 1856, há uma particularidade: não se nomeia diretamente um programa oficial por *Grammatica Nacional* ou *Portuguez*, por exemplo. O que temos é um componente curricular nomeado por *Linguas*. Assim, segue-se a indicação de uma série de livros e seus respectivos autores. No caso das obras a serem adotadas, temos autores portugueses, brasileiros e franceses. Tal componente curricular comparece para todos os sete anos apresentados pelo programa oficial. A diferença é que somente ao primeiro ano constam como objetivos o estudo da gramática e da língua portuguesa. Nos demais seis anos, o foco cairá sobre outros vernáculos.

⁶⁴ O estudo dedicado aos verbos é extenso: vai do tópico 4 ao tópico 37, em que são elencados os seguintes verbos: 1) ser; 2) haver; 3) ter; 4) louvar; 5) entender; 6) dividir; 7) verbos passivos; 8) estar; 9) dar; 10) buscar; 11) rogar; 12) saber; 13) caber; 14) dizer; 15) ler; 16) valer; 17) eleger; 18) perder; 19) fazer; 20) desfazer; 21) poder; 22) querer; 23) trazer; 24) ver; 25) ir; 26) vir; 27) pedir; 28) medir; 29) ouvir; 30) subir; 31) servir; 32) conduzir; 33) pôr; 34) compor.

No programa de 1858 consta o componente curricular “Portuguez”⁶⁵. Nele, comparecem quatro tópicos de ensino que poderiam ser lidos, também, como objetivos do componente curricular de português. São eles: “grammatica, leitura, recitação e exercícios orthographicos” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 41). Não há a apresentação detalhada do que se compreende pelo estudo da gramática, da leitura, da recitação e dos exercícios ortográficos. Há, entretanto, a indicação de algumas obras que devem ser adotadas para o ensino de português. Obras que compreendem autores brasileiros e portugueses, a saber:

LIVROS:

Cyrillo Dilermando: **Grammatica da lingua portugueza.**

Frei Francisco de São Luiz: **Synonimos.**

Barker: **Biblioteca juvenil.**

Padre Antonio Vieira: **Cartas Selectas.**

Padre Caldas: **Poesias escolhidas.**

(VECHIA & LORENZ, 1998, p. 41, negrito dos autores).

Novamente, em um movimento parecido com os dois programas anteriores, o ensino de língua portuguesa é dirigido somente aos alunos do primeiro ano.

Com relação ao programa de 1862, há – em relação ao de 1858 – um movimento semelhante para o ensino do primeiro ano. A diferença para o de 1858 é que neste não se indicam tópicos ou objetivos da disciplina de *Portuguez*. O que comparece de imediato é uma listagem de livros indicado para adoção, a saber:

LIVROS:

Cyrillo Dilermando: **Grammatica da lingua portugueza.**

Fr. Francisco de São Luiz: **Synonimos.**

José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha: **Iris classico.**

Padre Caldas: **Poesias sacras.**

(VECHIA & LORENZ, 1998, p. 56, negrito dos autores).

Nos demais anos escolares, o foco recai sobre o ensino de outros vernáculos. Entretanto, para o sexto ano, há a inserção de um novo componente curricular: *Grammatica Philosophica* e *Rhetorica*. Tal componente curricular, ao que consta no programa de ensino, é dividido em duas partes: a) gramática filosófica e b) retórica. No que se refere à gramática filosófica, constam os seguintes assuntos:

1. O que se deve entender por Grammatica Philosophica?

⁶⁵ Aqui poderia apontar um movimento que nos leva à disciplinarização da palavra português enquanto componente curricular. De *Grammatica Nacional* para *Linguas* e desta para *Portuguez*. Essa “substituição” diz algo das substituições que podem ser feitas, quando pensamos nas relações de sinonímia que podiam se estabelecer entre *gramática* e *português* e entre *lingua nacional* e *português*, relações estas que foram se inscrevendo em nossa história e que também estão presentes na textualidade desses programas.

2. Da Orthoepia da lingua portugueza.
3. Da Orthographia da lingua portugueza.
4. Da Etymologia da lingua portugueza.
5. Da Syntaxe da lingua portugueza.
6. Das Inversões e Transposições.
7. Dos Solicismos.
8. Da Analyse logica.
9. Idem grammatical.
10. Applicaçào dos principios à lições dos classicos. (VECHIA & LORENZ, 1998, pp. 62-63)

Reparemos que os tópicos 2,3,4 e 5 compreendem, grosso modo, a ordenação que vimos nas gramáticas de A. Coruja (1865) e Ortiz e Pardal (1888). Certamente, aqui temos um indicativo de como há relações entre a estruturação de gramáticas e de programas de ensino. Não esqueçamos, ainda, que se trata de um programa de ensino para a disciplina de Gramática Filosófica.

Nos demais programas de ensino (1870, 1877, 1878, 1882 e 1892), com exceção do de 1878, temos um movimento bem diferente do que temos visto até o momento: a formação de palavras entra na ordem do dia e passa a comparecer como tópico a ser ensinado. Quatro dos cinco programas apresentam, de alguma forma, o saber sobre formação de palavras como algo a ser ministrado nos bancos escolares.

O programa de ensino de 1870 apresenta o componente curricular *Portuguez* como sendo de estudo para o primeiro, segundo e terceiro ano. Com relação ao primeiro ano, o referido componente curricular se divide em cinco partes – que bem poderiam ser lidas, ainda, como objetivos do que se ensinar, a saber: a) gramática; b) análise lógica e gramatical; c) exercícios de leitura; d) recitação e e) ortografia. Dentro os assuntos a serem ministrados na parte de gramática, temos uma listagem de 33 tópicos, dentre os quais comparecem:

1. Noções preliminares.
 2. Oraçào; partes da oraçào.
 3. Formaçaõ das palavras; syllabas; dipthongos. Exercicios.
 5. Substantivo. Sua natureza e especies. Exercicios para bem discernir o substantivo das outras partes da oraçào.
 6. Adjectivo. Artigo.
 - (...)
- (COLLEGIO DE PEDRO II, 1870, p. 18).

Destaca-se, pois, o terceiro tópico de estudos para alunos do primeiro ano: a formação de palavras comparece como algo a ser ensinado. Mas não para por aí. Para alunos do terceiro ano, temos o componente curricular *Portuguez* que está dividido em outras cinco partes, a saber: a) preleções sobre a índole da língua; b) notícia histórica de sua formação e progresso; c) recitação; d) exercícios de redação e e) composição. No que tange às preleções sobre a índole da língua, temos uma série de outros 33 tópicos, dentre os quais:

1. Indole e mecanismo da lingua portugueza.
 2. Principios de grammatica geral applicada á lingua portugueza.
 3. Structura do periodo grammatical.
 4. Genio imitativo da lingua portugueza.
 5. Caracteristicos dos vocabulos portuguezes.
 6. Prefixos e suffixos
 - (...)
- (COLLEGIO DE PEDRO II, 1870, p. 29)

Destaca-se do referido programa oficial o sexto tópico: o estudo dos prefixos e dos sufixos. Assim sendo, somente aos alunos do segundo ano, apesar de estudarem língua portuguesa, não é direcionado o estudo de questões relacionadas à formação de palavras.

Já no programa oficial de 1877, há a disciplina de “Portuguez” para o primeiro ano, cujo objetivo é “leitura expressiva e recitação de cór de prosadores e poetas nacionaes; grammatica, analyse, exercicios orthographicos” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 68). Junto a esses objetivos, são arrolados trinta e um tópicos de assuntos a serem ministrados, dentre os quais poderia destacar pelo menos dois, a saber: o primeiro tópico em que temos “vozes e consonancias. Syllabas e diphthongos. Syllaba longa e breve, grave e aguda. Palavra, formação das palavras. Monosyllabos, dissyllabos e polysyllabos” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 68) e o vigésimo primeiro em que temos “principaes prefixos, idéa que eles juntam aos radicaes que compõem” (*ibidem*). Ou seja, algo da ordem da formação de palavras comparece como assunto a ser estudado. Também há, aos alunos do segundo ano, o ensino de português com objetivo de “desenvolvimento das regras de lexicologia e syntexa, analyse logica e etymologica, recitação de prosadores e poetas classicos, exercicios de redacção verbal e escripta.” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 69). Entretanto, diferentemente do que vemos para a série anterior, não se apresenta uma lista de tópicos a serem ministrados. Pelo contrário, o que temos são orientações gerais do que se pretende com cada item estudado. Assim, em relação aos itens nomeados de análise lógica e etimológica, temos que

para mais se familiarisarem com as regras grammaticaes, os alumnos na decomposição das phrases em seus elementos reconhecerão a natureza, a fórma e a função de cada palavra. O professor insistirá nos exercicios de analyse etymologica, afim e habituar os alumnos a conhecerem o valor preciso das palavras e as mudanças de sentido que trazem os prefixos e suffixos (...). (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 69).

Sobre o programa de ensino de 1878, apenas no sétimo ano aparece o componente curricular cujo nome é “Portuguez e Litteratura Geral”. Entretanto, não há uma lista de assuntos a serem ensinados. Ao contrário, o que temos são orientações bem gerais do que deve ser ministrado para o sétimo ano: “Grammatica philosophica, analyses e

exercícios de redacção verbal e escripta.” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 91). Também não há indicação de livros a serem adotados.

No programa de 1882, o ensino de língua portuguesa comparece em praticamente todos os sete anos de ensino. Somente no sexto ano não comparece o componente curricular de língua portuguesa. No lugar, há o ensino de retórica, poética e literatura nacional (cf. VECCHIA & LORENZ, 1998, p. 104). Dos anos em que há o estudo de língua portuguesa, apontaria que a concentração dos estudos da formação de palavras e dos sufixos se dá no primeiro ano e no terceiro ano. Para o primeiro ano, consta a disciplina de “Portuguez” como componente curricular para o ensino de língua. No programa da disciplina, ela é dividida em quatro partes, a saber: a) Leitura e Recitação; b) Exercícios Orthographicos; c) Grammatica; d) Composição. Com relação ao componente de gramática, o quarto tópico de estudo é “Lexiologia” em que constam os seguintes tópicos: “Divisão das palavras conforme as idéas que exprimem. Noções elementares sobre os elementos constitutivos das palavras: raiz, prefixos, suffixos. Homonymos, synonymos e paronymos” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 95). Mais à frente, no oitavo tópico de estudo há “Estudo geral dos principaes suffixos que entram na formação dos substantivos e dos adjectivos” (*ibidem*). Já para o terceiro ano, com relação ao português, não há matérias a serem ministradas, apenas orientações sobre a disciplina que são:

Leitura e recitação de trechos de prosadores e poetas brasileiros e portuguezes do seculo XVIII: explicação do sentido geral de todo o trecho lido ou recitado. -Exercícios orthographicos sob dictado em que entrem homonymos, paronymos e fórmulas divergentes. Grammatica: revisão das doutrinas aprendidas no anno anterior com desenvolvimento da morphologia; noções de etymologia portuguesa; exercícios de composição e derivação de palavras e sobre vocabulos de formação popular e de origem erudita; themas; analyse syntaxica e etymologica. Composição: exercícios de conversão de verso em prosa e de mudança de structura de proposições e periodos; breves narrações, descrições e cartas conforme o subsidio que ministrar o professor. (p. 97)

No programa de 1892⁶⁶, o componente curricular *Portuguez* comparece em cinco dos sete anos de ensino secundário. O primeiro ano, ao que consta no programa, possui “estudo completo da grammatica expositiva: exercícios de redacção com auxilio ministrado pelo lente” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 110). Assim, o estudo completo da gramática expositiva compreende 14 tópicos de ensino e orientações de uma parte prática. Tais tópicos não parecem englobar o estudo do processo de formação de palavras. Já o ensino de

⁶⁶ A justificativa, aqui, para o salto entre os programas de 1882 e 1892 é pelo fato de a listagem disponível não ser completa. Lembro, no entanto, que neste interregno, publica-se, em 1887, o Programa de Fausto Barreto. Por ora, ele será analisado mais à frente.

“Portuguez” para o segundo ano finca-se nas bases da gramática histórica. Nele, temos que “grammatica historica: exercicios de composição, sem subsidio do lente. Revisão das doutrinas estudadas no anno anterior” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 112). Assim, seguem-se 12 tópicos de ensino dentre os quais, eu destacaria o item 4, em que constam “elementos de composição e derivação. Themas e raizes” (ibid.). Ao que parece, o tópico de gramática histórica, para o segundo ano, é um tanto quanto introdutório e já contempla algo relacionado à formação de palavras (composição e derivação). Digo isso, pois quando vemos o mesmo componente curricular para o terceiro ano, comparecem

Grammatica historica, exercicios de composição, com subsidio do lente. [...] Grammatica – Revisão das doutrinas aprendidas no anno anterior, com desenvolvimento da morphologia: noções de etymologia portugueza: exercicios de composição e derivação de palavras e sobre vocabulos de formação popular e de origem erudita: themas, analyse syntactica e etymologica. (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 114)

Ou seja: ao que consta, o terceiro ano visa aprofundar o que se aprendeu no ano anterior. Pode-se ainda dizer que: ao Programa de Ensino, a formação de palavras se coloca como algo a ser ensinado a partir dos postulados da gramática histórica, mas não da gramática expositiva.

Ainda nesse programa de ensino, temos que o quarto e o quinto ano, no que tange ao ensino de gramática, possuem orientações de revisão de doutrinas estudadas no ano anterior. Assim, o quarto ano revisa as doutrinas do ano anterior mas “com desenvolvimento da syntaxe” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 115) e acrescenta-se “exercicios de agrupamento de palavras por familias e de composição e derivação das mesmas; themas: analyse syntactica e etymologica” (ibid.) e ao quinto ano, na revisão das doutrinas do ano anterior, recai-se como foco: “desenvolvimento das regras de construcção, idiotismos, vicios de linguagem; provincialismos, hybridismos, arcaísmos, neologismos, dialectos; exercicios de agrupamento de palavras por familias e por associação de idéas. Themas” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 117). Destacaria ainda, para finalizar essa análise do programa de 1892 o fato de adotarem, dentre outros livros, para o primeiro ano a “Grammatica de João Ribeiro, curso médio” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 111), ao segundo ano a “Grammatica de João Ribeiro, curso superior” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 113). Ao terceiro ano as “lições de grammatica portugueza, por João Ribeiro” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 114), ao quarto ano a “Grammatica analytica por Maximino de Araujo Maciel” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 116) e ao quinto ano as “Noções de grammatica portugueza, por Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 117).

Entremos no programa de 1912. Nota-se, pois, que o componente curricular “Portuguez” é devido a quatro dos sete anos de ensino secundário. Sendo que os três primeiros anos possuem como foco de ensino a gramática expositiva e ao quarto foca-se o estudo da gramática histórica. Nesse sentido, é possível verificar que o estudo da formação de palavras ocorre tanto para na gramática expositiva, mais especificamente no segundo ano em que temos a “revisão das doutrinas aprendidas no anno anterior com desenvolvimento da phonologia e da morphologia; exercício de composição e derivação de palavras; analyse lexica e syntactica” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 186), quanto ao quarto ano em que, nas bases da gramática histórica, dita-se um programa de ensino com 19 tópicos, dentre os quais sobressai-se o décimo em que constam “elementos de composição e de derivação” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 187).

No programa de 1915, temos um funcionamento parecido ao 1912, a diferença é que o componente curricular “Portuguez” é direcionado aos três primeiros anos do ensino secundário. Assim, enquanto o primeiro e o segundo ano possuem como estudo a gramática expositiva, o terceiro ano aprofunda-se na gramática histórica. Tal como vemos em 1912, assuntos relacionados à formação de palavras comparecem tanto naquilo que concerne ao estudo da gramática expositiva quanto ao que diz respeito ao estudo da gramática histórica.

Por fim, chegamos ao programa de ensino de 1926. Nele, o componente curricular é direcionado aos três primeiros anos do ensino secundário. Estruturalmente, ele coloca-se bem diferente dos demais programas de ensino, visto que não separa os estudos em gramática expositiva e histórica. Aqui, parece haver uma outra orientação teórica que subsidia os estudos. Vê-se, pois, que o estudo da formação de palavras recai para segundo e o terceiro ano, pois, como aponta o próprio programa de ensino do segundo ano “o fim essencial deste anno é consolidar a matéria do 1º anno e preparar os alumnos para o estudo da grammatica superior do 3º ano” (VECHIA & LORENZ, 1998, p. 246). Assim, os últimos tópicos de ensino do segundo ano dizem respeito à questão da formação de palavras, pois se abordam os prefixos e sufixos, tópicos que são retomados no terceiro ano. Cumpre dizer que um autor que comparece em todos os três primeiros anos do ensino secundário é Said Ali com sua *Grammatica Elementar* e, também, com sua *Grammatica secundaria da língua portugueza*.

A partir do que fora exposto, surge a seguinte pergunta: que (e como as) políticas linguísticas institucionais atuaram na formulação e no aparecimento do saber sobre a formação de palavras nas gramáticas analisadas?

Em um primeiro momento é importante marcar que não se trata de um movimento direto do tipo: aquilo que comparece no programa oficial está presente na gramática e o que não comparece no programa oficial não se faz presente na gramática. É preciso considerar que estamos tratando de obras escritas com objetivos e públicos diferentes. Para além dessa questão, também é possível dizer que o comparecimento em gramáticas de tal ou qual assunto se dá em um movimento tenso e contraditório com a construção do saber que é próprio da língua. Assim, se tais programas não explicam, ao menos nos dão uma pista de como se dá esse movimento e nos permitem um esboço de resposta.

É preciso dizer ainda que olhar lançado para os programas oficiais de ensino, além dos motivos citados acima, é um olhar que os consideram como *meta-instrumentos linguísticos*⁶⁷, “isto é, uma extensão de memória sobre o que se deve conhecer sobre a língua” (GUIMARÃES, 2014, p. 475, tradução própria)⁶⁸. Entretanto, nem todo programa de ensino pode ser considerado como meta-instrumento linguístico, pois “um programa de ensino comum é resultado da gramatização” (GUIMARÃES, 2014, p. 476, tradução própria)⁶⁹ e, dessa forma, “ele [o programa de ensino] pode simplesmente ser a especificação do que deve se ensinar na medida em que se estabelece a língua normatizada” (*ibidem*, tradução própria)⁷⁰. No caso dos programas oficiais expedidos no/pelo Colégio Pedro II, tomá-los como meta-instrumentos linguísticos significa dizer que eles não são programas de ensino comuns e não somente nos dizem o que é a língua, mas produzem igualmente uma política de língua que reverbera nas gramáticas.

Assim, a partir desse movimento descritivo-analítico dos programas de ensino, é possível compreender alguns movimentos que dizem respeito às políticas linguísticas que atravessam as gramáticas. Um primeiro movimento diz respeito, como já exemplificado anteriormente, em relação às filiações teóricas.

No arquivo construído de gramáticas para este trabalho, as duas primeiras gramáticas, que possuem uma orientação voltada para a Gramática Geral e Filosófica são aquelas que, como vimos, não tinham como preocupação de tratar a questão da formação de

⁶⁷ Vale lembrar que Guimarães (2014) se refere ao Programa de Português de Fausto Barreto. Falarei sobre tal programa adiante. Entretanto, entendo que o funcionamento, enquanto meta-instrumento linguístico, estende-se, pois, aos demais programas oficiais de ensino expedidos pelo Imperial Colégio de Pedro II.

⁶⁸ No original: “c’est-à-dire d’une extension de mémoire sur ce qu’il faut connaître sur la langue” (GUIMARÃES, 2014, p. 475).

⁶⁹ No original: “un programme d’enseignement commun est le résultat de la grammatisation” (GUIMARÃES, 2014, p. 476).

⁷⁰ No original: “il peut simplement être la spécification de ce qu’il faut enseigner dans la mesure où l’on sait ce qu’est la langue normalisée” (GUIMARÃES, 2014, p. 476).

palavras e dos sufixos ou se abordavam, não o sistematizavam. Já as demais gramáticas, que se orientavam em correntes científicas, são aquelas que vão sistematizar o saber sobre formação de palavras. Nesse sentido, é mister apontar que é possível identificar nelas um atravessamento de uma política linguística educacional sobretudo em função daquilo que é ditado pelos programas de ensino, em particular, a partir de 1870. No caso dessas gramáticas, elas sofrem influência particular de dois movimentos: ou elas ancoram-se na via aberta por Julio Ribeiro (1881) ou vão na esteira do que preconiza Fausto Barreto (1887). Tanto Ribeiro quanto Barreto colocam-se como nomes importantes para pensar uma nova orientação na produção gramatical do final do século XIX.

No caso de Julio Ribeiro (1881), temos uma obra que se coloca como precursora de muitas outras. Como nos dizem Fávero e Molina (2006, p. 127, *itálicos das autoras*), é uma obra que “inicia, na gramática brasileira, o período denominado científico por Silvio Elia (1975), período em que as *forças da renovação prevalecem sobre as de conservação*, quando *despontam, de maneira mais segura e auspiciosa, as manifestações da direção filológica*”. A obra de Julio Ribeiro (1881) “tenta conciliar novas propostas com as então existentes” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p. 129). Assim, ao mesmo tempo que se filia aos estudos realizados por W. D. Whitney (cf. ORLANDI, 2013b), também se percebe em sua obra influência da Gramática Geral. Orlandi e Guimarães (2001) nos dizem que Julio Ribeiro “representa a tendência da Gramática Filosófica na sua filiação naturalista. Ele considera que os estudos gramaticais como os do Português Jerónimo Soares Barbosa derivam de uma metafísica e propõe uma gramática limitada a uma *exposição dos fatos* (ele cita Whitney)” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 29, *itálicos dos autores*).

Por outro lado, Fausto Barreto, com o seu “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, organizado em 1887, se coloca como nome a romper com a tradição portuguesa da gramática filosófica. O referido programa foi elaborado em atendimento ao Decreto 9647 de 2 de outubro de 1846 que orientava quanto a realização dos exames gerais preparatórios aos que desejam ingressar no Ensino Superior. Assim, em seu artigo 3º, consta que

O exame de portuguez precederá a qualquer outro, e na admissão aos de sciencias **se observará, quanto á ordem das materias, o plano de estudos do Imperial Collegio de Pedro II**, na conformidade do que se determinar sobre proposta do Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria, ouvido o conselho director. (BRASIL, 1886)

Assim, o Programa de Fausto Barreto é “um fato decisivo nesse processo de gramatização brasileira do português” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 25). É decisivo, pois a partir de sua publicação, uma série de gramáticas comparece na esteira desse programa de ensino e assim, conforme nos mostram Eni Orlandi e Eduardo Guimarães (2001), buscam respeitar as instruções do programa de ensino e “dizem querer romper com a tradição portuguesa a gramática filosófica” (ORLANDI & GUIMARÃES, 2001, p. 25).

Sobre o referido programa, Maximino Maciel (1910) escreve de forma a demonstrar a potência que foi o Programa de Fausto Barreto:

O que foi este programma, a influencia que exerceu, o effeito que produziu pela orientação que paleava, desviando o álveo do curso das linguas, agitando questões a que se achavam alheios muitos docentes, é mister assegurarmo-lo: assignalou nova época na docencia das linguas e, quanto á vernacula, a emancipava das retrogradadas doutrinas dos autores portuguezes que esposavamos. Não havendo compêndios que se adscrevessem á nova orientação, foi então que Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, nomes já laureados no magisterio, tiveram de escrever suas grammaticas, versada no programma que Fausto Barreto traçara, no qual de todos se revelavam o espirito de syntese, o criterio philologico e o novo rumo que nos importava trilhassem o ensino e estudo da lingua portugueza. A este programma cujos dizeres até hoje servem de títulos ás doutrinas dissertadas nas alludidas Grammaticas, é que se subordinaram a orientação e a reforma do ensino da lingua vernacula.

O Programa de Fausto Barreto abre caminhos para a produção de instrumentos fincados no método histórico-comparativo. Orlandi e Guimarães (2001, p. 26) nos lembram o que diz Maximino Maciel: “muitos professores que seguiam os filólogos estrangeiros dedicaram-se a difundir novas doutrinas seja no ensino privado seja em diversas publicações”.

Sobre o referido programa, ele possui uma organização singular: estrutura-se em 46 itens. São tópicos que abrangem de observações sobre o que se compreender por gramática geral até itens que tratam da retórica e da estilística. Essa estruturação em 46 tópicos irá se refletir em duas das gramáticas que compõe o presente arquivo: na de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade e na de João Ribeiro. As duas obras estarão organizadas tal qual preconiza o Programa de Fausto Barreto. Na breve apresentação que fazem Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, eles nos pontuam que

tínhamos empreendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e faziamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. **O novo programma para os exames geraes preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar de proposito. E' que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que ahi correm impressas, e**

os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrução de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxílio da mocidade estudiosa. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 3, negrito meu).

Vejamos no trecho em destaque, que os autores justificam a mudança de propósito com a obra em função do novo programa para os exames preparatórios, visto que os pontos que nele eram exigidos, não se encontravam nas gramáticas existentes. Vejamos aí o peso dos exames intervindo na organização da gramática, intervindo naquilo que nela deve constar. A gramática de João Ribeiro, no entanto, não faz menção ao Programa de Fausto Barreto – ao menos não na advertência e no apêndice que nela consta – entretanto, conforme dito, segue a mesma organização do Programa e da obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade. Isso indica a incidência de programas escolares sobre as gramáticas, refletindo, aí, uma *política linguística educacional*.

Essa incidência de uma *política linguística educacional* também ocorre nas duas gramáticas de E. C. Pereira (1907 e 1919). Em sua *Grammatica Expositiva*, o autor nos diz o seguinte:

O ensino do **1º anno** não deverá ir além da syntaxe de concordancia regular, pag. 220. Deverão ser excluidas deste anno todas as **Notas e Obsevações**, impressas em typo menor, bem como todos os paragraphos, capitulos e partes marcadas pelo **asterisco** (*). Assim ficará excluida toda a Etymologia que não é exigida pelo programma do 1º anno. Deverão igualmente os Sers. professores atenuar os exercicios analyticos a exigir dos alumnos do 1º anno. No **2º anno**, de acordo com o programma official, revendo a matéria do anno antecedente, o professor entrará no desenvolvimento mais amplo da Phonologia e Morphologia, encetando então o estudo da Etymologia. No **3º anno**, finalmente, o professor, revendo a materia do anno anterior, entrará no estudo mais desenvolvido da Syntaxe, applicando-se <<às particularidades de construcção>>, ás figuras e <<aos vicios de linguagem>> a que damos largo desenvolvimento, satisfazendo dest'arte o programma official. (PEREIRA, 1907, negritos do autor).

Tais explicações buscam dar conta de explicar como se estruturam os assuntos a serem ministrados no 1º, 2º e 3º anos do ginásial. Também em sua *Grammatica Historica*, o autor nos diz que buscou

fazer deste nosso curso o complemento de cursos antecedentes, de sorte que a grammatica historica fosse a cupula do curso gymnasial de portuguez. Do curso elementar e superior tivemos em mira atingir, em circulos concetricos, o actual curso historico. No arcabouço geral do presente compendio e no desenvolvimento particular de cada uma de suas partes, tivemos sempre deante dos olhos o completar, alargar e aprofundar os principios estudados em annos anteriores. (1919, p. iv)

Como apontado anteriormente, inclusive em pareceres que constam nas gramáticas de E. C. Pereira, a *Grammatica Historica* se coloca como um complemento à *Grammatica Expositiva*.

Vale um comentário sobre as duas citações anteriores: não há como saber, por ora, a qual programa de ensino Pereira (1907) se refere. Isto é: Ao da instituição onde ele trabalhou, o Ginásio de São Paulo, ou ao programa do Colégio Pedro II. Ademais, também não é possível, por ora, saber se o programa de sua instituição seria o mesmo do Colégio Pedro II. Ainda assim, a partir dos programas oficiais apresentados anteriormente, se observarmos dois dos programas de ensino elencados, o de 1912 e de 1915, mas em especial o de 1912, vemos que há um foco sobre a gramática expositiva e a gramática histórica no ensino de português, de tal modo que uma significa como complemento da outra.

Esses movimentos analíticos apresentados, nos levam à compreensão de que a estrutura da gramática em uma determinada forma (e não de outra) se faz a partir de atravessamentos que dizem respeito à institucionalização e filiação de seus atores, por um lado, e às *políticas linguísticas educacionais*, por outro. O que é interessante observar, nesse ponto, é que há diferentes formas de se marcar, discursivamente, o atravessamento nas gramáticas:

“de accordo com o programma official para os exames geraes de preparatorios do
corrente anno”

(PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887)

“Adoptada pela inspetoria geral da instrucção publica, approvação do governo imperial,
para compendio das escolas primarias”

(ORTIZ & PARDAL, 1888 [1871])

“aprovada pela Congregação do mesmo Gymnasio”

(PEREIRA, 1907)

As três formas acima são algumas das possíveis ocorrências e, acredito, pela forma como vão significar, inscrevem-se majoritariamente nas discursividades de uma *política linguística educacional*. Política linguística, esta, que visa, pois, a legitimação de determinadas obras e que, certamente, chancelam a circulação delas em espaços escolares do final do século XIX e início do século XX.

CAPÍTULO 4 – Daquilo que (não) se diz sobre a formação de palavras

No presente capítulo abordarei os dizeres que comparecem (ou não) nas gramáticas no que se refere ao processo de formação de palavras. Para isso, me debruçarei em cima de gramáticas de Julio Ribeiro (1881), Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), João Ribeiro (1889), Maximino Maciel (1895), Eduardo Carlos Pereira (1907; 1919) e Said Ali (1931). As obras de Coruja (1865) e de Ortiz e Pardal (1888) não serão analisadas, pois elas não nos aportam o saber da formação de palavras de forma sistematizada. Todavia, apesar disso, vale um comentário sobre as duas obras: vimos no capítulo anterior, uma série de movimentos que nos permitem compreender processos de filiação teórica, institucionalização e políticas linguísticas que afetam e atravessam os instrumentos linguísticos que compõem o arquivo de análise.

Logo, comparecimento da questão da formação de palavras nas gramáticas pode estar ligado, acredito, ao papel que elas desempenham nas escolas e aqui é possível pensar, mais uma vez, o atravessamento dos programas de ensino (citados no capítulo anterior). O que quero dizer é: se olharmos a gramática de Coruja, por exemplo, publicada em 1865, a questão da formação de palavras não comparecia nos programas escolares. Ao observamos a gramática de Ortiz e Pardal (1888), e sem desconsiderar a inscrição de que ela foi aprovada pela inspetoria de instrução para adoção em escolas, não se pode deixar de citar que desde 1870, pelo menos, o saber sobre formação de palavras passa a comparecer como algo a ser ensinado nos bancos escolares. Reforço que não se trata de uma relação direta entre o que comparece nos programas de ensino e o que comparece nas gramáticas. Mas, penso, que aquilo que nas gramáticas comparece pode ser afetado pela ocorrência daquilo que se deve ensinar nas escolas.

Destarte, não se pode deixar de considerar que quando falamos daquilo que comparece ou não nas gramáticas, no caso do presente trabalho, o saber sobre formação de palavras, não se pode deixar de pensar as *condições de produção* em que tais gramáticas foram escritas. Pensar as condições de produção da escrita das respectivas gramáticas é o que nos possibilita compreender, melhor, as filiações teóricas que estão em jogo nesse processo de gramatização brasileira de português, de forma geral, e da construção dos instrumentos linguísticos, de forma particular, e assim, nos possibilita pensar essa presença ou ausência de determinadas questões nas gramáticas.

Deste modo, prestes a entrar naquilo que nos dizem as obras que compõem o arquivo em questão, é imperioso lembrar aquilo que nos diz Pêcheux (2014b [1982]) sobre o

arquivo: trata-se de um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (p. 59). É preciso, pois, levar às consequências a proposta de Pêcheux para a leitura de um arquivo, visto que essa se estabelece na relação “entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 2014b [1982], p. 66, itálicos do autor), constituindo, assim, o “nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (ibid.). Ler o arquivo, a partir de Pêcheux (2014b [1982]), é “marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura. Assim, começaria a se construir *um espaço polêmico das maneiras de ler*. (p. 59, itálicos do autor). Isso implica em aceitarmos o convite de Pêcheux (2014b [1982]) para praticarmos uma leitura interpretativa de tal forma que vá na desestabilização daquilo que no arquivo está normatizado, organizado e estabelecido.

Este é o ponto fulcral, acredito, da proposta de uma leitura interpretativa, a que nos convida Pêcheux. Assim, lançarei um olhar para as gramáticas do arquivo que tratam do processo de formação de palavras e dos sufixos. Aqui, no presente capítulo, buscarei tratar do como os dizeres sobre o processo de formação de palavras com os sufixos compõem nas sete gramáticas listadas acima, de tal modo que seja possível compreender o que elas, nas suas discursividades, organizam e falam sobre tal temática. Assim, é também tomar posição pelo que nos ensinam Guilhaumou e Maldidier, visto que, nesse gesto de leitura e considerando a relação incontornável entre língua e discurso em sua historicidade, será possível trazer “à tona dispositivos e configurações significantes” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014 [1986], p. 170).

Por fim, acredito que seja necessário dizer que o objetivo aqui é pensar o processo de formação de palavras que ocorre por meio da sufixação. Não é objetivo do trabalho, então, definir o que se entende por formação de palavras, de modo que se caminhe para uma evidência de sentido. Interessa pensar, sim, como as gramáticas vão definir o que é formação de palavras e como ela ocorre por meio dos sufixos. Digo isso, pois a questão da formação de palavras nos parece como uma questão dada quando, na verdade, ela é opaca e varia a partir da posição teórica da qual se fala, diferentes teorias linguísticas vão olhar para a formação de palavras de ângulos diferentes e, assim, levar em consideração determinadas questões e não outras.

4.1. O que dizem nossos gramáticos?

Antes de lançar um olhar ao que nossos gramáticos selecionados nos dizem sobre a formação de palavras, gostaria de tocar em um ponto que me parece importante para as reflexões a serem desenvolvidas no presente capítulo. É o que diz respeito ao como os gramáticos compreendem a divisão da gramática.

Vemos que a partir do exposto no capítulo 2, podemos observar como cada autor compreende a divisão de uma gramática, ainda que essa divisão não se reflita necessariamente na forma como ele organizará sua obra. Assim, observando aquilo que os autores nos dizem, podemos ver a seguinte divisão:

Quadro 5 – Divisão das gramáticas

Gramática	Divisão
<i>Grammatica portugueza</i> (Julio Ribeiro, 1881)	Parte 1: Lexeologia Parte 2: Sintaxe
<i>Grammatica historica da lingua portugueza</i> (Pacheco da Silva Jr e Lameira de Andrade, 1887)	Parte 1: Lexicologia Parte 2: Sintaxe
<i>Grammatica portugueza</i> (João Ribeiro, 1889)	Parte 1*: Fonologia Parte 2*: Morfologia Parte 3*: Classificação ou Taxinomia Parte 4: Sintaxe
<i>Grammatica descriptiva</i> (Maximino Maciel, 1895)	Parte 1: Fonologia Parte 2: Lexicologia Parte 3: Sintaxe Parte 4: Semiologia
<i>Grammatica expositiva</i> (Eduardo Carlos Pereira, 1907)	Parte 1: Lexeologia Parte 2: Sintaxe
<i>Grammatica Historica</i> (Eduardo Carlos Pereira, 1919)	Parte 1: Fonética Parte 2: Morfologia Parte 3: Sintaxe

<i>Grammatica histórica da língua portuguesa</i> (Said Ali, 1931)	Parte 1: Estudos dos sons e lexeologia Parte 2: Formação de palavras e sintaxe
* As três partes têm, no conjunto, a denominação lexilogia, diz João Ribeiro (1889).	

Fonte: Elaboração própria

A partir do quadro exposto, é possível observar uma certa regularidade relativa às partes da gramática. Essa regularidade não significa que as gramáticas se organizem, estruturalmente, de tal forma. Entretanto, me parece, já é um indicativo do funcionamento que elas terão enquanto instrumentos linguísticos que atuam na gramatização brasileira do português que, também, são direcionados ao ensino de língua portuguesa nas escolas.

Desse modo, é importante observar que quatro das sete obras compreendem que a gramática se organiza, de forma geral, em duas partes⁷¹: a lexicologia e a sintaxe. Podemos depreender isso a partir de Julio Ribeiro (1881), Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), João Ribeiro (1889) e Eduardo Carlos Pereira (1907). No caso de João Ribeiro (1889), apesar de considerar que a gramática se divide em quatro partes, ele aponta que “as tres primeiras referem-se ao estudo do vocabulo; a ultima ao da phrase ou proposição” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 2). No caso de Maximino Maciel (1895), ele também divide a gramática em quatro partes, mas são partes diferentes daquelas apontadas por João Ribeiro (1889). À luz de Cavaliere (2003) e conforme expomos no capítulo 2, a divisão que Maciel (1895) nos apresenta, trata-se, pois, de uma ramificação que perpassa por algumas obras da época. Se observamos as outras gramáticas, podemos concluir que muitas abarcam a fonologia como uma subdivisão da lexologia/lexicologia. A diferença, na gramática de Maciel, em relação às demais gramáticas que compõe o arquivo, fica por conta da semiologia que compreende o estudo da semântica e da tropologia. Temos duas outras obras, a de Pereira (1919) e a de Said Ali (1931), em que a divisão acaba por se diferenciar das demais. Enquanto Pereira (1919) nos indica que a divisão de uma gramática histórica dá-se em três partes (fonologia, morfologia e sintaxe), Said Ali diz que sua obra, enquanto gramática histórica, é dividida em duas partes: a primeira, que engloba o estudo dos sons e a lexeologia; e a segunda, que diz respeito à formação de palavras e à sintaxe.

Esse percurso pelas gramáticas nos parece importante, pois, podemos apontar, pelo menos, duas considerações. A primeira é relativa ao que nos diz Auroux (2014 [1992])

⁷¹ Buscando dirimir eventuais lapsos, quando me refiro à divisão da gramática, falo, de forma bem específica, em como os autores nos dão a saber essa divisão, ainda que ela não perpassa pela organização estrutural da gramática.

e a segunda é sobre aquilo que nos lembra Orlandi (2013b). Auroux (2014 [1992]) nos lembra que “o conteúdo das gramáticas é relativamente estável: ortografia / fonética (parte opcional), partes do discurso (...), morfologia (acidentes da palavra, compostos, derivados), sintaxe (frequentemente muito reduzida: conveniência e regime), figuras de construção” (AUROUX, 2014, p. 67). Assim, as gramáticas apontam para uma certa estabilização de tópicos. Ademais, não se pode deixar de citar Orlandi (2013b) para quem, ao tomar o dicionário como discurso, é possível “ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como seres históricos-sociais afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem a linguagem” (p.118). Entendo que há um funcionamento próximo na gramática e assim, ela, ao ser tomada como discurso, possibilita o encontro daquilo que se supõe ser a representação da língua enquanto língua imaginária. Se Orlandi (2013b) considera que, na estrutura do dicionário, já se inscreve a ideologia, posso apontar que o mesmo ocorre na gramática: “ela é organizada ideologicamente de uma forma e não outra. Essa organização é o que torna cada gramática particular pois, em sua estrutura, vem a reboque “o conhecimento linguístico, particular a cada autor” (p. 120) e suas condições de produção” (FARIA & MEDEIROS, 2018, p. 50). Essa organização, é claro, é um efeito que se dá a partir da posição-sujeito autor de gramática que acaba por se filiar a uma teoria e não outra, colocando determinadas questões.

Nessa esteira, me parece ser possível apontar que as referidas gramáticas, a partir daquilo que podemos depreender como sendo uma estruturação, parecem inserirem-se em discurso gramatical, apontaria, ainda, em uma formação discursiva gramatical, que caminha para uma estabilidade no que se entende pela divisão da gramática, com alguns deslocamentos, é claro, como vimos em Maciel (1895), Pereira (1919) e Ali (1931). Essa relativa estabilidade pode ser vista, inclusive, quando olhamos para a definição do que essas obras entendem por gramática e suas especificações (podendo esta ser geral, particular, histórica, descritiva, etc). Essa formação discursiva parece se sustentar, inclusive, a partir da própria definição do que se entende por gramática. Só para exemplificar, vejamos os seguintes excertos:

“a exposição methodica dos factos da lingua portugueza”

(RIBEIRO, 1881, p. 2)

“a coordenação das fórmulas, leis ou regras, segundo as quaes uma lingua é falada ou escripta. Esta definição [a de gramática] é deduzida da observação dos factos da linguagem”

(RIBEIRO, 1889 [1887], p. 1)

“a systematização lógica dos factos e normas de uma lingua qualquer”

(MACIEL, 1895, p. 1)

“**grammatica portugueza** é a exposição methodica das regras relativas ao uso correcto da lingua portugueza”

(PEREIRA, 1907, p. 3, negritos do autor)

Diria, pois, que os excertos indicam movimentos parafrásticos. Movimentos estes “pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2013a, p. 36). Assim, pensar esses excertos como movimentos parafrásticos implica pensar “o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (ORLANDI, 2013a, p. 36). Nesse sentido, quando colocados em conjunto, os excertos caminham para uma certa estabilização de sentidos do que se entende por gramática, compartilhando, pois, uma formação discursiva que é própria do discurso gramatical do final do século XIX e início do XX. Nos indicam, pois, uma unidade (que é ilusória) conceitual e organizacional que parece perpassar por esses instrumentos linguísticos. Ao mesmo tempo, diria, que comparecer uma tensão entre o mesmo e o diferente que se dá pelo modo como cada autor se filia a diferentes teorias⁷².

A questão que se coloca para pensar agora é: como comparecem nessas gramáticas os saberes sobre formação de palavras? Em que parte? A partir de que filiações teóricas? É nessa seara que entrarei a seguir, buscando compreender as discursividades que se colocam nesses instrumentos linguísticos e, desse modo, estabelecer uma historicidade sobre esse saber sobre a formação de palavras. Essa compreensão é o que me possibilita empreender, no capítulo 5, o gesto analítico sobre os exemplos que comparecem quando se fala dos sufixos.

⁷² É importante lembrar que o que os gramáticos definem como sendo suas gramáticas não corresponde necessariamente com o que suas gramáticas são.

4.1.1. Um olhar para Julio Ribeiro (1881)

Conforme apresentado anteriormente, a gramática de Julio Ribeiro (1881) divide-se, de forma geral, em duas partes e estas possuem outras subdivisões (cf. figura 4, capítulo 2). A partir de uma análise de sua obra, podemos ver que a questão da formação de palavras comparece na parte de “etymologia”, sendo ela um ramo da “morphologia”, que se encontra ligada ao estudo da “lexeologia”. O autor faz uma ponderação que merece destaque: apesar de se valer do termo “etymologia”, o autor nos diz que “Lexeogenia seria termo preferível a Etymologia. Comtudo este ultimo tem em seu favor desde seculos a consagração universal: não póde, pois, ser substituído” (RIBEIRO, 1881, p. 142). Tal consideração merece destaque, pois o autor parece nos indicar que o estudo que virá se relaciona muito mais ao léxico do que ao étimo. Parece-me, pois, uma tentativa de colocar à prova a consagração secular que o termo *etimologia* possui, ainda que não tenha, por ora, as bases para refutá-la.

Assim, o autor define etimologia como sendo “o conjuncto das leis que presidem á derivação das palavras nas diversas linguas” (RIBEIRO, 1881, p. 142). Vemos aqui uma definição bem ampla na qual a palavra *lei* chama a atenção: a definição da etimologia enquanto conjunto de leis parece estar ligada à noção de lei que vai sendo constituída nas gramáticas históricas e histórico-comparadas. No caso da língua portuguesa, o autor nos fala que essa derivação ocorre de três maneiras: “as palavras da lingua portugueza derivam-se 1) de palavras da lingua latina considerada mãe; 2) de outras palavras da mesma lingua portugueza; 3) de palavras de linguas estrangeiras antigas e modernas” (RIBEIRO, 1881, p. 143). Assim, se há um conjunto de leis que sustentam a derivação de palavras, esse conjunto se constitui por essas três maneiras.

Inicialmente, Julio Ribeiro nos fala sobre os substantivos do português que derivam dos substantivos latinos para, mais à frente, nos dar a saber os substantivos que derivam de palavras da língua portuguesa. É nesse ponto que o autor nos diz que

além dos substantivos que constituem o fundo do Portuguez e dos de tekhnologia moderna, que se vão multiplicando com o progredir das sciencias, outros ha que se derivam quotidianamente dos substantivos, adjectivos e verbos já existentes na lingua. (RIBEIRO, 1881, pp. 148-149).

Entrando na seara da formação de palavras, o autor nos diz que “com as palavras existentes consideradas radicaes [...] formam-se novas palavras por meio de affixos”

(RIBEIRO, 1881, p. 149). Os afixos, como vimos no capítulo 2, pode ser preposto ou posposto ao radical. No primeiro caso são os prefixos e no segundo, os sufixos. Sobre estes, Julio Ribeiro (1881, p. 153) nos diz que “os suffixos portuguezes são numerosos, uns derivados das fórmulas latinas, outros das fórmulas augmentativas, diminutivas e pejorativas do genio da lingua”. Somente o primeiro caso de sufixação interessa ao presente trabalho. Os dois outros casos não serão considerados, visto que, entendo que, eles não se relacionam com o processo de formação das palavras em língua portuguesa. Inclusive, sequer foram falados na parte que compete à formação de palavras pelo autor. Julio Ribeiro os abordou na parte dedicada à *kampenomia*, isto é, “é o conjuncto das leis que presidem á flexão das palavras” (RIBEIRO, 1881, p. 73).

Como apontado no capítulo 2, os sufixos são apresentados em listagem, de tal forma que aparecem divididos por funções. Assim, temos: os sufixos que se juntam ao radical de substantivos, os sufixos que se juntam ao radical de adjetivos e os sufixos que se juntam ao radical dos verbos. Consoante aos sufixos que me interessam diretamente, isto é, *-eiro* e *-ista*, eles comparecem quando o autor trata dos “suffixos que se junctam ao radical de substantivos” (RIBEIRO, 1881, p. 153), e elenca vinte sufixos. Temos então:

[...]12) eiro: proveniente do suffixo latino *arius*, exprimindo a idéia de **officio**, ex.: « *Carpinteiro* (*charpente*, em Francez; perdeu-se o radical em Portuguez), *ferreiro*, *padeiro*, *sapateiro*, *vaqueiro* ». Exprime tambem instrumentos e receptaculo: « *Areeiro*, *brazeiro*, *lançeiro*, *marteiro* (ant.), *taboleiro*, *tinteiro* ». O mesmo se entende para os suffixos em *eira*, especialmente para os nomes de plantas; ex.: « *Figueira*, *giesteira*, *larangeira*, *nespereira*, *pereira* ». [...] 18) *ista*: designa **peessoas**, e ao mesmo tempo seu **emprego profissão, estado, modo de ser**; derivado do Latim barbaro *ista*, ex.: « *Banhista*, *especialista*, *evangelista*, *oculista*, *pensionista*, *psalmista* ». (RIBEIRO, 1881, pp. 154-155, itálicos do autor)

Na explicação dos respectivos sufixos, comparecem duas questões que merecem comentários. Primeiro é que o autor diz da proveniência dos sufixos. Enquanto o primeiro advém de *-arius*, do Latim Clássico, o segundo deriva do Latim Bárbaro. Ademais, há também duas palavras que merecem uma atenção especial. Enquanto *-eiro* exprime a ideia de ofício, *-ista* é o sufixo que “designa pessoas, e ao mesmo tempo seu emprego profissão, estado, modo de ser” (RIBEIRO, 1881, p. 155). Ofício e profissão, me parecem, se colocam como palavras para serem pensadas em seus funcionamentos discursivos. Em um saber cotidiano, uma palavra pode ser tomada como sinônimo da outra, como se significassem sempre da mesma forma. Mas não é isso que ocorre na gramática de Julio Ribeiro. Para explorar essa distinção,

tomarei os verbetes *ofício* e *profissão* disponíveis no dicionário de Luiz Maria Silva Pinto (1832)⁷³. Vejamos:

Offício, s. m. Cargo publico. Arte mecanica. Ocupação. Acção officiosa.⁷⁴

Profissão, s. f. ões no plur. Estado modo de vida. Acto solemne, pelo qual o Religioso noviço faz os votos da sua Religião. Declaração⁷⁵.

Observemos a definição de cada um dos verbetes. Ofício está ligado ao cargo público, possivelmente ocupar um cargo público. No entanto, há uma outra designação que chama atenção: é a de ofício ligado à arte mecânica. Pensar arte mecânica, nessas condições de produção, me parece relacionar-se o percurso formativo de um indivíduo durante a Idade Média que se dividia em dois caminhos: as Artes Liberais, ensinadas às pessoas livres e as Artes Mecânicas, cujo ensino era voltado às pessoas servis⁷⁶. Ofício, então, é direcionado aos que trabalham nesse sentido das artes mecânicas. Profissão, por outro lado, possui dois sentidos. Um é o religioso e outro é relacionado ao estado da pessoa que se resume no modo de vida. Quando olhamos os exemplos que Julio Ribeiro nos apresenta, as definições e distinções, me parecem, ganham mais força.

Discursivamente, então, tais palavras significam de forma diferente na gramática do autor. Enquanto a primeira liga-se àqueles que trabalham, o segundo liga-se ao modo de vida das pessoas: não esqueçamos, *-ista* designa, ao mesmo tempo, a pessoa e sua profissão, seu modo de vida. Assim, tais palavras inscrevem-se em formações discursivas distintas de tal forma que *ofício*, em Julio Ribeiro (1881), não pode se colocar como intercambiável com *profissão*. Onde um comparece, o outro é vetado. Isso já é um indicativo do funcionamento da língua, em que as palavras, em sua formação, carregam o peso de suas histórias. Mas esse peso e essa história sempre podem mudar.

⁷³ A escolha por tal dicionário dá-se por ele ser, no momento de realização da pesquisa, um dicionário publicado no século XIX e acessível para consulta de forma digital. Para além disso, a escolha de um dicionário publicado no século XIX não é gratuita. Pelo contrário, é preciso vestir os óculos do século XIX para melhor compreender as discursividades que se organizam a partir de determinadas palavras (e não outras).

⁷⁴ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/of%C3%ADcio>. Acesso em 19/01/2021.

⁷⁵ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/profiss%C3%A3o>. Acesso em 19/01/2021.

⁷⁶ Sobre isso, ver nota 59, no capítulo 3.

4.1.2. Um olhar para Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887)

Na obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), a formação de palavras e a questão dos sufixos comparece em duas lições: na sexta e na décima oitava⁷⁷. Na sexta lição, os autores definem o que é morfologia e qual é o seu objeto de estudo para apresentar que “a analyse de qualquer palavra, revela-nos o elemento essencial e irreductivel, contendo a idéa principal, - a RAIZ; e varios elementos accessorios que a modificam – os AFFIXOS” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 57). Sobre os afixos, eles dizem que se distinguem em “*prefixos e suffixos* (fixos *antes* ou *depois*): são elementos determinantes ou modificadores” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 58). É somente na décima oitava lição que os autores vão nos falar com a profundidade devida sobre os sufixos.

Assim, farei um salto na gramática em questão e irei para a décima oitava em que os autores dedicam-se ao estudo dos sufixos. Logo nas primeiras linhas, eles nos falam que “os *suffixos* são de formação popular ou de origem erudita. Só os primeiros entram na derivação propriamente portugueza ; mas alguns de origem clássica são hoje de uso vulgar, e estão, por assim dizer, nacionalizados, e com força creadora (escripturario, instrumental, abolicionista, etc.)” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 282). Eles acrescentam, ainda, que há sufixos que “teem dupla fórma, uma popular e outra erudita, muitas vezes com significação tambem dupla: - justiça justeza, razão razão, primario primeiro. A fórma popular é geralmente a mais antiga” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 282). E enfatizam que “o mesmo *suffixo* póde ter varias significações. Ex. – livreiro, tinteiro, primeiro, limoeiro” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 282). Dessas questões postas, duas são interessantes para se pensar aqui: primeiro, o que leva a existência de uma dupla forma, uma popular e outra erudita, dos sufixos? A outra questão é a forma como os autores fazem significar a afirmação de que ao mesmo sufixo é possível múltiplas significações. É curioso pensar o fato de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade apenas terem dado uma série de palavras, sem que entrassem no mérito de cada uma delas. Os exemplos, aqui, ganham força para legitimar o que dizem os autores.

⁷⁷ Cumpre salientar que a organização da gramática dos referidos autores segue tal qual a estrutura do Programa de Fausto Barreto. Sobre o programa em questão, conferir capítulo 3.

No que se refere à questão da derivação, os autores apresentam que é na derivação própria que se encontra com maior força a questão dos sufixos. Fazem a seguinte advertência a ser considerada quando pensamos os sufixos nominais:

ha tres cousas a considerar na classificação dos suffixos nominaes – a *forma* de derivação (verbal ou nominal). A *natureza* ou *emprego* (substantivo, adjectivo, collectivos, nomes concretos e abstractos, etc.); o *sentido*, porque os suffixos, como as palavras teem a sua historia. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 284).

Interessa notar essa tomada de posição sobre os sufixos, visto que eles são assertivos ao nos dizer que os sufixos possuem história, assim como as palavras possuem e essa história, ao que parece, precisa ser considerada no momento de classificá-los. Assim, custa considerar que a questão dos sentidos se coloca para os autores (mais especificamente para Pacheco da Silva Junior) como importante. Assim, Eduardo Guimarães nos diz que

a questão da significação que se coloca no Brasil, a propósito do português, como forma de se descrever diferenças entre o português de Portugal e do Brasil, não só manterá esta característica no decorrer de boa parte da história dos estudos do português, mas também se formulará enquanto disciplina específica a partir do momento em que a gramatização brasileira do português se põe em curso nas décadas finais do século XIX. (GUIMARÃES, 2004, p. 53)

Nesse sentido, um dos nomes que se coloca como importante para pensar a história dos estudos da significação é o de Pacheco da Silva Junior. Guimarães (2004, p. 53) nos lembra que “a tomada de Pacheco Silva Jr como personagem nesta história dos estudos da significação liga-se ao fato de ele ter incluído sempre em seus trabalhos as questões de significação de modo direto e de ter sido autor de um livro de semântica”. Dessa forma, Guimarães (2004) nos lembra algumas das obras que o autor tratou a questão da significação, como: a *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*, de 1879, em que o autor aborda questões que tocam na mudança de sentido das palavras; a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de 1894, em que uma escrita a quatro mãos com Lameira de Andrade inclui uma seção chamada semântica; e, claro, sua obra póstuma *Noções de Semântica*, de 1903. Guimarães (2004, p. 54) nos diz que Pacheco da Silva Junior sempre esteve em contato “com a produção de conhecimento sobre o sentido daquele momento. A própria terminologia que usa dá conta disso”. A diferença é que esse contato com a produção de conhecimento sobre o sentido comparecerá de forma diferente (e em lugares diferentes) na produção de Pacheco da Silva Junior.

Retomando a obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), um pouco mais a frente, os autores nos dizem que

alguns suffixos suppoem certas categorias de palavras. Assim, *ada* supõe thema verbal: - amar, calçar – amada, calçada. Com o correr do tempo, porém, quando já na língua existem muitas palavras formadas com o mesmo suffixo, e a lei já está esquecida por todos, formam-se derivados directamente analogos sem mais se indagar da fôrma thematica que lhes corresponde. E accresce que muitos suffixos teem varios empregos: inchaço tem por base um verbo; poetazo, um substantivo. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, pp. 284-285).

Vejamos que a citação acima enfatiza, e corrobora, com o que nos dizem os autores: os sufixos possuem múltiplas significações. Eu diria, pois, que eles jogam com a polissemia, no deslizamento de sentidos. Não é gratuitamente, penso, que advertem os dois professores: “a’s vezes o suffixo muda de sentido. Alia denota uma reunião de pessoas ou cousas, e hoje mais tem sentido pejorativo: - gentalha, canalha” (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 285).

Os autores nos dão a saber os sufixos em forma de lista, de tal forma que os organizam pelas suas derivações. Assim, teremos os sufixos de substantivos derivados de substantivos, os sufixos de substantivos derivados de adjetivos, dentre outros. Nesse sentido o *-eiro* será apresentado quando os autores falam dos substantivos derivados de substantivos e dos Sufixos étnicos, gentílicos e patronímicos. Temos, então, as seguintes ocorrências:

- a) *-eiro* como sufixo de substantivo derivado de substantivo

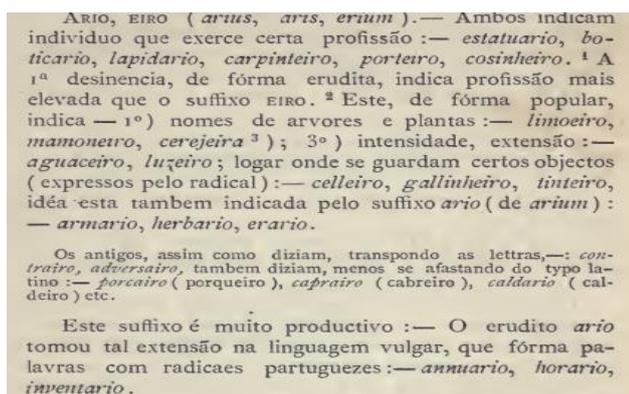


Figura 13: Exemplificação do sufixo *-eiro*. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287)

- b) *-eiro* como sufixo étnico, compondo gentílicos e patronímicos

20. — Os nomes de *povos e nações* formam-se com os nomes próprios de paizes e cidades, e as desinencias — *ano* (iano), *ense*, *ão*, *eç*, *ino*, *ico*, *ista*, *aico*, etc : — *Pernambucano*, *Romano*, *Galleziano* (Gallego), *Atheniense* *Lisbo-nense* *Lisbones*, (*Lisboeta*), *Coimbrense* (*Coimbrão*), *Beirense* (*Beirão*) *Maranhense*, *Bretão*, *Egyptiaco*, *Latino*, *Paulista*, *Romaico*, *Judeu* (*Judaico*) *Chinez* (*Chim*) *Indio* (*indico*, *indiano*) *Portuguez*, *Inglez*, *Francez*: *Brasileiro* (*Brasiliense*). Essas desinencias são de origem latina, com excepção de *eç* (*contr.* de *ense*, mas de emprego moderno), e *eiro*, que não tem correspondente em latim, mas que formou alguns nomes ethnicos — *Vimieiro*, *Barreiro*, etc....

Figura 14: Exemplo de *-eiro*. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 302)

c) *-eiro* como sufixo formador de adjetivos derivados de substantivos

ARIO EIRO (l. *arius*) — Indica profissão, estado, qualidade — *imaginario*, *solitario*, *embusteiro*, *interesseiro*, *solteiro*. Nas palavras de fundo popular mais predomina a segunda fórma.

Figura 15: Exemplo de *-eiro*. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 297)

d) *-eiro* como sufixo formado de substantivo derivado de verbo

EIRO OURO (oíro), ÓRIO. — Do latim *arium*, *erium*; *orium* (t-orium, t-sorium, etc.) Indicam : 1º, o lugar onde se faz a acção : — *atoleiro* *respaleiro*; *mata-douro* *ancoradouro*; *lavatorio*, *dormitorio*, *oratorio*, etc.; 2º, o suff. *orio* significa mais o instrumento com que se faz a acção : — *vomitorio*, *seringatorio*; 3º, *eiro* indica outrosim o agente : — *lavadeiro*, *cosinheiro*; 4º, *ouro* indica ainda *estado* : — *casadouro*.

Figura 16: Exemplo do sufixo *-eiro*. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 293)

Antes de analisarmos o que nos dizem Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade nesses recortes, vejamos mais um, em que eles falam sobre o sufixo *-ista*. Esse sufixo só comparece quando se trata dos substantivos derivados de substantivos, em que temos:

ISTA (l. *ista*. *istes*). — Indica emprego, ocupação — *oculista*, *dentista*, *sacrista*, *copista*, *jornalista*. E' esta a terminação dos nomes de pessoas que

tocam um instrumento, excepto aquelles que derivam por mudança de sentido, por metáfora (um piston, um tambor): - flautista, pianista. Hoje é grande emprego, e entra tambem na formação dos nomes que exprimem os partidários de um systema, escola, seita ou idéa – abolicionista, socialista, nihilista. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 289).

A primeira questão a se comentar, e já é uma diferenciação dos autores em relação ao que nos diz Julio Ribeiro, é a produtividade apontada pelos autores do sufixo *-eiro* para a formação de palavras, visto que esse sufixo concorre não apenas para formar substantivo derivado de substantivo, mas também comparece como sufixo de gentílico, como formador de adjetivo derivado de substantivo e como substantivo derivado de verbo. Ao passo que o sufixo *-ista* funciona tão somente como formador de substantivo derivado de substantivo. Concentremos, então, atenção a esses dois sufixos como formadores de substantivos derivados de substantivos. Vemos que *-eiro* (ao lado de *-ario*) é o que vai indicar indivíduo que exerce certa profissão⁷⁸. Curioso é observar a definição dos autores: a palavra formada indica o indivíduo (não a profissão?). Há de se notar, ainda, duas notas de rodapé dos autores. A primeira é relativa aos exemplos dados: estatuário, boticário, lapidário, dentre outros. Os autores nos falam que se trata, pois, de “individuos que fazem, produzem, fabricam, os objectos indicados pelo radical” (*ibidem*). Disso se depreende que estatuário, por exemplo, é quem trabalha produzindo estátuas. Outra nota de rodapé que interessa pensar (e os autores pontuam algo parecido no corpo do texto) é o fato de que o sufixo *-ario* indicar profissão mais elevada que *-eiro*. Dizem:

cumpre advertir ha certa diferença na significação das desinencias – ARIO, EIRO, OR, ADO, conquanto todos indiquem cargo, profissão – ARIO denota posição inferior, EIRO ainda mais inferior; OR e ADO, ATO alta dignidade, posição elevada, etc. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287).

Vê-se, aí, uma hierarquização entre os sufixos. Se *-ario* denota posição inferior, *-eiro*, então, é posição ainda mais inferior. A questão que se coloca, e que será pensada no capítulo 5, é: Como essa hierarquização reproduz-se nos exemplos? Deixarei essa resposta, por ora, em suspenso.

Olhando para o sufixo *-ista*, vemos também sua produtividade para exprimir não apenas emprego, ocupação, mas nomes de pessoas que tocam um instrumento, e também

⁷⁸ O sufixo *-eiro* também comparece para formar nomes de árvores e plantas, para indicar intensidade e extensão bem como para nos formar nome de lugar onde se guardam certos objetos. Concentrarei, entretanto, atenção especial aos casos de formação de agentivos.

nomes que exprimem os partidários de um sistema, de uma escola, de uma seita ou de uma ideia. Chamo atenção especial a duas palavras que comparecem na explanação do sufixo *-ista*: *emprego* e *ocupação*. Recorrendo ao dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (COLOCAR A DATA AQUI), temos que:

Emprego, s. m. Acção de empregar. Ocupação. Offício. Compra.⁷⁹

Ocupação, s. f. -ões no plur. Exercício modo de vida, emprego, officio.⁸⁰

Sem esquecer que a palavra que comparece em *-eiro* na gramática de Pacheco Silva e Lameira de Andrade é profissão (sufixo *-eiro* forma palavras que indicam o indivíduo que ocupa certa profissão) e que tal palavra foi definida anteriormente à luz do dicionário de Pinto (1832), é possível observar nos dois verbetes citados que há uma remissão mútua neles, nas últimas acepções: emprego remete para ocupação; ocupação remete para emprego. Ambos também fazem remissão à *ofício*. Entretanto, há diferenças significativas: ocupação é, antes, exercício, modo de vida, ao passo que emprego não necessariamente o é. Assim, parece haver uma intercambialidade entre os sentidos das palavras de tal forma que em determinadas situações discursivas, uma poderia ser trocada por outra.

O que é interessante notar é como, nesse movimento discursivo, temos uma filiação de certas profissões ao estado, ao modo de vida que, no caso do sufixo *-ista*, parece, também, abarcar nomes de pessoas que tocam um instrumento, bem como nomes que exprimem os partidários de um sistema, de uma escola, de uma seita ou de uma ideia. Também é de interesse notar que essa definição de estado, modo de vida parece produzir efeitos na própria hierarquização dos sufixos em *-ario*, *-eiro*: os de maior prestígio ligam-se à ocupação; os de menor prestígio são, pois, *ofícios*. A explicação para isso, acredito, pode estar ligada ao funcionamento de uma memória discursiva sobre o que é/era *ofício*, profissão e ocupação. O capítulo 5 se colocará como profícuo para pensarmos esse movimento de hierarquização na língua.

4.1.3. Um olhar para João Ribeiro (1889)

João Ribeiro, tal como Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), divide sua obra em lições a partir daquilo que preconiza o Programa de Fausto Barreto.

⁷⁹ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/emprego>. Acesso em 20/01/2021.

⁸⁰ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/Ocupa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 20/01/2021.

Assim, sua obra é organizada tal como a obra de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) seguindo, pois, uma divisão em 46 lições. Outrossim, é nas lições 6 e 18 que João Ribeiro trata da formação de palavras e dos sufixos. Na *Lição VI*, o gramático dedica um aprofundamento dos estudos de morfologia e dos afixos de forma geral e ampla, como um aprofundamento dos estudos da morfologia e dos afixos de forma geral⁸¹. Nessa lição, há uma afirmação que merece destaque: a de que os afixos são “elementos morphologicos ou orgãos que se appoem a um vocabulo modificando-lhe a significação. Os *affixos* dividem-se em *prefixos* e *suffixos*” (RIBEIRO, 1889 [1897], p. 70, itálicos do autor). Assim, vemos a posição de João Ribeiro (1889), elencar que os afixos são elementos que modificam a significação dos vocábulos. Entretanto, sobre essa significação, uma informação é importante de ser ressaltada: para o autor, “o *prefixo* tem uma noção definida, e mais positiva do que o *suffixo*. Assim os *prefixos pre, sub* denotam sempre a antecipação, o lugar inferior, etc. Os *suffixos*, porém, têm uma função menos definida e affectam varias accepções, conforme o uso tem estabelecido” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 71, itálicos do autor). Assim, se o prefixo, para o autor, é aquele que possibilita uma noção definida, o sufixo é aquele que pode ter várias accepções. A questão que se coloca é: o que faz o autor considerar o sufixo como tendo uma função menos definida? Vejamos o exemplo, já citado no capítulo 2, que João Ribeiro utiliza para sustentar o que diz:

Exprimindo o continente:

tinteiro — tinta

Exprimindo o factor:

sapateiro — sapato

caldeireiro — caldeira

Exprimindo o agente da acção:

caminheiro — caminho

cavalleiro — cavallo

Exprimindo a arvore em relação ao fructo:

pinheiro —

tomateiro —

mamoeiro —

etc., etc.

As tres ultimas accepções indicam sempre a actividade ou os agentes da producção.

Note-se, além disto, que em alguns brazileirismos o suffixo *eira* ou *êra* representa o vocabulo tupi-guarani *cuér*, *cuéra*, *qué*, e denota o tempo passado. Taes são os dous exemplos:

Tap-êra — (aldeia, *taba*, que existiu).

Capo-eira — (matto, *caá*, que existiu). (RIBEIRO, 1889 [1887], pp. 71-72, itálicos do autor)

⁸¹ Sobre o comparecimento dos sufixos em outros lugares na gramática de João Ribeiro, observar nota 31, capítulo 2.

Ao que parece, o fato do sufixo *-eiro* possuir uma série de significações (pode exprimir o continente, o fato, o agente da ação, a árvore em relação ao fruto, e as atividades), concorre para que ele tenha uma noção menos definida. Não parece ser possível, para Ribeiro (1889), afirmar que tal sufixo possui sempre, e apenas, tal noção. O sufixo, a partir de João Ribeiro, estaria em uma relação polissêmica, tendo seus sentidos sempre em curso. É curioso ressaltar que a obra de João Ribeiro (1889), em relação às demais que compõem o arquivo, é a primeira a citar, no que tange à morfologia e à formação de palavras, a questão dos brasileirismos em relação ao tupi-guarani⁸².

É interessante observar, ainda na Lição VI, que o autor nos diz que “o sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos nem sempre é susceptível de uma determinação fixa e invariavel” (RIBEIRO, 1889 [1897], p. 73). Tal afirmação se refere tanto aos sufixos quanto aos prefixos. Dessa feita, ainda que os prefixos tenham um sentido mais definido, ele nunca é fixo e invariável. Quanto aos sufixos, já vimos, eles estão sempre em movimento. Esse movimento de sentidos pode ser visto quando o autor nos dá a saber duas regras que podem se aplicar ao processo de formação de palavras: “1.a O sentido do vocabulo é determinado pela palavra principal ou raiz; 2.a O sentido do vocabulo é modificado pelas circumstancias expressas pelos prefixos e suffixos” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 75). Assim, a palavra não está em estado de fixidez em seu sentido, sendo modificada pelos prefixos e sufixos.

E por falar sufixos, eles são aprofundados na Lição XVIII. Os sufixos, para João Ribeiro (1889 [1887], p. 148) “constituem uma riqueza de fórmãs consideravel”. Apesar dessa riqueza, “os *suffixos* não têm, como succede aos prefixos, a significação exacta e positiva: apresentam, apenas, uma idéa vaga e pouco definida” (*ibidem*). Se anteriormente, os sufixos eram tidos como menos definidos do que os prefixos, agora, eles apresentam “uma idéa vaga e pouco definida”. O que será que concorre para essa vagueza e indefinição de ideias? Será que é apenas o fato de, conforme apontado, os sufixos estarem nessa relação mais polissêmica? Não me parece, da perspectiva que adoto, que essa multiplicidade de sentidos que os sufixos podem atribuir aos vocábulos está relacionada à vagueza e à indefinição. Pelo contrário, é algo que aponta para uma produtividade dos sufixos (e porque não da língua) no processo de formação de palavras.

⁸² Importa salientar que, com essa observação, não estou dizendo que a questão dos brasileirismos não entra nas demais gramáticas. O que chamo atenção é para o lugar em que tais questões comparecem. No caso de João Ribeiro (1889), comparecem quando ele sistematiza, ainda que de forma inicial, o tópico da formação de palavras.

Sobre os sufixos, eles serão apresentados, primeiramente, pela derivação, isto é, sufixos de substantivos derivados de substantivos, sufixos de substantivos derivados de adjetivos, dentre outros. Dentro de cada organização, os sufixos estão listados por seus étimos. Assim, temos sufixos latinos, sufixos gregos, etc. Antes, contudo, o autor diz que “daremos aqui dos suffixos as suas applicações methodicas e os que se distinguirem por alguma circumstancia notavel” (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 149). Vemos então que *-eiro* comparece como sufixo formador de substantivo derivado de substantivo e na listagem de sufixos latinos:

Ario, eiro — (arius) de louro loureiro ; de engenho, engenheiro ; de vocabulo, vocabulário (RIBEIRO, 1889, p. 150).

Importa, então, observar que ao sufixo *-eiro*, comparecendo ao lado de *-ario*, não é colocada nenhuma definição ou explanação. Seria essa a exposição metódica do autor? Vemos que João Ribeiro (1889) vale-se dos exemplos como força para sustentar o que ele diz. Também não se pode deixar de citar uma ausência. Ela se refere ao sufixo *-ista*. Não há ocorrência desse sufixo na listagem que João Ribeiro apresenta. Será que, para João Ribeiro (1889 [1887]), o sufixo *-ista* não pode ser considerado como notável?

4.1.4. Um olhar para Maximino Maciel (1895)

Na obra de Maciel, a concentração da formação de palavras e dos sufixos, conforme vimos no capítulo 2, dá-se na parte dedicada à morfologia que integra a lexiologia. Enquanto a “lexiologia é o tractado das palavras, isoladamente consideradas, isto é, como organismos independentes” (MACIEL, 1895, p. 60), temos que a morfologia se entende como

o tratado da palavra, organicamente considerada, isto é, com relação aos seus elementos materiaes ou fôrmas. Estes elementos materiaes ou orgams são o prefixo, o radical e o suffixo cujo conjuncto constitue exterior e morphologicamente o organismo ou estructura da palavra. (MACIEL, 1895, pp. 60-61)

Maciel nos dá a saber a estrutura das palavras que, morfologicamente, é formada por prefixo, radical e sufixo. E diz que tanto o prefixo quanto o sufixo são chamados de afixos e que se trata de “elementos exteriories e accessorios que se agglutinam ao radical,

dilatando-o morfologicamente” (MACIEL, 1895, p. 61). É curioso apontar que a gramática de Maciel (1895) acaba por apresentar uma organização peculiar, visto que o autor não apresenta os sufixos quando fala dos processos de formação de palavras. Os sufixos são apresentados muito antes, quando o autor inicia falando da estrutura das palavras. Maciel (1895) só falará da questão da formação de palavras bem ao final da parte dedicada à lexicologia, quando apresenta os seis processos de formação de palavras vernaculares e o processo de derivação orgânica ou própria que ocorre “desde que o vocabulo provenha de outro da lingua, mediante a acção de um suffixo agglutinado ao thema, ex: valor+oso,, gral+issimo, pedr+ada” (MACIEL, 1895, p. 179). É uma organização singular, pois nos permite perguntar: na gramática do autor, serão os sufixos muito mais ligados à questão da estrutura das palavras do que, necessariamente, ao seu processo de formação? Digo isso, pois no que tange aos sufixos, Maciel diz que sufixo “é qualquer elemento morphologico que, posposto á raiz do vocabulo, lhe dá quasi sempre a categoria grammatical” (MACIEL, 1895, p. 64).

Dessa feita, Maciel afirma que os sufixos podem ser de três ordens: nominal, adjetivo e verbal. Antes, contudo, o autor faz dois apontamentos que merecem destaque: Primeiramente ele diz que os sufixos, ao lado dos prefixos, “são os elementos de relação do organismo do vocabulo e reagem sobre a significação da raiz, definindo-a, isto é, a significação vaga da raiz é modificada pelo prefixo e definida pelo suffixo” (MACIEL, 1895, p. 65). Aqui temos um posicionamento bem diferente do que nos aponta, por exemplo, João Ribeiro. A vagueza e a indefinição são, aqui, direcionadas à raiz, enquanto a definição é dada pelo sufixo. Maciel também fala das palavras chamadas *homoptotas*. São palavras que possuem o mesmo sufixo, a exemplo de “*bonança, esperança, matança, cobrança*” (MACIEL, 1895, p. 65, itálicos do autor), mas que “às vezes o mesmo suffixo toma dous aspectos diferentes” (ibid.) e, assim, o autor exemplifica com uma série de pares de sufixos, dentre eles, *-ario* e *-eiro*.

No que tange à estrutura das palavras, diz Maciel (1895), grosso modo elas podem ser simples ou compostas. As simples são aquelas constituídas por um único vocábulo (mar, terra, etc.) e as compostas são as palavras que se constituem por mais de um vocábulo simples (olho-de-boi, por ex.). Maciel (1895) dedica três seções para falar sobre os sufixos, que, como já foi mencionado, podem ser de três ordens: nominal, verbal e adjetivo.

O sufixo nominal, conforme o autor, é “aquelle que, aglutinando-se ao thema vocabular, gera um substantivo” (MACIEL, 1895, p. 67). O que é interessante notar é que

Maciel (1895) desconsidera o valor que o sufixo – isolado – pode ter atribuindo sua significação tão somente em fazer parte de um vocábulo, visto que sufixo é “um orgam que, desde que seja isolado do vocabulo perde a sua funcção, pois nada representa; é uma *morphose*, isto é, um pedaço do vocabulo” (*ibidem*, itálicos do autor). Ou seja, os sufixos não guardam, para Maciel (1895), por eles mesmos, uma significação, mas as ganham ao se ligarem aos vocábulos e, a estes, acabam por modificar o sentido. Parece-me, de antemão, algo da ordem da contradição. Contradição, pois ao mesmo tempo em que o autor julga o sufixo como definidor do sentido de uma palavra, ele o desconsidera como portador de sentido.

Dito isso, vemos que Maciel (1895) apresenta os sufixos de forma bem diferente das apresentações dos demais gramáticos. Em sua obra, os sufixos são apresentados em uma listagem “relativamente á sua funcção significativa”. Ao lado disso, Maciel (1895) cria a seguinte classificação para os sufixos: a) sufixos coletivos; b) sufixos graduais; c) sufixos locativos; d) sufixos qualitativos; e) sufixos de atividade⁸³. Ao observamos essas classificações, vemos que o autor nos dá a saber uma série de sufixos. No caso do sufixo -*eiro*, ele comparece em duas classes:

Quadro 6 – Exemplos do sufixo -*eiro* em Maciel (1895)

Sufixos locativos	Sufixos de atividade
“3) eiro tinteiro, arreeiro” (MACIEL, 1895, p 68)	“5) eiro barbeiro, sapateiro” (MACIEL, 1895, p. 69)

Fonte: Elaboração própria a partir de Maciel (1895, pp. 68-69)

Vemos que, diferentemente do que as gramáticas analisadas anteriormente apresentam, Maciel (1895) nos dá a saber -*eiro* sem relação, necessária, com -*ario* ou -*aria*.

Ainda na seara dos sufixos nominais, o -*ista* só é apresentado quando o autor discute sobre os sufixos de atividades, em que temos: “10) ista capellista, logista” (MACIEL, 1895, p. 69).

Saindo dos sufixos nominais, podemos ver um de nossos sufixos comparecendo nos sufixos adjetivos. Os sufixos adjetivos, conforme Maciel, podem ser de cinco ordens, a saber⁸⁴: a) *suffixos de propriedade e relatividade*; b) *suffixos de plenitude e intensidade*; c) *suffixos de*

⁸³ Essas classes foram definidas no capítulo 2.

⁸⁴ Conforme nota 9, classes foram definidas no capítulo 2.

possibilidade e passividade; d) *suffixos de atividade a ação*; e e) *suffixos de tempo, passado ou futuro*. Dessa feita, focalizando os sufixos que interessam ao presente trabalho, temos o seguinte:

Quadro 7 – Exemplos do sufixo *-eiro* em Maciel (1895)

Sufixos de propriedade e relatividade	Sufixos de atividade e ação
“7) eiro ligeiro, brasileiro” (MACIEL, 1895, p. 71)	“4) eiro doceiro, embusteiro” (MACIEL, 1895, p. 71)

Fonte: Elaboração própria a partir de Maciel (1895, p. 71).

Vemos, aí, uma mudança substancial em relação ao que temos visto nas gramáticas apresentadas anteriormente. Na forma com que os sufixos são apresentados por Maciel (1895), o agrupamento dos sufixos não dá em razão de seu étimo ou de sua função formadora, mas, sim, em sua função significativa como sendo, a listagem de sufixos que indicam atividade, ou a listagem dos sufixos que indicam propriedade e relatividade⁸⁵. Assim, dentro de cada grupo (adjetivo, nominal e verbal), temos os sufixos agrupados como aqueles que dão noção de lugar, aqueles que dão noção de atividade desempenhada por um indivíduo, dentre outras.

Nesse sentido, temos, em determinado momento, na gramática de Maciel, *-eiro* e *-ista* como partilhando o “mesmo fim”, isto é, enquanto sufixo de atividade, enquanto sufixo que nos dá a saber a atividade desempenhada por outrem.

4.1.5. Um olhar para E. C. Pereira (1907)

Na gramática de Pereira (1907), o autor discute sobre a questão da formação de palavras e dos sufixos dentro da morfologia, que se coloca como “a parte da Lexeologia que estuda a palavra em seu elemento imaterial, isto é, em sua idéa ou significação” (PEREIRA, 1907, p. 47). Assim, no que tange às questões morfológicas, diz Pereira (1907), elas “podem ser estudadas em duas partes denominadas: **Taxeonomia, Etymologia**” (*ibidem*, negritos do autor). Compete, pois, à etimologia estudar “a *origem e a formação do lexico*, isto é, do

⁸⁵ Quando aporto essa função significativa é pelo fato de os sufixos comparecerem de forma agrupada. Assim, enquanto os movimentos que temos visto nos autores é de apresentar cada sufixo e nessa apresentação, definir suas respectivas funções, em Maciel (1895), temos, por exemplo, a apresentação dos sufixos locativos (aqueles que dão a ideia de lugar) e assim, lista-se um rol de sufixos (e seus exemplos) que possuem tal função significativa.

vocabulário da língua” (PEREIRA, 1907, p. 155). Assim, na gramática do autor, é na etimologia que temos o aprofundamento do estudo dos processos de formação de palavras e, por conseguinte, dos sufixos⁸⁶.

Antes, contudo, Pereira (1907) nos faz uma advertência com relação ao propósito dos estudos que ele sistematiza. Assim, ele diferencia aquilo que compete à gramática histórica, obra sua porvir, e ao que se dedica a sua gramática expositiva. Diz ele:

À *Grammatica Historica* pertence o estudo da origem e evolução dos vocabulos no tempo e no espaço e a determinação por meio de um exame historico-comparativo, das leis glotticas que presidiram a essa evolução. A *Grammatica Expositiva* estuda apenas os processos de **derivação** e **composição**. (PEREIRA, 1907, p. 156, itálicos e negritos do autor)

Na *Grammatica Expositiva* de Pereira, a questão dos sufixos, como vimos no capítulo 2, está ligada com a questão da derivação. Processo este que ocorre de duas formas: a derivação própria e a derivação imprópria. De acordo com E. C. Pereira, a “**derivação própria** faz-se por meio de **suffixos**, que, aglutinados ao *thema* das palavras *primitivas*, lhes modificam a significação, determinando-a” (PEREIRA, 1907, p. 157, itálicos e negritos do autor).

Assim, os sufixos, diz ele, “teem significação propria, pois trazem sentido novo á palavra primitiva; porém este valor significativo, esta vida propria só se revela em conjunção com o **thema**. Separado do *thema*, o sufixo não tem vida propria” (*ibidem*, negrito do autor). É possível verificar, de partida, que essa definição vai ao encontro daquilo que nos diz Maciel (1895): os sufixos possuem significados, mas esses significados comparecem, só fazem sentido, quando juntos aos vocábulos, por si só, os sufixos não significam. É uma tomada de posição bem diferente da de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), por exemplo, que consideram que os sufixos têm história.

Pereira divide os sufixos em nominal e verbal, sendo que os sufixos nominais formam substantivos e adjetivos. Dessa feita, seguindo aquilo que fez Maciel (1895), Pereira (1907) apresenta os sufixos em grupos. Temos, então, grupos de sufixos que designam coleção, aumentativo, estado etc. Esse agrupamento “por idéas é um estudo comparativo e, por isso, parece-nos mais systematico e fecundo” (PEREIRA, 1907, p. 157). Observando a

⁸⁶ Isso não significa que tais questões não possam aparecer antes na gramática. O que digo é que a sistematização sobre os processos de formação de palavras e os sufixos compareceram, fortemente, na parte dedicada à etimologia.

organização proposta pelo autor, temos que *-eiro*, comparece nas seguintes categorizações de sufixos:

Quadro 8 – Exemplos do sufixo *-eiro* em Pereira (1907)

Formador de substantivos designador de				Formador de adjetivo designador de
Coleção	Aumentativo	Agente	Lugar	Naturalidade, origem, relação
-eiro: “brazeiro, cancioneiro, berreiro, formigueiro” (PEREIRA, 1907, p. 158).	-eiro: “cruzeiro” (PEREIRA, 1907, p. 159).	-eiro (ao lado de -ário, -ária e -eira) com os seguintes exemplos: “estatuário, lapidário, antiquário, boticário, caudatário, frascário, ginetário, hospitalário, operário, sectário, secretário, legionário, bibliothecario – bibliothecaria, sectaria; -ferreiro, padeiro, serralheiro, copeiro, mineiro,	-eiro (ao lado de -ário, -ária e -eira) com os seguintes exemplos: “herbario, erario, ovario, abecedario, vocabulario, cinerario, relicario, horario, dicionario, santuario, sacrario, -luminaria, secretária, penitenciaria; -arieiro, tinteiro, agulheiro, carneiro, -lapseira, carteira, fructeira, pedreira,	-eiro com os exemplos “brasileiro, mineiro, campineiro” (PEREIRA, 1907, p. 163)

		lenheiros, madeireiro, barbeiro, pedreiro, caminheiro, sapateiro, - costureira, doceira” (PEREIRA, 1907, p. 161).	nitreira, carneira” (PEREIRA, 1907, p. 162).	
--	--	--	---	--

Fonte: Elaboração própria.

Dessa categorização, três notas precisam ser destacadas. A primeira é relativa ao *-eiro* enquanto formador de vocábulos relacionados aos agentes (empregos, ofícios). Nessa nota, o autor diz que “**ario** é a forma erudita e **eiro** a popular de um mesmo suffixo: *ario* = *airo* = *eiro*, *primario* = *primairo* = *primeiro*. Da idéia de agente passa o suffixo **eiro** á idéia de **causa productora**, isto é, da arvore que produz o fructo indicado pelo radical: **pinheiro**, **pecegueiro**, **figueira**, **laranjeira**” (PEREIRA, 1907, p. 161, itálicos e negritos do autor). Assim, o suffixo *-eiro*, enquanto agente, também pode transformar-se em causa productora. A outra nota é quando temos *-eiro* como suffixo formado de vocábulos indicativos de lugar em que Pereira nos fala que “da idéa de logar passa facilmente a indicar ainda a idéa de *collecção* dos objectos ahi contidos: *vocabulario*, *abecedario*, *pedreira*” (PEREIRA, 1907, p. 162, itálicos do autor).

Parece-me que nestas primeiras notas, há uma relação de proximidade nessa relação que *-eiro* estabelece nas duas ideias. Diria, e, talvez, ancorando-se em um saber cotidiano, que pessegueiro (pecegueiro, na grafia de Pereira (1907)), pode não só significar a árvore que dá fruto, mas também aquele que trabalha na produção do fruto. Do mesmo passo, se *-eiro* também atua na formação de vocábulos indicativos de lugar e, nesse trabalho, estabelece uma relação com os vocábulos que indica a coleção de objetos, principalmente em relação a *-ario*, não é gratuitamente que vocabulário é o “lugar” em que há um conjunto de vocábulos.

Uma terceira nota é a de que

o sufixo **eiro** é sufixo substantivo que indica o *agente*. *Brasileiro* era primitivamente o que comerciava em pau brasil, como *mineiro* é o que trabalha em minas. Passando a região a chamar-se *Brasil* e *Minas*, seus derivados passaram naturalmente para a categoria de adjectivos patrios. O mesmo se deu com *Campinas* em *campineiro*. (PEREIRA, 1907, p. 163, itálicos e negrito do autor).

Essa nota coloca-se como importante para pensar um movimento em relação aos exemplos que comparecem e, por isso, tratarei dela no capítulo 5.

Não se pode deixar de olhar para o sufixo *-ista* que comparece em dois momentos da categorização feita por Pereira (1907):

Quadro 9 – Exemplos do sufixo *-ista* em Pereira (1907)

Formador de substantivo designador de	Formador de adjectivo designador de
Agentes	Naturalidade, origem e relação
-ista com “cambista, jornalista, archivista, droguista, capitalista, especialista, trocista, demandista, fumista, dentista, logista, oculista. – Adepto de systema philosophico, religioso ou politico: racionalista, positivista, romanista, calvinista, socialista, nihilista, monarchista” (PEREIRA, 1907, p. 163)	-ista com os seguintes exemplos “paulista, sanctista, nortista, lazarista” (PEREIRA, 1907, p. 164)

Fonte: Elaboração própria.

Após a exposição de uma série de sufixos formadores de nomes, adjectivos e verbos, o autor realiza algumas considerações sobre o processo derivativo da língua portuguesa. Nelas, o autor diz que o processo “revela o genio da lingua, a sua flexibilidade e riqueza” (PEREIRA, 1907, p. 167). Além disso, pontua que os sufixos vieram quase que exclusivamente do latim, excetuando-se alguns poucos, e dentre eles o *-ista* que, diz o autor, veio “do grego por intermédio do latim **ite** (*laryngite*) tomado directamente do grego” (*ibidem*, itálico e negrito do autor). Ademais, pontua que “varios suffixos tem ás vezes uma mesma função. Vê-se esta synonymia dos suffixos nas seguintes palavras – *sergipano*, *sergipense*, *brasileiro*, *portuguez*, em que os suffixos – **ano**, **ense**, **eiro**, **ez**, indicam todos naturalidade” (*ibidem*, itálicos e negritos do autor).

Acrescenta que “a’s vezes dá-se fenómeno contrario: um mesmo suffixo tem varias funções, como, p. ex., o suffixo em **eiro** em – *padeiro*, *arieiro*, *pinheiro*” (*ibidem*, itálicos e

negrito do autor). E finaliza com duas questões. Em primeiro lugar, informa que “o sufixo pode ser de uso popular, para as *formações populares*, como – **ão, inho, eiro, ado, dura**, etc; ou de uso erudito, para as *formações eruditas*, como em **-anzil, arra, ule, ario, ato, tura**, etc...” (*ibidem*, itálicos e negritos do autor). A segunda questão que o autor apresenta é que “uns sufixos, geralmente os populares, são muito **productivos**; outros, em geral os eruditos, são **improductivos**” (*ibidem*, negritos do autor).

4.1.6. Um olhar para E. C. Pereira (1919)

Chegamos, pois, à *Grammatica Historica*, também de Pereira (1919) que, como apontamos nos capítulos 2 e 3, se coloca como um complemento de sua *Grammatica Expositiva*. Tal como a obra anterior, o processo de formação de palavras e os sufixos colocam-se presentes na parte dedicada à morfologia. Ao mesmo tempo, diferentemente da obra anterior, esta, ligada à concepção de gramática histórica, funciona como uma parte autônoma e não dentro da lexeologia que sequer comparece como uma parte da gramática. Para Pereira (1919), a

Morphologia {*morphê=fôrma, logos+ia=tractado*) histórica é o estudo da origem e formação do léxico. Tem por objecto as *fôrmas significantes* dos vocabulos em sua evolução morphica e ideologica, bem como a importação de elementos estrangeiros accrescidos ao léxico. Ella é, em summa, o estudo do léxico em seu desenvolvimento historico interno e externo. (PEREIRA, 1919, p. 116, negrito e itálicos do autor).

Assim, a morfologia, a estrutura da palavra, compreendendo sua formação e evolução, constitui-se “dos elementos morphicos ou morphologicos da palavra. Esses elementos são — a *raiz* ou *radical*, o *thema*, os *affixos* e a *desinencia*” (PEREIRA, 1919, p. 117, itálicos do autor). Os afixos, diz Pereira (1919), são elementos secundários e que se agregam à raiz com “o intuito de lhe precisar e modificar o sentido fundamental e vago” (*ibidem*). Assim, continua, se o afixo preceder a raiz, então temos um prefixo; se vier depois, então se trata de um sufixo. Exemplifica, pois, com a palavra “desamor”, em que, ao desmembrá-la, temos: des+am+or, tendo: *des-* como prefixo e *-or* como sufixo.

No caso dos processos de formação de palavras com os sufixos, o autor dedica uma parte de sua gramática para comentar esse assunto com a profundidade devida. É na

parte destinada à derivação que E. C. Pereira nos dá a saber a formação de palavras com os sufixos. Assim, diz que “*derivação* é o processo pelo qual de um *thema commum* se fôrma uma serie de vocábulos pela adjuncção de certas *syllabas finaes*, denominadas *suffixos*” (PEREIRA, 1919, p. 195, itálicos do autor). Aponta, pois, que o processo de derivação por meio dos sufixos é chamado de *derivação própria*. Indica, assim, que um outro processo, chamado de *derivação imprópria*, consiste apenas em mudar a categoria gramatical sem realizar alteração morfológica.

Sobre os sufixos, Pereira nos diz que “não são palavras, não se empregam isoladamente, não exprimem só por si uma idéa, uma imagem” (PEREIRA, 1919, p. 195). Cita Darmest ao dizer que os sufixos “são formulas geraes de noções abstractas, que-a lingua separa das palavras em que as encontra, e as ajuncta a outras palavras de forma analoga, de modo tal que se alarga mais ou menos o seu alcance” (PEREIRA, 1919, p. 195). Um pouco mais a frente, acrescenta que “insuladamente, o valor significativo do suffixo é vago, é uma noção geral abstracta, porém unido ao *thema* de. uma palavra assume valor positivo, dando sentido especifico á idéa geral do *thema*” (PEREIRA, 1919, p. 196), e exemplifica com “*ferr+eiro, +ar, +aria*” (*ibidem*), explicando que “nas palavras assim derivadas o *thema* encerra a idéa primaria, fundamental ou geral, e o *suffixo* a idéa secundaria ou especifica. Ha, pois, em todo o derivado uma idéa complexa” (*ibidem*, itálicos do autor). Apresenta, então, que a ideia secundária expressa pelo sufixo pode ser de nome, verbo ou advérbio. Assim, temos a classificação dos sufixos em nominal, verbal e adverbial.

Diz também que há casos em que ocorre uma sinonímia de sufixos, isto é, “quando estes communicam ao *thema* o mesmo valor especifico, como acontece com os suff. *-ano, -ense, -ez, eiro: sergipano, sergipense, portuguez, brasileiro*” (*ibidem*, itálicos do autor). Todavia, há ainda um fenômeno contrário a esse: quando temos “um mesmo suffixo com diferentes valores significativos, como, p. ex.: *-eiro* em— *pedreiro, tinteiro, limoeiro*; o suff. *-ada* em *carneirada* e *paulada*, o suff. *-al* em *cafezal* e *espiritual*” (PEREIRA, 1919, p. 197, itálicos do autor).

Ainda sobre os sufixos, nos diz que eles podem ser populares ou eruditos,

conforme o voe. derivado é de formação popular ou erudita, p. ex.: *-eiro* e *-ario* (ferreiro e estatuario), *-ado* e *-ato* (professorado e generalato). São, em geral, suff. pop.: *-ão, -inbo, -eiro, -ado, -dura,—lvrão, lvrinho, lvrreiro, professorado, queimadura*; são eruditos: *-anzil, -eto, -ario, -ato, -tura—corpanzil, libreto, estatuario, generalato, formatura*. (*ibidem*, itálicos do autor)

Acrescenta ainda que “Um mesmo suff. original assume, por vezes, fórmãs divergentes, ordinariamente uma *popular* e outra *erudita*” (*ibidem*, itálicos do autor) e exemplifica com seis sufixos dos quais eu destaco a seguinte exemplificação: “arium □ ario (□airo) □ eiro: escriptuario, herbario, e sapateiro, arteiro” (*ibidem*). Pontua que os sufixos populares são aqueles, “em regra, *productivos*, e os eruditos *improductivos*, isto é, aquelles formam classe numerosa de palavras, e estes ou se limitam a um derivado {*casebre, corpanzil*}, ou a um numero restricto {*corpusculo, partícula, minusculo, etc.*)” (*ibidem*, itálicos do autor). Por fim, nos diz que a origem dos sufixos é, em regra, o latim. Todavia, temos sufixos que “que, por intermédio da baixa latinidade, nos vieram de fonte estrangeira” (PEREIRA, 1919, p. 198): é o caso, por exemplo, de *-ista*, que é um sufixo proveniente do grego e que, “por intermedio do Christianismo, se generalizou nas línguas românicas” (*ibidem*).

Explanadas todas as questões sobre os sufixos, Eduardo Carlos Pereira enumera os sufixos. Diferentemente do que fez em sua gramática expositiva, aqui, Pereira (1919) organiza os sufixos por origem e valor. Assim, temos uma enumeração dos sufixos nominais, dos sufixos verbais e dos sufixos adverbiais e dentro de cada um deles, temos os sufixos provenientes do latim, do grego e de outras possíveis línguas. Ao que parece, é uma tomada de posição já anunciada por Pereira em sua gramática expositiva, visto que ele disse pertencer à gramática histórica “o estudo da origem e evolução dos vocabulos no tempo e no espaço e a determinação por meio de um exame historico-comparativo, das leis glotticas que presidiram a essa evolução” (PEREIRA, 1907).

Focalizando os sufixos *-eiro* e *-ista* que interessam ao presente trabalho, temos que ambos comparecem como sufixos nominais, sendo *-eiro* um sufixo latino e *-ista* de proveniência grega. Vejamos:

— eiro (fem. eira) □ airo □ arium, é a fórmula popular do suff. Antecedente [-ário], que é a fórmula *erudita*, e guarda com este o mesmo valor fundamental, a que ajuneta um terceiro, o de arvore que produz o fructo suggerido pelo thema. SUBST.: — ferreiro, sapateiro, costureira, doceira, cavalleiro,-a, romeiro,-a, mineiro, lenheiro, coveiro, estancieiro, sendeiro. — Tinteiro, sementeira, arceiro, braseiro, rotineiro, formigueiro, palypeiro, chaleira, pedreira, carneira, cabeceira, cancionero, viveiro. — Da idéa de logar passa-se facilmente á idéa collectiva da multidão dos seres, que ali se encontram, como: formigueiro, braseiro, pedreira. — Lorangeira, pessegueiro, pinheiro, figueira, limeira. ADJECT.; — grosseiro,-a, useiro e veseiro, menineiro. (PEREIRA, 1919, p. 199)

-ista, suff. Grego, que penetrou, como o antecedente [-ismo] no dominio romanico, por intermedio do Christianismo, e igualmente tornou-se mui

productivo. Elle designa substantivos *concretos*, traz a idéa de *agente*, e corresponde, em geral, ao suff. — *ismo*: *egoismo* e - *egoista*, *deismo* e *deista*, *epicurismo* e *epicurista*. Este parallelismo, porém, nem sempre se dá, p. ex.: *Christianismo* e *christão*, *arianismo* e *ariano*, *caiporismo* e *caipora*. — E, vice-versa; *cambista* e *cambio*, *dentista* e *odontologia*, *jurista* e *jurisprudência*. Em *naturalismo* e *naturalista*, a correspondência é meramente morphologica. *Commodista*, *separatista*, *comtista*, *scientista*, *artista*, *mutualista*, *romanista*, *theista*, *fumista*, *fatalista*, *cartista*, *militarista*, *phantasista*, *capiritista*, *monista*, *dualista*, *duellista*, *bonapartista*, *apologista*, *oculista*, *epicurista*, *monarchista*, *capitalista*, *occulista*, *communista*, *diarista*. (PEREIRA, 1919, p. 209, itálicos do autor).

Vejam os que, quando Pereira (1919) diz em *-eiro* que ele guarda com *-ário* o mesmo valor fundamental, isso significa que o *-eiro*, tal como *-ário*, “indica duas idéas fundamentaes: a de agente e a de lugar em relação á significação do thema” (PEREIRA, 1919, p. 1999). Assim, a partir da exposição dos dois sufixos, podemos notar que tanto *-eiro* quanto *-ario*, marcam a ideia de agentes. A questão que se coloca para pensar é: há algo que se diferencia nos dois sufixos nessa marcação de agentivos? Apontaria, de forma embrionária, que ainda que os dois sufixos, em Pereira (1919), marquem a ideia de agentes, eles não são intercambiáveis: onde comparece *-eiro* não comparece *-ista*. A questão que se coloca é: por que? Os exemplos apresentados parecem nos dar uma possível resposta. Mas, por ora, deixarei essa questão em suspenso, pois ela será explorada no capítulo 5.

4.1.7. Um olhar para Said Ali (1931)

Chegamos em nossa última gramática. Sobre a questão dos sufixos, conforme apontado no capítulo 2, eles são estudados na segunda parte, dedicada ao tratamento da formação de palavras e da sintaxe. Assim, Said Ali começa a parte destinada à formação de palavras dizendo que “não nos ocuparemos aqui com a criação dos vocabulos *ab ovo*, mas apenas com a formação corrente de palavras por meio dos processos de derivação e composição” (ALI, 1931 [1921], p. 1, itálicos do autor)⁸⁷. Ou seja, Said Ali aponta que se debruça aos processos de formação de palavras correntes em língua e deixa de lado o estudo dos “termos novos, geralmente internacionalizados, e creados por homens eruditos com material puramente grego ou latino para supprir a falta de denominações apropriadas a certos conceitos modernos” (*ibidem*).

⁸⁷ Sobre a referida numeração das páginas, um breve comentário: a obra consulta, quando inicia a segunda parte, “zera” a numeração. Assim, ela segue do 1 em diante.

Lembra, então, que a formação de palavras em língua portuguesa se dá por meio de dois processos: o de derivação e o de composição. A derivação, processo que nos interessa diretamente, é, pois, quando se “toma palavras existentes e lhes acrescenta certos elementos formativos com que adquirem sentido novo, referido comtudo ao significado da palavra primitiva” (*ibidem*). Esses elementos são os afixos, sendo que, quando trabalhamos com a posposição ao final da palavra, temos o sufixo e, assim, estamos diante do processo de derivação sufixal.

No que se refere ao processo de derivação sufixal, o autor apresenta os sufixos em listagem, seguindo a ordem alfabética. Essa ordenação divide-se em dois grupos: primeiramente, apresenta os sufixos que atuam na formação de substantivos e adjetivos. Em seguida, trata dos sufixos formadores de verbos. Os dois sufixos que interessam ao presente trabalho comparecem na parte destinada a tratar dos sufixos formadores de substantivos e adjetivos. Nela, temos:

Quadro 10 – Explicação e exemplos do sufixo -eiro e -ista em Said Ali (1931)

-eiro	-ista
<p>“-eiro, -ario (-airo) - Os nomes que em latim classico tinham o elemento formativo -ariu- passaram para o portuguez, ao mesmo tempo em que este idioma se constituiu, geralmente com essa terminação alterada em -eiro: primeiro (primariu-), celleiro (cellariu-), dinheiro (denariu-), ribeiro (ripariu-), etc. A evolução foi naturalmente -ariu- > -airo > -eiro; porem não possuímos documentação de *primairo, *dinhairo, etc. [...] Sob a influencia erudita, foi-se desfazendo a metathese, volvendo taes vocabulos á forma primitiva, e enriqueceu-se o idioma com outros temros em -ario, tomado á lingua-mã. Este processo de haurir diretamente na fonte latina ou de crear vocabulos novos segundo a norma latina tomou incremento em port. mod. e ainda em nossos dias se recorre a elle com frequencia. [...] Extraordinariamente productivo é o suffixo -eiro, -eira, na formação de nomes com que se caracterizam homens e mulheres pelos seus officios, negocios e outras occupações: <i>pedreiro, barbeiro, peixeiro, artilheiro, lavadeira, fiandeira, parteira, cesteiro, banqueiro, bombeiro,</i></p>	<p>“É outro suffixo de origem grega. A sua primeira applicação foi aos partidarios das doutrinas e systemas acima referidos. Este mesmo uso perdura ainda hoje para a maioria dos nomes em -ismo de formação moderna: <i>calvinista</i> (porem <i>mahometano, lutherano, protestante</i>), <i>atheista</i> (a par de <i>atheu</i>), <i>budhista, darvinista, positivista, materialista, socialista, terrorista, comunista</i> (porem <i>jacobino</i>), <i>symbolista, impressionista</i>, etc. A par desta serie de nomes existem outros, na maior parte modernamente creados ou importados do estrangeiro, com que se designam individuos cuja occupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante: <i>florista, flautista, jornalista, copista, dentista, fadista, chronista, machinista, organista, latinista, hellenista, trocista, rabequista, paizagista, accionista, seminarista, novellista, romancista, folbetinista, naturalista, estadista, dormidista</i>, etc.”(ALI, 1931 [1921], p. 20, <i>itálicos do autor</i>).</p>

<p><i>carteiro, sineiro, toureiro, carroceiro, leiteiro, sapateiro, cozinheiro, relojoeiro, aventureiro, correio, gaioleiro, pregoeiro, marinheiro, taverneiro, catraeiro, vendeiro, luveiro, mineiro, copeiro, chaveiro, etc.</i> Em alguns casos especializou-se ou modificou-se o sentido que a principio teria o vocabulo. <i>Pedreiro</i> não é qualquer homem que se occupa com pedras, e sómente aquelle que levanta muros e paredes. <i>Caixeiro</i> já não se applica ao individuo a cujo cargo está a caixa, mas equivale a empregado vendedor. Nem sempre se tira o nome de pessoa directamente do nome do objecto ou objectos materiaes em que se occupa. Pode filiar-se tambem a nomes de officio em -aria, como <i>marcineiro, serralheiro</i> que se prendem aos vocabulos <i>marcinaria, serralharia</i>. Pode tambem ser um termo introduzido do estrangeiro, como <i>joalheiro</i>. Muitos dos vocabulos em -eiro são nomes adjectivos: <i>foreiro, verdadeiro, [veado] galheiro, [...]</i>. De muitos nomes de frutos, flores e outros productos vegetaes se derivam por meio dos suffixos -eiro, -eira substantivos que designam a respectiva planta ou arvore. [...] (ALI, 1931, pp. 16-18)</p>	
--	--

Fonte: Elaboração própria

Nessa apresentação dos sufixos, vemos, novamente, a produtividade que *-eiro* ganha no processo de formação de palavras, comparecendo em inúmeros vocábulos e portando diferentes significações. Tanto *-eiro* quanto *-ista* partilham de uma característica em comum: a formação de agentivos. A diferença é que *-eiro* caracteriza homens e mulheres pelos seus ofícios, negócios e outras ocupações, enquanto *-ista* é sufixo que designa aqueles cuja ocupação relaciona-se com o objeto a que se refere o termo derivante. É interessante essa definição apontada por Said Ali que nos permite diferenciar o funcionamento de *-eiro* e *-ista*. Enquanto barbeiro, por exemplo, é aquele que faz barbas, dentista é aquele que se ocupa dos dentes como trabalho. Entretanto, uma olhada nos exemplos, me leva a crer que não é somente esse detalhe que distingue os sufixos, levando-os, pois, à não intercambialidade. Novamente, na gramática do autor, onde *-eiro* comparece, não comparece *-ista*.

CAPÍTULO 5 – O estatuto dos exemplos nas gramáticas: breves notas e apontamentos

Conforme pontuei em outros momentos da presente dissertação, venho empreendendo, desde minha pesquisa de Iniciação Científica (IC), e agora, com maior força, durante meu Mestrado, estudos e reflexões sobre a historicidade do processo de formação de palavras com foco nos sufixos *-eiro* e *-ista* em gramáticas brasileiras dos séculos XIX e XX. Na pesquisa de IC, tinha como objetivo amplo a investigação da historicidade dos sufixos *-ista* e *-eiro* no que tange ao processo de formação de nomes de profissões. Dessa forma, o projeto em questão tinha como foco a análise de gramáticas dos mais diferentes tipos (histórica, de usos, comparativa, normativa, etc.) dos séculos XX e XXI, em que eu me voltava sobre os sufixos no estudo morfológico para refletir discursivamente sobre suas regularidades e as irregularidades, além de verificar posições e tensões no processo de formação de nomes de profissões. Já na pesquisa que se coloca em tela, a partir da inserção da noção de *arquivo*, retrocedo historicamente para pesquisar em gramáticas brasileiras publicadas entre o meio do século XIX e o início do século XX. Nesse desdobramento, busco olhar para os modos como comparecem estudos sobre a formação dos referidos sufixos tendo em vista as políticas linguísticas, o papel das instituições, a posição-autor de gramática, e outros aspectos, incluindo aqueles que, possibilitem uma compreensão sobre o que que “é” gramática no século XIX e o que “é” gramática no século XX.

A reboque dessas questões postas, tanto na pesquisa de IC quanto na pesquisa do mestrado, algo me instiga e me faz (per)seguir essa historicidade dos sufixos *-eiro* e *-ista* como formadores de nomes de atividade/ofícios/profissões em minhas reflexões: os exemplos. Trata-se de uma questão discursiva, em que a falha – constitutiva da língua – no processo de formação de palavras me inquieta. Mas a verdade é que minha relação com a questão da formação de palavras, dos sufixos e dos exemplos começara bem antes. Era 2016 e, durante o segundo semestre, cursei a disciplina de Linguística VI na Universidade Federal Fluminense. Ao longo da disciplina, trabalhamos a relação entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas. Debates diversos textos que, olhando agora, nos mostravam a potência do trabalho que a confluência dessas áreas permite. Um texto, em especial, merece destaque: o de Ferrari e Medeiros (2012). Nele, os autores nos dão a saber o tenso processo de inscrição do gentílico brasileiro na constituição de nossa identidade nacional. Foi nessa aula que alguns dizeres da professora Vanise Medeiros me fizeram olhar com outros olhos para a questão dos exemplos em gramáticas. Em dado momento, ela diz à

turma de Linguística VI: “a morfologia, ela não é isenta de ideologia. E isso é muito forte quando pensamos no exemplo do instrumento musical, pois está lá: pianista e sanfoneiro. É pianista, não é pianeiro. Chique não é? Mas é chique, pois se tem uma memória que diz do lugar do piano, de quem toca...”. Pronto. Estavam aí instaladas as minhas inquietações que viriam a partir de uma hipótese: o sufixo *-eiro*, enquanto formador de agentivos/ofícios/profissões, é aquele que vai funcionar na formação de profissões consideradas desprestigiadas socialmente. Ao passo que o sufixo *-ista*, ganhando outros contornos, vai funcionar na formação de profissões prestigiadas socialmente. Mas a língua, falha como é, sendo uma ferramenta imperfeita (para lembrar o que nos diz Paul Henry (1992)), se coloca aos deslizes e o equívoco acontece (ou, diria, irrompe): profissões prestigiadas também comparecem com *-eiro*; profissões desprestigiadas também comparecem com *-ista*. Como explicar? Não sei se é possível explicar. A explicação, aqui, me parece caminhar para um fechamento de sentidos. Mas é possível, eu penso, esboçar um caminho de resposta. Lembro-me que, à época, no trabalho final para a disciplina, minha saída foi ancorar-se em Mattoso Câmara Jr. Para finalizar o trabalho, escrevi que:

Segundo Camara Jr. (2002, p.18), “há sempre exceções e elas têm de ser levadas em conta. Em toda a gramática, ao lado da ‘regularidade’, há as ‘irregularidades’”. Ou seja, há sempre aquelas palavras que fogem ao estabelecido, como é o caso de engenheiro e banqueiro; eletricista e manobrista. Mas esse escape não é da ordem da língua, e sim do social.

Reconheço que se trata, primeiro, de uma saída um tanto quanto provisória. É provisória, pois se tratava de uma escrita bastante embrionária em que teci meus primeiros apontamentos. Mas também é preciso reconhecer que se trata de uma escrita problemática. É problemática, pois se coloca incipiente no modo teórico, ao cair em armadilhas caras à Análise de Discurso e que Pêcheux, a todo momento, vinha colocando à prova. Quando Mattoso Câmara Jr (2002) nos fala das regularidades e das irregularidades, ele refere-se à estrutura da língua e de um escape, que não seria da ordem da língua, mas da ordem do social. Hoje, não penso que é disso que se trata, pois isso seria cair na velha divisão, já posta no Saussure do *Curso*, entre a língua e o social. Não há língua sem social, lembremos.

Feitas essas considerações iniciais, tratarei a seguir da questão dos exemplos nas gramáticas que compõem o referido arquivo de pesquisa.

5.1. A língua vai onde o dente dói: pensando os exemplos dos sufixos

Pensar os sufixos, me parece, é uma questão que não cessa de voltar. Assim, é importante dizer que “a língua sempre vai onde o dente dói”, nos diz Pêcheux (2014 [1975]) – retomando Lênin – “para expressar que o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há “alguma coisa por trás”, confirmando a não-resolução da questão” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 77). Os exemplos nas gramáticas, em maior ou menor força, se colocam como lugar profícuo para se pensar a língua (e seus deslizos, suas falhas, seus equívocos). Os exemplos, em muitos dos instrumentos linguísticos, parecem valer por eles mesmos. Quando uma gramática, como a de João Ribeiro (1889), apresenta a seguinte inscrição “Ario, eiro — (arius) de louro loureiro ; de engenho, engenheiro ; de vocabulo, vocabulário” (RIBEIRO, 1889, p. 150), ela parece saturar e sustentar no vazio aquilo que o sufixo significa. Ao mesmo tempo, os exemplos parecem marcar uma disputa linguística, disputa de uma língua que constitui e atravessa sujeitos, língua que carrega marcas (e nos marca – enquanto sujeitos) da ideologia.

Nessa seara, para proceder a análise que pretendo com relação aos sufixos, gostaria de ventilar uma hipótese que se coloca a partir do meu contato/confronto com as gramáticas que compõem o meu arquivo de pesquisa e, claro, de meu percurso por esse *arquivo do conhecimento gramatical*, para pensarmos as definições dos sufixos e seus exemplos. A hipótese, conforme dito anteriormente, é a de que o sufixo *-eiro*, enquanto formador de profissões, é próprio daquelas profissões que não gozam de prestígio social, ao passo que *-ista* comparece nas profissões mais prestigiadas⁸⁸. Para fomentar essas reflexões, não custa lembrar a crônica de Luis Fernando Veríssimo que foi publicada no *Jornal do Brasil*, em 1995. Diz o escritor que

A leitora Elza Marques Martins me escreve uma carta divertida estranhando que 'brasileiro' seja o único adjetivo pátrio terminado em 'eiro', que segundo ela, é um sufixo pouco nobre. Existem suecos, ingleses e brasileiros, como existem médicos, terapeutas e curandeiros. As profissões de lixeiro e coveiro e carcereiro podem ser respeitáveis, mas o 'eiro' é sinal de que elas não têm status. É a diferença entre músico e musicista e roqueiro, timbaleiro ou seresteiro. Há o importador e o muambeiro. 'Se você começou como padeiro, açougueiro ou carvoeiro' – escreve Elza – 'as chances são mínimas de acabar como advogado, empresário, grande investidor ou latifundiário, a não ser que se dê ao trabalho político antes'. Aliás, há políticos e politiquinhos. Continua Elza:

⁸⁸ Não estou, com isso, fazendo juízo de valor sobre profissões prestigiadas ou não socialmente. Ancoro-me, pois, em um saber linguístico que, me parece, comparece cristalizado no cotidiano. Além de, é certo, ter em vista que há o funcionamento de uma memória discursiva que diz do lugar de certas profissões.

'Eu nunca vou chegar a colunável ou socialite se comecei como faxineira ou copeira. Você pode ser católico, protestante, maometano, budista ou oportunista ou então macumbeiro.' mas a leitora nota que o dono do banco é banqueiro enquanto o funcionário é bancário, o que pode ser um julgamento inconsciente de caráter feito pela língua. Elza – que por sinal se considerava harpeira até começar a tocar numa sinfônica e virar harpista – me sugere uma campanha nacional para passarmos a nos chamar de 'brasilinos, brásileses, brasilenses, brasilianos, brasilitanos, brasilitas, brásileus, brasilotos ou brasilões', o que aumentaria muito nossa autoestima e nossas chances de chegar ao mundo maravilhoso dos americanos, belgas e monegasco” (VERÍSSIMO, 1995).

Uma leitura da crônica de Veríssimo nos parece profícua para dar início ao percurso de análise que pretendo seguir neste capítulo. Nela, vemos uma memória que nos diz sobre o funcionamento do sufixo *-eiro*, em especial sobre sua formação de profissões desprestigiadas. Vejamos, de forma breve, alguns recortes selecionados:

Recorte 1: “As profissões de lixeiro e coveiro e carcereiro podem ser respeitáveis, mas o 'eiro' é sinal de que elas não têm status”

(VERÍSSIMO, 1995)

Recorte 2: “Há o importador e o muambeiro”

(VERÍSSIMO, 1995)

Recorte 3: “Elza – que por sinal se considerava harpeira até começar a tocar numa sinfônica e virar harpista”

(VERÍSSIMO, 1995)

Nos três enunciados recortados do texto de Veríssimo, está em funcionamento uma memória de sentidos sobre o funcionamento dos sufixos no processo de formação de palavras. Esse funcionamento faz com que: de um lado, os recortes reproduzam um saber linguístico próprio das gramáticas. Os três recortes nos lembram o que dizem Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) sobre a hierarquização dos sufixos, em que “–ARIO, EIRO, OR, ADO, conquanto todos indiquem cargo, profissão – ARIO denota posição inferior, EIRO ainda mais inferior; OR e ADO, ATO alta dignidade, posição elevada, etc. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287). Por outro lado, os recortes também parecem funcionar no espaço das circulações cotidianas. Segundo Ferreira (2020), os *saberes linguísticos cotidianos* podem funcionar “*fora*, mas ao *lado* e mesmo *dentro* de saberes linguísticos especializados”. Esses saberes também

vão encontrando ordens de legitimidade que não são as mesmas que a ordem dos saberes de especialistas, mas que estão sempre de algum modo ligadas a esses saberes. Isso não significa, no entanto, que os saberes

linguísticos cotidianos não possam ser especializados de maneiras diferentes e nem que não estejam presentes no interior mesmo dos saberes linguísticos especializados. (FERREIRA, 2020, p. 329).

Assim, ao passo que os saberes linguísticos cotidianos parecem constituir um outro saber, diria ainda, um saber de outra ordem, isso não significa que não estejam ligados aos saberes linguísticos especializados e, já há muito, legitimados pelos instrumentos linguísticos. Como bem lembra Ferreira (2020), não se trata de saberes aleatórios. Pelo contrário, eles são regulados, se sustentam e circulam por meio de, mas também, eu diria, em função de discursos de múltiplas ordens, que se encontram presentes em nossa sociedade. Sendo discurso aquilo que está em curso, não tendo início, meio ou fim, os saberes linguísticos cotidianos se articulam a esses discursos que circulam, levam (e trazem) um já-dito, esquecido, e que retorna à base do dizível para, assim, se sustentarem. O que me parece providencial de pontuar sobre esses saberes linguísticos cotidianos é que eles

podem abrir espaço para a enunciação de “*uma*” *língua outra* no interior *dessa “mesma” língua*. Essa *língua outra* não pode ser objeto de descrição de uma gramática normativa, a não ser como descrição de erros, mas pode ser objeto de descrição da linguística, domínio de saber que, sob o argumento da neutralidade descritiva da cientificidade, também não deixa de dar sua contribuição para os processos de divisão, hierarquização e domesticação das línguas e dos saberes sobre elas. (FERREIRA, 2020, p. 331, *itálicos da autora*)

A citação acima indica um movimento que parece muito importante para se levar em consideração na reflexão sobre os saberes linguísticos cotidianos: o de que eles podem abrir espaço para “*uma*” *língua outra* no interior *dessa “mesma” língua*. A questão que se coloca é que essa *língua outra* pode ou não afetar o efeito de unidade que a *língua* do instrumento linguístico engendra⁸⁹. Também é preciso lembrar das observações sobre o humor, feitas por Ferreira (2020). O texto de Veríssimo possui uma pitada de humor e isso não acontece comumente no discurso da gramática ou da linguística. O humor, nos diz Ferreira (2020, p. 340), “*irrompe na estrutura de uma descrição gramatical*”, quando, por exemplo, Veríssimo escreve “*é a diferença entre músico e musicista e roqueiro, timbaleiro ou seresteiro. Há o importador e o muambeiro*” (VERISSIMO, 1995). E *irrompe*, prossegue a autora, “*na medida em que o seu acontecimento se realiza em outras condições de produção, materializando outros sentidos*” (FERREIRA, 2020, p. 340). Considerar essas questões possibilita uma compreensão dos processos de divisão, hierarquização e

⁸⁹ Agradeço a Ana Cláudia pela observação feita de que o fato de essa *língua outra* afetar a unidade que a *língua* do instrumento linguístico engendra é uma das razões pelas quais as teorias linguísticas estão sempre se (des-)construindo.

domesticação das línguas e dos saberes sobre elas – como bem lembra Ferreira (2020) – e, assim, nos dão a saber que falar de língua é falar dos processos que a envolvem: é referi-la ao histórico e ao social.

E para que possa dar conta dessa compreensão, acredito, é necessário que tenha uma tomada discursiva na forma de olhar para a língua. Assim, quando apresentei o meu percurso inicial e minha forma de olhar para a língua, amparado nas palavras de Mattoso Câmara, trouxe o autor para indicar um afastamento desse modelo de língua e de social. A resposta, ou melhor dizendo, os possíveis caminhos para a compreensão do processo de formação de palavras estão, da minha parte, na filiação a uma teoria discursiva que entende a língua como tendo sua própria ordem, mas sendo relativamente autônoma. A língua é lugar da falha e da incompletude. E é nessa falha da língua que há espaço para o equívoco do discurso⁹⁰, permitindo que os sentidos circulem e desviem, estando sempre em (constante) movimento.

Antes de prosseguir, vale um comentário: quando comecei meu percurso na compreensão da historicidade dos sufixos e fui fisgado pela questão dos exemplos, achava (bem ingenuamente, reconheço) que conseguiria encontrar uma resposta para essa falha, para esse equívoco. Buscava, pois, uma (ilusória) completude para explicar o motivo de profissões “desprestigiadas” comparecem com *-ista* e profissões “prestigiadas” comparecerem com *-eiro*. Hoje, entendo que a busca, lá no início, que eu tentava fazer para explicar o motivo dessas irregularidades postas ao lado das regularidades, era a busca por uma língua inatingível (para relembrar o livro incontornável de Pêcheux e Gadet). Essa busca me trazia a inscrição

em seu destino o desejo irrealizável de curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento da divisão. Seria esse destino que induz a estranha propensão da linguística a se resvalar na ignorância? Essa surdez interna ganha terreno cada vez que a linguística deixa o *real da língua*, seu objeto próprio, e sucumbe às realidades psicossociológica dos atos de linguagem. (GADET & PÊCHEUX, 2010 [1981], p. 19, itálicos dos autores)

Assim, vejo que essa busca eram troços no real. Deparava-me com o real, dava de frente com ele, trombava nele, mas sempre na tentativa de forçá-lo, na tentativa de alcançar uma língua inatingível. Se a completude é ilusória, eu buscava respostas que dessem

⁹⁰ É preciso lembrar a distinção entre a falha e equívoco, proposta por Orlandi (1996). Diz a autora que “a língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história” (ORLANDI, 1999, p. 13).

conta dessa incompletude, me levando, sempre, à língua enquanto um sistema em que *tout se tient*.

Assim, acredito que é, justamente, no lugar da falha e da incompletude que residem os caminhos para a compreensão da questão que, incessantemente, tenho colocado e que, para mim, não cessa de voltar.

5.2. Os sufixos *-eiro* e *-ista* na formação de agentivos/ofícios/profissões⁹¹

Um olhar sobre as gramáticas analisadas nos capítulos anteriores permite concluir que há uma regularidade que permeia a descrição dos sufixos *-eiro* e *-ista*: os dois comparecem como sufixos que se colocam no processo de formação de nomes de ofícios e profissões⁹². Gostaria, agora, de me ater em especial aos exemplos. Assim, podemos observar, no que tange aos sufixos no seu funcionamento enquanto formadores de agentivos/ofícios/profissões, os seguintes exemplos:

Quadro 11 – Exemplos dos sufixos *-eiro* e *-ista* em sete gramáticas do arquivo

Gramática	<i>-eiro</i>	<i>-ista</i>
<i>Grammatica portuguesa</i> (Julio Ribeiro, 1881)	eiro: proveniente do suffixo latino <i>arius</i> , exprimindo a idéia de officio, ex.: « <i>Carpinteiro</i> (<i>charpente</i> , em Francez; perdeu-se o radical em Portuguez), <i>ferreiro</i> , <i>padeiro</i> , <i>sapateiro</i> , <i>vaqueiro</i> » (RIBEIRO, 1881, p. 154)	ista: designa pessoas, e ao mesmo tempo seu emprego profissão, estado, modo de ser; derivado do Latim barbaro <i>ista</i> , ex.: « <i>Banhista</i> , <i>especialista</i> , <i>evangelista</i> , <i>oculista</i> , <i>pensionista</i> , <i>psalmista</i> » (RIBEIRO, 1881, p. 155)
<i>Gramatica historica da lingua portugueza</i> (Pacheco da Silva Jr e Lameira de Andrade, 1887)	Ario, eiro (<i>arius</i> , <i>aris</i> , <i>erium</i>). — Ambos indicam individuo que exerce certa profissão: — estatuário, boticário, lapidário, carpinteiro, porteiro, cosinheiro. A desinência, de forma erudita, indica profissão mais elevada que o suffixo eiro. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287)	ISTA (l. <i>ista</i> . <i>istes</i>). — Indica emprego, ocupação — oculista, dentista, sacrista, copista, jornalista. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 289).
<i>Grammatica</i>	Exprimindo o factor:	

⁹¹ Agradeço, em especial, ao que Claudia Pfeiffer e Vanise Medeiros apontaram durante minha qualificação. Tais dizeres foram fundamentais no olhar que lancei para a questão dos exemplos.

⁹² Aqui lembro somente que em Ribeiro (1889) não temos o comparecimento do sufixo *-ista*.

<p><i>portuguesa</i> (João Ribeiro, 1889)</p>	<p><i>sapateiro</i> — sapato <i>caldeireiro</i> — caldeira (RIBEIRO, 1889, p. 71) Ario, eiro — (arius) de louro loureiro ; de engenho, engenheiro ; de vocabulo, vocabulário (RIBEIRO, 1889, p. 150).</p>	
<p><i>Grammatica descriptiva</i> (Maximino Maciel, 1895)</p>	<p>“5) eiro barbeiro, sapateiro” (MACIEL, 1895, p. 69) “4) eiro doceiro, embusteiro” (MACIEL, 1895, p. 71)</p>	<p>“10) ista capellista, logista” (MACIEL, 1895, p. 69).</p>
<p><i>Grammatica expositiva</i> (Eduardo Carlos Pereira, 1907)</p>	<p>-eiro (ao lado de -ário, -ária e -eira) com os seguintes exemplos: “estatuário, lapidário, antiquário, boticário, caudatário, frascário, ginetário, hospitalário, operário, sectário, secretário, legionário, bibliothecário – bibliothecaria, sectaria; -ferreiro, padeiro, serralheiro, copeiro, mineiro, lenheiros, madeireiro, barbeiro, pedreiro, caminheiro, sapateiro, -costureira, doceira” (PEREIRA, 1907, p. 161).</p>	<p>-ista com “cambista, jornalista, archivista, droguista, capitalista, especialista, trocista, demandista, fumista, dentista, logista, oculista. (PEREIRA, 1907, p. 163)</p>
<p><i>Grammatica Historica</i> (Eduardo Carlos Pereira, 1919)</p>	<p>— eiro (fem. eira) □ airo □ arium, é a forma popular do suff. Antecedente [-ário], que é a forma <i>erudita</i>, e guarda com este o mesmo valor fundamental, a que ajuneta um terceiro, o de arvore que produz o fructo suggerido pelo thema. SUBST.: — ferreiro, sapateiro, costureira, doceira, cavalleiro,-a, romeiro,-a, mineiro, lenheiro, coveiro, estancieiro, sendeiro. (PEREIRA, 1919, p. 199)</p>	<p>Elle designa substantivos <i>concretos</i>, traz a idéa de <i>agente</i> [...] <i>Commodista, separatista, comtista, scientista, artista, mutualista, romanista, theista, fumista, fatalista, cartista, militarista, phantasista, capiritista, monista, dualista, duellista, bonapartista, apologista, oculista, epicurista, monarchista, capitalista, occulista, communista, diarista.</i> (PEREIRA, 1919, p. 209, itálicos do autor).</p>
<p><i>Grammatica histórica da língua portuguesa</i> (Said Ali, 1931)</p>	<p>Extraordinariamente productivo é o suffixo -eiro, -eira, na formação de nomes com que se caracterizam homens e mulheres pelos seus officios, negocios e outras occupaões: <i>pedreiro, barbeiro, peixeiro, artilheiro, lavadeira, fiandeira, parteira, cesteiro, banqueiro, bombeiro, carteiro, sineiro, toureiro, carroceiro, leiteiro, sapateiro, cozinheiro, relojoeiro, aventureiro, corrieiro, gaioleiro, pregoeiro,</i></p>	<p>A par desta serie de nomes existem outros, na maior parte modernamente creados ou importados do estrangeiro, com que se designam individuos cuja occupaão se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante: <i>florista, flautista, jornalista, copista, dentista, fadista, chronista, machinista, organista, latinista, hellenista, trocista, rabequista, paisagista, accionista,</i></p>

	<p><i>marinheiro, taverneiro, catraeiro, vendeiro, luveiro, mineiro, copeiro, chaveiro, etc.</i> Em alguns casos especializou-se ou modificou-se o sentido que a principio teria o vocabulo. <i>Pedreiro</i> não é qualquer homem que se occupa com pedras, e sómente aquelle que levanta muros e paredes. <i>Caixeiro</i> já não se applica ao individuo a cujo cargo está a caixa, mas equivale a empregado vendedor. Nem sempre se tira o nome de pessoa directamente do nome do objecto ou objectos materiaes em que se occupa. Pode filiar-se tambem a nomes de officio em -aria, como <i>marcineiro, serralheiro</i> que se prendem aos vocabulos <i>marcinaria, serralharia</i>. Pode tambem ser um termo introduzido do estrangeiro, como <i>joalheiro</i>. (ALI, 1931, pp. 16-18)</p>	<p><i>seminarista, novellista, romancista, folhetinista, naturalista, estadista, dormidista, etc.</i>”(ALI, 1931 [1921], p. 20, itálicos do autor).</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

A partir do que está posto nas gramáticas e sintetizado no quadro acima, é possível, inicialmente, apontar dois movimentos que nos dizem da hierarquização dos sufixos, e de seus exemplos. Um primeiro é o que vemos em Júlio Ribeiro (1881), por exemplo, e que nos revela uma hierarquização implícita entre os sufixos *-eiro* e *-ista*. Os dois são relativos à formação de profissões, mas vejamos, não é a qualquer profissão que é por ele lembrada. Uma segunda hierarquização comparece como sendo interna ao próprio sufixo *-eiro*, na sua relação como equivalente a *-ario* no texto de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), em que, se *-ario* é inferior, *-eiro* é ainda mais. Vamos por partes:

Quando vemos em Ribeiro (1881) uma hierarquização implícita entre os sufixos *-eiro* e *-ista*, é preciso pensar, inicialmente, a que se refere essa hierarquia. As duas palavras que comparecem em Ribeiro (1881) e que foram definidas no capítulo anterior (ofício e profissão), nos parecem ser indicativas dessa hierarquização. De um lado temos aqueles que trabalham, do outro, aqueles que possuem um modo de vida. No texto do autor, o funcionamento dessa hierarquização remonta ao latim, e diria ainda, à organização própria da Roma Antiga. No latim, a noção de profissão já subsume a divisão entre quem trabalha e quem não trabalha. O nobre, na sociedade, era aquele que não trabalhava, era o dono da

terra. Ou, se trabalhava, se dedicava às atividades mais requintadas, mais intelectuais. Por outro lado, as classes menos abastadas eram aquelas que trabalhavam, trabalho, muitas vezes, braçal.

Para uma compreensão melhor, gostaria de apresentar uma parte do verbete *profissão*, disponível no *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*, mantido pela FIOCRUZ. Nele, encontramos um direcionamento que permite subsidiar o gesto de análise que se pretende empreender. Vejamos:

tanto na língua francesa quanto na portuguesa, o termo, sem o qualificativo liberal (ou libérais), designa tanto as ‘profissões sábias’ quanto o conjunto dos empregos reconhecidos na linguagem administrativa, principalmente nas classificações dos recenseamentos promovidos pelo Estado. No Ocidente, as ‘profissões sábias’ e os ‘ofícios’ têm uma origem comum nas corporações, e o termo ‘profissão’ é tributário da ‘profissão de fé’ – juramento que faziam aqueles que passavam a pertencer à corporação. O trabalho, considerado uma arte, reunia nas corporações, onde se ‘se professava uma arte’, trabalhadores manuais e intelectuais, artistas e artesãos. Na rígida hierarquia da sociedade medieval, a oposição se dava entre aqueles que pertenciam às corporações de ofícios juramentados e os jornaleiros, que trabalhavam por dia. É só com a expansão e a consolidação das universidades que se passa a fazer esta distinção entre as ‘profissões’, derivadas das *septem artes liberales*, aí ensinadas, e os ofícios, derivados das ‘artes mecânicas’ (Dubar, 1997). Subjacente a essa oposição semântica está, de fato, uma oposição associada a “um conjunto de distinções socialmente estruturantes e classificadoras que se reproduziram através dos séculos: cabeça/mão, intelectuais/manuais, alto/baixo, nobre/vilão etc. (Dubar, 1997, p. 124). Ou seja, tratase de uma disputa de poder na sociedade que se configura como uma luta política e ideológica pela distinção e pela classificação.

O verbete acima porta algumas considerações importantes para o presente trabalho: primeiro é o fato de uma questão já pontuada no capítulo anterior, e também em nota no capítulo 3, que se relaciona a questão das profissões, que derivam das artes liberais e os ofícios, que derivam das artes mecânicas. Para além disso, temos outros indicativos que parecem sustentar o que venho dizendo e que permitem compreender a diferenciação entre *-eiro* e *-ista*. Recorrendo ao livro de Dubar (1997), o verbete lembra um conjunto de distinções sociais que se reproduzem através dos séculos, dentre elas temos duas: intelectuais/manuais e nobre/vilão (o último devendo ser entendido como o camponês, aquele que vivia nas vilas). Um outro indicativo é quando se diz sobre a origem ocidental das *profissões sábias* e dos *ofícios*.

Se observamos os exemplos que comparecem no quadro acima, poderíamos, sem medo, sustentar que os exemplos para o sufixo *-eiro* se inscrevem naquilo que é relativo ao grupo de trabalhos manuais, desempenhados pelos camponeses (vilões) e, por conseguinte, seriam os ofícios. É o *carpinteiro*, de Julio Ribeiro (1881) e Pacheco da Silva

Junior e Lameira de Andrade (1887), assim como o sapateiro, de João Ribeiro (1889), Maximino Maciel (1895), Eduardo Carlos Pereira (1907; 1919) e Said Ali (1931). Por outro lado, os exemplos do sufixo *-ista* são aqueles que se inscrevem no que é relativo ao grupo de atividades intelectuais, desempenhadas pelos nobres, sendo, assim, as profissões sábias. É o *especialista*, de Julio Ribeiro (1881), o *dentista* de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), E. C. Pereira (1907) e Said Ali (1931), o *capelista*, de Maximino Maciel ou o *cientista*, de Pereira (1919). Diria que os sentidos dados a essas palavras, ao se inscreverem nesses dois grupos que citei acima, acabam por inscrevê-las a distintas filiações de sentidos que nos permitem dizer que, de um lado temos aquelas palavras que são relativas às profissões desprestigiadas e, por outro, às que se referem às profissões prestigiadas. É interessante notar que mesmo os vocábulos formados em *-ista* e que não necessariamente se referem às profissões desempenhadas pelos nobres (aqui considerando o sentido ainda no latim), são profissões que, muitas vezes, estão ligadas à nobreza.

Lancemos um olhar, agora, para o que falam Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887). Os dois autores reproduzem uma hierarquização que seria interna ao próprio *-eiro* e diria respeito à relação que esse sufixo estabelece com o sufixo *-ario*. Assim:

cumpre advertir ha certa differença na significação das desinencias – ARIO, EIRO, OR, ADO, conquanto todos indiquem cargo, profissão – ARIO denota posição inferior, EIRO ainda mais inferior; OR e ADO, ATO alta dignidade, posição elevada, etc. (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 287).

Ora, essa hierarquização interna parece muito importante ao trabalho dos autores, pois permite uma compreensão de que os sufixos *-ario* e *-eiro* levam os vocábulos a inscreverem-se em histórias distintas. Vejamos os exemplos dos autores: estatuário, boticário, lapidário, carpinteiro, porteiro, cozinheiro. Todos os vocábulos, conquanto indiquem cargos, profissões, ofícios, denotam posições inferiores. Mas entre elas, há uma hierarquização. O status que estatuário, boticário e lapidário aportam, não é o mesmo que temos em carpinteiro, porteiro e cozinheiro. Também podemos, a título de exemplificação, lembrar o recorte 2, aportado neste capítulo, “há o importador e o muambeiro” (VERÍSSIMO, 1995). Reparemos os sufixos *-or* e *-eiro* presentes nas duas palavras e vejamos como esse saber linguístico da crônica de Veríssimo encontra amparo no saber linguístico especializado das gramáticas.

Ainda na seara do *-eiro*, é importante notar falar do que diz Eduardo Carlos Pereira (1907; 1919) sobre a mudança de sentido que ocorre no sufixo *-eiro* “da idéia de agente passa o suffixo **eiro** á idéa de **causa productora**, isto é, da arvore que produz o fructo

indicado pelo radical: **pinheiro, pecegueiro, figueira, laranjeira**” (PEREIRA, 1907, p. 161, itálicos e negritos do autor). Ora, essa mudança parece ser muito significativa na medida em que nos possibilita compreender tanto que se trata do produto, quanto que se trata do produtor. Assim, *-eiro* passa a significar terra. O que interessa notar é que nessa mudança, o passar de agente para a ideia de causa produtora produz um deslizamento discursivo. Esse deslizamento nos leva a pensar que se trata de uma terra relacionada ao trabalho. Assim, não se trata de pensar o trabalhador que possui uma terra, mas de olhar para aquele que na terra trabalha.

Gostaria ainda, no que tange aos exemplos, tratar de duas posições distintas que comparecem nas gramáticas em relação ao sufixo *-ista*. Para isso, tomarei as obras de Ribeiro (1881), de E. C. Pereira (1907; 1919) e a de Said Ali (1931). Há uma diferença entre as quatro obras que nos diz respeito à origem do sufixo *-ista*. De um lado, temos Ribeiro (1881) que aponta *-ista* como proveniente do latim bárbaro, ao passo que, de outro lado, temos E. C. Pereira (1907; 1919) e Said Ali (1931) apontando que o referido sufixo provém do grego. Essa diferença entre o que dizem os gramáticos, parece indicar uma tensão na forma mesmo de olhar para *-ista* enquanto sufixo. Dizer que o sufixo advém do latim bárbaro, significa diferente de dizer que ele é sufixo que vem do grego. O que interessa, nesses dois casos, é olhar o que aquilo que é dito, organiza na discursividade. Vejamos que *-ista* nos autores supracitados⁹³:

- a) Em E. C. Pereira (1907) é sufixo que veio “do grego por intermédio do latim **ite** (*laryngite*) tomado directamente do grego” (PEREIRA, 1907, p. 167, itálico e negrito do autor)
- b) Em E. C. Pereira (1919) é “suff. Grego, que penetrou, como o antecedente [-ismo] no dominio romanico, por intermedio do Christianismo, e egualmente tornou-se mui productivo. (PEREIRA, 1919, p. 209, itálicos do autor).
- c) Em Said Ali (1931) é “outro suffixo de origem grega. A sua primeira applicação foi aos partidarios das doutrinas e systemas acima referidos [...]. A par desta serie de nomes existem outros, na maior parte modernamente creados ou importados do

⁹³ Importa dizer que aqui, opto por fazer um recorte para pensar o funcionamento de *-ista* nas três obras citadas em relação ao que nos diz Julio Ribeiro. Nesse sentido, é importante justificar que João Ribeiro não apresenta o sufixo *-ista*. Maciel (1895) apresenta, mas não toca no étimo de tal sufixo. Por fim, temos Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) que falam do sufixo *-ista* e apontam sua proveniência como sendo do latim *ista* e do grego *istes*. Para a análise que empreendi, busquei considerar as posições que se fazem na tensão e que pendem para uma ou para outra proveniência.

estrangeiro, com que se designam individuos cuja occupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante”

Temos três explicações distintas que, em uma análise minuciosa, indicam tensões que se fazem sobre “a origem” do sufixo *-ista*. Temos Pereira (1919, p. 209) que nos fala que o referido sufixo penetrou “no dominio romanico, por intermedio do Christianismo”. Ao passo que E. C. Pereira (1907) e Said Ali (1931) dizem apenas que se trata de um sufixo de origem grega. Já em Ribeiro (1881), o sufixo *-ista* é proveniente do latim bárbaro. O latim bárbaro, lembremos, era a versão escrita do latim vulgar. Assim, acredito que as explicações de Ribeiro (1881) e de Pereira (1919) convergem, de certo modo, na medida em que enquanto um reconhece a existência do sufixo *-ista* no latim bárbaro, o outro nos fala da entrada de *-ista* por intermédio do cristianismo. Diria que a convergência se dá, na medida que, parece, o cristianismo toca no latim bárbaro.

Por outro lado, é interessante notar o fato de que outra gramática de Pereira, a *Expositiva* (1907) o sufixo *-ista* é tomado diretamente do grego. Nessa sua gramática parece convergir, de certo modo, com a de Said Ali (1931), guardadas suas especificidades. Segundo Ali:

a par desta serie de nomes existem outros, na maior parte modernamente creados ou importados do estrangeiro, com que se designam individuos cuja occupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante: *florista, flautista, jornalista, copista, dentista, fadista, chronista, machinista, organista, latinista, hellenista, trocista, rabequista, paisagista, accionista, seminarista, novellista, romancista, folbetinista, naturalista, estadista, dormidista, etc*” (ALI, 1931 [1921], p. 20, itálicos do autor)

Se *-ista*, proveniente do grego, designa indivíduos cuja ocupação se relaciona com o objeto a que se refere o termo derivante, não se pode deixar de citar que, diz o autor, grande parte desses nomes foram criados modernamente ou importados do estrangeiro. A questão do estrangeiro, do outro na língua é interessante, pois a partir do momento em que tal exemplo passa a figurar no corpo do instrumento linguístico, me parece, ele perde sua significação enquanto estrangeiro e, assim, passa a funcionar como significativo daquela língua, ou, melhor, da língua que aquele instrumento linguístico engendra. É um jogo, pois, com a alteridade.

5.3. O *-eiro* que dá forma ao gentílico brasileiro

Gostaria, brevemente, de abordar a questão do sufixo *-eiro* como aquele que funciona no processo de formação do gentílico. Ao observarmos as gramáticas selecionadas, vemos que algumas delas, como a de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) e a de Pereira (1907), apontam o referido sufixo como aquele que dá forma a gentílicos, tendo como exemplo o gentílico *brasileiro*. Gostaria, no entanto de trazer aquilo que nos dizem Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade:

os nomes de povos e nações formam-se com os nomes propios de paizes e cidades, e as desinencias – ano (iano), **ense, ão, ez, io, ico, ista, aico, etc:** - Pernambucano, Romano, Galleziano (Gallego), Atheniense Lisboense Lisboense (Lisboeta) (...), Portuguez, Inglez, Francez : Brasileiro (Brasiliense). (PACHECO DA SILVA JUNIOR & LAMEIRA DE ANDRADE, 1887, p. 302, negritos meu).

Em seguida, nos dizem que se tratam, pois, de desinências de origem latina “com excepção de *ez* (contr. de *ense*, mas de emprego moderno), e *eiro*, que não tem correspondente em latim, mas que formou alguns nomes ethnicos — *Vimieiro, Barreiro*, etc.” (ibid.). Ou seja, *-eiro*, enquanto formado de sufixo, para Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), não possui correspondência no latim, mas, ainda sim, formou alguns nomes étnicos. Reparemos, contudo, em duas questões: no trecho em destaque, *-eiro* não comparece explicitamente. Entretanto, quando olhamos para os exemplos, temos, pois, a ocorrência de *brasileiro*, o que nos indica que o sufixo *-eiro* comparece de forma implícita (no *etc.*, por exemplo). No exemplo específico de *-eiro: Brasileiro (Brasiliense)*, há um furo, uma falha, que advém da tensão entre o exemplo e o que vem em seguida. Essa tensão demonstra um funcionamento no processo de exemplos, em que os autores apresentam o gentílico brasileiro e, entre parênteses, nos dão a saber a forma Brasiliense. O funcionamento dessa formulação, eu diria, parece caminhar na intercambialidade: Brasileiro pode ser substituído por Brasiliense. Resta saber se funcionam de forma igual.

Interessante é também a nota que Pereira (1907) nos dá a saber:

O sufixo **eiro** é suffixo substantivo que indica o *agente*. *Brasileiro* era primitivamente o que commerciava em pau brasil, como *mineiro* é o que trabalha em minas. Passando a região a chamar-se *Brasil* e *Minas*, seus derivados **passaram** naturalmente para a categoria de adjectivos patrios. O mesmo se deu com *Campinas* em *campineiro*. (PEREIRA, 1907, p. 163, itálicos e negrito do autor).

Ora, vemos que no caso da constituição do *-eiro*, enquanto sufixo de gentílico, há, pois, uma *passagem*, que se dá *naturalmente*, para Pereira, que faz com que o agente *passe* a ser gentílico. Assim, se brasileiro era aquele que comercializava pau-brasil, passam-se os sentidos para que ele possa não mais designar o agente, mas sim um adjetivo pátrio. Já vimos no decorrer do presente trabalho que João Ribeiro (1889) não cita exemplo de gentílico quando toca no sufixo *-eiro*:

Ario, eiro — (arius) de louro loureiro ; de engenho, engenheiro ; de vocabulo, vocabulario. (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 150)

Entretanto, não podemos deixar passar que logo abaixo de *-eiro* comparece o sufixo *-ense* em que temos o seguinte exemplo:

Ense, ez — (lat. ensis) de Milão, milanez ; de França, francez ; de Brazil, brasiliense. (RIBEIRO, 1889 [1887], p. 150)

Vejamos que para o sufixo *-ense/-ez*, o autor indica tão somente exemplos que dizem respeito à proveniência (cidade ou pátria). Assim, *milanez* é aquele que mora/vem de Milão. Ao passo que *francez* é o aquele que nasceu na França e *brasiliense* como aquele que é do Brasil. Se observamos outras gramáticas que compõem o presente arquivo de pesquisa, vemos outras ocorrências. Em Pereira (1919), temos as ocorrências “*brasiliense* e *brasilense*” (PEREIRA, 1919, p. 207, itálicos do autor) para os sufixos *-ez* e *-ense* que funcionamento ao indicar/nomear seus habitantes.

Chamo atenção para essas ocorrências, pois é significativo que tenhamos as formas *brasileiro* concorrendo com *brasiliense* (é o caso de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887)), apenas as formas *brasiliense/brasilense* (é o caso de Ribeiro (1889) e Pereira (1919)). É significativo pois, como nos mostram Ferrari e Medeiros (2012), há um tenso processo de inscrição “na constituição da designação *brasileiro* como gentílico do Brasil” (p. 102, itálicos dos autores). Afinal, o que se vê é que

o termo da posição erudita – *brasiliense* – não vinga como se pretendia com o acontecimento da independência do Brasil, não é, no entanto, sem o trabalho dos dicionaristas, historiadores, jornalistas e gramáticos sobre a língua. É preciso apagar o ofício [tirador de pau-brasil, em brasileiro] e é preciso que o nascimento vá sendo imposto de forma a possibilitar a designação que insiste em se impor e circular, a despeito da outra, *brasiliense*, proposta pela posição erudita. (FERRARI & MEDEIROS, 2012, p. 102, itálicos dos autores)

Assim, dos exemplos dados por João Ribeiro (1889), Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1889) e Pereira (1919), é mister retomar Pêcheux (2014 [1975], p. 77) para dizer que os exemplos, parecem, expressar “o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há “alguma coisa por trás”. Assim, diria, a língua (da gramática) nos indica o peso, as contradições e as disputas linguísticas vivas em uma época, já que

se a designação *brasiliense*, em disputa com *brasileiro* no século XIX, não vingasse no século XX, retorna como filho desejado a indicar o gentílico da nova capital: Brasília. É somente aí que *brasiliense* começa a deixar de disputar com *brasileiro* a categoria de gentílico pátrio. (FERRARI & MEDEIROS, 2012, p. 102, itálicos dos autores).

5.4. À guisa de uma conclusão: inversões, delimitações, deslocamentos

A partir das questões que busquei colocar no presente capítulo, acredito que um esboço de resposta possa ser dado a partir de Pêcheux (1990 [1982]). No texto em questão, o autor nos adverte que é preciso “levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* [que] supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho” (p. 17). Esse texto nos possibilita pensar, a partir de nossos sufixos e de seus exemplos, como a estrutura da língua, sujeita à falha, ao equívoco, reclama sentidos.

Ao observarmos os pares de sufixos *-eiro* e *-ista* e *-eiro* e *-ario*, pudemos observar, nas definições, que os autores das gramáticas nos dão, mas também nos exemplos que comparecem “deslizamentos de sentidos que se produzem ao longo de uma história datada, mas em um tempo não cronológico – o da memória discursiva - com seus efeitos de deslocamentos” (SILVA, 2005, p. 222). Se há de concordar com Pêcheux (1990 [1982], p. 9) ao nos dizer que não há “discurso, realmente falado por seres humanos, que possa se destacar completamente dos trás-mundos (ou dos pré-mundos) que o habitam”, que exterioridade é essa que os sufixos, em seus exemplos, convocam para a língua? Há de se concordar com Silva (2005, p. 204) ao nos dizer que “os sentidos estão sempre em relação à e as palavras já têm sentido antes que as falemos, assim, o sujeito ao falar filia-se a redes de sentido, a formações discursivas, cujas fronteiras se deslocam em função dos jogos ideológicos”. Assim, também o é em relação aos sufixos e seus exemplos. É preciso lembrar que eles se

filiam a redes de sentidos e a formações discursivas que estão em constante movimento, deslocamento no processo discursivo.

E é esse deslocamento que possibilita, por exemplo, a intercambialidade ou não de determinados sufixos. Se, em Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), *brasileiro* parece funcionar na intercambialidade com *brasiliense*, o mesmo não ocorre, com os vocábulos *banqueiro* e *bancário* (como bem nos lembra Veríssimo, 1995)⁹⁴. É o deslizamento produzido pela memória discursiva que nos leva, então, ao movimento das formações discursivas que presidem o funcionamento do sufixo *-eiro*.

Se todo ritual tem falha, pensar a historicidade dos sufixos em questão, de seus exemplos, do que nem sempre está nos exemplos, é importante para a compreensão desse processo de formação de palavras que caminha na direção de se nomear uma profissão e uma nação. A língua falha e essa falha nos inscreve em determinadas formações discursivas e não em outras, sempre lembrando que as formações discursivas não são fechadas (pelo contrário, são porosas) e muito menos fixas na história⁹⁵. Nesse processo, mobilizamos redes de sentidos distintas que fazem significar os sufixos e as palavras por eles formadas. São redes de sentidos que nos fazem “distinguir na língua o que se distingue nas classes sociais” (FARIA & MEDEIROS, 2018, p. 62). É a gramática afetando o dizer, como nos ensina Aurox (2014 [1992]) e, também, indicando os pesos, as contradições e as disputas vivas em uma época ao mesmo tempo em que as circulações cotidianas afetam a gramática e essa precisa explicar, por exemplo, como um sufixo, como *-eiro*, pôde formar o gentílico brasileiro.

⁹⁴ Importa lembrar o que dizem Faria e Medeiros (2018, p. 61): “podemos compreender que banqueiro, mesmo sendo um ofício de prestígio social, tenha em sua formação vocabular o sufixo *-eiro*. Tomando, pois, as questões sociais do período medieval, tínhamos clero, nobre e vassalos como classes sociais e, posteriormente, na “virada renascentista” surgem os burgueses. E, em sua origem, em pleno Renascimento, o banqueiro é, justamente, o burguês, ou seja, o homem livre que vivia na cidade e cuja dedicação voltava-se exclusivamente ao comércio e que, paulatinamente, ocupa-se de outros ofícios acumulando, pois, riquezas, isto é, dinheiro. Ou seja, banqueiro surge como profissão sem prestígio e, posteriormente, ganha prestígio”.

⁹⁵ Evoco o que nos diz Michel Pêcheux (2007 [1984]): “a certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um fraco sem exterior” (PÊCHEUX, 2007 [1984], p. 53).

Conclusões (ou... o sussurrar do arquivo)

No capítulo 1 fui assertivo ao lembrar que o arquivo não fala, ele responde. O trabalho com arquivo não é um trabalho em que encontraremos respostas prontas e dadas. Farge (2017, p. 118) nos lembra que “é preciso manter-se longe do arquivo-reflexo onde se colhem apenas informações e do arquivo-prova que conclui demonstrações, como se esgotasse de uma vez por todas o material”. Não é assim que, na perspectiva em que me insiro, trabalha-se com o arquivo. O trabalho com arquivo é de idas e vindas; é de formulação de perguntas para a compreensão de certas respostas. Ao mesmo tempo em que o arquivo responde, ele também sussurra. Esses sussurros do arquivo, penso, possuem relação com (determinadas) questões que são postas (e não outras). Assim, o que, em outro momento, passaria sem ser despercebido, agora chega em forma de sussurro. Isso me leva a pensar que outras questões que poderiam ter sido formuladas e não foram continuam passando despercebidas. O trabalho com arquivo reside, pois, justamente em uma determinada leitura, a partir de determinadas questões. Assim, o que não chega pela leitura (pelos sussurros), sequer existe para o analista, nesse ato de olhar para o arquivo e colocar perguntas. Esses sussurros me levam a concordar com Farge (2017) de que não colhemos informações no arquivo e muito menos o esgotamos no gesto de análise. Pelo contrário, montamos, colocamos perguntas e compreendemos determinadas questões.

E dessas compreensões, podemos dar conta de formular algumas conclusões sobre as questões que foram postas no decorrer da escrita. Não se trata, é claro, de caminhar para um fechamento dos sentidos. As conclusões que aqui estão postas decorrem de uma determinada leitura do arquivo proposto em busca de certas compreensões. No caso do trabalho em tela, refiro-me à compreensão da construção da historicidade do saber sobre formação de palavras em gramáticas do meio do século XIX ao início do século XX, com foco nos sufixos *-eiro* e *-ista*.

Assim, o trabalho em tela constituiu-se de cinco capítulos. O primeiro capítulo foi dedicado à exposição do quadro teórico da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas. Nele, trouxe à tona noções nucleares da Análise de Discurso materialista e da História das Ideias Linguísticas e fiz um percurso teórico pela noção de arquivo. Nesse percurso, busquei dar a saber como se constitui o trabalho de arquivo na confluência das duas teorias citadas. O capítulo 1 foi o delineador do meu *gesto de leitura* do arquivo em questão.

O segundo capítulo foi um capítulo descritivo. Nele, fiz uma apresentação das nove gramáticas que compõem o arquivo em questão. Na apresentação realizada, a partir de minha leitura de cada gramática, faço uma descrição de como a formação de palavras e os sufixos comparecem ou não comparecem nas gramáticas elencadas. Essa descrição é fundamental para as análises. Como pôde ser visto no decorrer da dissertação, as descrições de cada gramática foram retomadas inúmeras vezes nos três capítulos seguintes.

Outrossim, no percurso realizado a partir do batimento entre descrição e leitura, busquei caminhar em minhas análises por três eixos que se fizeram presentes nos capítulos 3, 4 e 5: políticas linguísticas, institucionalização, o dizer ou não sobre a formação de palavras e os sufixos e como os exemplos comparecem. Apesar de separados na presente escrita, busquei colocar à tona o fato de que os três eixos estão relacionados. Não se pode falar de políticas linguísticas sem falar em institucionalização, por exemplo. Da mesma forma, a compreensão daquilo que está ou não nas gramáticas, perpassa na compreensão de determinadas políticas linguísticas que as afetam e atravessam. E aquilo que é dito nas gramáticas significa de forma diferente e resvala na textualização do saber e naquilo que comparece como exemplo.

Minha filiação à História das Ideias Linguísticas em sua articulação à Análise de Discurso materialista produz efeitos na compreensão do saber e de sua existência em um espaço-tempo. Nesse sentido, faço minhas conclusões finais buscando expô-las em articulação aos dois horizontes de saber que Auroux (2014 [1992]) nos fala: o horizonte de retrospectação e o horizonte de projeção⁹⁶. Afinal, diz o filósofo da linguagem,

o saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (AUROUX, 2014 [1992], p. 12)

Logo, uma das formas de compreender o saber é em relação ao seu horizonte de retrospectação que nos diz sobre a memória e a história. Lembremos que o funcionamento e o trabalho de/com arquivo não se fazem fora da relação que se estabelece entre língua e história. Conforme exposto no capítulo 1, construir e ler um arquivo é a possibilidade de

⁹⁶ Para pensar o horizonte de projeção, os projetos, aquilo que está recorri à tese de Ronaldo Freitas (2020) que nos brinda com um capítulo intitulado “Projeção: ato de lançar, de projetar para a frente”. Nele, em um gesto potente de compreensão do horizonte de projeção na História das Ideias Linguísticas, o analista de discurso projeta “possibilidades de circulação dos dicionários online em ambiente escolar, pela consideração dos efeitos da instrumentação linguística em rede sobre as práticas sociais sustentadas pela produção do conhecimento linguístico, fomentamos práticas comprometidas com mudanças nas formas de distribuição desse conhecimento” (p. 202). Tal como o autor citado, busquei projetar considerações de como este *arquivo do conhecimento gramatical* pode perpassar e afetar o espaço escolar.

compreender como o saber se constrói a partir do que, dentro do campo da História das Ideias Linguísticas, S. Auroux, por exemplo, propõe como horizonte de retrospectão: a memória (retrospectiva) para a construção de um saber e/ou da história de um saber. É, também, possibilitar a compreensão de como o saber (em sua direção e seu sentido), se constrói e se funda em questões e compreensões disponíveis em um dado horizonte de retrospectão, que não só sustenta como também atua na legitimação deste saber. O horizonte de retrospectão é, pois, o que nos abre campos, horizontes, possibilidades.

Assim, o horizonte de retrospectão pode ser compreendido de diferentes maneiras. No caso do presente trabalho, conforme exposto no capítulo 1, pelo menos três maneiras foram contempladas em meu percurso teórico-analítico, a saber: i) um autor que constrói um horizonte de retrospectão para sustentar o saber que ele produz; ii) um analista que estuda o modo como um autor constrói seu horizonte de retrospectão; iii) um analista que constrói um horizonte de retrospectão que vai configurar seu arquivo. Esses três modos não são, contudo, estanques e possuem relações entre si.

Quando penso a maneira do como o analista na construção de um horizonte de retrospectão que vai configurar seu arquivo, isso já diz do *gesto de leitura* que recai sobre o arquivo na leitura de um autor que constrói um horizonte de retrospectão para sustentar o saber que ele produz e na tentativa de compreender o modo como um autor constrói seu horizonte de retrospectão.

Portanto, o trabalho que se finaliza configura um arquivo de nove gramáticas. Gramáticas de distintos autores, de diferentes épocas, produzidas a partir de filiações teóricas outras. O arquivo em questão nos permitiu compreender filiações e configurações, memória e atualidade. Desse modo, ao observarmos os nove instrumentos linguísticos elencados, podemos compreender alguns movimentos que dizem respeito ao processo de gramatização brasileira do português, de forma geral, e à historicidade do saber sobre formação de palavras e dos sufixos, de forma particular.

Quando pensamos a historicidade do saber de formação palavras nas gramáticas elencadas, vemos que há, pois um movimento que vai de uma ausência a uma presença do saber sobre formação de palavras. Esse movimento possui relação com o processo brasileiro de gramatização do português na medida em que temos autores brasileiros que se filiam a diferentes teorias e se relacionam com diferentes instituições. Essa filiação e relação produz efeitos no corpo da gramática, na forma como ela é organizada, no modo como os saberes comparecem (ou não) em determinados lugares da gramática e não em outros: falar da formação de brasileirismos em relação ao tupi-guarani na morfologia (como vemos em João

Ribeiro (1889)) é diferente de falar dos brasileirismos em uma lição à parte (como vemos em Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887), por exemplo).

Nessa seara, a historicidade do saber sobre formação de palavras, nas gramáticas, liga-se, pois, ao atravessamento de determinadas políticas linguísticas (aqui denominadas de *políticas linguísticas educacionais*). Essas políticas linguísticas, que se fazem presentes nas gramáticas, possuem relações – ainda que não de forma direta – com os programas de ensino escolares. Assim, é possível pensar que as gramáticas se constituem, nesse movimento tenso e contraditório, a partir de relações estabelecidas com os programas de ensino. Essas relações podem comparecer (ou não) de forma textualizada na gramática, quando, por exemplo, o autor marca como sendo aprovada pela inspetoria de instrução pública, ou na apresentação do parecer de aprovação pela Congregação de uma instituição, ou, ainda, advertindo no prefácio ter sido orientado por um determinado programa para exames preparatórios. Esses atravessamentos produzem efeitos não apenas no que comparece (e como comparece) na gramática, mas também na própria organização. Vimos, por exemplo, que duas das nove gramáticas, a de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade (1887) e a de João Ribeiro (1889), organizam-se pelo Programa de Fausto Barreto, de tal forma que dividem a gramática nos mesmos 46 tópicos que Fausto Barreto preconiza em seu programa.

É também na relação com as instituições que os gramáticos, na posição-sujeito ator de gramática, trabalham na busca de legitimar aquilo que escrevem. Assim, não se pode deixar de notar que todos os autores das gramáticas que compõem o arquivo de pesquisa se fizeram presentes, ainda que por breves períodos, em instituições escolares: de A. Coruja a Said Ali. O que é interessante notar é que a mera filiação institucional não garante, necessariamente, a legitimidade daquilo que se diz nas gramáticas. Assim, por vezes, é preciso também trazer marcações na gramática para fazer trabalhar certas relações de forças. Relações que atuem ainda mais na legitimação da obra, seja por ela ter sido aprovada pela inspetoria de instrução, seja pelo autor ser/ter sido professor de alguma instituição escolar.

Tanto a questão das políticas linguísticas quanto a questão da institucionalização nos levam, pelo *gesto de leitura* realizado no arquivo em questão, a compreender as diferentes formas de como o saber sobre formação de palavras comparece nas gramáticas analisadas. Ou também de como ele não comparece. Assim, ao observarmos o *gesto de leitura* lançado sobre o presente arquivo, vimos que as nove gramáticas se dividem em dois grupos. Temos de um lado as gramáticas que não apresentam o saber sobre formação de palavras de forma sistematizada e, de outro, as que sistematizam o saber sobre formação de palavras.

Desse modo, o percurso pelas gramáticas que sistematizam o saber sobre formação de palavras nos leva a compreender as diferentes maneiras pelas quais comparece o saber sobre formação de palavras em sete gramáticas. Saberes esses que se fazem a partir da tensão entre o mesmo e o diferente. Tensão que se faz presente, por exemplo, no modo como as obras definem o que é gramática. Essa tensão também está presente na forma como as gramáticas vão abordar os sufixos, de tal forma que acabam por caminhar em direções distintas para explicar, por exemplo, a origem dos sufixos. Em algumas obras, vemos que essa tensão ora pende para um lado, ora pende para outro. Em outras palavras: temos, em algumas gramáticas, a indicação de que o sufixo *-ista*, por exemplo, provém do latim; em outras, o mesmo sufixo provém do grego. Há também diferenças no modo como as obras apresentam os sufixos e seus exemplos. Em João Ribeiro (1889), os exemplos valem por si só. Em outros autores, como Pereira (1907; 1919) e Said Ali (1931), por exemplo, há uma série de explicações do funcionamento dos sufixos. E esse funcionamento, ao lado dos exemplos, acabam por trabalhar na tensão do ato de nomear uma profissão ou um gentílico.

De outro modo, o saber também existe em um horizonte de projeção, os projetos. Afinal, sem memória e sem projetos, não há saber, nos lembra Auroux (2014 [1992]). Assim, poderia dizer que o presente arquivo, na sua configuração e no *gesto de leitura* empreendido sobre ele, pode ser entendido, nos moldes derridianos, como um *penhor*: “o arquivo sempre foi um *penhor* e, como todo penhor, um penhor do futuro. Mais trivialmente: não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquiva da mesma maneira” (DERRIDA, 2001 [1995], p. 31, *itálico do autor*)⁹⁷. Ao trazer o que nos diz Derrida (2001 [1995]), penso ser possível articular com o que nos diz Auroux (2014 [1992]). Se sem projeto não há saber, a construção de um arquivo constitui-se como um *penhor* para esse horizonte de projeção, para esses projetos. Arquivo, assim como saber em seu horizonte de projeção, não caminha para o fechamento, mas para abertura, para o movimento (dos saberes e daquilo que se constitui como arquivo), para o porvir.

Assim, há duas afirmações de Derrida (2001 [1995]) que, acredito, merecem atenção nas linhas conclusivas que se seguem. A primeira é considerar o arquivo como um *penhor*. A segunda é a de que “não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquiva da mesma maneira”. Ora, as duas afirmações parecem importantes, pois é possível tecer uma consideração.

⁹⁷ É importante salientar que as considerações de Derrida fazem-se no campo da psicanálise. Aqui, novamente, não as tomo *ipsis litteris*. Pelo contrário, a aporto com os devidos deslocamentos. Conforme nota de rodapé 26, Vanise Medeiros me lembrou, a partir de uma palestra proferida pela Profa. Mara Glozman, que pensar em (e falar de) arquivo também têm condições de produção, e que essas condições implicam em outras questões, com outros olhares.

Tal consideração comparece na apresentação da presente dissertação e relaciona-se à práxis docente, que não se dissocia da prática de pesquisa – afinal, ensino e pesquisa andam lado a lado. Nesse sentido, acredito que a construção deste *arquivo do conhecimento gramatical* possibilita, primeiramente, a compreensão da historicidade de um saber, o de formação de palavras e dos sufixos, que se faz presente em salas de aula do ensino fundamental e do ensino médio. Assim, ao olhar o arquivo da presente pesquisa com um *penhor* para o futuro, em seu horizonte de projeção, essa compreensão da historicidade dos sufixos pode permitir um olhar discursivo para esse processo de formação de palavras, de tal forma que o processo de aprendizagem permita uma compreensão de como a língua, e sua estrutura – que não é fechada – significa na e pela história. Se é certo que “não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquivava da mesma maneira”, a montagem do presente *arquivo do conhecimento gramatical*, ao trazer à tona gramáticas publicadas em diferentes momentos, em um único “lugar”, é possível encetar uma outra leitura de tais obras e compreender o processo de formação de palavras de outros modos. Modos que, possivelmente, em uma leitura isolada dessas obras, talvez não comparecessem. Assim, espera-se que este arquivo, enquanto *penhor*, possa produzir efeitos na práxis docente daqueles que trabalham com língua, de tal forma que compreendam que a morfologia não é isenta de ideologia. Espera-se, pois, que esse efeito na práxis docente daqueles que trabalham com língua possa chegar aos alunos de diferentes níveis de ensino e que esses possam compreender que a língua não se reduz a um sistema em que *tout se tient*. Pelo contrário, é preciso ter em vista que os processos linguísticos são atravessados pelos sujeitos ao mesmo tempo que estes são atravessados pela língua: língua e sujeito constituem-se ao mesmo tempo. Essa compreensão pode possibilitar um entendimento de como a gramática marca na língua aquilo que se marca nas classes sociais. De como disputas linguísticas vivas em uma época comparecem na gramática – de forma implícita ou não. A gramática, é bem verdade, afeta o dizer.

REFERÊNCIAS

a) Obras que compõe o arquivo de pesquisa:

ALI, Said. **Grammatica Historica da lingua portugueza**. São Paulo: Melhoramentos, 1931 [1921].

CORUJA, Antonio Alvares Pereira. **Compendio da grammatica da lingua nacional**. Rio de Janeiro : Typographia de João Ignacio Silva, 1865 [1835].

MACIEL, Maximino. **Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. Rio de Janeiro: Typ. de Pazo & C., 1895.

ORTIZ, José; PARDAL, Candido. **Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1888 [1871].

PACHECO DA SILVA JUNIOR, Manoel; ANDRADE, Lameira de. **Noções de Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo – Editor, 1887.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica Expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co, 1907.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica Expositiva**. São Paulo, 1919.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1889 [1887].

RIBEIRO, Julio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

b) Obras para referências bibliográficas

ALMEIDA, Suely Pessanha de. **Língua, Ensino e Nacionalidade no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1880 – 1932):** uma contribuição à História das Ideias Linguísticas. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

AQUINO, José Edicarlo de. **Júlio Ribeiro na história das ideias linguísticas no Brasil**. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

AUROUX, Sylvain. [1992] **A revolução tecnológica da gramatização**, Campinas, São Paulo: Unicamp, 2014.

BALDINI, Lauro José Siqueira. A NGB e a Autoria do Discurso Gramatical. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 1, 1998.

- BALDINI, Lauro José Siqueira. **Nomenclatura Gramatical Brasileira: Análise Discursiva do controle da língua.** Campinas: Editora RG, 2009.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves; AZEREDO, José Carlos Santos de. O ensino de Língua Portuguesa no Brasil na primeira metade do século XX: a construção de corpus metalinguístico de gramáticas escolares. **Revista Diadorim**, n 20, 2018.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **O discurso antiafricanismo na Bahia do século XIX.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Outubro, 1827. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html> Acesso em 21/04/2020.
- BRASIL. **Decreto 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Fevereiro, 1854. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>> Acesso em 01/02/2021.
- BRASIL. **Decreto nº 9.647, de 2 de outubro de 1886.** Outubro, 1886. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9647-2-outubro-1886-543421-publicacaooriginal-53702-pe.html>> Acesso em 06/04/2020.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacional para o Ensino Médio.** Brasília: MEC/SEF, 2000.
- BECHARA, Evanildo. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa.** Tese de concurso a uma cátedra de Língua e Literatura do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2020.
- BORGES DE MEDEIROS, Juliana. **Um estudo descritivo-analítico do Compendio da Grammatica da Lingua Nacional de Antônio Álvares Pereira Coruja.** 2017. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BUNZEN, C.; MEDEIROS, R. R. A. de. O ensino de gramática na Primeira República (1889-1930): uma análise da gramática expositiva, de Eduardo Carlos Pereira. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 119-141, 2016. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v29i1p119-141. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/112385>. Acesso em: 9 mar. 2021.
- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. **Gramática Histórica: 2º grau e vestibulares.** Rio de Janeiro: Editora Ática, 1972.
- CAVALIERE, Ricardo Stavola. A respeito da Gramática descritiva, de Maximino Maciel. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, Rio de Janeiro, n 2, 2003.
- COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH, Cristian. **Uma história das ideias linguísticas.** São Paulo: Contexto, 2017.

COLLEGIO DE PEDRO II, Imperial. **Plano e Programma do Ensino no Imperial Collegio de Pedro II**. Rio de Janeiro : Typographia Nacional, 1870.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001 [1995].

DEZERTO, Felipe Barbosa. **Francês e educação**: Institucionalização de uma língua estrangeira em discursividade. Niterói: EdUFF, 2017.

DI RENZO, Ana Maria. Liceu Cuiabano: Língua Nacional, Religião e Estado. In: ORLANDI, Eni (Org.); GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Institucionalização dos Estudos da Linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002.

FARIA, Michel Marques de; MEDEIROS, Vanise Gomes de. Da historicidade dos sufixos formadores de nomes de profissões: uma análise discursiva. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 46-64, dez. 2018. ISSN 2448-2935. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/17926>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

FARIA, Michel Marques de. As palavras significam na e pela história: uma análise discursiva de uma fala de campanha de Bolsonaro. **Revista Heterotópica**, v. 1, n. 2, p. 3-18, 18 dez. 2019.

FARIA, Michel Marques de. Formação de palavras e Políticas Linguísticas: breves reflexões em Programas de Ensino e em Gramáticas dos séculos XIX e XX. **Porto das Letras**, v. 6, n. 5, p. 110 – 134, dez. 2020.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FÁVERO, Leonor Lopes. Gramática é a Arte... . In: ORLANDI, Eni. (org.), **História das idéias linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição de língua nacional. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, Mato Grosso: UNEMAT, 2001.

FÁVERO, Leonor Lopes. O Ensino no Império: 1837 – 1867 – Trinta anos do Imperial Collegio de Pedro II. In: ORLANDI, Eni (Org.); GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Institucionalização dos Estudos da Linguagem**: a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. **As Concepções Linguísticas no Século XIX**: A Gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas** = o discurso histórico sobre a cidade brasileira. 2011. 183 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/268942>>. Acesso em: 19 ago. 2018

FERRARI, Alexandre; MEDEIROS, Vanise. Na História de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. **Revista da Anpoll**, v.1, n. 32, p.81-105, 2012.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A Análise de Discurso e a construção de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil. **Revista Fragmentum**, Número Especial, p. 17-47, jul./dez. 2018. ISSN 2179-2194. Disponível em:<<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36580/19833>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FERNANDES FERREIRA, A. C. Saberes linguísticos cotidianos. **Porto das Letras**, v. 6, n. 5, 2020.

FREITAS, Ronaldo Adriano de. Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online. 2020. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2020.

GADET, François; PÉCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2ª ed. Campinas: Editora RG, 2010.

GARCIA, Dantielli Assumpção; NUNES, José Horta. A documentação e a divulgação do saber linguístico na Revista do IHGB. **Linguagem em (Dis)curso**, [S.l.], v. 11, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/817>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GARCIA, Dantielli Assumpção. **A revista do IHGB e o saber linguístico: um gesto de documentação**. 2011. 300 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/100112>>.

GLOZMAN, Mara. La construcción de archivos discursivos: Entre la teoría del discurso y las prácticas de montaje. **Revista Luthor**, Argentina, n.43, 2020.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER; Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. [1986] Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: ed. da UNICAMP, 2014.

GUILHAUMOU, Jacques. [1990] Novos gestos de leitura ou o ponto de vista da Análise de Discurso sobre o sentido. In: GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e arquivo: Experimentações em análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. Política de línguas na América Latina. **Relatos**, n. 7. p. 5-11, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. Instruments linguistiques et la langue nationale : un événement au Brésil au XIX^e siècle. In: ARCHAIMBAULT, S.; FOURNIER, J-M.; RABY, V. (Éds.). **Penser l'histoire des savoirs linguistiques** : hommage à Sylvain Auroux. Lyon : ENS Éditions, 2014. p. 465-477.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020 [1971].

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, E (org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambiguidade ao equívoco. 1994. [165] f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, [SP]. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269533>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda (Org.); LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Discurso, arquivo e corpo. In: MARIANI, Bethania Sampaio Correa (Org.); MEDEIROS, Vanise Gomes de (Org.); DELA SILVA, Silmara (Org.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2011.

MACIEL, Maximino. **Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa**. 1910. Disponível em: < https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_03.html#prologos>. Acesso em 08/04/2020.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. Discurso e instituição: a imprensa. **RUA**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47–62, 2015. DOI: 10.20396/rua.v5i1.8640651. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640651>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. **Colonização lingüística**; línguas, política e religião (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas, Pontes, 2004.

MARIANI, Bethania Sampaio Correa. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, Maria Teresa; MEDEIROS, Vanise Gomes de (Orgs.). **Travessias nos**

estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

MEDEIROS, Vanise Gomes de. **Arquivos de língua:** Intervenções e polêmicas. Rio de Janeiro: Projeto FAPERJ Cientista do Nosso Estado. 2018.

MILNER, Jean-Claude. **O amor da língua.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MOLINA, Márcia Antonia Guedes. **Um estudo descritivo-analítico da “Gramática expositiva (curso superior)”, de Eduardo Carlos Pereira.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. Elpídio Pimentel e o anúncio de uma educação especial no ano de 1923 no Espírito Santo. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais,** Espírito Santo, v.3, n 2, 2016.

NASCIMENTO, M. I. M. O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). Unicamp: **Histedbr.** 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 21/04/2020.

NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil:** dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

NUNES, José Horta; PETTER, Margarida. **História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro.** – São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: Pontes, 2002.

NUNES, José Horta. O discurso documental na história das idéias linguísticas e o caso dos dicionários. **Revista Alfa,** São Paulo, v.52, n.1, p.81-100, 2008a.

NUNES, José Horta. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias linguísticas in **Revista Letras/ Universidade Federal de Santa Maria,** Centro de Artes e Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, (orgs) Amanda Eloína Scherer e Verli Preti, no. 37, jan/jun, Santa Maria, 2008b.

OLIVEIRA, Sheila Elias de. **Cidadania:** história e política de uma palavra. Campinas: RG/Ponte, 2006.

ORLANDI, Eni; SOUZA, Tania C. C. A Língua Imaginária e a Língua Fluida: Dois Métodos de Trabalho com a Linguagem. In: ORLANDI, E (org.). **Política Linguística na América Latina.** Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni. (org.), **História das idéias linguísticas:** construção do saber metalingüístico e constituição de língua nacional. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, Mato Grosso: UNEMAT, 2001.

ORLANDI, Eni; GUIMARÃES, Eduardo. Apresentação. In: ORLANDI, Eni (Org.); GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Institucionalização dos Estudos da Linguagem:** a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E (org.). **Política Lingüística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

ORLANDI, Eni. **Efeitos do verbal no não verbal**. Revista Rua – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Campinas, São Paulo: Unicamp/Nucredi, n. 1, 1995.

ORLANDI, Eni. Ética e Política Linguística. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, n. 1, 1998.

ORLANDI, Eni. Do sujeito na história e no simbólico. **Escritos**, Campinas, nº 4, maio, 1999.

ORLANDI, Eni. Lexicografia discursiva. **Revista Alfa**, 44. São Paulo: Unesp, 2000, p. 97-114. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201/3797>. Acesso: abril de 2019.

ORLANDI, Eni. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Para uma enciclopédia discursiva da cidade**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. Apresentação: Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni (org.). **Política Lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez, Campinas: ed. da Unicamp, 2008

ORLANDI, Eni. **Língua Brasileira e Outras Histórias**: discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

ORLANDI, Eni. Sobre o intangível, o ausente e o evidente. In: GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A Língua Inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Editora RG, 2010 [1981].

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos, SP Campinas: Pontes, 2013a [1999].

ORLANDI, Eni. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2013b [2002].

ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux Hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2015 [2011].

ORLANDI, Eni. O objeto de ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, Denise. **A inquietação do Discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2017 [2003].

ORLANDI, Eni. (org.), **História das idéias linguísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição de língua nacional. Campinas, São Paulo: Pontes; Cáceres, Mato Grosso: UNEMAT, 2001.

- PACHECO, Denise; MEDEIROS, Vanise Gomes. Materiais didáticos de Língua Portuguesa: reflexões acerca do lugar do professor. In: DAHER, Del; GIORGI, M. Cristina; RODRIGUES, Isabel. (Org.). **Trajetórias em enunciação e discurso: práticas de formação docente**. São Carlos: Claraluz, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, 1990. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>> Acesso em: 1 fev. 2021.
- PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **O papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**, Campinas: ed. da UNICAMP, 2014a [1975].
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org). **Gestos de Leitura: da história no discurso**. Campinas: ed. da UNICAMP, 2014b [1982].
- PÊCHEUX, M. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015 [1981].
- PÊCHEUX, Michel. [1969] **Análise automática do Discurso**. Campinas: Pontes, 2019.
- PEDROSA, Camille Pessoa; OLIVEIRA, Lídia Maria Ferreira de; FARIA, Michel Marques de. Língua Adicional como resistência às políticas de silenciamento do pluralismo linguístico. **Revista Italiano UERJ**, 2019.
- PERES, Tírsa Regazzini. **Educação Brasileira no Império**. 2010. Disponível em <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/105>> Acesso em 01/02/2021.
- PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane (Orgs.). **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria, RS: Editora da UFMS, 2013.
- PINTO, Luiz Maria Silva. **Dicionário da Língua Brasileira - volume Único**. 1832. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario>> Acesso em 01/02/2021
- POLACHINI, Bruna Soares. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. 2018. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.8.2018.tde-06072018-120101. Acesso em: 2019-11-30
- ROCHA, Maria Bernadete Carvalho da. **O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Júnior**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2007.

- RODRÍGUEZ, Carolina. Escrita e Gramática como Tecnologias Urbanas: a Cidade na História das Línguas e das Ideias Linguísticas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas: IEL/Unicamp, 53, 2011, p. 197-217. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/cel/article/viewFile/2010/1579>
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.
- SAUSSURE, Ferdinand de. [1916] **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.
- SCHERER, Amanda Eloina. Algumas reflexões sobre uma memória na e da língua. In: SCHERER, Amanda; et al. **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro & João, 2019.
- SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 11, abr. 2015. ISSN 2594-8962. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55144/33537>. Acesso em: 22 jul. 2020. doi:<https://doi.org/10.22456/2594-8962.55144>.
- SILVA, Mariza Vieira da. Colégios do Brasil: o Caraça. In: ORLANDI, Eni (Org.); GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **Institucionalização dos Estudos da Linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas**. Campinas: Pontes, 2002.
- SILVA, Mariza Vieira da. Delimitações, inversões, deslocamentos: sujeito e história. In: INDURSKY, Freda (Org.); LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SILVA, Maxwell F. O embate entre artes liberais e artes mecânicas e o discurso da educação profissional no Brasil no final do século XIX e início do século XX. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 160-168, 6 ago. 2014.
- ZOTTI, S. A. O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.18, p. 29-44, jun. 2005.